

Myanmar: «O Coração da Ásia» e a Competição entre a China e a Índia (2008-2018)

Henrique Manuel Carrapiço e Oliveira
Aluno nº38004

Dissertação de Mestrado em
Ciência Política e Relações Internacionais
Especialização em Relações Internacionais

Outubro 2019

Dissertação apresentada para o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, Especialização em Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Raquel Vaz-Pinto.

Dedicada aos meus pais, irmã, sobrinha e tios-avós.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a orientação da Professora Doutora Raquel Vaz-Pinto, da Universidade Nova de Lisboa. A sua disponibilidade e dedicação foram absolutamente fundamentais para a redação da presente tese, tendo contribuído para que me focasse nos pontos-chave desta temática e procedesse à leitura de uma bibliografia atualizada e de referência internacional.

Em segundo lugar, deixo um forte agradecimento aos docentes do Mestrado de Ciência Política e Relações Internacionais, bem como ao Departamento de História da FCSH, que acompanharam o meu percurso académico ao longo dos últimos seis anos. O conhecimento acerca da história do mundo e dos seus permanentes conflitos proporcionou-me uma nova visão sobre a diversidade cultural, social e religiosa existente nos quatro cantos do planeta. Por conseguinte, tenho como objetivo continuar a crescer intelectualmente, experienciando novas realidades que me permitam ter um papel ativo nas transformações políticas e sociais ocorridas pelo mundo.

Em terceiro lugar, devo um agradecimento muito especial à minha família, que sempre me apoiou em todos os momentos da minha vida, e que quando duvidei das minhas capacidades não me deixaram desistir. Ao longo da elaboração desta tese passei por diversas adversidades, iniciei o meu percurso profissional e conheci novas pessoas. Cada uma destas experiências não só me fez amadurecer como também me deram um forte impulso para concluir a tese.

Por último, quero deixar ainda um forte agradecimento ao meu grande amigo João Pinheiro, cuja amizade e preciosa ajuda foram essenciais para a conclusão da tese. Irei sempre recordar as longas horas que passámos a ler e a reler cada palavra, parágrafo e capítulo da presente dissertação. Adicionalmente, não poderia deixar de fazer referência às minhas amigas Joana Santos, Patrícia Ricardo, Raquel Carrilho, Joana Aguiar e Catarina Monteiro, que sempre me apoiaram ao longo deste intenso período. Gostaria ainda de fazer alusão à minha prima Ana João Bucho, que através da sua energia positiva contribuiu para o meu bem-estar e sucesso académico.

MYANMAR: «O CORAÇÃO ASIÁTICO» E A COMPETIÇÃO ENTRE A CHINA E A ÍNDIA (2008-2018)

MYANMAR: «THE HEART OF ASIA» AND THE COMPETITION BETWEEN CHINA AND INDIA (2008-2018)

HENRIQUE MANUEL CARRAPIÇO E OLIVEIRA

PALAVRAS-CHAVE: Sudeste Asiático, Birmânia/Myanmar, China, Índia, democracia, ditadura militar.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado tem como principal problemática as relações bilaterais da Birmânia/Myanmar com dois grandes estados, a China e a Índia, no período compreendido entre 2008 e 2018. O primeiro capítulo focar-se-á na conjuntura interna de Myanmar, nos campos político, económico e social, interpretando o contexto histórico e geográfico deste país. O segundo capítulo analisa as relações bilaterais do estado birmanês com os países acima referidos, onde estarão delimitados os diversos interesses que estes têm no país. Além disso, demonstra a evolução das relações diplomáticas à medida que Myanmar se tenta democratizar, modernizar e ganhar uma posição de maior destaque na política regional, ou seja, no Sudeste Asiático. O terceiro capítulo retrata os problemas que Myanmar apresenta no seu âmbito regional, isto é, as suas fragilidades em termos de política externa, e em que estados se tem apoiado e construído uma aliança mais forte de modo a lidar com as mudanças políticas e económicas que têm vindo a ocorrer no seu território.

KEYWORDS: Southeast Asia, Burma/Myanmar, China, India, democracy, military dictatorship.

ABSTRACT

This master degree's dissertation has as its main focus the bilateral relations of Burma/Myanmar with two states, China and India, between 2008 and 2018. The first chapter deals with Myanmar's internal affairs, which includes the current political,

economical and social situation in the country. It will also have a historical contextualization so that the readers can have an insight of Burma's history and geography. The second chapter will analyse the bilateral relations of the Myanmar state with the countries that were referred above, which includes, China and India. It will present the different interests that each state has on Burma/Myanmar and how their foreign relations have developed as this Asian country modernizes and becomes more democratic. The third and last chapter regards the regional problems that the country has and how it affects its foreign policy. We will show in which states it has supported itself the most, in order to deal with its fragilities and strategic interests.

Índice

Lista de Abreviaturas	7
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - Geografia e Política de Myanmar	14
1. A importância da Geografia	14
2. A multiplicidade da Ásia	16
3. Onde se situa a República de Myanmar?	22
4. Qual é a origem da Birmânia/Myanmar?	25
5. Pressão para a transição democrática e reforma económica	28
CAPÍTULO II – Um Estado disputado por duas potências: a China e a Índia	41
1. China e Índia no Sudeste Asiático: cooperação com competição?	41
2. A Reascensão da China	43
2.1. A China no Sudeste Asiático	52
3. A Índia – A maior democracia do mundo	59
3.1 A Índia no Sudeste Asiático	64
4. A Importância Estratégica do Oceano Índico	69
4.1. Myanmar: a porta de entrada e de saída para a Região do Oceano Índico	71
Capítulo III. Desafios de Myanmar: Democracia, Contexto Regional e os EUA	88
1. Os desafios de Myanmar	88
2. A Crise dos Rohingya: o «povo indesejado» de Myanmar	94
3. Apoio regional à causa democrática em Myanmar	104
4. A Assistência da ASEAN e da Austrália em Myanmar	116
5. <i>Engagement</i> da China e da Índia vs <i>Constraint Policy</i> dos EUA	124
CONCLUSÃO	138
BIBLIOGRAFIA	145

Lista de Abreviaturas

ADB Banco de Desenvolvimento Asiático

ADF Forças de Defesa Australianas

AFP Polícia Federal Australiana

AFTA Área de Comércio Livre da ASEAN

AI Amnistia Internacional

AAGC *Asia-Africa Growth Corridor*

ARF Fórum Regional da ASEAN

ARSA Exército de Salvação Arakan Rohingya

ASA Associação do Sudeste Asiático (Malásia, Filipinas e Tailândia)

ASEAN Associação das Nações do Sudeste Asiático

ASEAN+1 Associação das Nações do Sudeste Asiático (+ Índia)

ASEAN +3 Associação das Nações do Sudeste Asiático (+ China, Coreia e Japão)

BCIM Corredor Económico Bangladesh-China-Índia-Myanmar

BCP Partido Comunista da Birmânia

BIA Exército da Independência da Birmânia

BJP Partido Bharatiya Janata

BIMSTEC Iniciativa da Baía de Bengala para a Cooperação Económica e Técnica Multi-sectorial

BRI *Belt and Road Initiative*

BSPP Partido do Programa Socialista da Birmânia

CSIS Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais

CMEC Corredor Económico China-Myanmar

DFID Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido

EAS Fórum do Sudeste Asiático

ERIA Instituto de Pesquisa Económica da ASEAN e da Ásia Oriental

EUA Estados Unidos da América

FDI Investimento Direto Estrangeiro

FMI Fundo Monetário Internacional

FONOP Operações de Liberdade de Navegação

ICC Tribunal de Crime Internacional

ICCP Programa de Investimento Climático e de Competitividade

IDE Investimento Direto Estrangeiro

IDG *International Deployment Group*

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

IFC *International Finance Corporation*

IMINT *Imagery Intelligence* (em português Serviço de Informações)

IPD Instituto para a Paz e Democracia

LDC País Menos Desenvolvido

LDP Liga para a Democracia e para a Paz

MAPHILINDO (Grande Confederação Malaia – Malásia, Filipas e Indonésia)

MGC Cooperação Mekong-Ganga

MR *Myanmar Railways*

NLD Liga Nacional para a Democracia

NPT Tratado de Não-Proliferação

NSCN-K Fação Khaplang do Conselho Nacional Socialista de Nagaland

OCDE Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODA Ajuda Oficial ao Desenvolvimento

OMC Organização Mundial do Comércio

ONG Organização não-governamental

ONU Organização das Nações Unidas

PCC Partido Comunista Chinês

PIB Produto Interno Bruto

PLA Exército de Libertação Popular (China)

PMI *Indonesian Red Cross*

RIS Sistema de Pesquisa e Informação para Países em Desenvolvimento

ROI Região do Oceano Índico

RPC República Popular da China

SAARC Associação do Sul Asiático para a Cooperação Regional

SEZ Zona Económica Especial de Thilawa

SLORC Conselho de Estado para a Restauração da Lei e da Ordem

SPDC Conselho de Estado para a Paz e para o Desenvolvimento

TAC Tratado de Cooperação e Amizade da ASEAN

TPP Parceria Trans-Pacífico

UE União Europeia

UNCLOS Convenção das Nações Unidas da Lei do Oceano

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

ZEE Zona Económica Exclusiva

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado apresenta como principal objetivo demonstrar de que forma a evolução política em Myanmar, muitas vezes designado de «coração da Ásia», tem vindo a redefinir o mapa geoestratégico asiático. O foco principal prende-se com a forma como estas mudanças têm sido encaradas por dois estados: a China e a Índia. Cada um destes países possui diferentes interesses nesta região, lutando diplomática e economicamente por uma maior influência em Myanmar.

Desde o início do presente século que Myanmar tem vindo a iniciar uma maior abertura política e económica com o Ocidente, tentando, por sua vez, libertar-se de forma significativa do seu gigante vizinho, a China. No entanto, os militares que governaram o país durante várias décadas permanecem ainda muito influentes, sendo que o processo de liberalização política e económica tem tido bastante dificuldade em consolidar-se.

Com uma população de aproximadamente 60 milhões de habitantes, “a Birmânia é tão grande como o território da França e do Reino Unido combinados, mas pequena quando comparada com os 2,5 mil milhões da população chinesa e indiana juntas”¹. Os principais atores políticos da sociedade internacional observam de perto a evolução política deste país, que é um dos “mais pobres do mundo”², e cuja localização geográfica e riquezas naturais o tornam extremamente cobiçado. Tal como Thant Myint-U afirma, “a última grande fronteira do continente está a desaparecer aqui, e com ela a Ásia ficará em breve muito mais unida e definida do que alguma vez na História”³. Desta forma, Myanmar encontra-se no centro das mudanças, constituindo assim o elo de ligação há muito perdido entre a China e a Índia.

O século XXI foi já designado como o «século da Ásia» ou do «Pacífico». Consequentemente, à medida que os poderes económicos globais se mudam para esta zona do mundo, também a configuração do Oriente sofre alterações. Desta forma, os interesses nacionais na evolução política de Myanmar farão parte da reconfiguração do mapa asiático.

¹ In, Foreign Policy, 12 de setembro de 2011, MYNT-U, Thant, *Asia's New Great Game*, Washington, in, <http://foreignpolicy.com/2011/09/12/asias-new-great-game/>, consultado a 20 de novembro de 2018;

² Cf, *Ibidem*, consultado a 20 de novembro de 2018;

³ In, *Ibidem*, consultado a 20 de novembro de 2018;

Este estado autoritário é determinante para o desenvolvimento das zonas mais pobres da China, como os estados de Yunnan e de Guizhou, e especialmente para a passagem de recursos energéticos de que o país depende para o seu crescimento económico. Esta situação tem tendência a agravar-se, uma vez que o antigo «Império do Meio» teme ser estrangulado economicamente se o Estreito de Malaca ficar interdito pelos EUA e os seus aliados do Sudeste Asiático⁴.

Para a Índia, Myanmar é igualmente importante para impulsionar o seu crescimento económico e comercial, uma vez que planeia criar uma vasta rede rodoviária e ferroviária que atravesse os dois países, unindo ainda mais o continente asiático por via terrestre e não apenas por via marítima⁵. Para além disso, as boas relações com o estado birmanês são de suma importância relativamente a questões de defesa e segurança, devido ao facto da Índia recear uma potencial agressão chinesa aliada a Myanmar.

Desta forma, escolhemos como baliza temporal o período compreendido entre 2008 e 2018, uma vez que é neste período que se observam as mudanças políticas mais significativas ocorridas em Myanmar, bem como o seu impacto nos países vizinhos e no palco internacional. Contudo, é igualmente importante referir aspetos da história birmanesa de modo a compreender-se mais facilmente a evolução deste estado após a Segunda Guerra Mundial. Com efeito, pretende-se analisar, primeiramente, a região da Ásia onde o estado birmanês se encontra localizado, explicando as suas particularidades, bem como a sua evolução ao longo dos últimos dois séculos. Posteriormente, seguiremos para uma análise aprofundada de Myanmar, referindo a sua posição geográfica e a sua evolução histórica e política desde 1988 até 2018. Será dada uma maior ênfase aos acontecimentos ocorridos na última década. No capítulo seguinte, serão retratados os países em disputa pela supremacia em Myanmar. Apresentar-se-á, então, uma breve descrição da China e da Índia, e a sua política externa no Sudeste Asiático. Portanto, irá ser apresentada uma descrição detalhada da ação diplomática, política e económica levada a cabo por cada país. Por fim, destaca-se a perspetiva de Myanmar em relação a estas disputas e qual a potência que se encontra mais bem posicionada no panorama regional.

⁴ Cf, Foreign Policy, 11 de outubro de 2011, CLINTON, Hillary, *America's Pacific Century*, Washington, in, <http://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/>, consultado a 3 de novembro de 2016;

⁵ In, Foreign Policy, 12 de setembro de 2011, MYINT-U, Thant, *Asia's New Great Game*, Washington, in, <http://foreignpolicy.com/2011/09/12/asias-new-great-game/>, consultado a 20 de novembro de 2018;

Por se tratar de uma dissertação centrada no impacto que as mudanças políticas e económicas de Myanmar têm na sua zona regional e a nível mundial, decidi focar-me na análise de notícias, decretos de lei, discursos proferidos por chefes de estado (durante as suas viagens oficiais) e documentos oficiais dos governos, de forma a conseguir interpretar da melhor forma a informação disponível. A maioria das fontes, disponíveis em formato impresso e digital, encontram-se em inglês e francês, uma vez que não possuo conhecimentos de mandarim ou de birmanês para interpretar fontes apresentadas nessas línguas.

De modo a analisar de forma crítica e estruturada as fontes que seleccionei, irei estabelecer uma comparação para conseguir responder às minhas problemáticas. Quanto aos estudiosos sobre o assunto, existem dois que se destacam, Joshua Kurlantzick e Thant Myint-U, que são autores de importantes obras como *The Charm Offensive – How China's Soft Power Is Transforming The World* e *Where China Meets India: Burma and the New Crossroads of Asia*.

A pergunta de partida da minha investigação é: - Qual a importância da evolução política de Myanmar para a China e a Índia? O modelo que decidi seguir para a elaboração desta questão foi o explicativo, ou seja, pretendo analisar os factos explicando-os e determinar as suas características e consequências. Procurei igualmente recorrer a uma bibliografia recente de modo a explicar o meu eixo problemático, sendo que ainda tenho como questões: - Como se tem procedido ao processo de democratização em Myanmar?; - De que forma as grandes potências regionais têm lidado com as alterações e quais os seus interesses estratégicos?; - O fim da última fronteira na Ásia poderá torná-la mais unida?; - Qual a importância de Myanmar para o «pivot asiático» dos EUA?

A investigação será realizada na Biblioteca da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e na Biblioteca Nacional de Portugal, cujo acesso às obras e às fontes serão imprescindíveis para a realização desta dissertação de mestrado e para todo o seu conjunto de problemáticas.

Ao longo da presente dissertação, no que diz respeito a questões de nomenclatura, vão ser utilizados ambos os termos Birmânia e Myanmar. Myanmar será utilizado para o período após 1988 e Birmânia para o período antecedente. O termo birmanês será empregue como uma designação de todos os cidadãos do país,

independentemente da sua etnia ou predileção linguística, como língua oficial do Estado e como adjetivo.

CAPÍTULO I - Geografia e Política de Myanmar

1. A importância da Geografia

*“O estudo da geografia é mais do que memorizar espaços no mapa. É compreender a complexidade do nosso mundo e valorizar a diversidade das culturas que existem nos continentes. E no fim, é usar esse conhecimento para ajudar a superar as divisões e unir as pessoas.”*⁶

Barack Obama

Como Tim Marshall referiu no seu livro *Prisioneiros da Geografia*, a terra onde vivemos sempre determinou a forma de como somos moldados. Desde sempre, a geografia condicionou as guerras, o desenvolvimento político e social, bem como o poder das diferentes culturas e civilizações existentes em cada canto do planeta. Atualmente, possuímos uma maior tecnologia, que nos transmite a ideia de uma diminuição da distância entre o espaço mental e físico, mas não nos devemos esquecer que o lugar onde habitamos, trabalhamos e criamos os nossos filhos, está e vai estar sempre ligado às escolhas que tomamos ao longo da vida, e em especial às daqueles que nos lideram⁷. Desta forma, os rios, montanhas, desertos, lagos e mares sempre condicionaram as opções tomadas pelos líderes dos grandes impérios.

De uma maneira geral, não existe um fator geográfico que seja mais importante que o outro. As montanhas não são mais importantes que os desertos, nem os rios superiores às densas selvas. Contudo, nas diversas partes do planeta, as diferentes condições geográficas encontram-se entre os fatores dominantes que determinam o que as pessoas podem ou não fazer.⁸ São elas que “determinam o clima, a demografia, a cultura e o acesso aos recursos naturais”⁹. E são elas que acabam por ter um “importante impacto nos diferentes aspetos de uma civilização, desde a sua estratégia política e

⁶ In, Geography Education, 6 de setembro de 2012, OBAMA, Barack, *Geography Education*, in, <https://geographyeducation.org/2012/09/06/president-obama-on-geography-education/>, consultado a 2 de abril de 2019;

⁷ Cf, MARSHALL, Tim, *Prisoners of Geography*, Londres, Elliot&Thompson, 2016, pp.ix-x;

⁸ Cf, *Ibidem*, p.x;

⁹ In, *Ibidem*, p.x;

militar até ao desenvolvimento social e humano, que inclui a língua, o comércio e a religião”¹⁰.

Segundo Tim Marshall, “as realidades físicas que sustentam as políticas nacionais e internacionais são muitas vezes desconsideradas, tanto na escrita sobre a história como no relato contemporâneo dos assuntos mundiais”¹¹. Para este autor, “a geografia é claramente uma parte fundamental do «porquê» assim como «o quê», e apesar de não ser sempre o fator determinante não deve ser desvalorizado e esquecido”¹². Tomemos como exemplo “a China e a Índia (dois estados dos quais falarei mais adiante) em que apesar da sua grande dimensão, forte densidade populacional e partilha de uma longa fronteira, nunca estiveram ligados nem política nem culturalmente”¹³. A razão por detrás desta situação é muito simples: a sua geografia, e em especial aquilo que os separa, a montanha mais alta do mundo - os Himalaias. Esta cadeia montanhosa funcionou desde sempre como uma barreira natural entre as duas civilizações, evitando que grandes exércitos a atravessassem. Hoje em dia, há novas formas de transpor este obstáculo, mas os Himalaias continuam lá. Apesar de surgirem novos líderes, ideias, tecnologias e outros fatores que nos fazem esquecer desta barreira natural, todos eles são temporários. O que é, e será sempre permanente e determinante para cada nova geração que surgir são os obstáculos físicos, que condicionam o acesso aos recursos minerais e às fontes de alimento disponíveis.¹⁴

A geografia é, assim, um fator essencial e determinante para compreender uma região, um país e um povo, como aquele que vou tratar nesta dissertação. No entanto, antes de avançarmos para o estado que constituirá o meu objeto de estudo, temos primeiramente que perceber, o continente e a região onde está inserido. Temos que analisar aquilo que Henry Kissinger designou de «multiplicidade da Ásia»¹⁵. Só então será possível partirmos para uma análise mais detalhada de Myanmar.

¹⁰ In, MARSHALL, Tim, *Prisoners of Geography*, Londres, Elliot&Thompson, 2016, p.x;

¹¹ In, *Ibidem*, p.x;

¹² In, *Ibidem*, p.x;

¹³ In, *Ibidem*, p.x;

¹⁴ In, *Ibidem*, p.xi;

¹⁵ In, KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial*, Lisboa, Editora Dom Quixote, 2014, p.201;

2. A multiplicidade da Ásia

Como Kissinger refere na sua obra *A Ordem Mundial*, “o termo «Ásia» empresta uma coerência enganadora ao que é uma região de diversidade”¹⁶. Até à “chegada das potências ocidentais modernas, nenhuma língua asiática tinha uma palavra para «Ásia», nem nenhum dos povos, que hoje constituem cerca de 50 estados soberanos, se via como habitante de um único «continente» ou região que implicasse solidariedade com todos os outros”¹⁷ (algo que na Europa já era uma situação completamente diferente há vários séculos). Desta forma, «o Oriente» nunca foi nitidamente equivalente a «o Ocidente»¹⁸. Nunca houve uma religião comum, nem sequer uma religião fragmentada em diferentes ramos, como aconteceu com o cristianismo no Ocidente a partir do século XI¹⁹. As diferentes religiões que existem no mundo, como o budismo, o hinduísmo, o islão e o cristianismo, prosperam em diversas regiões da Ásia, criando divisões entre elas. Para além disso, não há memória de nenhum império comum comparável ao romano, que uniu diversas zonas da Europa, do Norte de África e Médio Oriente sob uma herança comum a todos. Consequentemente, “as guerras da história moderna têm ajudado a cavar – com azedume, por vezes – as grandes e marcantes diferenças étnicas, linguísticas e religiosas, através de todo o nordeste, leste, sudeste, sul e centro asiáticos”²⁰.

O “mapa político e económico da Ásia ilustra assim uma trama complexa da região”²¹, o que obriga a um conhecimento aprofundado da sua História e Geografia. Compreende “países industrialmente e tecnologicamente avançados como o Japão, a República da Coreia e Singapura, cujas economias e padrões de vida rivalizam com os da Europa”²²; “três países de escala continental como a China, o Japão e a Rússia”²³; “dois grandes arquipélagos (além do Japão) das Filipinas e da Indonésia, compostos por milhares de ilhas e situados à margem das principais rotas marítimas”²⁴; “três nações antigas com populações próximas das de França, ou Itália, na Tailândia, no Vietname e

¹⁶ In, KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial*, Lisboa, Editora Dom Quixote, 2014, p.201;

¹⁷ In, *Ibidem*, p.201;

¹⁸ Cf, *Ibidem*, p.201;

¹⁹ O Cisma do Oriente, em 1054, levou o mundo cristão a dividir-se entre ortodoxos e católicos.

²⁰ In, *Ibidem*, p.201;

²¹ In, *Ibidem*, p.201;

²² In, *Ibidem*, p.201;

²³ In, *Ibidem*, p.201-202;

²⁴ In, *Ibidem*, p.202;

em Myanmar”²⁵; “a vastidão da Austrália e a pastoral Nova Zelândia, compostas maioritariamente por populações de ascendência europeia; e a Coreia do Norte, uma ditadura familiar estalinista despojada de indústria e tecnologia, à exceção de um programa de armas nucleares”²⁶. E, por último, na “Ásia Central, no Afeganistão, no Paquistão, no Bangladesh, na Malásia e na Indonésia, a predominância de uma população maioritariamente muçulmana, com minorias consideráveis na Índia, na China, em Myanmar, na Tailândia e nas Filipinas”²⁷. Desta forma, podemos averiguar a complexidade do continente asiático, bem como as particularidades únicas de cada uma destas regiões, que tornam a política interna e externa de cada país muito própria e divergente das restantes.

Também não nos podemos esquecer, “que com exceção do Japão”²⁸, a Ásia foi vítima e não protagonista da ordem internacional instaurada pelo colonialismo”²⁹. Entre os séculos XVI e XX, várias regiões da Ásia viram-se ocupadas pelos europeus que, sedentos de poder e riquezas, foram minando o equilíbrio de poder existente até então. Poucos foram os reinos asiáticos que não se viram incapacitados perante a força militar e superioridade tecnológica dos poderes europeus. Até a China esteve dividida em várias zonas de influência que eram administradas pelas grandes potências³⁰, e “perdeu o controlo de importantes domínios dos seus assuntos internos”³¹. Apenas a sua vastidão impediu a colonização total, e “apesar de ter sido a primeira república asiática em 1912, o antigo «Império do Meio» era «soberano mas sem direitos de uma potência soberana»”³².

Desta forma, “até ao final da Segunda Guerra Mundial, a maior parte da Ásia conduziu as suas políticas a título de adjunta das potências europeias, ou, no caso das Filipinas, dos Estados Unidos”³³. As “condições diplomáticas de tipo vestefaliano só

²⁵ In, KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial*, Lisboa, Editora Dom Quixote, 2014, p.202;

²⁶ In, *Ibidem*, p.202;

²⁷ Cf, *Ibidem*, p.202;

²⁸ Inicialmente, foi também vítima das potências ocidentais, especialmente dos EUA, na segunda metade do século XIX. Contudo, com a restauração dos Meiji e a modernização do país, este foi caminhando a passos largos para se tornar uma potência regional com interesses expansionistas, que culminou com a anexação e, posteriormente invasão de vários países durante a Segunda Guerra Mundial.

²⁹ In, *Ibidem*, p.206;

³⁰ Cf, VAZ-PINTO, Raquel, *A Grande Guerra e a Ascensão da Ásia – a China e o Japão*, in, *Relações Internacionais*, junho, 2014, p.110;

³¹ In, KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial*, Lisboa, Editora Dom Quixote, 2014, p.206;

³² In, VAZ-PINTO, Raquel, *A Grande Guerra e a Ascensão da Ásia – a China e o Japão*, in, *Relações Internacionais*, junho, 2014, p.110 (cit. original in Winter, Jay – *Dreams of Peace and Freedom, Utopian Moments in the 20th Century*. New Haven e Londres: Yale University Press, 2006, p. 66);

³³ In, KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial*, Lisboa, Editora Dom Quixote, 2014, p.206;

começariam a emergir com a descolonização subsequente à devastação da ordem europeia pelas duas guerras mundiais”³⁴. Para várias regiões da Ásia, estes dois conflitos acabaram por ter um enorme significado, pois permitiu que se libertassem da subjugação estrangeira. O enfraquecimento das potências ocidentais, em particular do Reino Unido, da França e da Holanda, permitiu que se desse início a um processo de emancipação da ordem regional. Contudo, esta emancipação foi brutal e sangrenta, arrastando-se ao longo de várias décadas em diversos conflitos.

Após décadas de guerras e convulsões revolucionárias, a Ásia sofreu uma transformação drástica³⁵. O Japão adotou instituições democráticas e edificou uma economia que rivalizava e, em alguns casos, ultrapassava a dos estados ocidentais. A afirmação dos «tigres asiáticos», notória a partir de 1970, nomeadamente de Hong Kong, República da Coreia, Singapura, Taiwan e Tailândia, trouxe uma promessa de prosperidade e dinamismo económico. Em 1979, “a China mudou de rumo e, sob Deng Xiaoping, proclamou uma política externa não ideológica e uma política de reformas económicas, prosseguidas e aceleradas pelos seus sucessores, e que tiveram um efeito transformador e profundo na China e no resto do mundo.”³⁶

Contudo, “mesmo neste cenário de mudança, parecia ter prevalecido na Ásia a política externa de interesse nacional baseada em princípios vestefalianos”³⁷. Estes princípios derivam do Tratado de Paz de Vestefália assinado em 1648, que pôs fim à guerra dos Trinta Anos na Europa. Entre os pontos mais importantes encontram-se aqueles que caracterizam o estado moderno, destacando-se a soberania, a igualdade jurídica entre os estados, a territorialidade e a não intervenção³⁸. A soberania de Vestefália é assim um princípio diplomático em que cada estado é soberano no seu território, estando as políticas externa e interna separadas³⁹. Desta forma, ao contrário do que acontece no Médio Oriente, ou em África, onde quase todos os estados vivem sob ameaça de desafios militantes à sua legitimidade, o Estado na Ásia é encarado como

³⁴ In, KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial*, Lisboa, Editora Dom Quixote, 2014, p.206;

³⁵ Cf, *Ibidem*, p.206;

³⁶ In, *Ibidem*, p.206;

³⁷ In, *Ibidem*, p.207;

³⁸ Cf, Laurinda Brandão, Paulo Ramos (ed.), *História ilustrada do Mundo: Descobertas e Crise Religiosa*, Lisboa, Selecções do Readers Digest, 2007, p.67;

³⁹ Cf, *Ibidem*, p.67;

uma unidade nuclear da política interna e externa⁴⁰. A Ásia afirmou-se, assim, como um dos herdeiros mais significativos do sistema vestefaliano.

Contudo, “no continente asiático, as máximas do modelo vestefaliano de ordem internacional encontram expressão contemporânea, inclusivamente no que respeita a doutrinas que muitos no Ocidente questionam por serem demasiado centradas no interesse nacional, ou demasiado permissivas no que respeita aos direitos humanos”⁴¹. Diversos povos históricos, que tantas vezes se confrontaram em disputas sangrentas, organizaram-se em estados soberanos e esses estados, em agrupamentos regionais⁴². A soberania foi, assim, um conceito retirado do jugo colonial e que é tratada pelos diversos estados asiáticos como um valor absoluto. Para além disso, “o objetivo das políticas estatais não é transcender o interesse nacional, como nas conceções em voga na União Europeia ou nos Estados Unidos -, mas a sua prossecução enérgica e convicta”⁴³. Por sua vez, “todos os governos desconsideram as críticas externas às suas práticas internas como sintomas de tutela colonial ultrapassada recentemente”⁴⁴. Ainda assim, quando as políticas domésticas de determinado estado vizinho são consideradas excessivas, como foram, por exemplo, em Myanmar, estas são tratadas como uma oportunidade de discreta intercessão diplomática, e não de pressões declaradas, e muito menos de intervenção armada.⁴⁵

No entanto, apesar de existir na Ásia este conceito vestefaliano, há simultaneamente, um fator implícito de ameaça. O antigo «Império do Meio» “defende expressamente – e outros protagonistas centrais fazem-no implicitamente – a opção pela força armada em defesa de interesses nacionais”⁴⁶. Não há dúvida que os orçamentos militares estão a aumentar, em especial o da China, que em 2018 teve como gastos militares cerca de 250 mil milhões de dólares⁴⁷. Este é um aumento de 8,25% em comparação a 2017, mas que segundo o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) poderá vir a diminuir devido ao abrandamento do crescimento da economia chinesa⁴⁸. Por conseguinte, as rivalidades nacionais têm-se acentuado, em

⁴⁰ In, KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial*, Lisboa, Editora Dom Quixote, 2014, p.207;

⁴¹ In, *Ibidem*, p.207;

⁴² Cf, *Ibidem*, p.207;

⁴³ In, *Ibidem*, p.207;

⁴⁴ In, *Ibidem*, p.207-208;

⁴⁵ Cf, *Ibidem*, p.208;

⁴⁶ In, *Ibidem*, p.208;

⁴⁷ Cf, FLEURANT, Aude, WEZEMAN, Pieter D., WEZEMAN, SIEMON T., TIAN, Nan, KUIMOVA, Alexandra, *Trends in World Military Expenditure 2018*, Estocolmo, SIPRI, abril de 2019, p.13;

⁴⁸ Cf, *Ibidem*, p.13;

especial as que têm como cenário o mar do Sul da China e as águas do nordeste asiático, e que têm sido geralmente resolvidas com os métodos da diplomacia europeia do século XIX⁴⁹. A “hipótese de recurso à força não fica assim excluída, embora se tenha vindo a acentuar com o passar dos anos.”⁵⁰

Apesar de este ser o cenário atual, antes dos europeus chegarem ao Oriente, “o princípio organizador dos sistemas históricos da Ásia era muito diferente e baseava-se na hierarquia, e não na igualdade formal de soberanias”⁵¹. O poder era demonstrado pela cortesia mostrada aos soberanos e pelas estruturas de autoridade que lhe prestavam vassalagem, e não pelo traçado de fronteiras num mapa⁵². Os impérios expandiam assim a sua esfera de influência cultural e política solicitando o alinhamento de unidades políticas menores, sendo que, para “os povos que habitavam na encruzilhada de duas ou mais ordens imperiais, o caminho da independência consistia, por diversas vezes, em constituírem-se como subordinados nominais de mais de uma esfera.”⁵³ As tribos do norte montanhoso de Myanmar, por exemplo, “conseguiram alguma autonomia mediante a vassalagem simultânea à corte real da Birmânia e ao imperador da China (geralmente, sem se preocuparem em seguir os ditames de um ou do outro)”⁵⁴.

Deste modo, “nos sistemas diplomáticos históricos da Ásia, fossem eles baseados em modelos chineses ou hindus, a monarquia era considerada uma expressão de divindade, ou, no mínimo, um tipo de autoridade paternal, e acreditava-se que os países superiores eram credores de expressões tangíveis de tributo pelos seus subalternos”⁵⁵. Esta situação “não deixava, em teoria, qualquer margem de ambiguidade quanto à natureza das relações de poder regionais e conduzia a vários alinhamentos rígidos”⁵⁶. Porém, na prática, “esses princípios eram aplicados com notável criatividade e fluidez”⁵⁷. Constate-se, a título de exemplo, o caso da Tailândia que, sendo considerada um ponto estratégico para as potências ocidentais, evitou qualquer tipo de colonização com base numa estratégia de afirmação de laços de cordialidade simultaneamente com todas as forças externas, recebendo “na sua corte conselheiros

⁴⁹ In, KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial*, Lisboa, Editora Dom Quixote, 2014, p.208;

⁵⁰ In, *Ibidem*, p.208;

⁵¹ In, *Ibidem*, p.208;

⁵² Cf, *Ibidem*, p.208;

⁵³ In, *Ibidem*, p.208;

⁵⁴ In, *Ibidem*, p.209;

⁵⁵ In, *Ibidem*, p.208;

⁵⁶ In, *Ibidem*, p.209;

⁵⁷ In, *Ibidem*, p.209;

estrangeiros de múltiplos estados europeus rivais, ao mesmo tempo que enviava missões de tributo à China e contratava sacerdotes hindus de ascendência indiana para o serviço da família real”⁵⁸.

Em suma, podemos afirmar que “neste cenário de subtis e diversos legados, a aposição de uma quadrícula de Estados soberanos vestefalianos sobre o mapa da Ásia poderia dar uma imagem rudimentar das realidades regionais”⁵⁹. Não seria possível traduzir a diversidade de aspirações dos vários dirigentes asiáticos que, através de uma meticulosa hierarquia e protocolos diplomáticos, sempre caracterizaram grande parte da diplomacia e da vida internacional asiática. É neste continente que se encontra, precisamente, uma das nações mais subdesenvolvidas do mundo, a República de Myanmar, considerada por alguns como a «Bela Adormecida da Ásia»⁶⁰, e onde a “mais antiga barreira do mundo está a «ceder» e a reconfigurar o mapa asiático”⁶¹.



Mapa 1. Região do Sudeste Asiático.

Fonte: STEINBERG, David I., *Burma/Myanmar – What everyone needs to know*, Oxford, Oxford University Press, 2010.

⁵⁸ In, KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial*, Lisboa, Editora Dom Quixote, 2014, p.209;

⁵⁹ In, *Ibidem*, p.209;

⁶⁰ In, Web In Travel, 21 de dezembro de 2016, *Myanmar, a sleeping beauty being woken up by technology and tourism*, in <https://www.webintravel.com/myanmar-sleeping-beauty-woken-technology-tourism/>, consultado a 23 de janeiro de 2019;

⁶¹ In, Foreign Policy, 12 de setembro de 2011, MYINT-U, Thant, *Asia's New Great Game*, in, <https://foreignpolicy.com/2011/09/12/asias-new-great-game/>, consultado a 23 de janeiro de 2019;

3. Onde se situa a República de Myanmar?

*“The Irrawaddy can be translated as the «river that brings blessings to the people». But it's less a river than a test of faith, receding during the country's dry season until its banks sit exposed and cracking in the sun, only to return each spring with the monsoon, coming to life, flooding fields, replenishing the country with water, fish, and fertile soil. The Irrawaddy has never disappointed the Burmese. It is where they wash, what they drink, how they travel. Inseparable from their spiritual life, it is their hope.”*⁶²

Kira Salak

A “República de Myanmar ou a Birmânia é, provavelmente, a seguir à Coreia do Norte, o estado mais obscuro do mundo contemporâneo”⁶³. É o maior estado continental do Sudeste Asiático, possuindo cerca de 678,500 quilómetros quadrados, sendo praticamente do tamanho do estado americano do Texas⁶⁴. É o quadragésimo maior país do mundo, encontrando-se limitado a norte e a nordeste pela China, a leste pelo Laos, a sudeste pela Tailândia, a sul pelo Mar de Andamão e pelo Golfo de Bengala e a noroeste pelo Bangladesh e pela Índia⁶⁵. Possui uma população de aproximadamente 60 milhões de habitantes⁶⁶ e conta com cerca de 135 etnias diferentes⁶⁷. Contudo, é um país pequeno quando comparado com a China e a Índia.

Os seus principais rios nascem a norte e percorrem o país em direcção a sul, onde acabam por desaguar no Oceano Índico, mais precisamente, no mar de Andamão e no Golfo de Bengala. O “rio mais importante do país é o Irrawaddy, que é navegável desde Bhamo, a cerca de sessenta quilómetros da fronteira com a China, até à Baía de

⁶² In, National Geographic, Maio de 2006, SALAK, Kira, *Myanmar's River of Spirits*, in, <https://www.nationalgeographic.com/magazine/2006/05/irrawaddy-river-myanmar-burmese-lifeline/>, consultado a 22 de setembro de 2019;

⁶³ In, STEINBERG, David I., *Burma/Myanmar – What everyone needs to know*, Oxford, Oxford University Press, 2010, p.1;

⁶⁴ Cf, *Ibidem*, p.xxvi;

⁶⁵ Cf, *Ibidem*, p.xxvi;

⁶⁶ In, Foreign Policy, 12 de setembro de 2011, MYINT-U, Thant, *Asia's New Great Game*, in, <http://foreignpolicy.com/2011/09/12/asias-new-great-game/>, consultado a 1 de novembro de 2016;

⁶⁷ Cf, STEINBERG, David I., *Burma/Myanmar – What everyone needs to know*, Oxford, Oxford University Press, 2010, p.1;

Bengala”⁶⁸, e que tem como principal afluente outro grande rio, o Chindwin, que é também navegável permitindo assim o transporte de pessoas e mercadorias entre diversas regiões do país. Existem mais dois importantes rios, “o Rio Sittang, de menor dimensão, e o majestoso rio Salween que nasce no sudoeste da China no planalto tibetano e que desagua no Golfo de Martaban, que faz parte da Baía de Bengala.”⁶⁹. Desta forma, o território é abastecido por grandes recursos de água, sendo que a maioria dos rios é navegável, permitindo boas vias de comunicação pelo vasto território e contactos com povos vizinhos, em especial a China e a Índia, que ao longo dos vários séculos de História exerceram um importante domínio e influência sobre a região.

É um país pouco conhecido pelo mundo, “sendo que só costuma aparecer no contexto internacional em momentos de crise, mas que no entanto tem problemas constantes e trágicos”⁷⁰. Atualmente “é provável existirem mais pessoas no mundo a conhecerem a famosa birmanesa Aung San Suu Kyi, que ganhou o prémio Nobel da Paz em 1991, do que o nome do país onde ela vive”⁷¹. A prisão domiciliária contínua desta birmanesa ao longo de vários anos fez manchete em muitos jornais de todo o mundo, e foi nela que foram personificados todos os problemas de Myanmar, como a luta pela democracia, a ausência de direitos humanos e o contínuo atraso económico.

Em Myanmar praticamente não existe eletricidade, e as pessoas dependem quase exclusivamente da agricultura para sobreviver. A região do delta do rio Irrawaddy é responsável por cerca de 65% da produção de arroz no país, e por 50% e 40% da produção de aves e de porcos, respetivamente⁷². No entanto, esta foi a região mais afetada pelo ciclone Nagis em 2008, tendo tido por isso um forte impacto na economia do país e na vida da população.

Esta situação contribuiu para acelerar ainda mais o desejo de mudança no país, que desde a década de 90 já estava a ser posta em marcha pelo governo. A noção da dependência excessiva da China e o atraso social e económico de Myanmar começou a preocupar cada vez mais a elite política, e a necessidade de mudança mostrava-se imperativa, ainda que fosse apenas segundo normas estritas, e não através de uma

⁶⁸ In, STEINBERG, David I., *Burma/Myanmar – What everyone needs to know*, Oxford, Oxford University Press, 2010, p.26;

⁶⁹ In, *Ibidem*, p.26;

⁷⁰ In, *Ibidem*, p.1;

⁷¹ In, *Ibidem*, p.1;

⁷² Cf, *Ibidem*, p.1;

mudança de sistema político como muitos desejavam⁷³. Ainda assim, a sua importância estratégica, recursos naturais, tamanho, localização e potencial económico e comercial, colocam-no cada vez mais em destaque na política externa de muitos países asiáticos, assim como na dos EUA e da União Europeia⁷⁴.

As preocupações acerca do seu governo militar autocrático e a situação do seu povo são generalizadas, mas não existe um consenso internacional sobre como abordar a questão de Myanmar. É por isso importante tentar perceber quais os fatores que afetaram positivamente ou negativamente os seus assuntos internos e quais as respostas estrangeiras a estas mudanças.



Mapa 2. Posição Geográfica de Myanmar

Fonte: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/graphics/maps/large/bm-map.gif>

⁷³ Cf, United Nations University, 8 de outubro de 2014, *Dr. Thant Myint-U on Myanmar in an Age of Reform*, in, <http://unu.edu/news/news/dr-thant-myint-u-on-myanmar-in-an-age-of-reform.html>, consultado a 2 de fevereiro de 2017;

⁷⁴ Cf, STEINBERG, David I., *Burma/Myanmar – What everyone needs to know*, Oxford, Oxford University Press, 2010, p.2;

4. Qual é a origem da Birmânia/Myanmar?

Os Pyu, budistas com certos elementos do hinduísmo, são o povo mais antigo conhecido que floresceu nesta região. Este ao ser derrotado pelos antepassados dos birmanos deu lugar a uma nova dinastia, inaugurada pelo rei Anawrahta, que governou entre 1044 e 1077, a partir de Pagan⁷⁵. Foi sob a sua autoridade que o budismo se expandiu pelo reino e se tornou até aos dias de hoje a religião predominante desta zona do mundo⁷⁶.

No entanto, em 1287, os mongóis, sob o comando de Kublai Khan, chegam da China e destroem o Império da dinastia Pagan⁷⁷. A região foi depois governada em forma de pequenos estados, e dominada por três grupos étnicos: os Birmaneses, os Mons e os Shans. Esta situação permaneceu até ao século XVI, quando o rei Bayinnaung (1551-1581) criou o segundo império birmanês, que incluiu parte da Tailândia e do Laos. Em 1752, o rei Alaungpaya estabelecia o terceiro império, que durou até à chegada dos britânicos, cujos comerciantes já se tinham vindo a instalar na zona ao longo do século XVII. Contudo, não tardaram a ocorrer disputas fronteiriças entre a Birmânia e a Índia Britânica, levando à ocorrência de três guerras ao longo do século XIX⁷⁸. De cada uma delas, a Grã-Bretanha retirava mais províncias ao reino birmanês até que, em 1885, consegue finalmente tornar a Birmânia numa província da Índia Britânica. Durante a década de 1890, a Birmânia torna-se uma importante exportadora de petróleo, assim como a maior exportadora de arroz no mundo até meados do século XX⁷⁹. As tentativas de independência não tardaram e, em abril de 1937, os britânicos, para tentarem acalmar os ânimos tornam esta província numa colónia separada da Índia. No entanto, em dezembro de 1941, os japoneses invadem a Birmânia, que estava a ser um importante aliado chinês (de Chiang Kai-Shek) na guerra, obrigando os britânicos a abandonar a sua colónia no ano seguinte, e a China a perder o acesso à estrada birmanesa que era essencial para a obtenção de mantimentos⁸⁰. O Japão

⁷⁵ Cf, DANA, Leo Paul, *When economies change paths – Models of transition in China, the Central Asian Republics, Myanmar & the nations of former Indochine Française*, Londres, World Scientific, 2002, p.150;

⁷⁶ Cf, *Ibidem*, p.150;

⁷⁷ Cf, *Ibidem*, p.151;

⁷⁸ Cf, *Ibidem*, p.151;

⁷⁹ A Birmânia/Myanmar era um dos poucos países da Ásia que possuía um considerável excedente exportável de alimentos.

⁸⁰ Cf, *Ibidem*, p.152;

acaba por tornar a Birmânia «independente» em 1943, colocando no poder um governo pró-japoneses que durou até ao fim da guerra.

Após o fim da 2ª Guerra Mundial, e com a derrota dos japoneses, a Birmânia volta a ser disputada pelo seu antigo colonizador. Contudo, os britânicos estavam demasiado debilitados do conflito e acabam por reconhecer a independência da região em 17 de outubro de 1947⁸¹. Desta forma, no ano seguinte, a 4 de janeiro de 1948, era finalmente estabelecida a União Birmanesa. Ainda assim, rapidamente surgiram problemas internos, causados especialmente por uma minoria cristã que tinha vindo da China e que se rebelou contra o novo governo. A guerra civil durou até 1952, sendo que uma década depois, a 2 março de 1962, o general Ne Win deixa de lado o único primeiro-ministro eleito da Birmânia e introduz um regime militar, com uma economia socialista⁸². O país isola-se, e o inglês é banido, sendo considerado uma língua representativa de uma cultura decadente e degenerativa. O Partido Socialista Birmanês torna-se assim o único partido político legal no país.

Rapidamente o Estado inicia uma série de nacionalizações, que incluíram os bancos, os sistemas de transporte, venda por grosso, comércio de retalho, assim como companhias estrangeiras⁸³. Esta situação conduziu a uma quebra progressiva do setor de mercado da economia. Uma economia planificada estatal foi sendo introduzida, e a ausência de capital e tecnologia estrangeiros agravou a situação económica do país, que teve um crescimento extremamente limitado na década de 60. Entretanto, em 1974, a União Birmanesa consagra-se como um estado socialista de partido único, e a constituição altera o nome do país para República Socialista da União Birmanesa. A partir desse momento, o governo estabelece as suas prioridades e define as suas políticas, que se basearam na autossuficiência, controlo estatal, isolamento e estrita neutralidade no plano internacional (inclusive, em 1979, ficaram de fora do movimento dos não-alinhados, preferindo o isolamento)⁸⁴.

No entanto, as políticas levadas a cabo pelo estado birmanês trouxeram diversos problemas económicos, agravando, consequentemente, a vida da população. Entre 1986

⁸¹ Cf, DANA, Leo Paul, *When economies change paths – Models of transition in China, the Central Asian Republics, Myanmar & the nations of former Indochine Française*, Londres, World Scientific, 2002, p.152;

⁸² Cf, *Ibidem*, p.152;

⁸³ Cf, *Ibidem*, p.152;

⁸⁴ Cf, *Ibidem*, p.152;

e 1988, o declínio do comércio contribuiu para uma severa recessão económica⁸⁵. Esta situação verifica-se ainda hoje, sendo que quando um grupo de pessoas se junta para discutir a situação do país, acaba-se invariavelmente por comparar os preços anteriores a 1990, quando a inflação ainda não tinha atingido valores tão elevados⁸⁶. Tal como Aung San Suu Kyi afirma “a inflação é o principal inimigo das donas de casa, que têm de esticar um orçamento limitado para abranger as necessidades básicas diárias de uma família”⁸⁷. Para compreender estas dificuldades, atentemos no que implica cozinhar a primeira refeição do dia. Para muitas pessoas em Myanmar, o pequeno-almoço consiste em arroz frito, que se trata de uma mistura de arroz já cozinhado e outros restos da noite anterior com legumes, carne ou camarões, ovos e umas rodela de salsicha de porco chinês⁸⁸. No entanto, o preço dos alimentos disparou na década de 90, sendo que por exemplo “o preço do frango passou de 100 kyats o viss (cerca de 1,6 kg) para 400 Kyats, a carne de porco subiu de 70 kyats o viss para 280 kyats, e até o preço dos ovos subiu drasticamente de cerca de 1 kyat para 6 kyats”⁸⁹. Com o preço da carne tão elevado, os legumes passaram a ter um papel importante no pequeno-almoço de arroz frito de Myanmar, mas não tão importante como seria de esperar. O seu preço subiu a um ritmo ainda mais rápido do que o preço da carne.

Com um rendimento *per capita*, a rondar os 190 dólares em 1987, de acordo com os dados do Banco Mundial⁹⁰, o povo birmanês era um dos mais pobres do sudeste asiático, e a Birmânia afastava-se cada vez mais dos seus vizinhos, como era o caso da China ou da Tailândia, que viam as suas economias crescer rapidamente.

⁸⁵ Cf, KYI, Aung San Suu, *Cartas da Birmânia*, Porto, Campo das Letras, 1998, p.153;

⁸⁶ Cf, *Ibidem*, p.35;

⁸⁷ In, *Ibidem*, p.35;

⁸⁸ Cf, *Ibidem*, p.35-36;

⁸⁹ In, *Ibidem*, p.36;

⁹⁰ Cf, DANA, Leo Paul, *When economies change paths – Models of transition in China, the Central Asian Republics, Myanmar & the nations of former Indochine Française*, Londres, World Scientific, 2002, p.153;

5. Pressão para a transição democrática e reforma económica

*“Quando as pessoas na Birmânia deixarem de pensar se são livres ou não, significará que são livres”.*⁹¹

Aung San Suu Kyi

A grave situação económico-financeira do país rapidamente fez nascer um novo movimento pró-democracia na Birmânia, que se afirma com as revoltas populares de 1988⁹². Ainda que “inicialmente as manifestações não tenham sido diretamente despoletadas por razões políticas, rapidamente se politizaram”⁹³ e cresceram por todo o país.

Como foi referido anteriormente, os problemas económicos da década de 80 colocam o governo militar sobre uma enorme tensão, e este acaba por ver-se “confrontado por dois desafios que ameaçavam a sua estabilidade, nomeadamente, a renovação da sua liderança política e a necessidade de obter financiamento internacional”⁹⁴. No entanto, o “Partido do Programa Socialista Birmanês (BSPP) apercebeu-se demasiado tarde da prioridade de reformar a sua economia, tendo começado a ter dificuldades em manter as instituições políticas estatais”.⁹⁵

Desta forma, “quando o General Ne Win decidiu iniciar medidas para combater os problemas económicos, já o Japão, um dos principais credores da Birmânia, tinha insistido por diversas vezes à implementação das reformas sob pena de retirar a sua ajuda financeira”⁹⁶. O apelo às reformas resultou assim numa especulação económica, levando a um aumento substancial da inflação. Na tentativa de “controlar a escalada inflacionária, o governo decide aplicar uma desmonetização das notas de maior valor

⁹¹ In, KYI, Aung San Suu, in, https://www.brainyquote.com/quotes/aung_san_suu_kyi_464244, consultado a 20 de maio de 2019;

⁹² Cf, GUERREIRO, Márcia Cordeiro, *A Birmânia e a Luta pela Democracia:1988-2010 – Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012, p.13;

⁹³ In, *Ibidem*, p.13;

⁹⁴ Cf, *Ibidem*, p.13;

⁹⁵ In, *Ibidem*, p.13;

⁹⁶ In, *Ibidem*, p.13;

nominal, sem oferecer qualquer compensação aos cidadãos”⁹⁷, cujo nível de vida deteriorava-se cada vez mais. Esta terceira desmonetização provocou um enorme descontentamento entre a população e as reservas de moeda estrangeira atingiram um mínimo histórico. Com tantos problemas e uma corrupção que não parava de aumentar, as redes de decisão do estado deixaram de funcionar, e a estagnação económica provocada pela incapacidade do Estado conduziu ao aumento do desemprego.

Perante este cenário económico, a 11 de dezembro de 1987, a Birmânia, que outrora tinha sido uma das economias mais prósperas da Ásia, passou a ser designada pelas Nações Unidas como uma das nações menos desenvolvidas do mundo⁹⁸. O “estatuto de País Menos Desenvolvido (LDC) veio no sentido de aliviar o peso da dívida externa, mas acabou apenas por contribuir para um adensar das tensões entre o BSPP e a população birmanesa”⁹⁹. Por sua vez, “a iminência da desintegração da economia teve as suas consequências sociais e políticas, que se materializaram nas manifestações populares de 1988”¹⁰⁰.

As cidades do moderno Sul e Sudeste Asiático têm sido muitas vezes o ponto inicial de impacto entre as forças do Estado e da sociedade¹⁰¹. Em março de 1988, a antiga capital de Myanmar, Rangoon (Yangon), não fugiu a esta realidade. Sendo a maior cidade do país, era aqui que residia o poder da Junta Militar do General Ne Win. Embora, em termos de *design* a cidade moderna tenha sido uma criação do domínio colonial britânico (especialmente o Distrito Central de Negócios e os municípios que ficam entre este e o Lago Inya), Rangoon não era de todo uma simples metrópole colonial, como Jacarta (Batávia), Manila ou até mesmo Ho Chi Minh (Saigão)¹⁰². Em vez disso, Rangoon era uma cidade com uma grande «bagagem» histórica e espiritual. É aqui que se situa o Shwe Dagon Pagoda, onde se diz que as relíquias do Buda Histórico e três budas anteriores foram enterrados, o que torna a cidade num centro devocional,

⁹⁷ In, GUERREIRO, Márcia Cordeiro, *A Birmânia e a Luta pela Democracia:1988-2010 – Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012, p.13;

⁹⁸ Cf, DANA, Leo Paul, *When economies change paths – Models of transition in China, the Central Asian Republics, Myanmar & the nations of former Indochine Française*, Londres, World Scientific, 2002, p.153;

⁹⁹ In, GUERREIRO, Márcia Cordeiro, *A Birmânia e a Luta pela Democracia:1988-2010 – Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012, p.14;

¹⁰⁰ In, *Ibidem*, p.14;

¹⁰¹ Cf, SEEKINS, Donald M., *The State and The City:1988 and the transformation of Ragoon*, in, Pacific Affairs, vol.78, nº2, Vancouver, University of British Columbia, 2005, p.257;

¹⁰² Cf, *Ibidem*, p.257;

além de estarem também aqui concentrados os poderes político, administrativo e económico¹⁰³.

Rangoon foi ainda o local onde nasceram os movimentos de independência durante o período colonial britânico, sendo que a revestiu com uma tradição de «nacionalismo revolucionário», um legado que o regime militar pós-1988 teve dificuldades em neutralizar¹⁰⁴. As manifestações populares de 1988, que causaram a queda do BSPP do regime do general Ne Win, aconteceram precisamente meio século após as de 1938-39 contra os britânicos. Estas manifestações foram lideradas “pelos estudantes, o partido nacionalista Thakin e trabalhadores politizados na chamada «Revolução 1300», já que era o ano da Era Birmanesa em que o movimento aconteceu”¹⁰⁵. Durante estes dois períodos, o Shwe Dagon funcionou não apenas como um lugar sagrado budista, mas também como um espaço público para o ativismo político, onde os estudantes universitários estabeleceram «centros de greve» e lutaram pela mudança.

A 26 de agosto de 1988, Aung San Suu Kyi, filha do líder independentista Aung San, fez um importante discurso na encosta ocidental da colina do pagode, onde descreveu estas revoltas como “a segunda luta pela independência nacional”¹⁰⁶. Sendo filha de tamanho líder como foi o seu pai e que foi assassinado em 1947, San Suu Kyi decidiu apoiar o movimento e lutar por um regime multipartidário democrático, onde os direitos humanos se faziam respeitar¹⁰⁷. Transformou-se assim no rosto da luta pela democracia na Birmânia/Myanmar¹⁰⁸.

É a partir daqui que começa a sua campanha, na qual apela sempre à liberdade e à democracia nos numerosos discursos que profere, e adquirindo um forte apoio popular. Em 1988, ajuda a fundar a Liga Nacional pela Democracia (NLD), que se tornaria o grande partido de oposição à Junta Militar após vencer as eleições de 1990¹⁰⁹. O sucesso que obteve deveu-se sobretudo ao facto de Aung San Suu Kyi ser filha do

¹⁰³ Cf, SEEKINS, Donald M., *The State and The City: 1988 and the transformation of Rangoon*, in, Pacific Affairs, vol.78, nº2, Vancouver, University of British Columbia, 2005, p.257;

¹⁰⁴ Cf, *Ibidem*, p.257;

¹⁰⁵ In, *Ibidem*, p.257;

¹⁰⁶ In, KYI, Aung San Suu, *Speech to a Mass Rally at the Shwedagon Pagoda*, in, ARIS, Michael, ed., *Freedom From Fear and Other Writings*, Londres, Penguin Books, 1995, p.193;

¹⁰⁷ Cf, *Ibidem*, p.193;

¹⁰⁸ In, GUERREIRO, Márcia Cordeiro, *A Birmânia e a Luta pela Democracia: 1988-2010 – Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012, p.23;

¹⁰⁹ Cf, *Ibidem*, p.23;

general Aung San, fundador do exército birmanês e figura central da independência, que aos olhos do povo birmanês lhe conferia a legitimidade para participar na política nacional e uma certa autoridade política e moral que faltava ao regime¹¹⁰. A NLD passou assim a constituir a principal ameaça ao governo militar, que já antes das eleições tinha colocado diversos obstáculos à campanha eleitoral do novo partido, ameaçando frequentemente os seus membros. Foram lançadas várias campanhas difamatórias contra a líder birmanesa, até que, no final de Julho de 1989, Aung San Suu Kyi e o antigo general Tin-Oo¹¹¹, foram colocados em prisão domiciliária e milhares de outros membros da NLD foram presos. O Conselho para a Restauração da Lei e da Ordem (SLORC) “passou assim a considerar a líder da NLD uma ameaça para a nação, dizendo que incitava à intervenção externa nos assuntos birmaneses, e decide colocá-la sob prisão domiciliária em Rangoon, ao abrigo da lei marcial que tinha sido instalada no país, após o golpe de 18 de setembro”¹¹². A lei marcial permitia a detenção de qualquer pessoa sem acusação formada em julgamento, por um período máximo de três anos, impedindo assim a continuidade da campanha do partido opositor e interditando Aung San Suu Kyi de viajar.

Contudo, mesmo com todas estas tentativas para travar a campanha eleitoral da NLD, o partido ganhou as eleições a 27 de maio de 1990, com 82% dos assentos parlamentares, que acabou por não poder tomar posse, pois o regime nunca reconheceu os resultados das eleições e negou-se a entregar o poder¹¹³. Desta forma, mantiveram Aung San Suu Kyi sob prisão domiciliária até 1995, sendo que durante este período lhe foram atribuídos muitos prémios internacionais, como o Prémio Sakharov em 1990 e o Prémio Nobel da Paz em 1991. Em 1995, é libertada pelo SLORC e é-lhe permitido sair do país, para se juntar à sua família na Grã-Bretanha, possibilidade que ela recusa por temer que fosse impedida de regressar ao país e ser submetida a um exílio forçado¹¹⁴.

Encontrando-se novamente em liberdade volta a reunir-se com os membros do seu partido e reassume as suas funções de Secretária Geral da Liga Nacional da Democracia. Durante dois anos Aung San Suu Kyi testou o alcance da sua liberdade, ao

¹¹⁰ Cf, GUERREIRO, Márcia Cordeiro, *A Birmânia e a Luta pela Democracia: 1988-2010 – Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012, p.23;

¹¹¹ Thura Tin Oo é um político birmanês, ativista e general aposentado das forças armadas da União de Myanmar, que atualmente é o patrono da Liga Nacional pela Democracia no Myanmar.

¹¹² In, *Ibidem*, p.24;

¹¹³ Cf, *Ibidem*, p.24;

¹¹⁴ Cf, *Ibidem*, p.25;

conceder entrevistas, criticar abertamente o governo, viajar pelas províncias e discursar em várias reuniões públicas¹¹⁵. Contudo, o governo militar decide colocá-la novamente sob prisão domiciliária em setembro de 2000, sendo libertada mais uma vez, passados dezanove meses, devido sobretudo às pressões da sociedade internacional. Esta segunda detenção teve um importante impacto no exterior, sendo que a sociedade internacional decide mandar para Myanmar, como enviado especial da ONU, Razali Ismail¹¹⁶, que seria o intermediário nas conversações entre a líder birmanesa e a Junta Militar¹¹⁷. É também durante este período que “Bill Clinton, presidente dos EUA à data, confere um prémio de Honra Civil da América à líder da NLD, tendo este sido recebido pelo seu filho mais velho em seu nome como aconteceu das outras vezes que foi premiada”¹¹⁸. Este prémio foi muito importante para o movimento democrático em Myanmar, pois veio dar visibilidade internacional à luta do povo birmanês pela liberdade política.

No entanto, a luta pela liberdade não se revelou mais fácil nos anos seguintes, uma vez que Suu Kyi voltou a ser intercedida um ano após a sua libertação por uma milícia do governo, por ocasião de uma viagem que fazia ao Norte da União, tendo sido atacada na cidade de Depayin juntamente com os seus apoiantes¹¹⁹. Mais de setenta pessoas morreram e cem foram aprisionadas, incluindo Aung, que permaneceu secretamente detida. Dois anos depois, em maio de 2006, Ibrahim Gambari, Subsecretário Geral para os Assuntos Políticos das Nações Unidas, reuniu-se com Aung San Suu Kyi, o que constituiu a primeira visita oficial desde 2004¹²⁰. Uma semana depois desta visita, a Junta Militar prolongou a prisão domiciliária de Suu Kyi por mais um ano. Esta terceira detenção iria durar até novembro de 2010, sendo libertada após as eleições de 7 de novembro, de forma a evitar a sua interferência nas eleições e garantindo ao mesmo tempo a vitória dos partidos que o governo apoiava¹²¹.

Apesar de Aung San Suu Kyi ter sempre feito a apologia da não-violência e do diálogo para solucionar as divergências políticas e os problemas internos de Myanmar,

¹¹⁵ Cf, GUERREIRO, Márcia Cordeiro, *A Birmânia e a Luta pela Democracia: 1988-2010 – Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012, p.25;

¹¹⁶ É um diplomata malasiano que foi representante permanente da Malásia na ONU durante vários anos, até que, devido a suspeitas de corrupção, foi afastado em 2005 dos seus cargos. Diz-se ter mantido relações próximas com o governo birmanês.

¹¹⁷ Cf, *Ibidem*, p.25;

¹¹⁸ Cf, *Ibidem*, p.25;

¹¹⁹ Cf, *Ibidem*, p.25;

¹²⁰ Cf, *Ibidem*, p.25;

¹²¹ Cf, *Ibidem*, p.26;

ela tinha consciência que o diálogo não chegava para lidar com um governo como o SLORC/SPDC, e advogou o uso de sanções económicas, à semelhança do que aconteceu com a África do Sul durante o regime do *apartheid*. A líder da NLD tinha esperança de se vir a atingir um desfecho similar, ou seja, a destituição de um regime opressor e a implementação de um estado democrático. Todavia, a prossecução deste objetivo, estava muito dependente da sociedade internacional, como um todo, para com o regime militar. À reação sancionatória do Ocidente contrapôs-se a cooperação e o envolvimento de grande parte dos países asiáticos (em especial da China), sendo que estas duas abordagens internacionais ao problema birmanês provocaram um impasse.

As eleições parciais de 2010 levaram assim a uma transição pacífica de sessenta anos de governo autoritário para um governo praticamente civil liderado pelo ex-general Thein Sein¹²². Durante o seu mandato, iniciaram-se uma série de reformas políticas e económicas que resultaram numa abertura substancial do país. Estas reformas incluíram a libertação de vários prisioneiros políticos e de crianças-soldado; a assinatura de um acordo de cessar-fogo com oito grandes grupos étnicos; uma maior liberdade de imprensa e de expressão; e eleições parlamentares em 2012, em que a líder pró-democracia Aung San Suu Kyi e o seu partido de oposição, a Liga Nacional para a Democracia (NLD), ganharam 43 dos 45 assentos parlamentares. Por conseguinte, três anos depois, nas eleições nacionais de 2015, a NLD obteve a maioria dos assentos no parlamento nacional e nos parlamentos estaduais e regionais do país.

Apesar dos significativos problemas estruturais e constitucionais do novo governo, a eleição de 2015 representou um passo fundamental na transição democrática de Myanmar¹²³. O novo governo tomou posse a 1 de fevereiro de 2016, e Win Myint, membro da NLD, foi eleito como o segundo presidente do partido a 30 de março de 2018¹²⁴. Em sequência das reformas democráticas, foram libertados centenas de presos políticos. Para além disso, a 30 de março de 2016, Aung San Suu Kyi tornou-se ministra dos Negócios Estrangeiros, da Educação e da Energia no governo do novo Presidente Htin Kyaw, e mais tarde conselheira de Estado¹²⁵. Imediatamente após o início das suas

¹²² Cf, U.S Department of State, 17 de julho de 2018, *U.S. Relations With Burma*, in, <https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/35910.htm>, consultado a 12 de maio de 2019;

¹²³ Cf, Human Rights Watch, 16 de novembro de 2015, *Burma Elections 2015*, in, <https://www.hrw.org/blog-feed/burma-elections-2015>, consultado a 12 de maio de 2019;

¹²⁴ Cf, U.S Department of State, 17 de julho de 2018, *U.S. Relations With Burma*, in, <https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/35910.htm>, consultado a 12 de maio de 2019;

¹²⁵ A Constituição birmanesa proíbe qualquer pessoa que tenha casado com um estrangeiro a desempenhar o cargo de presidente.

funções convidou vários ministros estrangeiros a visitar o país, nomeadamente da China, do Japão, de Itália e do Canadá. O seu objetivo foi consolidar os laços diplomáticos e económicos com estes estados, de modo a promover o desenvolvimento e para tentar alcançar o progresso dos países vizinhos. Adicionalmente, visitou ainda a Casa Branca pela segunda vez em setembro de 2016, estreitando igualmente as relações diplomáticas e económicas entre os dois estados.

No entanto, o novo governo não conseguiu lidar com os conflitos étnicos nos estados de Shan e Kachin, onde milhares de refugiados (cerca de 700 000) fugiram para a China, a Índia e o Bangladesh¹²⁶. Em 2017, a perseguição dos Rohingya por parte das forças do governo intensificou-se a ponto de ser considerado um genocídio. Todavia, Aung San Suu Kyi, quando entrevistada, negou as alegações de limpeza étnica, enquanto o seu governo continuou a recusar conceder cidadania aos Rohingya. O seu mandato como conselheira de Estado atraiu críticas internacionais devido ao fracasso em abordar os problemas económicos e étnicos do seu país, sendo que a crise dos Rohingya é já descrita como uma das maiores crises de refugiados e de limpeza étnica desde a Segunda Guerra Mundial. Esta situação levou “a Amnistia Internacional (AI) a anunciar a retirada do prémio de Embaixadora de Consciência, a mais importante distinção atribuída em 2009 pela organização dos Direitos Humanos, à líder do governo civil de Myanmar”¹²⁷. A vencedora do prémio Nobel de 1991 perdeu ainda “o prémio de Liberdade de Edimburgo por recusar condenar a violência contra os Rohingya, sendo este o oitavo título honorífico que é retirado à ativista no último ano”¹²⁸. Em dezembro de 2017, os Estados Unidos impuseram novamente sanções ao país devido aos abusos dos direitos humanos cometidos contra os Rohingya no Estado de Rakhine¹²⁹.

¹²⁶ Cf, U.S Department of State, 17 de julho de 2018, *U.S. Relations With Burma*, in, <https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/35910.htm>, consultado a 12 de maio de 2019;

¹²⁷ In, Expresso, 12 de novembro de 2018, *Amnistia Internacional retira prémio a Aung San Suu Kyi*, in, <https://expresso.pt/internacional/2018-11-12-Amnistia-Internacional-retira-premio-a-Aung-San-Suu-Kyi#gs.bi6mfo>, consultado a 12 de maio de 2019;

¹²⁸ In, TSF Rádio Notícias, 22 de agosto de 2018, *Nobel da paz perde prémio de Edimburgo por não condenar violência em Myanmar*, in, <https://www.tsf.pt/internacional/interior/nobel-da-paz-perde-premio-de-edimburgo-por-nao-condenar-violencia-em-myanmar-9748287.html>, consultado a 12 de maio de 2019;

¹²⁹ Cf, U.S Department of State, 17 de julho de 2018, *U.S. Relations With Burma*, in, <https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/35910.htm>, consultado a 12 de maio de 2019;

Desta forma, o processo de transição democrática em Myanmar tem ocorrido num contexto de profundas mudanças estruturais na sociedade internacional. Estas “têm eclipsado o impacto regional do processo de transição que, de outra forma, seria entendido como um desenvolvimento vital na reconfiguração dos poderes no Sudeste Asiático”¹³⁰. No caso de Myanmar, os fatores externos justapõem-se aos fatores internos, sendo que ambos participam no conjunto de reformas em curso no país. A incapacidade da Junta Militar em responder às exigências político-económicas, constituiu o principal motivo na decisão de investir nas reformas.

Em primeiro lugar, a revisão constitucional de 2008 reforçou o pluralismo no panorama político do país (apesar de ainda conter algumas limitações). A elaboração dos novos artigos da Constituição viria a ser um trabalho demorado que duraria dezasseis anos, mas com um interregno de oito anos¹³¹. A criação da primeira Convenção Nacional, cujos trabalhos foram interrompidos em 1996, obedeceu ao programa da Junta de delinear os princípios orientadores da Lei Fundamental do Estado Birmanês, permitindo desde logo a continuação da supremacia do exército na política nacional¹³². Contudo, a Convenção só voltaria a reunir-se em 2004, e após as cinco sessões de trabalho que se seguiram, surgiu o projecto de Constituição que foi finalizado no ano de 2007.

Esta nova Constituição consiste num vasto texto de quatrocentas e cinquenta e sete cláusulas, divididas por quinze capítulos e cinco anexos¹³³. É aqui que o nome oficial do Estado passa a ser República da União de Myanmar (de forma a atenuar os problemas étnicos¹³⁴) e em que o próprio assume a responsabilidade pelo desenvolvimento económico, saúde, educação e cultura do país. Reconhece ainda o fracasso do socialismo, algo que aprendeu não só pela sua experiência interna, mas também pelo desmembramento da União Soviética em 1991 e pelas alterações vividas na China desde a década de 70, que a fez adaptar-se rapidamente à economia de mercado (com características muito próprias). Desta forma, estabelece um sistema económico orientado para o mercado, proibindo a nacionalização da propriedade

¹³⁰ In, MAURÍCIO, Tiago, *O processo de transição democrática na Birmânia*, Lisboa, Janus, 2013, p.42;

¹³¹ Cf, *Ibidem*, p.39;

¹³² Cf, *Ibidem*, p.39;

¹³³ Cf, GUERREIRO, Márcia Cordeiro, *A Birmânia e a Luta pela Democracia: 1988-2010 – Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012, p.39;

¹³⁴ Cf, STEINBERG, David I., *Burma/Myanmar – What everyone needs to know*, Oxford, Oxford University Press, 2010, p. XXI;

privada e instaurando uma política de desmonetização. É garantida também a liberdade religiosa, desde que a prática da religião não provoque conflitos políticos, sendo o Budismo considerado a religião oficial do Estado. Para além disso, o sistema político passa a ser descrito como uma democracia florescente, disciplinada, genuína e multipartidária, sendo o Estado retratado como um sistema unitário ou como uma união. E, por último, o poder administrativo é dividido entre o governo central, os sete estados correspondentes às minorias étnicas, as sete regiões (anteriormente denominadas de divisões), um território da União (Naypyitaw), cinco zonas étnicas autónomas e uma divisão étnica autónoma.

Em segundo lugar, em relação à economia do país, o programa do governo de 2010 lançou com sucesso as bases para a liberalização de setores produtivos e a abertura a capitais estrangeiros¹³⁵. Atualmente, o número de projectos económicos em Myanmar é o mais elevado da sua história, sendo que várias empresas chinesas, indianas, japonesas, americanas e europeias investiram no país¹³⁶. Esta situação favorece a criação de novos empregos para a população, permitindo a revitalização e criação de infraestruturas vitais para o desenvolvimento de um estado que possui uma das economias mais frágeis do Sudeste Asiático.

Contudo, quais são, então, as razões que levaram a tão significativas transformações na sociedade birmanesa e a sua perceção internacional? Para compreender esta mudança é necessário responder às dimensões internas e externas que promoveram este processo. Existem diversas razões que justificam a presente transição democrática. Uma das mais importantes está relacionada com o esforço aplicado para corrigir as práticas governativas erradas levadas a cabo ao longo de várias décadas. Num “relatório publicado pelo Center for Strategic and International Studies (CSIS), foram apontadas algumas delas, nomeadamente: a corrupção, o nepotismo, a falta de infraestruturas, a deficiência em recursos humanos, os conflitos étnicos, a falta de controlo fronteiriço, os tráficos ilícitos endémicos, as violações às liberdades básicas, a economia subdesenvolvida, e o sector financeiro disfuncional”¹³⁷. Com efeito, o atual processo de transição democrática foi o resultado dos seguintes fatores fundamentais.

¹³⁵ In, MAURÍCIO, Tiago, *O processo de transição democrática na Birmânia*, Lisboa, Janus, 2013, p.42;

¹³⁶ In, *Ibidem*, p.42;

¹³⁷ In, *Ibidem*, p.42;

Em primeiro lugar, o fator de ordem interna ditou a necessidade de se proceder a transformações para pluralizar o sistema político e a revitalizar a economia. Os membros da Junta Militar que tomaram o poder, em 1962, nunca possuíram o conhecimento técnico e burocrático necessário para implementar um conjunto de medidas que trouxessem a segurança e a prosperidade ao país. Durante vários anos governaram com uma lei marcial, que apesar de se ter traduzido na estabilização interna do país, impediu o desenvolvimento humano e económico. Desta forma, as atuais reformas refletem a intenção do exército em regressar paulatinamente aos quartéis, e dar espaço a novas forças políticas para dinamizarem a sociedade e economia birmanesas.

Em segundo lugar, encontra-se o fator de desenvolvimento dos outros países na Ásia Oriental. Os líderes birmaneses observaram ao longo das décadas os rápidos processos de industrialização e liberalização económica dos quatro Tigres Asiáticos (Hong Kong, Singapura, Taiwan e Coreia do Sul), a ascensão económica da China e da Índia, e até mesmo a modernização da Tailândia e do Vietname. Estas sociedades asiáticas, várias delas pós-coloniais, conseguiram adaptar-se à competitividade internacional, enquanto Myanmar falhou em ajustar-se para competir com os seus vizinhos. No entanto, o desenvolvimento nestes países permitiu ao governo birmanês adquirir um exemplo de reformas para introduzir no país.

Em terceiro lugar, a sua adesão à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), em 1997, providenciou-lhe dois incentivos fundamentais. Por um lado, forneceu uma proteção política face às repetidas violações dos direitos humanos. Esta situação tinha levado vários países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) a impor sanções económicas ao país o que conduziu a um isolamento político de Myanmar. Por outro lado, a própria ASEAN revelou ser um importante instrumento para a resolução da crise financeira asiática de 1998, a qual ameaçou o progresso atingido em décadas anteriores, tendo fornecido um forte estímulo económico para as reformas liberalizantes no estado birmanês. Para assinalar o reconhecimento das reformas efetuadas, a ASEAN decidiu atribuir a sua presidência a Myanmar em 2014.

Em quarto e último lugar, esteve o fator da realidade estratégica na Ásia que ditou a inserção de Myanmar no cálculo geoestratégico das grandes potências. A reascensão da China é, por conseguinte, um fator decisivo no atual processo de transição democrática. Com a economia em constante expansão desde 1979, o antigo

«Império do Meio» tornou-se um dos principais apoiantes da Junta Militar Birmanesa no contexto das sanções ocidentais. A fragilidade do regime birmanês em sustentar a influência chinesa no país impôs-lhe limitações na prossecução do interesse nacional, cada vez mais influenciado pelas diretivas impostas pela política regional de Pequim. Com efeito, o regime de Naypydaw, ao querer distanciar-se desta dependência estratégica, viu a abertura política e económica ao ocidente como uma opção de contrabalançar uma excessiva dependência da China.

Contudo, o governo chinês continua a exercer uma forte influência no país. Segundo relatórios oficiais, a China tem fornecido material bélico (tanques, veículos blindados, caças F-7) ao regime birmanês, e construído infraestruturas portuárias no país para servir os seus interesses estratégicos no Oceano Índico¹³⁸. Este empenho no estado birmanês provém do desejo da China em garantir o acesso a importantes recursos económicos como reservas energéticas de gás natural e de petróleo, exploração de cobre e de pérolas, e o acesso a recursos hídricos e agrícolas (florestas e arroz). Para além disso, o impacto da China nas negociações multilaterais no seio da ASEAN também merece uma especial atenção. Esta organização, que se baseia no princípio do consenso nas tomadas de decisão, tem revelado algumas fragilidades nas áreas da política e da segurança. A influência chinesa faz-se sentir cada vez mais no contexto das disputas territoriais no Mar do Sul da China, especialmente após a ASEAN ter fracassado em redigir um comunicado em unanimidade na sua conferência de 2012 em Phnom Penh, no Camboja¹³⁹. Este fracasso, o primeiro na história da organização regional, foi interpretado como uma conivência do Camboja e outros países em relação à política externa do governo de Pequim¹⁴⁰. Por sua vez, se Myanmar também optasse por alinhar com o antigo «Império do Meio», a capacidade da ASEAN em exercer pressão política como um bloco seria profundamente afetada, trazendo uma maior instabilidade e desconfiança à região.

Desta forma, vários países, como o Japão, a Índia e os EUA, têm procurado conter a influência chinesa na região. O governo de Tóquio tem levado a cabo uma política externa cada vez mais dinâmica e de investimento económico no Sudeste Asiático. Por outro lado, a Índia, tem vindo a negar à China importantes portos de apoio para a projeção do seu poder naval no Oceano Índico, que podem pôr em risco a sua

¹³⁸ Cf, MAURÍCIO, Tiago, *O processo de transição democrática na Birmânia*, Lisboa, Janus, 2013, p.43;

¹³⁹ Cf, *Ibidem*, p.43;

¹⁴⁰ Cf, *Ibidem*, p.43;

predominância na região. Para além disso, tanto o Japão como a Índia têm investido no mercado birmanês (que se encontra numa fase de abertura e expansão) ao mesmo tempo que visam responder aos desafios de segurança levantados por Pequim. Os dois países, que são parceiros de segurança desde a 2.^a Guerra Mundial, partilham receios face ao poder chinês, e por isso têm procurado coordenar as suas agendas externas no Sudeste Asiático.

Com efeito, também os EUA, que são uma potência da Ásia-Pacífico, irão desempenhar um papel crucial no (in)sucesso deste processo democrático em Myanmar. A administração Trump, em seguimento da política externa asiática dos seus antecessores, pretende levar a cabo um reequilíbrio estratégico de modo a cimentar a sua influência na Ásia. Os EUA exercem, desde o fim da Guerra Fria, um importante controlo sobre o modelo macroeconómico e sobre a reorganização política da região nos contextos bilateral e multilateral. Contudo, existe uma certa divergência entre as posições tomadas pelo Congresso, o Departamento de Estado e pelo Departamento de Defesa. Este último analisa os eventos no país numa lógica de relações EUA-China e EUA-ASEAN, favorecendo o *engagement* e o estabelecimento de diálogos de carácter militar e de segurança¹⁴¹. Já o Congresso e o Departamento de Estado tendem a focar-se em questões relacionadas com os direitos humanos e as reformas políticas, que são mais favoráveis à imposição de sanções e a outras punições por quaisquer falhas democráticas¹⁴². Por conseguinte, tem sido a prevalência desta posição que ditou o isolamento político-económico de Myanmar nas últimas décadas.

Durante a administração Obama, a viagem de Aung San Suu Kyi aos EUA, em setembro de 2012, pretendeu, em parte, assegurar que a elite política e económica norte-americana se comprometia com o regime birmanês a prosseguir as reformas democráticas e a melhorar o respeito pelos direitos humanos no país¹⁴³. Esta visita indicou assim um sério compromisso face à pluralização política e à revitalização económica¹⁴⁴.

Em suma, podemos afirmar que para a transição democrática ter sucesso, será necessário o apoio de mais parceiros governamentais, económicos e da sociedade civil, tanto de Myanmar como da sociedade internacional. Este será um desafio ao

¹⁴¹ Cf, MAURÍCIO, Tiago, *O processo de transição democrática na Birmânia*, Lisboa, Janus, 2013, p.43;

¹⁴² Cf, *Ibidem*, p.43;

¹⁴³ Cf, *Ibidem*, p.43;

¹⁴⁴ Cf, *Ibidem*, p.43;

multilateralismo asiático que deveremos acompanhar cuidadosamente, pois o seu processo poderá refletir uma nova síntese entre as elites e a sociedade birmanesa, assim como uma mudança na política externa chinesa no Sudeste Asiático e nas transformações da balança regional de poder.

CAPÍTULO II – Um Estado disputado por duas potências: a China e a Índia

1. China e Índia no Sudeste Asiático: cooperação com competição?

Como Thant Myint-U referiu em 2011, no seu artigo *Asia's New Great Game*, durante um milénio, a Índia e a China estiveram separadas por uma selva impenetrável, malária, animais ferozes e talvez a maior barreira delas todas, os Himalaias e as terras altas do planalto tibetano¹⁴⁵. Todos estes fatores levaram ao “surgimento de duas civilizações distintas e notavelmente diferentes em raça, idioma e costumes”¹⁴⁶. Para alcançar a “Índia a partir da China ou vice-versa, monges, comerciantes, e diplomatas tinham que viajar de camelo e a cavalo por milhares de quilómetros, atravessando as cidades-oásis e os desertos da Ásia Central e do Afeganistão, ou em navios que transpunham a Baía de Bengala e depois o Estreito de Malaca para o Mar do Sul da China”¹⁴⁷.

Contudo, com o passar dos séculos e a deslocação do poder económico global para Este, o Oriente foi-se modificando¹⁴⁸, e não há dúvida que onde podemos constatar essas maiores mudanças e uma competição sino-indiana pela influência regional é na região do Sudeste Asiático. É nesta região da Ásia que está presente um dos principais interesses estratégicos de ambos os países, que a vêem como uma esfera «natural de influência». Já na década de 1940, por ocasião da primeira Conferência das Relações Asiáticas, em Março de 1947¹⁴⁹, a China e a Índia apresentavam mapas com as suas visões do mundo, e as perceções das suas áreas de influência acabavam inevitavelmente por se sobrepor¹⁵⁰.

Esta noção histórica e civilizacional foi traduzida pelas ações da política externa de ambos os países, como é o caso da *Look East Policy* da Índia, e de uma assertiva política chinesa apoiada em investimentos e na sua diáspora, que foi materializada no

¹⁴⁵ Cf, Foreign Policy, 12 de setembro de 2011, MYINT-U, Thant, *Asia's New Great Game*, in, <https://foreignpolicy.com/2011/09/12/asias-new-great-game/>, consultado a 24 de janeiro de 2019;

¹⁴⁶ In, *Ibidem*, consultado a 24 de janeiro de 2019;

¹⁴⁷ In, *Ibidem*, consultado a 24 de janeiro de 2019;

¹⁴⁸ In, *Ibidem*, consultado a 24 de janeiro de 2019;

¹⁴⁹ Cf, GUHA, Ramashandra, *India After Gandhi: The History of the World's Largest Democracy*, Nova Iorque, Harper Collins Publisher, 2008, p.153;

¹⁵⁰ Cf, JORNADA, Helena Lobato Da, *China e Índia no século XXI: Cooperação, Competição e Distribuição de Poder no Sistema Internacional*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, p.77;

«novo conceito de segurança e cooperação económica» para a Ásia sobre a política da *Belt and Road Initiative*. Em ambas as políticas não há dúvida que estes dois gigantes vêem a região como um objeto de competição, sendo que ela ocorre de diversas formas: através de uma intensa corrida por novos mercados económicos (na qual a ASEAN faz inevitavelmente parte), assim como outros acordos bilaterais; pela competição militar no Oceano Índico e desenvolvimento de novas tecnologias navais de águas azuis; pela disputa dos recursos energéticos dos países da região; e, principalmente, pelo controlo de pontos estratégicos como, o Estreito de Malaca, os portos de Myanmar, do Bangladesh, do Sri Lanka e até mesmo do Paquistão, locais onde a interação entre ambos os países é cada vez mais latente desde a década de 90¹⁵¹.

Toda esta competição e rivalidade levaram a que muitos outros países do Sudeste Asiático começassem a aumentar os seus orçamentos de defesa, sendo que atualmente são os que mais crescem a nível mundial. Não há dúvida que a interação e o crescimento económico entre as diversas economias asiáticas depende muito da China e da Índia, mas para estes países a ameaça é demasiado grande, e para isso têm formado alianças defensivas e de cooperação entre si para contrabalançar, juntamente com os EUA, o crescente poderio económico, militar e naval destas duas potências regionais, principalmente da China.

O antigo «Império do Meio» que desde o final da década de 80 vem intensificando e fortalecendo a sua relação com os países membros da região do Mekong, como Laos, Myanmar, Tailândia e Vietname, possui uma grande vantagem em relação à Índia, inclusive por possuir uma maior gama de produtos de exportação¹⁵². Além disso, o governo de Pequim tem-se empenhado nesta última década em fazer a transição de combustíveis fósseis para energias renováveis, o que é importante não só no aspecto ecológico como também económico, pois poderá a médio e longo prazo libertar a China de um regime de energia que é grandemente ditado pelos poderes ocidentais.¹⁵³

Quanto à Índia, esta já declarou que tem como principal objetivo tornar-se numa potência exportadora de armamentos na próxima década, especialmente para o Sudeste

¹⁵¹ Cf, JORNADA, Helena Lobato Da, *China e Índia no século XXI: Cooperação, Competição e Distribuição de Poder no Sistema Internacional*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, p.77;

¹⁵² Cf, *Ibidem*, p.77;

¹⁵³ Cf, Foreign Policy, 22 de janeiro de 2019, GHOSH, Amitav, *The coming climate Crisis*, in, <https://foreignpolicy.com/gt-essay/the-coming-climate-crisis/>, consultado a 27 de janeiro de 2019;

Asiático através da sua política externa de *Look East Policy*¹⁵⁴. Tal política, além de melhorar a sua relação com os países da região, tende a tornar-se um dos principais palcos de disputa entre ambos os países ao longo do século XXI. Deste modo, neste capítulo será analisada não apenas a presença sino-indiana na região, como também a importância estratégica do Oceano Índico e o papel essencial que Myanmar ocupa como principal centro de disputa nesta relação.

2. A Reascensão da China

*“China is a civilization pretending to be a nation”*¹⁵⁵.

Lucian Pye

De todas as “concepções de ordem mundial na Ásia, a China foi, sem dúvida, a que adotou a mais duradoura, de definição mais clara, e a mais estranha às ideias vestefalianas”¹⁵⁶. Foi ela também que empreendeu a jornada mais complexa, passando de civilização antiga para um império clássico, e de uma revolução comunista para o estatuto contemporâneo de grande potência¹⁵⁷.

Desde a sua unificação como entidade política singular em 221 a.C. até ao início do século XX, a ideia de que a China ocupava uma posição central na ordem mundial estava profundamente enraizada no pensamento das elites, e traduzia-se no sistema de tributos «sinocêntrico»¹⁵⁸. O seu horizonte não era um Estado soberano da China – isto é, os territórios sob o seu domínio imediato –, mas «tudo sob os céus», sendo a China a parte central e civilizada, o «Império do Meio», fonte de inspiração e edificação para o resto da humanidade.”¹⁵⁹

¹⁵⁴ Cf, Livemint, 28 de janeiro de 2016, *India wants to be one of the world's biggest arms exporters*, in, <https://www.livemint.com/Politics/uywmd8zmTQZORzBRdErzpl/Indias-3-billion-armsexport-goal-puts-China-in-Narendra-M.html>, consultado a 24 de agosto de 2019;

¹⁵⁵ In, Foreign Affairs, 1990, PYE, Lucian W., *China: Erratic State, Frustrated Society*, in, <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/1990-09-01/china-erratic-state-frustrated-society>, consultado a 23 de setembro de 2019;

¹⁵⁶ In, KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial*, Lisboa, Editora Dom Quixote, 2014, p.248;

¹⁵⁷ Cf, *Ibidem*, p.248;

¹⁵⁸ Cf, *Ibidem*, p.248;

¹⁵⁹ In, *Ibidem*, p.248-249;

Ao longo dos séculos, a China, sentindo-se ameaçada pelas regiões circundantes e os povos que considerava bárbaros, iniciou a mesma estratégia que a Rússia: o ataque como defesa¹⁶⁰. Ao redor do berço da sua civilização existiam diversas barreiras naturais que poderiam ser controladas, e foi nesse sentido que as várias dinastias lutaram por mais de um milénio, até que a China adquiriu os contornos geográficos que possui hoje. Este aumento territorial foi, sem dúvida, importante para uma população que nunca parou de crescer, e que ainda hoje se continua a expandir para os países vizinhos. Desta forma, assim como os americanos se viraram para oeste para expandir o seu território ao longo do século XIX, também os chineses se foram expandindo na sua área regional e se tornaram uma das maiores nações do mundo¹⁶¹. Atualmente, a República Popular da China (RPC) é o terceiro maior país do mundo em área terrestre, e é considerado o terceiro ou o quarto maior em relação à sua área total. Sendo um estado tão vasto, este faz fronteira com catorze estados, mais do que qualquer outro país do mundo (à exceção da Rússia)¹⁶².

A China possui, assim, uma ligação histórico-cultural com muitos países do continente asiático, sendo que “tradicionalmente, ao longo dos séculos, procurou dominar psicologicamente e através dos seus feitos e da sua conduta os povos que ela considerava «bárbaros»”¹⁶³. No entanto, o antigo «Império do Meio» nunca foi uma nação missionária no sentido ocidental da expressão, como foram a Inglaterra, a França, Portugal ou a Espanha durante o período dos seus Impérios Coloniais. Este “procurou suscitar respeito, não conversão, e essa linha divisória subtil nunca podia ser ultrapassada”¹⁶⁴. Deste modo, “era possível a outro país tornar-se amigo, ou mesmo velho amigo, mas nunca podia ser tratado como par da China”¹⁶⁵. Os únicos estrangeiros que conseguiram algo parecido com esse estatuto foram os seus conquistadores. Esta situação, que foi uma das proezas mais surpreendentes do imperialismo cultural da história, ocorreu quando dois povos conquistaram o território do antigo «Império do Meio»: os mongóis, no século XIII, e os manchus, no século XVII. Estes povos invasores viram-se obrigados a adotar elementos nucleares da cultura

¹⁶⁰ Cf, KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial*, Lisboa, Editora Dom Quixote, 2014, p.37;

¹⁶¹ Cf, *Ibidem*, p.47;

¹⁶² Cf, The Telegraph, 4 de agosto de 2018, *The world's longest and weirdest borders – and the quickest way to visit every country in the EU*, in, <https://www.telegraph.co.uk/travel/lists/the-countries-with-the-most-borders/>, consultado a 25 de agosto de 2019;

¹⁶³ In, KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial*, Lisboa, Editora Dom Quixote, 2014, p.251;

¹⁶⁴ In, *Ibidem*, p.251;

¹⁶⁵ In, *Ibidem*, p.251;

chinesa, para conseguir administrar um povo tão numeroso e obstinado na assunção da sua superioridade cultural¹⁶⁶. Por sua vez, foram os conquistadores que acabaram por ser, essencialmente, assimilados pela sociedade chinesa que tinham derrotado, ao ponto de que partes consideráveis dos seus territórios passaram a ser tratadas como tradicionalmente chinesas. Por esta razão, a China nunca procurou exportar o seu sistema político, mas deixou que outros acessem a ele. Nesse sentido, expandiu-se não por conquista, mas por osmose”.¹⁶⁷

Contudo, “na era moderna, vários representantes ocidentais, investidos na sua própria noção de superioridade cultural propuseram-se a incorporar a China no sistema mundial europeu, que estava a tornar-se o esqueleto da ordem internacional”¹⁶⁸. Estes tentaram “forçá-la a cultivar laços com o resto do mundo, mediante o intercâmbio de embaixadores e de livre comércio, e a confrontar o seu povo mediante a modernização da economia e da abertura da sociedade ao proselitismo cristão”¹⁶⁹. Estas tentativas forçadas do Ocidente em tentar submeter a China à sua vontade traduziu-se num drama para os chineses que, a partir do século XIX, se viram afrontados com ataques vindos de grandes potências expansionistas e acabaram por encarar os condicionalismos da diplomacia moderna como uma humilhação. Esta humilhação acabou por ser uma lição para o antigo «Império do Meio», pois após mais de um século na periferia do palco mundial conseguiu reerguer-se e ultrapassar, em grande medida, as grandes potências ocidentais e inclusive o Japão. Por conseguinte, “a ascensão da China ao protagonismo no século XXI não é novidade, mas reedita alguns padrões históricos”¹⁷⁰. O que é diferente é o facto de “a China regressar não só como herdeira de uma civilização antiga, mas também como grande potência contemporânea do modelo vestefaliano, combinando o legado de «tudo sob os céus», a modernização tecnocrática e a demanda nacional invulgarmente turbulenta do século XX por uma síntese entre as duas realidades.”¹⁷¹

¹⁶⁶ In, KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial*, Lisboa, Editora Dom Quixote, 2014, p.251;

¹⁶⁷ In, *Ibidem*, p.251;

¹⁶⁸ In, *Ibidem*, p.251-252;

¹⁶⁹ In, *Ibidem*, p.251-252;

¹⁷⁰ In, *Ibidem*, p.256;

¹⁷¹ In, *Ibidem*, p.256;

O antigo «Império do Meio» quer assim “ser a primeira potência asiática”¹⁷² (depois do Japão no início do século XX) com expressão mundial. Na sua estratégia atual, “a condição prévia para ter uma projeção internacional competitiva em relação aos EUA é ser reconhecida como uma potência hegemónica dentro da sua própria região”¹⁷³. A reemergência da China “no plano internacional fez com que se criasse uma espécie de «grande Ásia», onde a China está no centro de uma relação entre três potências: a Índia, a China e o Japão”¹⁷⁴. Por sua vez, o estado chinês pretende “estar no centro desse espaço e impor o seu estatuto como a principal potência continental”¹⁷⁵. Tendo este objetivo concretizado, irá passar para “uma segunda fase que é uma competição com os EUA pela preponderância internacional”¹⁷⁶. Para Xi Jinping, a data para concretizar tamanha ambição é “em 2049, quando a República Popular da China (RPC) faz cem anos”¹⁷⁷.

Tendo como ambição de liderar o mundo nos próximos séculos, o antigo «Império do Meio» lançou então uma ambiciosa política externa que visa ligar Pequim a todos os cantos do mundo. Esta política, designada de «One Belt and One Road Initiative», tem como principal objetivo estreitar as relações de amizade e cooperação entre os vários estados asiáticos (e não só) de forma a impulsionar um maior crescimento económico no continente e, posteriormente, no mundo inteiro.

Como exemplo da importância desta política, temos a visita de Estado do presidente chinês Xi Jinping a Astana¹⁷⁸, a capital do Cazaquistão, em setembro de 2013¹⁷⁹. O presidente chinês afirmou a importância para a China de possuir boas relações com os seus estados vizinhos e fez uma referência ao passado, afirmando que, ao longo de mais de um milénio, os vários povos que habitavam a antiga Rota de Seda sempre cooperaram entre si apesar das diferentes raças, religiões e culturas que os

¹⁷² In, Público, 5 de dezembro de 2018, *Já estamos num mundo mais chinês*, in, <https://www.publico.pt/2018/12/05/mundo/noticia/entrevista-china-gaspar-1853351>, consultado a 20 de abril de 2019;

¹⁷³ In, *Ibidem*, consultado a 20 de abril de 2019;

¹⁷⁴ In, *Ibidem*, consultado a 20 de abril de 2019;

¹⁷⁵ In, *Ibidem*, consultado a 20 de abril de 2019;

¹⁷⁶ In, *Ibidem*, consultado a 20 de abril de 2019;

¹⁷⁷ In, *Ibidem*, consultado a 20 de abril de 2019;

¹⁷⁸ Nesta visita proferiu um discurso na Universidade de Nazarbayev, com o título «Promote People-to-People Friendship and Create a Better Future».

¹⁷⁹ Cf, FRANKOPAN, Peter, *The New Silk Roads – The Present and Future of the World*, Londres, Bloomsbury Publishing, 2018, p.89;

separavam¹⁸⁰. Para Xi Jinping, este é um modelo não só para estudar e admirar, como também deve ser replicado de forma a forjar novos laços económicos e aprofundar a cooperação entre os diversos países da Eurásia¹⁸¹. Pretende-se, assim, com esta nova política externa criar um «cordão económico ao longo da Rota de Seda»¹⁸². E, para tal, é necessário continuar a “adotar várias medidas conjuntas, como aperfeiçoar políticas de coordenação e comunicação, melhorar as conexões de transportes e de circulação monetária, e promover um espaço de comércio livre”¹⁸³.

Estas iniciativas já tinham sido sugeridas anos antes pelos EUA, especialmente após a invasão do Iraque em 2003. Em 2006, “Richard A. Boucher, Secretário de Estado adjunto para Assuntos da Ásia Central e do Sul, referia em comentários, ao Comité de Relações Internacionais no Congresso, que se deveria reavivar laços antigos entre a Ásia Central e do Sul, e ajudar a criar novos elos nas áreas de comércio, transporte, democracia, energia e comunicações”¹⁸⁴. Também Hillary Clinton, em 2011, durante o período em que foi Secretária de Estado, proferiu semelhantes palavras na cidade indiana de Chennai, referindo que “historicamente, as nações do Sul e do Centro da Ásia estavam conectadas umas às outras e ao resto do continente por uma extensa rede de comércio, designada de Rota de Seda”¹⁸⁵. Seria, assim, importante para os EUA e os vários estados asiáticos, criar uma rede internacional económica. Esta traduzir-se-ia na construção de mais redes de transporte e infraestruturas de energia, na modernização das instalações nas fronteiras, na remoção das barreiras burocráticas e de outros impedimentos ao livre fluxo de pessoas e bens. No fundo, como Peter Frankopan referiu na sua obra *The New Silk Roads- The Present and Future Of The World*, isto não era nada menos do que uma “visão para o século XXI”.

Contudo, como muitas visões e discursos pronunciados, as palavras proferidas pelos representantes do estado norte-americano traduziram-se mais numa esperança do que em algo substancial para muitos dos estados asiáticos. Por isso, quando o presidente Xi Jinping discursou em Astana, muitos países estavam de olhos postos nele, e

¹⁸⁰ Cf, FRANKOPAN, Peter, *The New Silk Roads – The Present and Future of the World*, Londres, Bloomsbury Publishing, 2018, p.89;

¹⁸¹ Cf, *Ibidem*, p.90;

¹⁸² In, *Ibidem*, p.90;

¹⁸³ In, *Ibidem*, p.90;

¹⁸⁴ In, *Ibidem*, p.90;

¹⁸⁵ In, US Department of State, 20 de julho de 2011, *Remarks on India and the United States: A Vision for the 21st Century*, in, <https://20092017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2011/07/168840.htm>, consultado a 6 de abril de 2019;

perceberam que a China tinha o capital necessário para pôr em prática projetos tão ambiciosos. Desde então, o investimento chinês em várias partes do mundo não parou de aumentar, e atualmente pode-se verificar vários progressos feitos sob a política *One Belt and One Road Policy*, “que pretende criar um cinturão de conexões terrestres com os vizinhos da China e além-mar, e uma «estrada marítima» conectando vias navegáveis tão longe como o Oceano Índico, o Golfo Pérsico e o Mar Vermelho”¹⁸⁶. Para além disso, dois meses depois da visita a Astana, em novembro de 2013, foi reafirmado no Comité Central do Partido Comunista da China o desejo de colocar em prática a política externa desenhada pelo executivo. Esta visava “criar instituições financeiras orientadas para o desenvolvimento, acelerar a construção de infraestruturas que conectam o antigo «Império do Meio» aos países e regiões vizinhas, e trabalhar afincadamente para construir uma *Silk Road Economic Belt and a Maritime Silk Road*”¹⁸⁷.

Para colocar estas ambições em prática, no segundo semestre de 2015, o Banco de Desenvolvimento da China, tinha reservado cerca de 890 mil milhões de dólares para gastar em aproximadamente novecentos projectos, tendo estes o seu foco principal em questões ligadas aos setores dos transportes e energia¹⁸⁸. Seis meses depois, também o Banco de Exportação e Importação da China anunciava que tinha começado o financiamento de mais de mil projetos em quarenta e nove países, chegando atualmente a mais de oitenta. Esta iniciativa inclui assim as repúblicas da Ásia Central, os países do Sul e do Sudeste Asiático, países do Médio Oriente, Turquia e Europa do Leste, e ainda alguns estados africanos. Com uma “população combinada de 4,4 mil milhões de pessoas, aqueles que vivem ao longo das novas Rotas de Seda entre a China e o Mediterrâneo Oriental correspondem a mais de 63% da população mundial, com um total colectivo de 21 triliões de dólares ou 29% do rendimento global”¹⁸⁹. Podemos, assim, verificar que a política externa levada a cabo por Pequim é muito mais do que apenas dinheiro e investimentos.

A *Belt and Road Initiative* é, deste modo, o projeto do século para o presidente chinês, que é igualmente apoiado pelo presidente das Infraestruturas e Investimentos do

¹⁸⁶ Cf, FRANKOPAN, Peter, *The New Silk Roads – The Present and Future of the World*, Londres, Bloomsbury Publishing, 2018, p.92;

¹⁸⁷ In, China.org.cn, 16 de janeiro de 2014, *Third Plenary Session of the 18th Central Committee of the Communist Party of China*, in, http://www.china.org.cn/china/third_plenary_session/2014-01/16/content_31212602.htm, consultado a 6 de abril de 2019;

¹⁸⁸ Cf, *Ibidem*, p.92;

¹⁸⁹ Cf, FRANKOPAN, Peter, *The New Silk Roads – The Present and Future of the World*, Londres, Bloomsbury Publishing, 2018, p.93;

Banco Asiático¹⁹⁰, Jin Lique. Numa entrevista ao *Financial Times*, ele afirma que a China aprendeu com as suas próprias experiências internas, as quais remetem para a construção de infraestruturas que permitem o crescimento das cidades e a diminuição da pobreza, contribuindo assim para o aumento da riqueza de um país. Esta situação verifica-se através do «milagre económico chinês» que teve origem na década de 80 e que retirou milhões de pessoas da pobreza.

Não há dúvida que, em muitos casos, a China tem sido o catalisador na reconfiguração de uma parte do mundo, desempenhando um papel tão importante na história. Como exemplo disso, temos o Corredor Económico China-Paquistão, o qual inclui múltiplos investimentos em estradas, centrais de energia e portos de água profunda que totalizam um investimento de 60 mil milhões de dólares, podendo chegar aos 100 mil milhões em 2030¹⁹¹. Adicionalmente, foi também finalizada, em dezembro de 2018, a construção e operacionalização de um comboio de alta velocidade entre Karachi e Peshawar, que irá aumentar o tráfego de passageiros de 55 para 88 milhões ao ano¹⁹². O tempo de viagem ao longo de mais de mil quilómetros será agora cortado para metade, reduzindo não só o congestionamento nas estradas e portos como também o preço dos produtos paquistaneses¹⁹³. Outras propostas abrangem ainda a construção de linhas de alta velocidade e comboios de mercadorias em todo o Sudeste Asiático, como é o caso do *East Coast Rail Link* de seiscentos e oitenta quilómetros, destinado a conectar as costas leste e oeste da Malásia aos principais portos de embarque da península, e a nova linha férrea que abrangerá o Laos, e que custará 5,8 mil milhões de dólares para ligar este país (que não possui fronteiras marítimas) aos portos dos seus estados vizinhos¹⁹⁴. No final do ano passado, Myanmar, um dos estados mais fechados do mundo, assinou com a China um acordo para intensificar e consolidar a construção de um Corredor Económico entre os dois países no valor de mais de 300 milhões de dólares¹⁹⁵. No entanto, estes projetos não se limitam apenas à Ásia. Em África, está a

¹⁹⁰ Fazem parte desta instituição mais de 80 países asiáticos;

¹⁹¹ Cf, FRANKOPAN, Peter, *The New Silk Roads – The Present and Future of the World*, Londres, Bloomsbury Publishing, 2018, p.97;

¹⁹² Cf, International the News, 23 de dezembro de 2018, *Peshawar-Karachi high-speed train inaugurated*, in, <https://www.thenews.com.pk/latest/409882-peshawar-karachi-high-speed-train-inaugurated>, consultado a 7 de abril de 2019;

¹⁹³ Cf, FRANKOPAN, Peter, *The New Silk Roads – The Present and Future of the World*, Londres, Bloomsbury Publishing, 2018, p.97;

¹⁹⁴ Cf, *Ibidem*, p.98;

¹⁹⁵ Cf, The Diplomat, 8 de dezembro de 2018, THIHA, Amara, *Myanmar Speeds up Progress on China's Belt and Road*, in, <https://thediplomat.com/2018/12/myanmar-speeds-up-progress-on-chinas-belt-and-road/>, consultado em 7 de Abril de 2019;

ser construída uma linha ferroviária de 8,7 mil milhões dólares que liga Mombaça à fronteira do Uganda, sendo o maior projeto de infraestruturas do Quênia desde a sua independência da Grã-Bretanha em 1963¹⁹⁶.

Há três principais motivações que sustentam a *Belt and Road Initiative*, a qual se tornou a política externa e económica de assinatura do Presidente Xi Jinping. A primeira está relacionada com o planeamento a longo prazo das necessidades domésticas da China. Os recursos naturais necessários para manter a economia chinesa em crescimento continuam a aumentar, e segundo dados do governo devem triplicar até 2030¹⁹⁷. Por este motivo, o antigo «Império do Meio» permitiu a extração de gás e petróleo da Ásia Central e da Rússia até ao seu território e estabeleceu acordos comerciais com grandes companhias petrolíferas russas e do Médio Oriente. Esta situação ajudou assim a impulsionar o crescimento da China e fez do país o maior importador de petróleo bruto em 2017¹⁹⁸. Também a pressão na produção agrícola derivada da rápida urbanização tem levado a que várias companhias chinesas procurem fornecedores fora do país, uma vez que os hábitos alimentares de uma classe média em ascensão têm vindo a alterar-se.

Uma segunda motivação para a aplicação da política externa chinesa é a transição da economia chinesa de secundária para terciária, como resultado da sua transformação económica nas últimas três décadas. Esta situação levou a que o Fundo Monetário Internacional (FMI) denominasse esta mudança decisiva de “alta velocidade para alta qualidade”¹⁹⁹. Rica em aço, cimento e metais, a China está agora mais do que apta para utilizar estes recursos no exterior, onde vários países se encontram «esfomeados» pela melhoria e criação de novas infraestruturas²⁰⁰. A escala de potencial é demonstrada num relatório recente do *Asian Development Bank*, que estima que as “necessidades de infraestruturas na Ásia e no Pacífico excedam os 22,6 triliões de dólares até 2030, ou 1,5 triliões dólares ao ano, se a região quiser manter o ritmo de

¹⁹⁶ Cf, DW.COM, 22 de março de 2018, *Investimento chinês no Quênia reativa Rota da Seda*, in, <https://www.dw.com/pt-002/investimento-chin%C3%AAs-no-qu%C3%A9nia-reativa-rota-da-seda/a-43078601>, consultado a 25 de agosto de 2019;

¹⁹⁷ Cf, FRANKOPAN, Peter, *The New Silk Roads – The Present and Future of the World*, Londres, Bloomsbury Publishing, 2018, p.100;

¹⁹⁸ Cf, *Ibidem*, p.101;

¹⁹⁹ In, International Monetary Fund, 29 de maio de 2018, Press release 18/200, *IMF Staff Completes 2018 Article IV Mission to China*, in, <https://www.imf.org/en/News/Articles/2018/05/29/pr18200-imf-staff-completes-2018-article-iv-mission-to-china>, consultado a 8 de abril de 2019;

²⁰⁰ Cf, FRANKOPAN, Peter, *The New Silk Roads – The Present and Future of the World*, Londres, Bloomsbury Publishing, 2018, p.102;

crescimento”²⁰¹. Ao suportar projetos de larga escala, a *Belt and Road Initiative* também aumenta o número de oportunidades para os negócios chineses no futuro que terão acesso aos outros mercados asiáticos e elevados lucros. A lógica é que quanto mais estradas, redes de transportes e fontes de energia viáveis existirem nos países com elevadas taxas de crescimento populacional, mais oportunidades para a economia chinesa irão surgir²⁰².

E por fim, temos a motivação mais importante para a adoção da política externa chinesa por parte de Xi Jinping, a segurança. A caótica situação no Afeganistão há muito que preocupa o governo de Pequim, pois este teme o contágio do fundamentalismo islâmico para as suas províncias mais ocidentais, em particular Xinjiang. A instabilidade no Afeganistão levou ainda a um reforço das fronteiras, através de iniciativas como o *Mecanismo Quadrilateral de Cooperação e Coordenação* num projeto conjunto entre a China, o Afeganistão, o Tajiquistão e o Paquistão, e com apoio e treino de tropas de fronteira nos países vizinhos²⁰³. Por conseguinte, o “dinheiro investido na segurança da região duplicou em 2017 chegando aos 9 mil milhões de dólares, garantindo assim a proteção dos recursos energéticos e a integridade das fronteiras”²⁰⁴.

Contudo, nenhuma outra região do mundo é tão importante para a China como o Sudeste Asiático, onde as rivalidades aumentam a cada ano que passa, e que tem levado a elevados investimentos na construção de ilhas artificiais no Mar do Sul da China e à construção de uma poderosa frota naval.

²⁰¹ In, Asian Development Bank, 28 de fevereiro 2017, *Asia Infrastructure Needs Exceed \$1.7 Trillion Per Year, Double Previous Estimates*, in, <https://www.adb.org/news/asia-infrastructure-needs-exceed-17-trillion-year-double-previous-estimates>, consultado a 8 de abril de 2019;

²⁰² Cf, FRANKOPAN, Peter, *The New Silk Roads – The Present and Future of the World*, Londres, Bloomsbury Publishing, 2018, p.103;

²⁰³ Cf, *Ibidem*, p.107;

²⁰⁴ In, Financial Times, 5 de agosto de 2018, FENG, Emily, *Crackdown in Xinjiang: Where have all the people gone?*, in, <https://www.ft.com/content/ac0ffb2e-8b36-11e8-b18d-0181731a0340>, consultado a 10 de abril de 2019;

2.1. A China no Sudeste Asiático

As ligações chinesas com o Sudeste Asiático são marcadas por um forte elo civilizacional. Ao longo de vários séculos, muitos chineses emigraram para diversos países asiáticos, sendo que *perakannan* é o nome dado aos integrantes da diáspora chinesa que se concentram nos países do Sudeste Asiático e onde construíram prósperas comunidades de sino-descendentes²⁰⁵. Estas comunidades tornaram-se um elemento muito importante, pois com o tempo passaram a garantir a presença económica chinesa na região²⁰⁶.

Contudo, apesar desse elo cultural, as relações entre os países do Sudeste Asiático e o antigo «Império do Meio» foram marcadas desde muito cedo por uma certa desconfiança e uma constante sensação de ameaça proveniente da China. Esta acentuou-se especialmente devido ao medo da expansão do maoísmo, que estava presente em vários grupos na região depois do final da Segunda Guerra Mundial²⁰⁷. Na tradição confuciana, os países da região do Nanyang²⁰⁸ – Mar do Sul da China – eram considerados vassalos e essa ligação histórica um dia poderia vir a ser cobrada²⁰⁹. Na verdade, a própria criação de uma identidade e a constituição de uma estrutura regional nasceram a partir da necessidade de se protegerem contra a «ameaça chinesa», que era comumente sentida pelos países da região.

Além disso, como menciona Donald Weatherbee, durante todo o período da Guerra Fria, os Estados Unidos exerceram uma grande influência no território através de uma forte presença naval e do estabelecimento de uma aliança militar com os países não-comunistas do Sudeste Asiático. A presença norte-americana estava assim inserida no contexto da divisão bipolar do mundo, sendo que o objetivo, além da contenção soviética, era também a da influência chinesa na região, que era vista de forma

²⁰⁵ Cf. JORNADA, Helena Lobato Da, *China e Índia no Século XXI: Cooperação, Competição e Distribuição de Poder no Sistema Internacional*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Ciências Económicas, 2008, p.78;

²⁰⁶ Existem mais de 40 milhões de chineses na diáspora, sendo que a maioria vive nos países do Sudeste Asiático, especialmente na Indonésia, Malásia, Tailândia, Filipinas e Vietname.

²⁰⁷ Cf. *Ibidem*, p.78;

²⁰⁸ Desta região fazem parte os seguintes países: o Vietname, a Singapura, o Brunei, a Malásia e as Filipinas.

²⁰⁹ Cf. WEATHERBEE, Donald, *International Relations in Southeast Asia – The Struggle for Autonomy*, Lanham, Maryland, Rowman & LittleField, 2005, p.7;

ameaçadora pelos outros países²¹⁰. Desta forma, os Estados Unidos estabeleceram a Organização do Tratado do Sudeste Asiático, uma aliança militar que iria durar muito pouco tempo e que tinha uma política de carácter anti-China.

Apesar desta iniciativa fracassada, os países da região avançaram na construção de uma organização internacional e regional, que conseguisse, além de fazer frente a essa percepção de ameaça chinesa, articular os problemas da região. A ASEAN, formada inicialmente por cinco países em 1967, que incluiu a Singapura, a Tailândia, a Malásia, a Indonésia e as Filipinas, é o resultado de duas anteriores organizações regionais, não bem-sucedidas, a ASA (Malásia, Filipinas e Tailândia) e a MAPHILINDO (Malásia, Filipinas e Indonésia). Estas duas associações deterioraram-se de forma rápida, devido, principalmente, aos objetivos nocivos à paz regional que haviam sido estipulados pelos países no início da sua criação, sendo que a relação entre os associados sofreu um rápido declínio. Ainda assim, devido às necessidades intrínsecas de um agrupamento regional (com a finalidade da manutenção da estabilidade política, económica, social e estratégica), surgiu uma nova alternativa, a ASEAN.

Apesar de a China ser considerada o principal ator extra-regional, ao qual o comércio e o desenvolvimento financeiro da região estão totalmente ligados, permanece ainda um certo sentimento de desconfiança em relação às ambições chinesas²¹¹. Inicialmente, a China foi vista como um país que competia diretamente com os países membros da ASEAN no que toca ao comércio e ao fluxo de investimentos, pois, os últimos, provenientes do Ocidente e do Japão, estavam a migrar para a China. Contudo, atualmente, é o antigo «Império do Meio» que fornece a maior parte do capital aos países do Sudeste Asiático, devendo ser visto pelos países da região mais como um parceiro do que como um concorrente.

Além disso, o crescimento económico chinês é altamente dependente dos países do Sudeste Asiático. Como Paulo Pereira Pinto refere na sua obra *China e Índia – Emergência e Impacto Cultural* e Weatherbee na sua obra já citada anteriormente, grande parte do dinamismo chinês está associado à força e ao *status* adquirido pelos seus nacionais nas diásporas, que conseguiram montar comunidades comerciais

²¹⁰ Cf, JORNADA, Helena Lobato Da, *China e Índia no Século XXI: Cooperação, Competição e Distribuição de Poder no Sistema Internacional*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Ciências Económicas, 2008, p.78;

²¹¹ Cf, Pew Research Center, 16 de outubro de 2017, SILVER, Laura, *How people in Asia-Pacific view China*, in, <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2017/10/16/how-people-in-asia-pacific-view-china/>, consultado a 25 de agosto de 2019;

prósperas e que acabaram por dar preferência aos negócios com o país de origem das suas famílias.

Ainda em termos económicos e diplomáticos, a China, em 2000, propôs aos países membros da ASEAN o que seria a maior Área de Livre-Comércio existente, englobando 1,7 biliões de habitantes, e um PIB total de mais de seis mil milhões de dólares, com o potencial de se transformar num bloco económico até 2012²¹². Além dos evidentes lucros comerciais provenientes deste acordo, finalizado em 2010, os proveitos políticos para a China foram bastante substanciais. Permitiu não só conter o espaço de manobra dos Estados Unidos e do Japão na região, como se tornou também o principal parceiro económico dos países da ASEAN de uma forma institucional e diplomaticamente aceitável²¹³. O mais interessante desta proposta é que, passo a passo, começou a formar-se uma região única entre o Leste e o Sul da Ásia, impulsionada e dinamizada pela China, configurando o que fora proposto por Buzan e Waever em 2003, na sua obra conjunta *Regions and Powers - The Structure of International Security*, em relação à «asianização» da Ásia.

Numa visita realizada aos países da ASEAN, em 2002, o presidente Hu Jintao anunciou o que ficou conhecido como “o novo conceito de segurança da China para a Ásia”²¹⁴. Este conceito traduziu-se no “campo diplomático numa tentativa de garantir a cooperação e o respeito mútuo na resolução pacífica dos conflitos”²¹⁵. O objetivo do presidente chinês com esta declaração foi, indubitavelmente, ocupar o espaço deixado pelos Estados Unidos na região (uma vez que existia uma certa resistência destes países em relação à Guerra contra o Terrorismo).

A China garante ainda a sua presença na região através da formalização de acordos bilaterais e com a própria organização e institucionalização do ASEAN+3, constituído em 1997, que formalizou as relações entre a ASEAN, o estado chinês, o Japão e a Coreia do Sul. Com base na realização de reuniões anuais nas áreas de cooperação política, económica e de segurança, os laços de cooperação entre os estados intensificaram-se²¹⁶. Entre as principais provas que expressaram a boa vontade chinesa

²¹² Cf, JORNADA, Helena Lobato Da, *China e Índia no Século XXI: Cooperação, Competição e Distribuição de Poder no Sistema Internacional*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Ciências Económicas, 2008, p.79;

²¹³ In, *Ibidem*, p.80

²¹⁴ In, *Ibidem*, p.80;

²¹⁵ In, *Ibidem*, p.80;

²¹⁶ Cf, *Ibidem*, p.80;

foi a ratificação do Tratado de Cooperação e Amizade em 2003, apesar de a China ter várias disputas territoriais com países do Sudeste Asiático no Mar Meridional da China, que se têm vindo a agudizar²¹⁷.

No entanto, apesar do aumento de cooperação entre o antigo «Império do Meio» e os países do Sudeste Asiático, este precisa de garantir a segurança das suas rotas marítimas, para que os seus produtos e matérias-primas (petróleo, gás e metais preciosos, entre outros) cheguem aos mercados. Desta forma, é de extrema importância evitar um estrangulamento económico. Para combater esta situação, o governo de Pequim tem apostado em três frentes: diplomacia, aperfeiçoamento da marinha e do equipamento militar, e a criação de novos oleodutos, estradas e portos.

Diplomaticamente, a China tem tentado afastar os EUA das nações do Sudeste Asiático, usando uma política simultânea de ofensiva e cooperação designada de *carrot and stick*²¹⁸. Contudo, se usar demasiado *stick (hard power)*, os países irão aliar-se ainda mais aos tratados de defesa de Washington; ao mesmo tempo que se usar excessivamente *carrot (soft power)*, eles também poderão não sentir a necessidade de se submeter à vontade de Pequim²¹⁹. Ainda assim, o governo chinês pretende mudar as formas de pensar dos seus vizinhos e o modo de agir dos EUA, pressionando e empurrando cada vez mais a sua agenda política nos seus mares regionais. Isto coloca, por sua vez, em risco o conceito das águas internacionais, levando a duras críticas por parte de diversos líderes dos países circundantes. O Secretário-geral da ASEAN, Luong Minh, afirmou em março de 2018, que a questão do Mar do Sul da China não é apenas sobre reivindicações territoriais, como também acerca da manutenção da paz e da estabilidade da região²²⁰. Também os EUA se pronunciaram e vão continuar a sobrevoar, navegar e operar em territórios soberanos em que a lei internacional o permita, e apoiar igualmente o direito de todas as nações de fazer o mesmo²²¹.

Na perspetiva do governo de Pequim, o Mar do Sul da China é muito importante, uma vez que se estende desde os Estreitos de Singapura e Malaca até ao

²¹⁷ Cf, JORNADA, Helena Lobato Da, *China e Índia no Século XXI: Cooperação, Competição e Distribuição de Poder no Sistema Internacional*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Ciências Económicas, 2008, p.80;

²¹⁸ In, MARSHALL, Tim, *Prisoners of Geography*, Londres, Elliot&Thompson, 2016, p.58;

²¹⁹ Cf, *Ibidem*, p.59;

²²⁰ Cf, Council on Foreign Relations, *China's Maritime Disputes*, in, https://www.cfr.org/interactives/chinas-maritime-disputes?cid=otr-marketing_use-china_sea_InfoGuide#!/chinas-maritime-disputes?cid=otr-marketing_use-china_sea_InfoGuide, consultado a 10 de abril de 2019;

²²¹ Cf, *Ibidem*, consultado a 10 de abril de 2019;

Estreito de Taiwan²²². É aqui que passam diariamente milhares de navios (com diversas matérias-primas, recursos energéticos e outros produtos), sendo que somam um terço do volume do comércio marítimo global. A dependência de petróleo importado, maioritariamente por via marítima, é um motivo de grande preocupação, uma vez que evidencia as principais tensões na região, especialmente com as Filipinas, o Brunei, o Vietname e a Malásia²²³. Mais de 85% do petróleo importado pela China chega por via marítima, com pontos fulcrais controlados por outros estados, em especial o Estreito de Malaca²²⁴. Este estreito, que possui apenas três quilómetros de largura, é uma das passagens económicas mais estreitas do mundo e estende-se ao longo do litoral da Indonésia, Malásia e Singapura²²⁵. Desta forma, pode dizer-se que quem dominar este estreito, controla a passagem de recursos energéticos para a China. Relativamente à pesca, o Mar do Sul da China corresponde a cerca de 10% da produção global e proporciona a subsistência de milhares de pessoas. Segundo relatórios oficiais chineses, mais de 400 mil chineses trabalham diretamente no sector da pesca nesta região²²⁶.

As disputas políticas no Mar do Sul da China envolvem, assim, vários estados que discordam da «linha dos nove traços» apresentada pela China em 2009, afirmando ser uma clara violação das suas zonas económicas exclusivas (ZEE). Por sua vez, impõem o limite de 200 milhas náuticas (370 Km) assegurado pela Convenção da ONU sobre o Direito do Mar²²⁷. No entanto, o antigo «Império do Meio» continua a reivindicar os seus direitos sobre a região e, por essa razão, tem aumentado, nos últimos anos, a sua presença militar no Mar do Sul da China, através da construção de ilhas artificiais e de infraestruturas militares adicionais. Segundo fontes oficiais norte-americanas, no início de 2018, as «bases operacionais avançadas» do Mar do Sul da China pareciam completas e prontas para serem usadas para desafiar a presença regional

²²² Cf, ChinaLink, 22 de maio de 2018, MADRIGALI, Mariana, *Mar do Sul da China: disputas políticas e a instalação de mísseis*, in, <http://www.chinalinktrading.com/blog/mar-sul-da-china/>, consultado a 13 de abril de 2019;

²²³ Cf, JORNADA, Helena Lobato Da, *China e Índia no Século XXI: Cooperação, Competição e Distribuição de Poder no Sistema Internacional*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Ciências Económicas, 2008, p.78;

²²⁴ Cf, ChinaLink, 22 de maio de 2018, MADRIGALI, Mariana, *Mar do Sul da China: disputas políticas e a instalação de mísseis*, in, <http://www.chinalinktrading.com/blog/mar-sul-da-china/>, consultado a 13 de abril de 2019;

²²⁵ Cf, STOREY, Ian, *China's "Malacca Dilemma"*, China Brief Volume: 6 Issue: 8, 12 de abril de 2006, in, <https://jamestown.org/program/chinas-malacca-dilemma/>, consultado a 13 de abril de 2019;

²²⁶ Cf, ChinaLink, 22 de maio de 2018, MADRIGALI, Mariana, *Mar do Sul da China: disputas políticas e a instalação de mísseis*, in, <http://www.chinalinktrading.com/blog/mar-sul-da-china/>, consultado a 13 de abril de 2019;

²²⁷ Cf, *Ibidem*, consultado a 13 de abril de 2019;

dos EUA e de outros países²²⁸. Desta forma, o governo norte-americano, preocupado com a influência crescente do país asiático na região da Ásia-Pacífico, começou a conduzir operações de liberdade de navegação (FONOP, na sigla em inglês), tentando garantir a segurança dos países vizinhos. Também a instalação de novos mísseis chineses de médio e longo alcance pode provocar novas tensões entre os vários países, pois influencia na disputa sobre quem possui a soberania da região.

Para o escritor geopolítico Robert Kaplan, o Mar do Sul da China é para os chineses no século XXI o que as Caraíbas eram para os EUA no início do século XX. Os americanos, tendo consolidado a sua massa de terra, tornaram-se uma potência marítima (Atlântico e Pacífico), e depois moveram-se para controlar os mares ao seu redor, expulsando os espanhóis de Cuba. A China também pretende ser um poder marítimo em dois Oceanos (Pacífico e Índico) e, para alcançar isto, tem investido em portos de água profunda no Bangladesh, Paquistão, Sri Lanka e Myanmar. Por sua vez, estes investimentos compram não só boas relações diplomáticas com estes estados, como também aumentam o número de bases aliadas para aportar a sua crescente marinha.

Para além disso, os portos do Oceano Índico e da Baía de Bengala fazem parte de um plano ainda maior para garantir o futuro da China. O arrendamento do novo porto de águas profundas em Gwadar, no Paquistão, será fundamental para criar uma rota terrestre alternativa até à China. Enquanto os novos oleodutos em Myanmar, que ligam a Baía de Bengala ao Sudoeste da China, irão reduzir a dependência do fornecimento de recursos energéticos pelo Estreito de Malaca²²⁹. Esta situação levou a que os japoneses e os americanos, a partir de 2010, se aproximassem do regime birmanês. O presidente americano Barack Obama e o primeiro-ministro japonês Shinzo Abe visitaram o país a fim de melhorar as relações diplomáticas e promover a democracia no país.

Por outro lado, também existem problemas em relação ao investimento chinês nos vários países da Ásia Central e do Sudeste Asiático. Os níveis de dívida pública destes estados (por exemplo: Paquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Laos, Mongólia e Myanmar) têm vindo a aumentar consideravelmente. Muitos observadores alertam para as consequências no caso de não serem capazes de pagar a dívida que têm contraído

²²⁸ Cf, ChinaLink, 22 de maio de 2018, MADRIGALI, Mariana, *Mar do Sul da China: disputas políticas e a instalação de mísseis*, in, <http://www.chinalinktrading.com/blog/mar-sul-da-china/>, consultado a 13 de abril de 2019;

²²⁹ Cf, MARSHALL, Tim, *Prisoners of Geography*, Londres, Elliot&Thompson, 2016, p.60;

com o seu principal credor, a China. A Diretora Geral do FMI, Christine Lagarde, alertou, na sua visita a Pequim em abril de 2018, que os potenciais investimentos em grandes projetos de infraestruturas sob a política externa de «One Belt and Road», podem levar a um problemático aumento da dívida interna. Esta situação poderá colocar em causa não só a balança de pagamentos dos países, como até retirar-lhes poderes de soberania e autonomia a partir do momento em que ficarem à mercê dos seus credores²³⁰. Os riscos destes investimentos já se verificaram no Tajiquistão onde, em 2011, o governo viu-se obrigado a ceder centenas de quilómetros quadrados de terra à China em troca de perdão de dívidas que não conseguia pagar²³¹. Também o Laos enfrenta semelhantes dificuldades com os custos da nova linha férrea (que ligará Kunning a Vientiane), pois representam 60% do PIB do país²³².

Desta forma, a «One Belt and Road Policy» é uma «faca de dois gumes». Apesar de trazer benefícios para os países com maiores dificuldades em atrair investimento, ela também traz endividamento e uma maior dependência face à China.

²³⁰ Cf, Financial Times, 12 de abril de 2018, *IMF's Lagarde warns over debt on China's Belt and Road*, in, <https://www.ft.com/content/7b7f9db2-3dec-11e8-b7e0-52972418fec4>, consultado a 13 de abril de 2019;

²³¹ Cf, BBC News, 13 de janeiro de 2011, *Tajikistan cedes land to China*, in, <https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-12180567>, consultado a 13 de abril de 2019;

²³² Cf, FRANKOPAN, Peter, *The New Silk Roads – The Present and Future of the World*, Londres, Bloomsbury Publishing, 2018, p.125;

3. A Índia – A maior democracia do mundo

*“Though India may be the weakest of the great states and still unable to do some important things, it is capable of surprises. It cannot be ignored, but neither will it act as a great power at all times. Like China, which periodically pleads that it is still a ‘third world’ state, India will have one foot in the ‘developing’ world and one in the world of advanced economic and military power for the indefinite future”*²³³

Stephan Cohen

De todas as civilizações do mundo, a Índia é uma das mais antigas²³⁴. Tal como a China, a Índia possui uma identidade civilizacional única e é considerada o berço de duas das maiores religiões mundiais. Apesar de ter sofrido diversas invasões ao longo da história, a identidade indiana manteve-se, conseguindo absorver as influências ocidentais, islâmicas e muitas outras que passaram pelo seu território. Atualmente, a Índia é a maior democracia do mundo, e com uma população de 1.3 biliões de habitantes²³⁵ é uma potência mundial em ascensão com uma classe média em expansão²³⁶.

Devido ao facto da Índia se encontrar rodeada por «sete» estados, o país enfrenta diferentes desafios. Tanto o Nepal como o Butão são dois estados pobres sem litoral, e dominados pelos seus dois grandes vizinhos, a Índia e a China. Quanto ao Bangladesh, o problema não é a falta de acesso ao mar, mas sim o facto de possuir uma longa fronteira com a Índia de 2,545 quilómetros (acordada em 1974) e que lhe deixou apenas uma pequena fronteira com Myanmar, sendo a sua única rota terrestre alternativa para o mundo exterior. Já o Paquistão e a China são as principais fontes de preocupação para a Índia, uma vez que ambas são potências nucleares e parceiros diplomáticos e económicos. E, por fim, temos Myanmar, que liga o estado indiano ao Sudeste Asiático,

²³³ In, COHEN, Stephen P., *India: Emerging Power*, Washington D.C., Brookings Institution Press, 2001, p.35;

²³⁴ Cf, STEIN, Burton, *A History of India*, Nova Deli, Oxford University Press, 2004, p. 66;

²³⁵ Cf, Central Intelligence Agency (CIA), *South Asia: India*, in, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/in.html>, consultado a 25 de agosto de 2019;

²³⁶ Cf, MARSHALL, Tim, *Prisoners of Geography*, Londres, Elliot&Thompson, 2016, p.188;

e que se revela um dos principais desafios para a administração indiana nas próximas décadas se quiser conter o acesso da China ao Oceano Índico.

Nas últimas duas décadas, a Índia tem sido uma das economias que mais cresceu no mundo. Entre os anos de 2017 e 2019, o estado indiano cresceu, pela primeira vez mais do que a China²³⁷, sendo que vários estudos apontam que em 2040 este país será a terceira maior economia do mundo²³⁸. O setor privado é “a «espinha dorsal» do crescimento da Índia”²³⁹. Na China, as empresas privadas não existiam há cerca de três décadas, no entanto, no seu estado vizinho algumas possuem mais de um século de existência²⁴⁰. Para as empresas indianas, os obstáculos são muitas vezes transformados em oportunidades. Quando as indústrias não conseguem exportar mercadorias em elevada quantidade e de grande porte (devido à má qualidade das estradas e dos portos do país) adotam uma estratégia de exportação de serviços e *software*²⁴¹. Segundo Gurcharan Das, antigo CEO da empresa *Procter & Gamble* na Índia “o governo dorme à noite e a economia continua a crescer”²⁴².

Segundo Fareed Zakaria, a característica mais marcante na Índia dos nossos dias é o seu capital humano, ou seja, uma crescente e vasta população de empreendedores, gerentes e empresários que, ano após ano, impulsionam a economia indiana²⁴³. Devido ao facto de possuírem conhecimentos de inglês, têm um acesso facilitado a diferentes mercados. O papel do consumidor no crescimento da Índia foi igualmente surpreendente. A nova geração de indianos tem recorrido cada vez mais a créditos bancários para adquirir casas, carros e outros bens, que até muito recentemente estavam fora do alcance da maior parte da população²⁴⁴.

Por outro lado, apesar do estado indiano possuir vários problemas internos e uma grande parte da população viver na pobreza, este tem vindo, surpreendentemente, a manter um governo democrático há mais de sessenta anos. O sistema político da Índia

²³⁷ Cf, BBC News, 31 de maio de 2019, *India loses place as world's fastest-growing economy*, in, <https://www.bbc.com/news/business-48478028>, consultado a 18 de agosto de 2019;

²³⁸ Cf, ZAKARIA, Fareed, *The Post-American World and the Rise of the Rest*, Londres, Penguin Uk, 2009, p.133;

²³⁹ *In*, *Ibidem*, p.134;

²⁴⁰ Cf, *Ibidem*, p.133-134;

²⁴¹ Cf, *Ibidem*, p.135;

²⁴² *In*, American Indian Foundation, 28 de outubro de 2013, *India Grows at Night*, in, https://aif.org/fl_events/gurcharan-das-india-grows-at-night-while-the-government-sleeps/, consultado a 19 de Agosto de 2019;

²⁴³ Cf, ZAKARIA, Fareed, *The Post-American World and the Rise of the Rest*, Londres, Penguin Uk, 2009, p.135;

²⁴⁴ Cf, *Ibidem*, p.136;

deve muito às instituições criadas pelos britânicos, uma vez que eles deixaram um vasto legado institucional de universidades, tribunais e agências administrativas²⁴⁵. Adicionalmente, o partido do Congresso, que liderou o país durante as primeiras décadas da independência indiana, foi composto por uma geração de líderes e intelectuais que respeitaram as tradições britânicas e as uniram às tradições indianas²⁴⁶. Porém, alguns aspectos da democracia na Índia são problemáticos, uma vez que persiste no país problemas relacionados com a pobreza extrema, o feudalismo e o analfabetismo²⁴⁷.

Desde a sua independência, que a Índia tem tido dificuldades em se afirmar no palco mundial e, por vezes, até mesmo no plano regional. O seu primeiro-ministro Jawaharlal Nehru, que tomou as rédeas da Índia nas primeiras duas décadas de independência, foi também ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1947 e 1964²⁴⁸. Esta situação significou que a “política externa indiana foi inicialmente impulsionada pelos princípios e preconceitos de Nehru (que por sua vez eram distintos)”²⁴⁹. Nehru era um “idealista e até mesmo moralista”²⁵⁰, sendo que perante o clima de Guerra Fria decidiu adotar uma postura de não-alinhamento juntamente com outros países do mundo, especialmente asiáticos e africanos, que se tinham libertado recentemente do jugo colonial²⁵¹.

Contudo, Jawaharlal Nehru “criou uma política externa baseada em ideias e linhas abstratas, em vez de seguir uma conceção estratégica baseada nos interesses nacionais”²⁵². Nehru considerava que “as alianças, os pactos e os tratados faziam parte das velhas normas da política internacional e pouco se interessava sobre assuntos militares”²⁵³. Quando a China anexou o Tibete em 1951, Nehru não tomou em conta os potenciais interesses chineses ao longo da fronteira norte da Índia, considerando que a situação poderia ser resolvida diplomaticamente²⁵⁴. Porém, a China invadiu a Índia em 1962, dando início ao primeiro conflito militar entre os dois países, que durou um mês.

²⁴⁵ Cf, ZAKARIA, Fareed, *The Post-American World and the Rise of the Rest*, Londres, Penguin Uk, 2009, p.135;

²⁴⁶ Cf, *Ibidem*, p.140;

²⁴⁷ Cf, *Ibidem*, p.142;

²⁴⁸ Cf, *Ibidem*, p.147;

²⁴⁹ In, *Ibidem*, p.147;

²⁵⁰ In, *Ibidem*, p.147;

²⁵¹ In, *Ibidem*, p.147;

²⁵² In, *Ibidem*, p.148;

²⁵³ Cf, *Ibidem*, p.148;

²⁵⁴ Cf, *Ibidem*, p.149;

A vitória coube ao antigo «Império do Meio». No comunicado que Nehru fez ao país após esta derrota, afirmou que a Índia tinha estado até aquele momento a “viver numa atmosfera artificial criada por ela mesma, tendo perdido o contacto com a realidade”²⁵⁵.

Se a China não controlasse o Tibete, seria sempre possível que a Índia eventualmente o tentasse fazer. Esta potencial anexação retiraria não só o acesso chinês ao Planalto Tibetano, como também o controlo das nascentes dos três grandes rios chineses, o Amarelo, o Yangtze e o Mekong, sendo que é esta a razão pela qual o Tibete é conhecido como a «Torre de Água da China»²⁵⁶. Tendo a “China praticamente a mesma necessidade de volume de água que os EUA, mas com uma população cinco vezes superior, era imperativo que esta situação jamais se sucedesse”²⁵⁷.

Esta derrota humilhante face à China foi uma importante lição para o governo de Nova Deli relativamente à importância do poder militar. A primeira-ministra indiana, Indira Gandhi, adotou uma política externa bastante diferente. Esta diferença é “particularmente visível na guerra de 1971, que levaria à independência do então Paquistão Oriental”²⁵⁸. Contudo, a Índia continuou a operar sob severas restrições ao longo da Guerra Fria, tendo em conta os conflitos com os seus estados vizinhos (Paquistão Ocidental e Oriental, China e Sri Lanka). Para além disso, a economia do país apresentava diversos problemas, que por sua vez, limitavam a sua área de influência e posição na sociedade internacional.

Após o fim da Guerra Fria, em 1989, a Índia adotou novas políticas económicas e criou a política externa designada de «Look East Policy», de modo a bloquear a expansão da China. Aumentou o comércio com o seu grande vizinho (principalmente importações) e estabeleceu simultaneamente relações estratégicas com países adversos à China²⁵⁹. Fortaleceu, assim, as relações diplomáticas com as Filipinas, a Tailândia, e Myanmar, e aumentou a cooperação com o Vietname e o Japão para controlar a crescente dominação do antigo «Império do Meio» no Mar do Sul da China. Além disso, estabeleceu recentemente uma nova aliança com os EUA, devido às mudanças nas realidades regionais da Ásia-Pacífico, e ao surgimento de um mundo cada vez mais

²⁵⁵ In, ZAKARIA, Fareed, *The Post-American World and the Rise of the Rest*, Londres, Penguin UK, 2009, p.149;

²⁵⁶ In, MARSHALL, Tim, *Prisoners of Geography*, Londres, Elliot&Thompson, 2016, p.45;

²⁵⁷ In, *Ibidem*, p.45;

²⁵⁸ In, VAZ-PINTO, Raquel, *A Grande Guerra e a Ascensão da Ásia – a China e o Japão*, in, *Relações Internacionais*, junho, 2014, p.110;

²⁵⁹ Cf, MARSHALL, Tim, *Prisoners of Geography*, Londres, Elliot&Thompson, 2016, p.211;

multipolar. Em 2015, por exemplo, quando o presidente Obama assistiu ao desfile militar do dia da República Indiana, o governo de Nova Deli fez questão de mostrar os novos equipamentos militares fornecidos pelos americanos, como o C-130 *Hercules* e o transporte de aviões C-17 *Globemaster*, juntamente com os seus tanques de combate russos²⁶⁰. Ambos os estados estão a aproximar-se, sendo que o presidente Trump recebeu o primeiro-ministro Narendra Modi na Casa Branca, em junho de 2017²⁶¹.

A Índia ocupa, assim, uma posição central na Ásia do Sul, sendo que o seu poder está fortemente concentrado nesta região²⁶². A sua população, o seu PIB e as suas despesas militares são três vezes superiores às de todos os seus estados vizinhos juntos²⁶³. Contudo, apesar de ser o estado mais forte da Ásia do Sul, este tem dificuldades em exercer a liderança dentro dela. Esta situação é claramente preocupante, uma vez que a China tira proveito disso. Apesar de a Índia possuir uma marinha bem equipada (que inclui um porta-aviões), esta ainda não se encontra capaz de competir com a massiva *Blue Water Navy* que a China tem vindo a construir. A Índia tem expressado repetidamente a sua preocupação relativamente à cooperação entre a China e o Paquistão em matéria de mísseis e de armas nucleares, que põem em risco a sua segurança. Desta forma, “a Ásia do Sul não é nem pacífica ao nível interno, nem coesa ao nível externo”²⁶⁴.

Além disso, frustrada com a ausência de progressos na Associação do Sul Asiático para a Cooperação Regional (SAARC)²⁶⁵, a Índia tem tentado «fugir» da sua região de modo a encontrar uma nova estrutura regional para si própria. Procura, desta forma, mover-se em diversas direções na Ásia e em África. E, acima de tudo, pretende estabelecer-se como uma alternativa à China no Sudeste Asiático.

²⁶⁰ Cf, The White House, 26 de janeiro de 2015, *The Highlights of President Obama's Visit to India*, in, <https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2015/01/26/highlights-president-obamas-visit-india>, consultado a 15 de abril de 2019;

²⁶¹ Cf, The White House, 26 de junho de 2017, *Remarks by President Trump and Prime Minister Modi of India in Joint Press Statement*, in, <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-prime-minister-modi-india-joint-press-statement/>, consultado a 25 de agosto de 2019;

²⁶² Cf, SAHNI, Varun, *A Índia Emergente – Rejeitar a Região, alcançar o mundo?*, in, *Índia: Novos Horizontes*, Lisboa, Relações Internacionais, ed: 15 de Setembro de 2007, p.22;

²⁶³ Cf, *Ibidem*, p.22-23;

²⁶⁴ Cf, *Ibidem*, p.27;

²⁶⁵ Desta associação fazem parte: o Afeganistão, o Bangladesh, o Butão, a Índia, o Nepal, as Maldivas, o Paquistão e o Sri Lanka;

3.1 A Índia no Sudeste Asiático

No início da década de 90, mais precisamente no ano de 1992, em confluência com as suas reformas liberais, o então primeiro-ministro da Índia, P. V. Narasimha Rao²⁶⁶, inaugurou uma nova política externa intitulada de *Look East Policy*²⁶⁷. Com o fim da Guerra Fria, e após várias décadas limitada em termos diplomáticos à lógica bipolar e à política de não-alinhamento, a Índia procurou novamente posicionar-se como um ator relevante, não apenas no sul da Ásia, como em todo o sistema internacional. Desta forma, o foco da política externa indiana voltou-se para o Leste e Sudeste Asiáticos, região da qual também faz parte, uma vez que “as ilhas Andamão (que pertencem à Índia) estão localizadas a 145 quilômetros da Indonésia”²⁶⁸. Ainda assim, o país nunca tentou intervir muito nesta região, possuindo durante muito tempo apenas interesses limitados no Sudeste Asiático²⁶⁹.

Além disso, durante o período da Guerra Fria, os países desta região não mantiveram boas relações com a Índia, que era olhada com desconfiança devido à sua proximidade com a União Soviética. Esta situação só começaria a mudar após a queda do Muro de Berlim em 1989, que levou a um reordenamento dos poderes na ordem do sistema internacional²⁷⁰. A Índia percebeu de imediato que se não protegesse a sua fronteira oriental, esta estaria seriamente comprometida.

Desta forma, a *Look East Policy* visava não apenas uma reaproximação da Índia com os países da região de modo a garantir rotas comerciais, mercados e matérias-primas, como também tinha a intenção de fazer o contrapeso à crescente presença chinesa no Sudeste Asiático.²⁷¹ Esta política externa é assim uma reação do governo indiano à presença chinesa na região e um marco em relação à competição estratégica sino-indiana²⁷².

²⁶⁶ Pamulaparti Venkata Narasimha Rao era um advogado e político indiano que foi 1º ministro da Índia, de 1991 a 1996;

²⁶⁷ Cf, JORNADA, Helena Lobato Da, *China e Índia no século XXI: Cooperação, Competição e Distribuição de Poder no Sistema Internacional*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, p.81;

²⁶⁸ In, *Ibidem*, p.81;

²⁶⁹ Cf, *Ibidem*, p.81;

²⁷⁰ Cf, *Ibidem*, p.81;

²⁷¹ Cf, *Ibidem*, p.81;

²⁷² Cf, *Ibidem*, p.81;

Entre as principais iniciativas desta política externa podemos mencionar duas iniciativas sub-regionais que se revelaram de extrema importância: a *Bay of Bengal Initiative for Multi-Sectoral Technic and Economic Cooperation* (BIMSTEC)²⁷³ e a *Mekong-Ganga Cooperation* (MGC). O BIMSTEC é uma organização, criada em 1997, que reuniu o Bangladesh, a Índia, o Sri Lanka, a Tailândia e Myanmar, numa tentativa de aproximar os países do Sul e do Sudeste Asiático²⁷⁴. E o MGC, fundado em 2000, reuniu Myanmar, o Laos, o Camboja, o Vietname e a Tailândia, com o objetivo de estabelecer projetos de cooperação nas áreas do turismo e lazer na Bacia do Mekong-Ganga²⁷⁵. Esta instituição é também importante, porque liga a Índia não apenas ao Sudeste Asiático peninsular, como também à província chinesa de Yunnan²⁷⁶. Apesar destas iniciativas ainda existirem, os seus efeitos foram bastante limitados, e nenhuma foi tão bem sucedida como a institucionalização da relação com a ASEAN, já nos anos 2000.

Partindo apenas de uma parceria sectorial de diálogo, a Índia, em 2002, transformou-se numa das maiores parceiras da ASEAN²⁷⁷. A importância em termos de diálogo por parte da Índia foi suficiente para que se tenha institucionalizado a parceria do ASEAN+1 numa conferência anual. Esta cooperação estendeu-se aos campos económico, político e de segurança, através de um número bastante expressivo de mecanismos. Entre esses podemos citar as iniciativas de luta contra o terrorismo internacional e, particularmente, a cooperação bilateral com a Indonésia, Singapura, Malásia e Vietname, para garantir a segurança do Estreito de Malaca²⁷⁸.

Em relação às questões de segurança internacional, é importante mencionar que no mesmo movimento de «orientalização» da política externa indiana, a ASEAN expandiu-se em direção ao subcontinente indiano. Novos países membros, como Myanmar, o Laos, o Vietname e o Camboja, juntaram-se à organização em meados da

²⁷³ Traduz-se para Iniciativa da Baía de Bengala para a Cooperação Económica, Multisectorial e Técnica.

²⁷⁴ Cf, RIBEIRO, Erik Herejk, *A Perspetiva Estratégica da Índia para o Século XXI*, Belo Horizonte, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p.10;

²⁷⁵ Cf, JORNADA, Helena Lobato Da, *China e Índia no século XXI: Cooperação, Competição e Distribuição de Poder no Sistema Internacional*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, p.82;

²⁷⁶ Cf, SAHNI, Varun, *A Índia Emergente – Rejeitar a Região, alcançar o mundo?*, in, *Índia: Novos Horizontes*, Lisboa, Relações Internacionais, ed: 15 de setembro de 2007, p.29;

²⁷⁷ Cf, JORNADA, Helena Lobato Da, *China e Índia no século XXI: Cooperação, Competição e Distribuição de Poder no Sistema Internacional*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, p.82;

²⁷⁸ Cf, GHOSHAL, Baladas, *Some New Thoughts on India's Look East Policy*, Nova Deli, Institute of Peace and Conflict Studies, 2007, p.1;

década de 90. Deste modo, a Índia começou a possuir uma fronteira comum com a ASEAN com mais de 1600 quilómetros que necessitou de ser integrada e regulamentada segundo um vasto número de normas²⁷⁹. Esta aproximação foi-se consolidando cada vez mais através do desenvolvimento de políticas comuns e da adesão da Índia às conhecidas estruturas de cooperação da ASEAN.

Como primeiro passo para a institucionalização de tais políticas, a Índia assinou o Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático em outubro de 2003, e passou a ser um dos membros mais importantes do Fórum Regional da ASEAN desde julho de 1996²⁸⁰. Em relação ao desenvolvimento económico, ainda há muito para ser explorado na parceria entre a Índia e os países da ASEAN. A capacidade da Índia em proporcionar assistência, acesso a mercados e garantias de segurança continua ainda muito limitada²⁸¹, enquanto que a ASEAN permanece renitente em relação ao aproveitamento das ofertas do governo de Nova Deli para a promoção da estabilidade regional. Os interesses e expectativas dos dois lados permanecem assim desalinhados.

Além disso, apesar da política externa *Act East* do primeiro-ministro Narendra Modi continuar em conformidade com a dos seus antecessores, a principal preocupação de Nova Deli continua ainda muito em torno da Ásia do Sul e do Oceano Índico. Os maiores progressos feitos até ao momento pela Índia no Sudeste Asiático foram centrados num maior investimento no BIMSTEC, que dá acesso ao desenvolvimento social, económico e de segurança na região, e uma passagem gradual para a envolvimento de uma política mais centrada no Indo-Pacífico²⁸². Estes desenvolvimentos ficam, contudo, muito aquém do esperado, especialmente perante a crescente influência chinesa na região.

É, por isso, essencial que o interesse da Índia na ASEAN como um fórum multilateral aumente, e não privilegie apenas parcerias bilaterais para promover os seus próprios interesses. Como exemplo disso temos os diversos acordos económicos concentrados na Baía de Bengala, em Myanmar e na Tailândia, em detrimento de outros

²⁷⁹ Cf, JORNADA, Helena Lobato Da, *China e Índia no século XXI: Cooperação, Competição e Distribuição de Poder no Sistema Internacional*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, p.82;

²⁸⁰ Cf, *Ibidem*, p.83;

²⁸¹ Cf, The Diplomat, 26 de janeiro de 2018, PANT, Harsh V., *The Future of India's Ties With ASEAN*, in, <https://thediplomat.com/2018/01/the-future-of-indias-ties-with-asean/>, consultado a 16 de abril de 2019;

²⁸² Cf, *Ibidem*, consultado a 17 de abril de 2019;

que fazem parte da ASEAN.²⁸³ Esta situação acaba por mostrar, inadvertidamente, que o governo indiano está mais interessado em tornar-se membro de várias organizações regionais do que focar-se exclusivamente numa. Deste modo, é importante que tanto a Índia como a ASEAN cooperem e procurem conjugar os seus interesses na região, apostando especialmente nas tecnologias digitais²⁸⁴. A China tem feito imensos progressos nesta área, sendo que muitas empresas chinesas já começaram a dominar o espaço digital do Sudeste Asiático. Contudo, a Índia, possuindo um dos melhores setores tecnológicos do mundo, pode tornar-se fornecedora de tecnologia digital a toda a ASEAN, desafiando assim a China.

Além disso, é também necessário apostar no financiamento de projetos de grandes infraestruturas, em alternativa aos investimentos chineses na região. Neste contexto, a conclusão da Via Rodoviária Trilateral Índia-Myanmar-Tailândia é de elevada importância, pois conecta o Estado oriental indiano de Manipur ao Mae Sot na Tailândia via Myanmar, e poderá eventualmente alargar-se ao Camboja, ao Laos e ao Vietname²⁸⁵. Este projeto revela-se, assim, uma tentativa de impulsionar o papel da Índia na construção de vias de comunicação na região para aproximar-se económica e diplomaticamente destes estados. Adicionalmente a este projeto existem ainda outros mecanismos que permitem uma maior cooperação económica, como os que vêm explicitados na assinatura do Acordo Base de Cooperação Económica e no documento ASEAN- India Vision 2020²⁸⁶. O primeiro acordo estabelece as bases para a criação de uma área regional de livre comércio e investimentos, do qual faz parte quase toda a região do Sul da Ásia²⁸⁷. Enquanto o segundo é uma reação à política externa chinesa no Sudeste Asiático através de uma série de investimentos nas áreas da biotecnologia, energia, tecnologia agrícola, aviação civil e transportes²⁸⁸.

Por sua vez, também a conexão cultural entre a Índia e a ASEAN pode ser fortalecida. O governo de Nova Deli está cada vez mais empenhado na diplomacia

²⁸³ Cf, The Diplomat, 26 de janeiro de 2018, PANT, Harsh V., *The Future of India's Ties With ASEAN*, in, <https://thediplomat.com/2018/01/the-future-of-indias-ties-with-asean/>, consultado a 16 de abril de 2019;

²⁸⁴ Cf, *Ibidem*, consultado a 17 de abril de 2019;

²⁸⁵ Cf, Insightsias, 4 de janeiro de 2019, *INDIA – MYANMAR – THAILAND TRILATERAL HIGHWAY*, 4 de janeiro de 2019, consultado a 17 de abril de 2019;

²⁸⁶ Cf, JORNADA, Helena Lobato Da, *China e Índia no século XXI: Cooperação, Competição e Distribuição de Poder no Sistema Internacional*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, p.83;

²⁸⁷ Cf, *Ibidem*, p.83;

²⁸⁸ Cf, WEATHERBEE, Donald, *International Relations in Southeast Asia- The Struggle for autonomy*, Oxford, Rowman&Littlefield Publishers, 2005, p.213;

cultural da ASEAN, mas apenas três países da região - Indonésia, Malásia e Myanmar - possuem centros culturais indianos²⁸⁹. Na perspectiva da Índia é necessário impulsionar, deste modo, o papel das universidades indianas na região de forma a atrair estudantes de várias nacionalidades para a esfera do pensamento intelectual, científico e político indiano. Esta medida iria trazer uma maior influência indiana no Sudeste Asiático.

É também importante realçar que, apesar dos investimentos e do comércio entre a Índia e os países do Sudeste Asiático ter vindo a aumentar, estes continuam baixos comparativamente com os da China²⁹⁰. A política indiana para o Leste Asiático carece ainda de uma visão estratégica a longo prazo que permita uma maior consolidação do poder indiano na região. Ainda assim, no ano de 2018, assistimos a melhorias nesta situação, tendo em conta que os interesses de segurança do governo indiano no Sudeste Asiático foram consolidados, existindo posteriormente uma expansão até à costa das Américas e à África Oriental²⁹¹. Em suma, o primeiro-ministro indiano reafirmou a política externa do «Indo-Pacífico».

²⁸⁹ Cf, WEATHERBEE, Donald, *International Relations in Southeast Asia- The Struggle for autonomy*, Oxford, Rowman&Littlefield Publishers, 2005, p.213;

²⁹⁰ Cf, CNBC, 15 de março de 2018, CHANDRAN, Nyshka, *Southeast Asia is increasingly turning to India instead of the US or China*, in, <https://www.cnn.com/2018/03/15/southeast-asia-increasingly-turns-to-india-instead-of-the-us-or-china.html>, consultado a 26 de agosto de 2019;

²⁹¹ Cf, TheParliamentMagazine, 15 de junho de 2018, *EU-India: Seizing India's maritime security moment*, in, <https://www.theparliamentmagazine.eu/blog/eu-india-seizing-india%E2%80%99s-maritime-security-moment>, consultado a 17 de abril de 2019;

4. A Importância Estratégica do Oceano Índico

Como pudemos verificar em capítulos anteriores, a competição sino-indiana no Sudeste Asiático estende-se por toda a Região do Oceano Índico (ROI), tendo uma elevada importância estratégica para ambos. Esta situação é muito similar à que ocorreu desde o final do século XIX até à 2ª Guerra Mundial, quando as rotas marítimas americanas e japonesas se sobrepunham²⁹².

A ROI constitui para a Índia e para a China um ponto fulcral na sua política externa, especialmente devido à relevância que o comércio marítimo assume na sustentação do crescimento económico de ambos os países. Além disso, esta zona é essencial para manter a segurança energética de toda a região, não apenas por ligar o Golfo Pérsico ao Oceano Pacífico, onde passa todo o petróleo importado pela Índia e a China, como também pela descoberta de novas bacias de petróleo em Myanmar e na Tailândia²⁹³. Deste modo, desde o início do século XXI, esta zona do globo passou a ser um dos principais focos dos governos de Nova Deli e de Pequim. Ambos os países necessitam de garantir o fluxo de recursos energéticos, essenciais para o seu desenvolvimento, e manter uma posição de liderança nas suas áreas regionais²⁹⁴.

Para a China, esta região é fundamental uma vez que é aqui que passam as suas principais rotas comerciais. O acesso chinês aos principais portos da região, inclusive os australianos, depende da segurança do Estreito de Malaca. Desta forma, observamos uma estratégia de militarização do Oceano Índico por parte da China que, através da construção de portos e da venda de armamento para os países da região, conseguiu afirmar-se como uma potência marítima. Esta estratégia ficou conhecida como o «colar de pérolas chinês», onde cada porto ou base permanente chinesa estabelecida na orla do Oceano Índico representaria uma dessas pedras preciosas²⁹⁵. O aspeto mais relevante

²⁹² Cf, GARVER, JOHN W., *Protracted Contest: Sino-Indian Rivalry in the Twentieth Century*, Seattle, University of Washington Press, 2001, p.275;

²⁹³ Cf, Nikkei Asian Review, 24 de julho de 2018, *State-owned Thai oil company unit to invest more in Myanmar*, in, <https://asia.nikkei.com/Business/Companies/State-owned-Thai-oil-company-unit-to-invest-more-in-Myanmar>, consultado a 17 de abril de 2019;

²⁹⁴ Cf, JORNADA, Helena Lobato Da, *China e Índia no século XXI: Cooperação, Competição e Distribuição de Poder no Sistema Internacional*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, p.85;

²⁹⁵ Cf, PATROCÍNIO, Bárbara, *O Colar de Pérolas como uma estratégia geopolítica*, Belo Horizonte, PUC Minas, 12 de setembro de 2018, in, <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2018/09/12/o-colar-de-perolas-como-uma-estrategia-geopolitica/>, consultado a 17 de abril de 2019;

desta situação prende-se com o estabelecimento da base naval de Gwadar²⁹⁶ no Paquistão, em 2001. Esta assegura não só o acesso chinês aos recursos energéticos do Médio Oriente, como também é uma base militar útil para conter a influência norte-americana na Ásia Central e no Sul da Ásia, e para travar as ambições navais indianas na porta de entrada do Mar Árábico. O antigo «Império do Meio» pretende assim aumentar a sua influência em toda a região, construindo bases militares e portos de água profunda não apenas no Paquistão, como também em: Chittagong no Bangladesh, em Hambantota no Sri Lanka, em Kyauk Pyu em Myanmar, na Ilha Haingi (feita supostamente para dar apoio aos submarinos nucleares chineses) e nas Ilhas Coco, onde o estado chinês possui uma estação de IMINT (*Imagery Intelligence*) de grande importância²⁹⁷. Adicionalmente, estão ainda a ser desenvolvidos planos para a construção do canal Kra na Tailândia²⁹⁸, de modo a conectar o Golfo Tailandês ao Mar de Andamão²⁹⁹.

Em relação à Índia, esta também tem vindo a desenvolver várias iniciativas para conter a China. A região do Oceano Índico é essencial para a sua segurança e tem vindo sempre a ser uma zona privilegiada pelos governos indianos. Em primeiro lugar, decidiu auxiliar o Irão a desenvolver o seu porto de Chabahar (que se encontra localizado a 170 quilómetros de distância do porto paquistanês), que lhe garantirá o acesso aos recursos energéticos da Ásia Central e do Médio Oriente³⁰⁰. Em segundo lugar, modernizou a marinha e as bases militares através do *Project Sea Bird*, para estas se encontrarem mais aptas na defesa da região. Entre as principais iniciativas está a construção da INS Kadamba, uma base naval estrategicamente localizada em Karwak, terminada em 2015 (para proteger as rotas de acesso marítimo ao Oceano Índico), e o reforço das bases

²⁹⁶ A construção desta base naval tem sido alvo de ameaças e ataques por parte de um grupo separatista paquistanês (nacionalistas balosh) no estado do Baluchistão, no qual tem vindo a ser construído o Corredor Económico China-Paquistão.

²⁹⁷ Cf, JORNADA, Helena Lobato Da, *China e Índia no século XXI: Cooperação, Competição e Distribuição de Poder no Sistema Internacional*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, p.87;

²⁹⁸ O governo tailandês apresenta preocupações relativamente à construção deste canal, pois teme que o investimento chinês no projeto prejudique, inexoravelmente, a soberania do país (um receio, que tem por base a experiência do Egipto e do Panamá, onde os canais estiveram durante décadas sob controle estrangeiro).

²⁹⁹ Cf, Firstpost, 5 de Novembro de 2018, *Thailand's move on Kra Canal alarms New Delhi as route will boost Chinese naval power in Indian Ocean*, in, <https://www.firstpost.com/world/thailands-move-on-kra-canal-alarms-new-delhi-as-route-will-boost-chinese-naval-power-in-indian-ocean-5507121.html>, consultado a 26 de agosto de 2019;

³⁰⁰ Cf, Reuters, 8 de janeiro de 2019, *India hopes to start full operations soon at Iran's Chabahar port: minister*, in, <https://www.reuters.com/article/us-india-iran-port/india-hopes-to-start-full-operations-soon-at-irans-chabahar-port-minister-idUSKCN1P2121>, consultado a 17 de abril de 2019;

militares de Mumbai e de Visakhapatnam. Em terceiro lugar, reforçou as relações com os estados da ROI, onde a posição da China ainda é relativamente instável, devido ao facto das principais bases militares chinesas se encontrarem bastante distantes dos principais portos da região. Por último, em caso de algum conflito direto entre a Índia e a China, a Índia pode transferir a guerra para a esfera marítima, onde terá grandes vantagens, mais concretamente, no que diz respeito à interrupção do fluxo comercial chinês nas principais rotas do Oceano Índico. Sendo assim, é possível verificar-se que o Oceano Índico é o principal ponto de competição sino-indiana, e que em alguns países esse problema é mais latente, como é o caso de Myanmar que será analisado no capítulo a seguir.

4.1. Myanmar: a porta de entrada e de saída para a Região do Oceano Índico

Como vimos anteriormente, a posição geográfica de Myanmar, entre as duas grandes potências regionais, permite o acesso à Baía de Bengala³⁰¹. Adjacente à China e à Índia, o estado birmanês tornou-se um elemento importante no planeamento estratégico de ambos os estados.

A China tem desenvolvido uma efetiva política externa no Sudeste Asiático, tanto com os países da região, como também institucionalmente com a ASEAN. Os chineses consideram que esta região está dentro da sua área de influência tradicional e que deve fazer parte da sua política externa. Embora possamos especular sobre as motivações chinesas para o estreito relacionamento com as autoridades de Myanmar, as questões estratégicas e económicas parecem primordiais. A influência chinesa em Myanmar é potencialmente útil caso se desenvolvam novamente rivalidades com a Índia, mesmo que atualmente as relações sino-indianas sejam bastante cordiais.

À medida que a China expande a sua influência regional e desenvolve a sua *blue-water navy*, Myanmar dá-lhe acesso à Baía de Bengala que, por sua vez, permite apoiar outras instalações portuárias no Oceano Índico, como no Paquistão, no Bangladesh e no Sri Lanka³⁰². Além disso, apesar da região mais a sul de Myanmar estar apenas no extremo oeste do Estreito de Malaca, o livre acesso a esse estreito é uma

³⁰¹ Cf, STEINBERG, David I., *Burma/Myanmar – What everyone needs to now*, Oxford, Oxford University Press, 2010, p. 120;

³⁰² Cf, *Ibidem*, p. 120;

preocupação estratégica para a China, o Japão, a Coreia do Sul e os Estados Unidos. Algumas fontes oficiais chinesas consideram que o acesso contínuo a este estreito é um objetivo crucial da política externa de Pequim e que uma relação próxima com Myanmar é essencial para o alcançar. Como afirmado anteriormente, oitenta por cento do petróleo chinês importado passa por este estreito, sendo que os novos oleodutos que atravessam o território birmanês são essenciais para aliviar a dependência chinesa da passagem dos recursos energéticos por essa zona³⁰³. O acesso a estas fontes de energia é, assim, uma constante preocupação estratégica e económica para a China.

O estado de Myanmar possibilita, indubitavelmente, ultrapassar estes problemas, em especial com o fornecimento de petróleo, gás natural e energia hidroelétrica às províncias chinesas mais pobres. A exploração de reservas de gás natural e petróleo no território birmanês é tão importante como o petróleo bruto que vem do Médio Oriente, e permite uma vantagem estratégica para a China. O governo de Pequim está ainda a construir cerca de trinta barragens hidroelétricas no seu estado vizinho, a maioria das quais fornecerá eletricidade para a província de Yunnan, bem como energia elétrica e irrigação para várias zonas de Myanmar³⁰⁴.

Durante o atual mandato do governo birmanês, a China tornou-se o seu principal apoio económico e militar. A sua assistência militar e económica é estimada em centenas de milhões de dólares. Como exemplos do investimento chinês encontram-se uma série de construções de infraestruturas. Após um encontro bilateral, o governo birmanês decidiu prosseguir com o desenvolvimento do Corredor Económico China-Myanmar (CMEC). Este acordo, assinado em novembro de 2018, inclui todos os projetos da *Belt and Road Initiative* (BRI), bem como a continuação da construção do porto de águas profundas de Kyaukpyu, a linha ferroviária de alta velocidade entre Kyaukpyu-Kunming, e as zonas económicas exclusivas para a passagem de gasodutos e oleodutos³⁰⁵ (ver mapa 5). Para além disso, a China também tem vindo a ajudar o

³⁰³ Cf, STEINBERG, David I., *Burma/Myanmar – What everyone needs to now*, Oxford, Oxford University Press, 2010, p.120;

³⁰⁴ Cf, KATTELUS, Mirja, RAHAMAN, Muhammad, OLLI, Varis, *Hydropower development in Myanmar and its implications on regional energy cooperation*, Genebra, Inderscience Enterprises Ltd., in, https://www.researchgate.net/publication/273641220_Hydropower_development_in_Myanmar_and_its_implications_on_regional_energy_cooperation, , consultado a 19 de abril de 2019;

³⁰⁵ Cf, Global Risk Insights, 4 de janeiro de 2019, *Myanmar is set to embrace Xi's Belt and Road Initiative*, in, <https://globalriskinsights.com/2019/01/myanmar-set-embrace-xis-belt-road-initiative/>, consultado a 18 de abril de 2019;

governo de Myanmar a alcançar um acordo de paz com a Aliança do Norte³⁰⁶ (grupos de rebeldes que não assinaram o Acordo de Cessar Fogo Nacional). Isto é significativo, pois tem sido esta instabilidade política e de segurança que colocou em risco os projetos do CMEC na região fronteiriça China-Myanmar.

No entanto, nos últimos dois anos que antecederam o acordo, o governo de Naypyidaw esteve renitente em aceitar a proposta chinesa, especialmente devido ao medo do aumento da dívida externa. Estes receios estão relacionados com o risco de Myanmar ficar excessivamente dependente da China que, por sua vez, levará ao aumento da influência do governo de Pequim nos assuntos políticos do país. Contudo, o governo birmanês não teve escolha, uma vez que não foi possível atrair investimento estrangeiro devido à crise dos Rohingya. Muitos dos estados ocidentais têm recusado apoiar publicamente Myanmar, sendo que esta tendência é demonstrada pelas sanções e outros instrumentos financeiros usados pelo Banco Mundial e pela ONU³⁰⁷. Por conseguinte, o país contou apenas com o apoio diplomático de Pequim, o que conduziu à recente decisão do governo de aceitar o projeto chinês do BRI.

Com uma população chinesa no território birmanês de dois milhões de habitantes, os produtos chineses dominam cada vez mais os mercados birmaneses³⁰⁸. Em muitas regiões de Myanmar, a população chinesa com ascendência na província de Yunnan ultrapassa já os 50% da população total, o que mostra a predominância da China no país³⁰⁹. Contudo, o desenvolvimento contínuo dos seus interesses no país depende da estabilidade do governo birmanês que, desde 2010, tem atravessado um período de mudanças políticas. Os chineses continuam interessados em explorar recursos naturais birmaneses, como a madeira e o ouro, o que causa muitos problemas de carácter ambiental. As escavações de ouro no estado de Kashin têm levado a uma poluição dos rios e a um descontentamento generalizado da população contra as companhias chinesas e a uma acusação de «colonialismo».

³⁰⁶ É uma coligação militar composta por quatro grupos étnicos insurgentes: a Armada de Arakan, a Armada Independente de Kachin, a Aliança Democrática Nacional de Myanmar e a Armada de Libertação Nacional Ta'ang.

³⁰⁷ Cf, Global Risk Insights, 4 de janeiro de 2019, *Myanmar is set to embrace Xi's Belt and Road Initiative*, in, <https://globalriskinsights.com/2019/01/myanmar-set-embrace-xis-belt-road-initiative/>, consultado a 18 de abril de 2019;

³⁰⁸ Cf, Myanmar Times, 31 de agosto de 2015, *Chinese life in Myanmar today*, in, <https://www.mmimes.com/opinion/16214-chinese-life-in-myanmar-today.html>, consultado a 26 de agosto de 2019;

³⁰⁹ Cf, *Ibidem*, consultado a 26 de agosto de 2019;

O caso mais grave é o da barragem de Myitsone no rio Irrawaddy (ver mapa 3), que pode pôr em causa parte do ecossistema do rio e deslocar milhares de pessoas da etnia kachin. Como comentou o jornalista birmanês Aung Zaw em 2011, o rio Irrawaddy é o “berço da herança do povo birmanês e da sua civilização”³¹⁰ e corre o risco de sofrer uma vasta destruição devido aos projetos chineses. No final de 2018, o governo de Myanmar (apesar de ter assinado o acordo económico com Pequim já anteriormente revisto) declarou que não tinha ainda data prevista para as obras da barragem serem retomadas e que esperava encontrar uma alternativa junto do governo chinês³¹¹. Para o ministro birmanês do Investimento e das Relações Externas, U Taung Tun, não há necessidade de prosseguir de momento com a construção da barragem, pois o próprio considera as consequências para o seu país demasiado grandes (pode levar à inundação de uma área duas vezes superior a Singapura)³¹². Para além disso, noventa por cento da energia produzida pela central hidroelétrica (localizada numa falha sísmica) é para ser vendida à China, enquanto apenas 10% ficaria para Myanmar, que tem graves falhas no fornecimento de energia³¹³.

O impasse acerca da construção da barragem representa, assim, um desafio político para o governo de Aung San Suu Kyi, que enfrenta um crescente isolamento diplomático devido à repressão da minoria Rohingya no estado de Rakhine³¹⁴. Se o projeto for cancelado, o estado birmanês pode enfrentar penalizações no valor de 800 milhões de dólares devido aos trabalhos já realizados³¹⁵. Muitos diplomatas e analistas especulam que a China está a pressionar Myanmar a retomar o projeto tirando partido da condenação ocidental feita ao governo de Aung San Suu Kyi³¹⁶. Numa carta aberta e publicada por Charles Maung Bo, cardeal católico em Myanmar, é afirmado que a barragem seria uma “sentença de morte para o povo birmanês e que colocaria em risco o rio Irrawaddy devido à ganância de uma superpotência”³¹⁷. Para além disso, a construção do porto de águas profundas de Kyaukpyu, no estado de Rakhine, também se

³¹⁰ In, Público, 1 de outubro de 2011, *Contestação popular salvou o rio Irrawaddy na Birmânia*, in, <https://www.publico.pt/2011/10/01/jornal/contestacao-popular-salvou--o-rio-irrawaddy-na-birmania-23103650>, consultado a 19 de abril de 2019;

³¹¹ Cf, Financial Times, 29 de janeiro de 2019, *Myanmar puts Beijing-backed hydropower dam into limbo*, in, <https://www.ft.com/content/4a898614-2392-11e9-8ce6-5db4543da632>, consultado a 20 de abril de 2019;

³¹² Cf, *Ibidem*, consultado a 20 de abril de 2019;

³¹³ Cf, *Ibidem*, consultado a 20 de abril de 2019;

³¹⁴ Cf, *Ibidem*, consultado a 20 de abril de 2019;

³¹⁵ Cf, *Ibidem*, consultado a 20 de abril de 2019;

³¹⁶ Cf, *Ibidem*, consultado a 20 de abril de 2019;

³¹⁷ Cf, *Ibidem*, consultado a 20 de abril de 2019;

encontra parada, devido aos elevados custos do projeto. Este, sendo financiado pela China, conduzirá a um perigoso aumento da dívida externa. O governo birmanês tem visto as consequências desta situação em outros países, nos quais os projetos foram apoiados pela China (nomeadamente no Sri Lanka). Tal como Thaung Tun referiu numa entrevista quando questionado sobre o porto, “nós (birmaneses) queremos ter a certeza de que não cometemos os mesmos erros dos nossos países vizinhos”³¹⁸.

Também os caminhos-de-ferro birmaneses têm vindo a ser alvo de disputa pela China, mas neste campo têm a concorrência dos japoneses. O Myanmar Railways (MR) tem vindo a ser criticado pela sua baixa eficiência e custos crescentes. Postos de semáforo antiquados e sistemas de bloqueio manual estão ainda amplamente em utilização, sendo que o material circulante opera a uma velocidade bastante reduzida, de apenas 40 km/h³¹⁹. Um comboio leva quinze horas para completar uma jornada de 620 quilómetros entre Mandalay (a norte da actual capital) e Rangoon³²⁰. Por esta razão o governo birmanês procura capital estrangeiro com o intuito de modernizar o sistema ferroviário, que ainda remonta ao tempo colonial britânico. A ajuda dos chineses e dos japoneses é essencial para melhorar o sistema ferroviário uma vez que são estes que possuem o capital necessário. O governo de Tóquio tem vindo a modernizar tecnologicamente a Myanmar Railways na zona periférica de Rangoon e a linha férrea que liga a antiga capital a Mandalay³²¹. Estes projetos estão programados para serem concluídos até 2024, e estima-se que os comboios passarão a atingir uma velocidade máxima de 100 km/h³²². Esta situação irá melhorar os serviços para os passageiros e permitirá diminuir o custo das importações e exportações.

Para além disso, a Índia e a China têm ajudado a modernizar o sistema ferroviário birmanês fornecendo inúmeras locomotivas e carruagens. O projeto do Corredor Económico China-Myanmar (CMEC), que faz parte da *Belt and Road Initiative*, permitiu a introdução do plano de transporte de alta velocidade (HSR) entre

³¹⁸ Cf, Financial Times, 29 de janeiro de 2019, *Myanmar puts Beijing-backed hydropower dam into limbo*, in, <https://www.ft.com/content/4a898614-2392-11e9-8ce6-5db4543da632>, consultado a 20 de abril de 2019;

³¹⁹ Cf, The Diplomat, 13 de fevereiro de 2019, WU, Shang-su, *Myanmar: A New Pattern of China-Japan Interactions?*, in, <https://thediplomat.com/2019/02/myanmar-a-new-pattern-of-china-japan-interactions/>, consultado a 20 de abril de 2019;

³²⁰ Cf, *Ibidem*, consultado a 20 de abril de 2019;

³²¹ Cf, *Ibidem*, consultado a 20 de abril de 2019;

³²² Cf, *Ibidem*, consultado a 20 de abril de 2019;

Muse e Mandalay³²³ e a construção de uma linha férrea até Kyaukpyu³²⁴ que permitirá atingir uma velocidade máxima de 160 km/h³²⁵. O foco da China é a elaboração de uma ligação ferroviária para o Oceano Índico que se torne uma rota alternativa para o Estreito de Malaca. O estado de Rakhine, onde a linha férrea é suposto terminar, também faz fronteira com o Bangladesh, permitindo a extensão da linha e da BRI para outro país.

De momento, nem o governo de Pequim nem o governo de Tóquio estão a competir em Myanmar. Isto deve-se ao facto de ambos terem ambições distintas. A China está a focar-se na construção de novas linhas, enquanto o Japão está a melhorar o sistema ferroviário já existente³²⁶. O primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, destacou, inclusive, o desejo de um relacionamento benéfico com a China, incluindo a cooperação na construção de infraestruturas no Sudeste Asiático³²⁷. A atualização da rede da MR pelo Japão irá melhorar o transporte terrestre e a economia em geral, o que poderá servir de base para os ambiciosos projetos chineses no país.

As abordagens distintas destes dois poderes mascaram, contudo, uma competição mais subtil. A construção de um sistema adicional de caminhos-de-ferro é a oferta mais comum da China, como é evidenciado nos projetos concluídos na Etiópia e no Quênia³²⁸. Em contraste, o Japão geralmente adota uma abordagem mais gradual, com atualizações de pequena escala. Desta forma, a atualização de uma rede ferroviária é naturalmente muito mais barata do que construir outro sistema completo. Para Myanmar, a abordagem de Tóquio é mais prática do que a de Pequim em termos de custo e partilha de encargos³²⁹. Devido ao custo relativamente baixo da atualização do sistema ferroviário, o Japão é capaz de apoiar o governo birmanês com empréstimos mais suaves através do programa nipónico de ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA). Em contrapartida, o caminho-de-ferro entre Kunming-Kyaukpyu será construído de raiz, obrigando à construção de muitos túneis e pontes para atravessar as áreas

³²³ Cf, The Diplomat, 13 de fevereiro de 2019, WU, Shang-su, *Myanmar: A New Pattern of China-Japan Interactions?*, in, <https://thediplomat.com/2019/02/myanmar-a-new-pattern-of-china-japan-interactions/>, consultado a 20 de abril de 2019;

³²⁴ Uma cidade birmanesa portuária que tem recebido muito investimento chinês.

³²⁵ Cf, *Ibidem*, consultado a 20 de abril de 2019;

³²⁶ Cf, NIKKEI Asian Review, 9 de novembro de 2018, *China and Japan set to reshape shipping in Myanmar*, in, <https://asia.nikkei.com/Business/Business-deals/China-and-Japan-set-to-reshape-shipping-in-Myanmar>, consultado a 20 de abril de 2019;

³²⁷ Cf, *Ibidem*, consultado a 20 de abril de 2019;

³²⁸ Cf, *Ibidem*, consultado a 20 de abril de 2019;

³²⁹ Cf, *Ibidem*, consultado a 20 de abril de 2019;

montanhosas dos estados do norte de Myanmar. Como tal, o custo financeiro do projeto proferido por Pequim seria mais pesado do que o de Tóquio, e Naypyidaw teria que arcar com parte dessa despesa. As questões de financiamento podem, portanto, tornar-se um obstáculo nas negociações bilaterais sino-birmanesas.

Por último, a economia de Myanmar depende principalmente do transporte marítimo para o comércio internacional, sendo que a secção ferroviária com maior potencial será aquela entre o interior do país e o porto de Kyaukpyu³³⁰. Uma ligação ferroviária direta para a remota província de Yunnan na China pode não ter o potencial económico esperado para Myanmar. A capacidade dos comboios poderia ser ainda mais limitada devido à inclinação da linha, pois Kyaukpyu está perto do nível do mar e Kunming está a uma altitude de 1.900 metros³³¹ (ver mapa 4). No entanto, o forte interesse geopolítico de Pequim na linha ferroviária pode compensar essas desvantagens. Enquanto o Corredor Económico China-Myanmar for estrategicamente importante, a China pode estar disposta a fazer um acordo aceitável para o seu vizinho, suportando a maior parte dos custos, e até mesmo subsidiando o transporte ferroviário, como fez na Ásia Central.



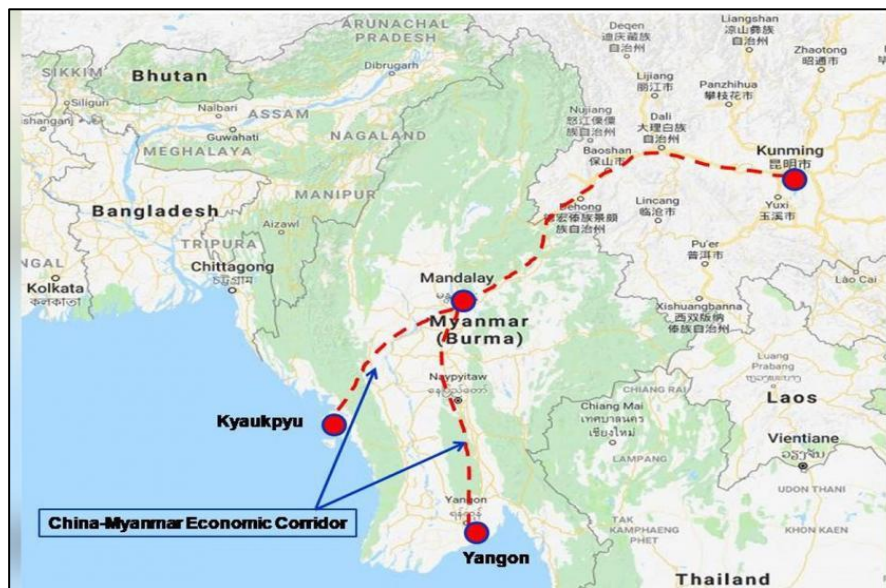
Mapa 3. Projeto da Barragem Myistone.

Fontes: <https://www.rfa.org/english/news/myanmar/myistone-09302013193836.html>

https://en.wikipedia.org/wiki/Myitsone_Dam#/media/File:Rendition_of_Myitsone_Dam.jpg

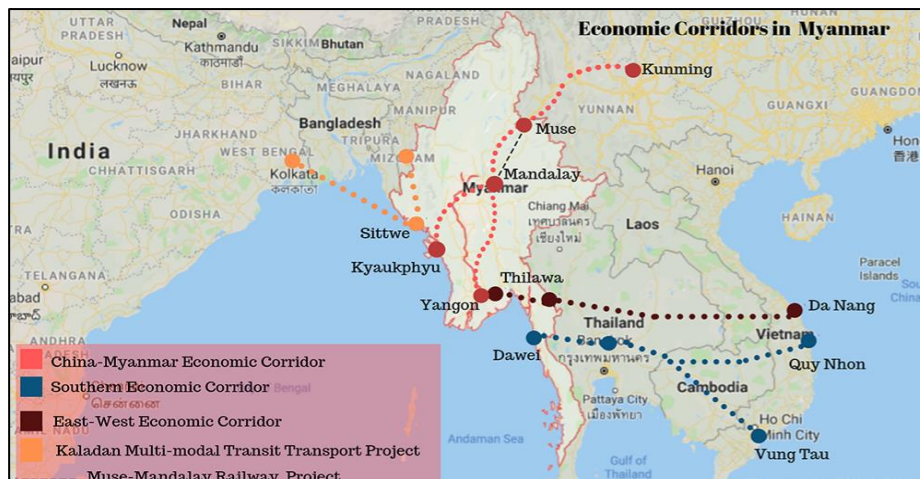
³³⁰ Cf, NIKKEI Asian Review, 9 de novembro de 2018, *China and Japan set to reshape shipping in Myanmar*, in, <https://asia.nikkei.com/Business/Business-deals/China-and-Japan-set-to-reshape-shipping-in-Myanmar>, consultado a 20 de abril de 2019;

³³¹ Cf, *Ibidem*, consultado a 20 de abril de 2019;



Mapa 4. Plano ferroviário para ligar as cidades de Kyaukpyu, Yangon e Mandalay à capital da província chinesa de Yunnan, Kunming.

Fonte: <https://www.mmtimes.com/news/survey-starts-major-railway-project.html-0>



Mapa 5. Corredores Económicos da *Belt and Road Initiative* no Sudeste Asiático.

Fonte: <https://obor.news/china/78865/mega-projects-a-double-edged-sword-for-myanmar/>

A Índia está evidentemente preocupada com o aumento do papel da China em Myanmar. O governo de Nova Deli sente-se ameaçado e cercado pelo Paquistão a oeste (que se aliou à China), pela China a norte³³², e pelo Myanmar a leste, que vem caindo cada vez mais na órbita de Pequim. O acesso chinês à Baía de Bengala, considerado pela Índia como *mare nostrum* é motivo de grande preocupação, já que a grande base naval indiana fica em Port Blair, nas Ilhas Andamão, região onde a Índia testa os seus mísseis³³³.

A Índia “compartilha uma longa fronteira terrestre de mais de 1600 quilómetros com Myanmar, bem como uma fronteira marítima na Baía de Bengala”³³⁴. Quatro estados do nordeste indiano, Arunachal Pradesh, Nagaland, Manipur e Mizoram fazem fronteira com o país vizinho. Para além disso, ambos os países partilham uma herança de laços religiosos, linguísticos e étnicos. Myanmar é o único país da ASEAN adjacente à Índia e, portanto, a porta de entrada para o Sudeste Asiático. Por conseguinte, é com este estado que o governo indiano procura uma maior integração económica através da política do *Act East*.

A primeira posição que a Índia optou em relação à nova Junta Birmanesa foi definitivamente idealista, ou seja, uma política de oposição e denúncia das Forças Armadas birmanesas³³⁵. No entanto, no início dos anos noventa, quando a ordem regional começou a ser reformulada com o fim da Guerra Fria, a geopolítica da região mudou e a posição política em relação a Myanmar alterou-se³³⁶. Esta mudança fez parte da nova política externa indiana «Olhar para Oriente», que de acordo com as reformas económicas esperava uma reaproximação aos estados do Sudeste Asiático³³⁷. O primeiro Acordo de Comércio de Fronteira foi assinado em janeiro de 1994, e em 12 de abril de 1995 o comércio entre os dois países começou oficialmente³³⁸. Desde então, as relações entre a Índia e Myanmar continuaram a melhorar, especialmente através das visitas bilaterais de ambos os estados. Contudo, “a verdadeira mudança nas relações

³³² O conflito entre os dois estados aumentou desde que o «estado-tampão» do Tibete foi anexado pela China.

³³³ Cf, STEINBERG, David I., *Burma/Myanmar – What everyone needs to know*, Oxford, Oxford University Press, 2010, p. 159;

³³⁴ In, LALL, Marie, *India-Myanmar Relations – Geopolitics and Energy in Light of the New Balance of Power in Asia*, Londres, Universidade de Londres, 2008, p.12;

³³⁵ Cf, *Ibidem*, p.12;

³³⁶ EGRETEAU, Renaud, *Wooring the Generals: India’s New Burma Policy*, Nova Deli, Authors Press/Centre de Sciences Humaines, p.178;

³³⁷ Cf, LALL, Marie, *India-Myanmar Relations – Geopolitics and Energy in Light of the New Balance of Power in Asia*, Londres, Universidade de Londres, 2008, p.12;

³³⁸ Cf, *Ibidem*, p.12;

entre as duas nações no final do século XX foi através da «Estratégia Oriental»³³⁹ adotada pelo ministro indiano dos Negócios Estrangeiros, Jaswant Singh³⁴⁰. Em julho de 1999, realizou-se um encontro entre os ministros dos assuntos externos de ambos os países em Nova Deli, como forma de fortalecer a cooperação em questões relacionadas com o terrorismo fronteiriço³⁴¹. Como parte da visita, a delegação birmanesa encontrou-se com o Ministro da Administração Interna L. K. Advani., e outros políticos seniores do BJP. Por sua vez, os contactos militares começaram em 2000, com o encontro histórico entre os generais de ambos os países. Este foi o primeiro contacto de alto nível desde 1988, sendo que os assuntos tratados basearam-se no comércio e na segurança. A mudança da política externa deveu-se a diversas razões, e dividiu-se em quatro categorias: a segurança do Nordeste, a importância crescente do factor económico, a segurança energética e, finalmente, o factor China.

Muitos dos grupos étnicos na região nordeste da Índia estão ligados a tribos que vivem na fronteira de Myanmar, sendo que desde a independência da nação, várias destas minorias étnicas têm exigido mais autonomia ou até mesmo a secessão. A maior instabilidade política é verificada nos estados do nordeste do Arunachal Pradesh³⁴², Nagaland, Manipur e Mizoram³⁴³. A violência nestes estados aumentou desde a década de 90, quando a prosperidade económica vivida nos outros estados indianos não se verificou nesta região da Índia. Com efeito, este tem sido um velho problema doméstico para a Índia sendo que conter estes movimentos de insurgência na região fazem parte da nova atitude em relação a Myanmar.

Em outubro de 2004, o general Than Shwe, primeiro-ministro de Myanmar, liderou uma delegação de oito ministros para seis dias de conversações em Nova Deli, para assinarem um acordo sobre segurança, intercâmbios culturais e energia hidroelétrica³⁴⁴. Também em março de 2006, o presidente Abdul Kalam visitou Myanmar para assinar um acordo de cooperação no setor da tecnologia e dois memorandos sobre a cooperação no setor do petróleo e em estudos budistas. Além destes três acordos de cooperação, a Índia concordou ainda em disponibilizar mais de 37

³³⁹ Cf, LALL, Marie, *India-Myanmar Relations – Geopolitics and Energy in Light of the New Balance of Power in Asia*, Londres, Universidade de Londres, 2008, p.12;

³⁴⁰ Foi ministro dos negócios estrangeiros indianos entre 1998 e 2002;

³⁴¹ Cf, *Ibidem*, p.12;

³⁴² A China não reconhece a soberania Indiana sobre este estado.

³⁴³ Cf, *Ibidem*, p.13;

³⁴⁴ Cf, *Ibidem*, p.13;

milhões de dólares em empréstimos ao governo birmanês³⁴⁵. Em 23 de abril de 2007, uma delegação de 18 membros do Exército de Myanmar, liderada pelo general de brigada Tin Maung Ohn, visitou Calcutá para a trigésima reunião semestral de ligação de oficiais do exército dos dois países³⁴⁶. Questões relacionadas à insurreição transfronteiriça, contrabando de armas e gerenciamento de fronteiras foram discutidas.

No entanto, é importante compreender que o interesse da Índia em Myanmar vai muito além do controlo dos movimentos insurgentes fronteiriços. O governo indiano percebeu que a falta de investimento em infraestruturas na região do Nordeste fazia parte do problema que alimentava o descontentamento da população. Para resolver esta situação, foi adotada uma nova política económica que visava diminuir as assimetrias regionais³⁴⁷. Esta foi acompanhada por uma aproximação comercial e económica a Myanmar como forma de promover o crescimento da região. Como exemplo, temos a rede de transporte do porto de Sittwe, no norte de Myanmar, finalizado em 2016, que o ligará ao estado indiano de Manipur (conhecido como o *Kaladan Multi-Modal Transit Transport Project*) e a construção da *India-Myanmar-Thailand Trilateral Highway*³⁴⁸.

A Índia escolheu envolver-se com o estado birmanês especialmente através de organizações locais, como a *Bay of Bengal Initiative for Multi-Sectoral Technic and Economic Cooperation* (BIMSTEC) e a *Mekong-Ganga Cooperation* (MGC), mas também bilateralmente. Muitos dos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC) ajudaram a diminuir as restrições regionais e sub-regionais que, por sua vez, aumentaram o comércio e a cooperação. Também a entrada de Myanmar na ASEAN em 1997 permitiu estabelecer laços económicos com a Índia mais «aceitáveis» aos olhos internacionais, tendo em conta o seu regime político. O interesse da Índia em participar ativamente no mercado do Sudeste Asiático foi novamente reforçado em dezembro de 2005, aquando de uma reunião entre os países membros da ASEAN, a China, o Japão e

³⁴⁵ Cf, LALL, Marie, *India-Myanmar Relations – Geopolitics and Energy in Light of the New Balance of Power in Asia*, Londres, Universidade de Londres, 2008, p.13;

³⁴⁶ Cf, *Ibidem*, p.13;

³⁴⁷ Cf, Indian Seminar, Junho de 2005, RAMESH, Jairam, *Northeast India in a new Asia*, in, <http://www.india-seminar.com/2005/550.htm>, consultado a 23 de abril de 2019;

³⁴⁸ Cf, The Diplomat, 9 de agosto de 2018, CHEN, Abigail, MARSTON, Hunter, *What the US Can Learn from China and India's Engagement With Myanmar*, in, <https://thediplomat.com/2018/08/what-the-us-can-learn-from-china-and-indias-engagement-with-myanmar/>, consultado a 26 agosto de 2019;

a Austrália. E, em 13 de agosto de 2009, foi assinado em Bangkok, na Tailândia, um acordo de livre comércio com a ASEAN³⁴⁹.

O “comércio bilateral entre a Índia e Myanmar cresceu de 87 milhões de dólares em 1990/91 para 577 milhões de dólares entre 2004/2005”³⁵⁰. E esse valor aumentou para mais do dobro em setembro de 2017, alcançando os 2 mil milhões de dólares³⁵¹. Contudo, considerando a proximidade de ambas as economias, o comércio da Índia com Myanmar está ainda muito aquém do existente com a China, o Japão, a Coreia do Sul e Singapura. As exportações de Myanmar para a Índia são principalmente leguminosas e peixe. Atualmente, mais de 80% dos seus produtos anuais de 1,2 milhões de toneladas de grãos são exportados para a Índia, enquanto o país importa produtos farmacêuticos, aço e maquinaria da sua vizinha³⁵². Existem duas organizações indo-birmanesas sediadas em Rangoon: a Associação Índia-Myanmar (de cariz cultural e social) e a Câmara de Comércio Myanmar-Índia (de cariz empresarial).

Deste modo, o relacionamento da Índia com Myanmar é uma prioridade da política externa do governo do atual primeiro-ministro Narendra Modi³⁵³. O governo de Nova Deli considera o país como uma parte fundamental da sua política *Act East*, que foi anunciada por Modi durante a 12ª Cimeira ASEAN-Índia em Myanmar no ano de 2014³⁵⁴. A Índia acredita que pode usar o seu país vizinho para fortalecer as relações comerciais e aumentar o envolvimento com a região. Os dois países apresentaram recentemente um crescente envolvimento bilateral de alto nível, principalmente quando Modi visitou Myanmar em setembro de 2017, sendo a segunda visita bilateral de um primeiro-ministro da Índia ao país em trinta anos³⁵⁵. Com efeito, a conselheira de estado birmanesa, Aung San Suu Kyi, visitou igualmente Nova Deli em janeiro de 2018, fazendo parte dos dez líderes da ASEAN que foram convidados para o desfile do Dia da República Indiana.

³⁴⁹ Cf, ASEAN, 13 de agosto de 2009, *The Seventh AEM-India Consultations*, in, <https://www.asean.org/wp-content/uploads/images/2012/Economic/AEM/document/JMS-7th-ASEAN-India-Consultations.pdf>, consultado a 23 de abril de 2019;

³⁵⁰ Cf, LALL, Marie, *India-Myanmar Relations – Geopolitics and Energy in Light of the New Balance of Power in Asia*, Londres, Universidade de Londres, 2008, p.16;

³⁵¹ Cf, Myanmar Times, 27 de setembro de 2017, *Expanding trade with India*, in, <https://www.mmtimes.com/news/expanding-trade-india.html>, consultado a 23 de abril de 2019;

³⁵² Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de abril de 2019;

³⁵³ Cf, SOLANKI, Viraj, 1 de junho de 2018, *India boosts relations with Myanmar, where Chinese influence is growing*, in, <https://www.iiss.org/blogs/analysis/2018/05/india-myanmar-china-relations>, consultado a 23 de abril de 2019;

³⁵⁴ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de abril de 2019;

³⁵⁵ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de abril de 2019;

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da Índia tem, inclusive, divisões separadas para o ‘Bangladesh e Myanmar’ e a ASEAN³⁵⁶. Isto significa que os diplomatas do país lidam com os assuntos relacionados com Myanmar separadamente daqueles relacionados ao país como um estado da ASEAN. As relações de segurança e defesa dos dois países concentram-se principalmente na segurança das fronteiras e no combate ao terrorismo. O primeiro exercício militar bilateral Índia-Myanmar (IMBAX-2017) ocorreu em seis dias, em novembro de 2017, e concentrou-se nas operações de manutenção da paz. As preocupações da Índia com a segurança da fronteira aumentaram após uma *surgical strike* em junho de 2015 em Myanmar, pela unidade de forças especiais do exército indiano³⁵⁷. Estas forças mataram pelo menos sessenta insurgentes da facção Khaplang do Conselho Nacional Socialista de Nagaland (NSCN-K)³⁵⁸, em resposta à morte de dezoito soldados indianos pela NSCN-K³⁵⁹. A Índia também desempenha um papel importante no processo de paz interna de Myanmar, tendo atuado como testemunha nas cerimónias do Acordo Nacional de Cessar Fogo ocorridas em outubro de 2015 e em fevereiro de 2018³⁶⁰. Do mesmo modo, a cooperação marítima entre os dois países ganhou importância, sendo que realizaram o seu primeiro exercício naval bilateral (o IMNEX-18), em março de 2018, na Baía de Bengala³⁶¹. A Marinha de Myanmar também participou no exercício naval bianual multilateral de Milan na costa das Ilhas Andamão e Nicobar no início do mesmo mês³⁶².

Com efeito, em 2017, os dois países assinaram um acordo para melhorar a cooperação em segurança marítima e em áreas como a assistência humanitária e o desenvolvimento económico³⁶³. A Índia melhorou o porto de Sittwe, no estado de Rakhine, em Myanmar, e implementou o projeto de transporte Mizoram-Myanmar-

³⁵⁶ Cf, SOLANKI, Viraj, 1 de junho de 2018, *India boosts relations with Myanmar, where Chinese influence is growing*, in, <https://www.iiss.org/blogs/analysis/2018/05/india-myanmar-china-relations>, consultado a 23 de abril de 2019;

³⁵⁷ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de abril de 2019;

³⁵⁸ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de abril de 2019;

³⁵⁹ Dois meses mais tarde foi assinado um acordo «histórico» de paz entre o movimento separatista e o governo indiano.

³⁶⁰ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de abril de 2019;

³⁶¹ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de abril de 2019;

³⁶² Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de abril de 2019;

³⁶³ Cf, BusinessLine, 6 de setembro de 2017, *India signs 11 agreements with Myanmar*, <https://www.thehindubusinessline.com/news/india-signs-11-agreements-with-myanmar/article9847207.ece>, consultado a 23 de abril de 2019;

Kaladan³⁶⁴ (que continua a decorrer devido a diversos atrasos), de 484 milhões de dólares e que ligará o estado de Rakhine ao estado de Mizoram, no nordeste da Índia³⁶⁵.

Em grande contraste com as relações bilaterais de segurança e de defesa, os principais projetos económicos e de conectividade da Índia com Myanmar abrangem também a ASEAN. A Índia, Myanmar e a Tailândia estão a desenvolver uma rede rodoviária de 1360 quilómetros que está prevista ser inaugurada até dezembro de 2019³⁶⁶. Foi projetada para ligar os três países e melhorar a conectividade entre os estados do nordeste indiano e a ASEAN. A Índia também está a realizar um projecto de conectividade rural orçado no valor de 77 milhões de dólares para fornecer acesso básico de internet a aldeias de Myanmar, Vietname, Camboja e Laos³⁶⁷. Para além disso, os projetos de conectividade entre a Índia e Myanmar também incluem o Corredor Económico Bangladesh-China-India-Myanmar (BCIM). A Índia e a China concordaram em «acelerar» a cooperação económica no corredor do BCIM durante a cimeira informal de abril de 2018 realizada entre Modi e o presidente da China, em Wuhan³⁶⁸. No entanto, permanece a questão se o corredor será construído, uma vez que a China insiste que o projeto é um «canal-chave» da sua *Belt and Road Initiative* (BRI), e a Índia insiste que o BCMI antecede o BRI.

Adicionalmente, o estado indiano tem como objetivo equilibrar as relações entre os seus dois vizinhos, a maioria budista de Myanmar e a maioria muçulmana no Bangladesh, que estão tensas devido ao destino dos Rohingya, no estado de Rakhine. Desde agosto de 2017, quase 700 mil muçulmanos Rohingya (uma categoria étnica que não é reconhecida pelo governo birmanês) fugiram das brutais operações militares levadas a cabo pelas Forças Armadas de Myanmar, causando uma grande crise humanitária no vizinho Bangladesh³⁶⁹. Desta forma, a Índia vê a crise dos Rohingya de uma perspetiva humanitária e de segurança, e partilha com Myanmar a preocupação

³⁶⁴ O projecto foi aprovado em 2008 e continua ainda em desenvolvimento. Os maiores atrasos verificam-se do lado de Myanmar.

³⁶⁵ Cf, Firstpost, 31 de dezembro de 2018, *Slow progress mars Mizoram-Myanmar Kaladan project as India misses deadline for road third time in a row*, in, <https://www.firstpost.com/india/slow-progress-mars-mizoram-myanmar-kaladan-project-as-india-misses-deadline-for-road-third-time-in-a-row-5817371.html>, consultado a 23 de abril de 2019;

³⁶⁶ Cf, SOLANKI, Viraj, 1 de junho de 2018, *India boosts relations with Myanmar, where Chinese influence is growing*, in, <https://www.iiss.org/blogs/analysis/2018/05/india-myanmar-china-relations>, consultado a 23 de abril de 2019;

³⁶⁷ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de abril de 2019;

³⁶⁸ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de abril de 2019;

³⁶⁹ Cf, BBC News, 24 de abril de 2018, *Myanmar Rohingya: What you need to know about the crisis*, in, <https://www.bbc.com/news/world-asia-41566561>, consultado a 23 de abril de 2019;

com a ‘violência extremista’ no estado de Rakhine³⁷⁰. Em dezembro de 2018, a Índia destinou 25 milhões de dólares para ajudar à estabilização do estado de Rakhine e ao retorno dos refugiados Rohingya a Myanmar³⁷¹.

A crise no estado de Rakhine ocorre igualmente num momento em que o investimento chinês em Myanmar e no Bangladesh tem vindo a aumentar. Em setembro de 2018, para ajudar a ‘restaurar a paz e a estabilidade’, o governo de Pequim doou 150 milhões de dólares para ajudar ao desenvolvimento do estado de Rakhine. Para além disso, como visto anteriormente, a China é o maior parceiro comercial de Myanmar apoiando as suas medidas na crise dos Rohingya, sendo que ao lado da Rússia protegeu Myanmar de uma forte ação por parte do Conselho de Segurança da ONU.

A China também possui uma participação de 70% na construção de um porto de alto mar avaliado em 7,3 mil milhões de dólares e uma zona económica exclusiva no valor de 2,7 mil milhões de dólares no estado de Rakhine como parte do BRI³⁷². Este projeto portuário fornecerá um ponto de entrada para um oleoduto e um gasoduto que irá localizar-se entre Kyaupyu e Kunming, na província chinesa de Yunnan³⁷³. Para além disso, a China e Myanmar também concordaram em desenvolver um corredor económico entre Kunming e Kyaukpyu como parte do BRI. Do outro lado da fronteira, a China concordou em fornecer ao Bangladesh uma ajuda económica de 22 mil milhões de dólares até 2024³⁷⁴.

Perante este cenário, a Índia tem reforçado a sua aliança com os EUA e com vários países da ASEAN, como forma de conter o avanço da influência chinesa na região. Além disso, a relação com o Japão também tem vindo a ser fortalecida, especialmente a partir da política externa levada a cabo pela administração Obama (conhecida como *Pivot* Asiático) que uniu diversos países asiáticos numa coligação para conter a China. O Japão e a Índia propuseram em 2017 um projeto que unirá a Ásia à África (atualmente as duas regiões mais dinâmicas do mundo) numa iniciativa

³⁷⁰ Cf, BBC News, 24 de abril de 2018, *Myanmar Rohingya: What you need to know about the crisis*, in, <https://www.bbc.com/news/world-asia-41566561>, consultado a 23 de abril de 2019;

³⁷¹ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de abril de 2019;

³⁷² Cf, SOLANKI, Viraj, *India boosts relations with Myanmar, where Chinese influence is growing*, 1 de junho de 2018, in, <https://www.iiss.org/blogs/analysis/2018/05/india-myanmar-china-relations>, consultado a 23 de abril de 2019;

³⁷³ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de abril de 2019;

³⁷⁴ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de abril de 2019;

económica que ficou conhecida como *Asia-Africa Growth Corridor* (AAGC)³⁷⁵ (ver mapa 6). A iniciativa foi discutida pela primeira vez, em novembro de 2016, durante uma reunião entre o primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, e o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, no Japão. A AAGC³⁷⁶ “é um esforço para estabelecer uma «região livre e aberta do Indo-Pacífico», redescobrimo antigas rotas marítimas e criando novos corredores marítimos que ligam o continente africano à Índia e a outros países do Sul da Ásia e da ASEAN”.³⁷⁷

De acordo com a proposta, numa primeira fase, o corredor tentará ligar a África à Índia e aos países do Sudeste Asiático, incluindo a Myanmar, ao Camboja e ao Laos. Para além da Índia e do Japão, também a África do Sul, Moçambique, a Indonésia, Singapura e a Austrália enviaram representantes para consultar o projeto³⁷⁸. Ao contrário da *Belt and Road Initiative*, que implica o desenvolvimento de um corredor terrestre, a AAGC será essencialmente um corredor marítimo que liga a África à Índia e a outros países da ASEAN e da Oceânia³⁷⁹. O projeto foi apresentado como uma «iniciativa distinta» do modelo do BRI financiado pelo governo chinês. A capacidade do Japão em construir infraestruturas de qualidade terá um papel importante no desenvolvimento do novo corredor, que unirá os dois continentes. O governo de Tóquio vai investir cerca de 200 mil milhões de dólares no projeto do corredor de crescimento, e já investiu cerca de 32 mil milhões de dólares em projetos de infraestruturas em África³⁸⁰. A Índia encontra-se ainda a trabalhar nos seus planos de investimento, mas também já tem planeada uma linha de crédito de 10 mil milhões de dólares para financiar o projeto³⁸¹. A AAGC dará prioridade a projetos de desenvolvimento nas áreas da saúde, agricultura e gestão política³⁸². O projeto irá ser uma alternativa à política externa chinesa em ambos os continentes e unirá a África ao Sul da Ásia, ao Sudeste

³⁷⁵ Cf, The Myanmar Times, 1 de junho de 2017, *Japan and India propose Asia-Africa Growth Corridor*, in, <https://www.mmmtimes.com/asean-focus/26223-japan-and-india-propose-asia-africa-growth-corridor.html>, consultado a 25 de abril de 2019;

³⁷⁶ O Instituto de Pesquisa Económica da ASEAN e da Ásia Oriental (ERIA) e o Instituto de Economias em Desenvolvimento do Japão, juntamente com o Sistema de Pesquisa e Informação para Países em Desenvolvimento (RIS), com sede em Nova Deli, foram selecionados para preparar o documento oficial de proposta do projeto.

³⁷⁷ In, *Ibidem*, consultado a 25 de abril de 2019;

³⁷⁸ In, *Ibidem*, consultado a 25 de abril de 2019

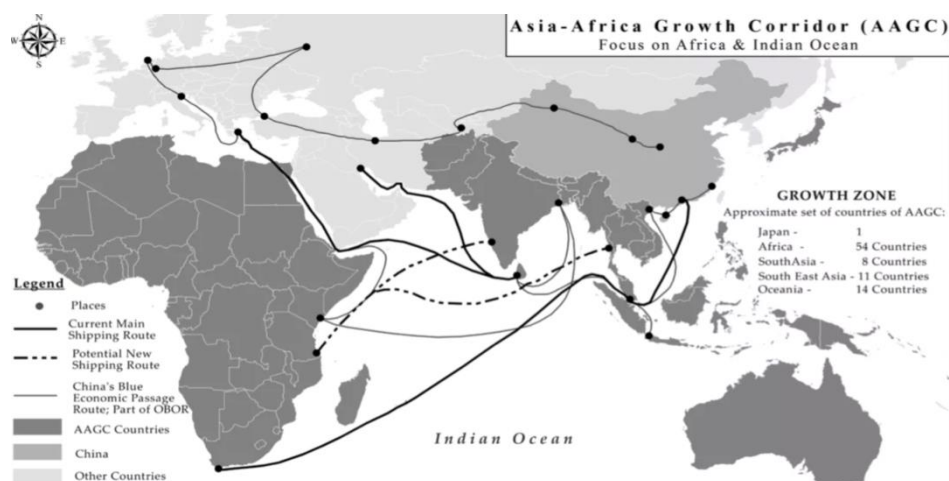
³⁷⁹ In, *Ibidem*, consultado a 25 de Abril de 2019;

³⁸⁰ Cf, *Ibidem*, consultado a 25 de abril de 2019;

³⁸¹ Cf, ClearIAS, *Asia-Africa Growth Corridor (AAGC) – A Game Changer?*, s/d, in, <https://www.clearias.com/asia-africa-growth-corridor/>, consultado a 25 de abril de 2019;

³⁸² Cf, The Myanmar Times, *Japan and India propose Asia-Africa Growth Corridor*, 1 de junho de 2017, in, <https://www.mmmtimes.com/asean-focus/26223-japan-and-india-propose-asia-africa-growth-corridor.html>, consultado a 25 de abril de 2019;

Asiático e à Oceânia. Myanmar beneficiará grandemente deste projeto nas próximas décadas.



Mapa 6. Asia-Africa Growth Corridor (AAGC)

Fonte: <https://www.weforum.org/agenda/2018/04/the-challenge-to-chinas-new-silk-road/>

Capítulo III. Desafios de Myanmar: Democracia, Contexto Regional e os EUA

1. Os desafios de Myanmar

A 30 de março de 2016, um novo presidente assumia a posse do governo de Myanmar, dando continuidade ao “processo de transição da ditadura militar para a primeira administração civil após mais de meio século”³⁸³. Como vimos anteriormente, o presidente Htin Kyaw foi um aliado próximo de Aung San Suu Kyi, uma vez que ambos procuraram transformar política e economicamente o país. Contudo, a NLD herdava do anterior executivo diversos problemas que iriam dificultar a reforma de um dos países mais pobres do mundo.

Alguns destes desafios revelaram-se extremamente complexos, sendo que muitos investigadores internacionais “comparam a atual situação vivida em Myanmar com cerca de cinquenta países que fizeram a sua própria transição democrática nos últimos quarenta anos”³⁸⁴. Apesar de cada país ser um caso único, existem semelhanças relativamente ao processo de transição política, sendo importante estudá-los de modo a retirar-se conclusões mais amplas acerca das experiências nacionais de cada um³⁸⁵. Segundo Nigel Davies, as “transições políticas apenas se encontram concluídas com a consolidação da democracia”³⁸⁶. O processo de democratização envolve, consequentemente, importantes negociações que exigem um sólido compromisso entre todas as partes envolvidas. Desta forma, é absolutamente fundamental superar-se todos os obstáculos que possam surgir, criando-se assim um regime mais forte.

As “democracias têm sempre um nascimento conturbado”³⁸⁷. Os principais problemas a enfrentar são na maioria das vezes do foro económico, social e militar que, por sua vez, afetaram o regime autoritário e deram início ao processo de democratização. As “autocracias bem-sucedidas raramente abdicam do poder”³⁸⁸.

³⁸³ In, TIME, 31 de março de 2016, LEWIS, Simon, *5 Challenges Facing Burma's New Civilian Government*, in, <https://time.com/4275928/burma-myanmar-civilian-government-challenges/>, consultado a 13 de julho de 2019;

³⁸⁴ In, Open Democracy, 10 de abril de 2017, DAVIES, Nigel Gould-, *Myanmar's unique challenges*, in, <https://www.opendemocracy.net/en/myanmars-unique-challenges/>, consultado a 14 de julho de 2019;

³⁸⁵ Cf, *Ibidem*, consultado a 14 de julho de 2019;

³⁸⁶ In, *Ibidem*, consultado a 14 de julho de 2019;

³⁸⁷ In, *Ibidem*, consultado a 14 de julho de 2019;

³⁸⁸ In, *Ibidem*, consultado a 14 de julho de 2019;

Inevitavelmente, a democracia que a sucede herda os seus problemas. Na maioria dos casos, as transições políticas são acordadas entre as forças do antigo e do novo regime, o que conduz a uma maior dificuldade na sua consolidação. De quando em vez, pensa-se em “apelidar as democratizações como «histórias de heróis» de luta abnegada, liderada por importantes figuras nacionais, mas elas são consideradas simultaneamente ‘histórias de estratégia’”³⁸⁹. A transição política em Myanmar não foi exceção.

Perante este cenário, podemos verificar que os novos líderes democráticos não adquirem o direito de exercer o poder político nos seus próprios termos, mas através da negociação com os seus antecessores. Devido a estes constrangimentos, estão muitas vezes sujeitos a abordar os problemas que conduziram às negociações. É, assim, possível identificar três desafios derivados das restrições e problemas acima referidos. Estes desafios encontram-se intimamente relacionados com a estrutura do estado, a economia e a sociedade. Myanmar enfrenta assim de um modo particular estes três desafios.

Em primeiro lugar, é importante salientar a forma como funciona atualmente o poder político em Myanmar. Este ponto prende-se com duas questões essenciais: o envolvimento militar na vida política do país e com a constituição nacional, regedora de toda a estrutura do estado. Na maior parte das transições democráticas, a constituição revela-se um ponto fulcral no que diz respeito ao processo de negociação, sendo considerada um «marco» do novo regime democrático³⁹⁰. No caso de Myanmar, a constituição foi redigida pelo regime militar no ano de 2008, antes do início do processo de transição democrática³⁹¹. Com efeito, a NLD não teve possibilidade de participar na reforma das instituições estatais, nem de alterá-las posteriormente. A constituição foi projetada de modo a permanecer à prova de emendas sem o consentimento das forças armadas, uma vez que obriga a que um quarto dos assentos parlamentares sejam ocupados por altas patentes do exército³⁹². Para além disso, a constituição impediu ainda a nomeação de Aung San Suu Kyi para o cargo de presidente, pois afirma que nenhum presidente pode contrair matrimónio com um cidadão estrangeiro³⁹³. Em vez de

³⁸⁹ In, Open Democracy, 10 de abril de 2017, DAVIES, Nigel Gould-, *Myanmar's unique challenges*, in, <https://www.opendemocracy.net/en/myanmars-unique-challenges/>, consultado a 14 de julho de 2019;

³⁹⁰ Cf, *Ibidem*, consultado a 14 de julho de 2019;

³⁹¹ Cf, *Ibidem*, consultado a 14 de julho de 2019;

³⁹² Cf, *Ibidem*, consultado a 14 de julho de 2019;

³⁹³ A líder birmanesa casou com o historiador inglês Michael Aris (1946-1999), do qual teve dois filhos, ambos de nacionalidade britânica.

deter o cargo mais importante do país, foi-lhe concedido o título de «conselheira de Estado». O exército parece, assim, determinado em manter o controlo de todos os assuntos estatais, especialmente em matéria de segurança e de política interna³⁹⁴. Por esta razão, o papel das forças armadas é essencial e, ao mesmo tempo, crítico para o sucesso da transição democrática. Os militares não se devem limitar a transferir o poder para um novo governo, devem também submeter-se à autoridade civil.

O processo democrático revela-se, assim, difícil de concretizar. No entanto, existiram vários casos de recentes transições democráticas em que as negociações entre civis e militares foram bem-sucedidas, sem que tivesse ocorrido qualquer ameaça à implementação da democracia (o caso do Egito é uma exceção)³⁹⁵. Todavia, o caso de Myanmar é mais complexo e ambíguo. Apesar dos militares terem permitido que a NLD formasse um novo governo, este continua empenhado em manter as «rédeas do poder». O exército continua a ser um importante ator no que diz respeito às tomadas de decisão política. A antiga Birmânia permanece, assim, longe de alcançar o que Samuel Huntington designou como «objective civilian control»³⁹⁶. O controlo civil de sentido objetivo baseia-se “na maximização do profissionalismo militar, fazendo com que o exército se torne um instrumento do estado”³⁹⁷. Se esta situação se mantiver inalterável, a transição democrática em Myanmar permanecerá incompleta.

Em segundo lugar, surge o desafio económico. Uma economia fracassada potencia muitas vezes a abertura de um regime autoritário, uma vez que provoca instabilidade social. No caso de Myanmar, a má governação levada a cabo pelos militares causou uma grave crise económica no país que, por sua vez, foi agravada pelo crescente isolamento internacional no final da década de 80. Existem poucos casos de países que, sendo tão pobres como Myanmar, tiveram uma transição democrática bem-sucedida. O principal desafio para o país é o desenvolvimento e aproveitamento das suas riquezas naturais de forma a evitar a «resource curse»³⁹⁸. Com efeito, é importante travar a exploração desmedida dos recursos levada a cabo por empresas internacionais,

³⁹⁴ Cf, Open Democracy, 10 de abril de 2017, DAVIES, Nigel Gould-, *Myanmar's unique challenges*, in, <https://www.opendemocracy.net/en/myanmars-unique-challenges/>, consultado a 14 de julho de 2019;

³⁹⁵ Cf, *Ibidem*, consultado a 14 de julho de 2019;

³⁹⁶ In, HUNTINGTON, Samuel P., *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil–Military Relations*, London, The Belknap Press of Harvard University Press, 1957, p.83;

³⁹⁷ In, *Ibidem*, p.83;

³⁹⁸ Cf, Open Democracy, 10 de abril de 2017, DAVIES, Nigel Gould-, *Myanmar's unique challenges*, in, <https://www.opendemocracy.net/en/myanmars-unique-challenges/>, consultado a 14 de julho de 2019;

que pouco ou nada beneficiam o povo birmanês. O crescimento económico é, assim, uma prioridade.

No entanto, apesar das fragilidades acima referidas, o crescimento económico do país continua a ter uma evolução positiva. A economia de Myanmar cresceu 6,8% entre 2017 e 2018, impulsionada pelo crescimento dos setores da construção, telecomunicações e transportes³⁹⁹. Prevê-se ainda que o crescimento real do PIB aumente para 6,2% entre 2018 e 2019⁴⁰⁰. Desta forma, as previsões macroeconómicas de médio prazo permanecem positivas, sendo expectável que o crescimento económico atinja os 6,6% até ao final de 2021, impulsionado em grande medida pelo aumento do investimento estrangeiro⁴⁰¹. Esta situação reflete o progresso das recentes políticas levadas a cabo pelo governo. Com base na implementação contínua do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Myanmar, o governo aprovou uma série de medidas, entre as quais: a nova lei das Empresas de Myanmar; a abertura do setor de seguros e de retalho ao capital estrangeiro; a liberalização do setor de serviços; bem como a redução das restrições aos empréstimos bancários estrangeiros⁴⁰². Para além disso, Myanmar procura criar instrumentos de prevenção face às catástrofes naturais a que se encontra sujeito, uma vez que é um dos países mais afetados por cheias, ciclones, terremotos, deslizamento de terras e secas. Juntamente com Porto Rico, a República da União de Myanmar é um dos países mais afetados pelas mudanças climáticas dos últimos 20 anos. Encontra-se, inclusive, em terceiro lugar entre os 184 países presentes no Índice de Risco Climático de 2019⁴⁰³.

Em último lugar, encontra-se o desafio social. Estudos recentes demonstram que o conflito de identidades pode tornar-se uma forte ameaça à estabilidade de uma nova democracia⁴⁰⁴. Normalmente, em muitas democracias emergentes, as novas liberdades de expressão potenciam o reaparecimento de conflitos nacionais, dissidências religiosas e outras insurreições há muito tempo suprimidas e desencorajadas. Esta situação leva a que surjam «ethnic entrepreneurs» que procuram novas bases de apoio político, ao

³⁹⁹ Cf, Open Democracy, 10 de abril de 2017, DAVIES, Nigel Gould-, *Myanmar's unique challenges*, in, <https://www.opendemocracy.net/en/myanmars-unique-challenges/>, consultado a 13 de julho de 2019;

⁴⁰⁰ Cf, *Ibidem*, consultado a 13 de julho de 2019;

⁴⁰¹ Cf, *Ibidem*, consultado a 13 de julho de 2019;

⁴⁰² Cf, *Ibidem*, consultado a 13 de julho de 2019;

⁴⁰³ Cf, World Bank, 8 de abril de 2019, *The World Bank In Myanmar*, in, <https://www.worldbank.org/en/country/myanmar/overview>, consultado a 13 de julho de 2019;

⁴⁰⁴ Cf, *Ibidem*, consultado a 14 de julho de 2019;

mobilizar as várias identidades étnicas de um país⁴⁰⁵. Estas, por sua vez, reacendem conflitos do passado baseados na desconfiança histórica. Para além disso, é muito fácil surgirem rumores e «notícias falsas», o que obviamente contribui para a ampliação desse problema⁴⁰⁶.

Myanmar é um dos estados com maior diversidade étnica do mundo⁴⁰⁷, sendo que esta situação reflete a sua posição estratégica entre as fronteiras do Bangladesh, Índia, China, Laos e Tailândia. Ao longo da sua história, “colonos de diferentes origens étnicas migraram para o território através dos diversos trilhos das montanhas que circundam a planície central do rio Irrawaddy”⁴⁰⁸. Atualmente, estima-se que as minorias étnicas compõem pelo menos um terço da população⁴⁰⁹, sendo que a grande maioria habita nas zonas fronteiriças e nas montanhas de Myanmar. Contudo, estes grupos étnicos têm vindo progressivamente a ser deslocados, de forma violenta, das suas casas pelo exército birmanês que, sob as ordens do governo central, confisca terras aos seus proprietários para proceder ao desenvolvimento de projetos e à exploração de recursos⁴¹⁰. Consequentemente, milhões de pessoas têm vindo a refugiar-se em países vizinhos⁴¹¹. Segundo dados oficiais, as principais minorias étnicas são os *jin*, os *kachin*, os *karenni* (por vezes designados de *kayah*), os *karen* (também conhecidos como *kayin*), os *mon*, os *rakhine* e os *shan*⁴¹². Outra minoria étnica é a dos Rohingya⁴¹³, que não é reconhecida pelo governo como uma nacionalidade étnica, o que contribui para que a mesma sofra algumas das piores formas de discriminação. Por sua vez, o país encontra-se dividido em sete estados, cada um nomeado de acordo com as sete nacionalidades étnicas.

⁴⁰⁵ Cf, World Bank, 8 de abril de 2019, *The World Bank In Myanmar*, in, <https://www.worldbank.org/en/country/myanmar/overview>, consultado a 14 de julho de 2019;

⁴⁰⁶ Cf, *Ibidem*, consultado a 14 de julho de 2019;

⁴⁰⁷ Cf, SMITH, Martin, *Ethnic Groups in Burma: Development, Democracy and Human Rights*, in, n°8, ASI's Human Rights Series, Londres, Anti-Slavery International - The Stableyard, Broomgrove Road, 1994, p. 17;

⁴⁰⁸ In, *Ibidem*, p.17;

⁴⁰⁹ Cf, REF WORLD, 19 de maio de 2009, *Refugee Review Tribunal Australia: Myanmar*, in, <https://www.refworld.org/docid/4b6fe2a1d.html>, consultado a 14 de julho de 2019;

⁴¹⁰ Cf, Oxford Burma Alliance, *Ethnic Nationalities of Burma*, in, <http://www.oxfordburmaalliance.org/ethnic-groups.html>, consultado a 14 de julho de 2019;

⁴¹¹ Cf, *Ibidem*, consultado a 14 de julho de 2019;

⁴¹² Cf, *Ibidem*, consultado a 14 de julho de 2019;

⁴¹³ As estimativas revelam que existem quase 2 milhões de rohingya a viver em Myanmar, sendo que a maior parte habita no Estado de Rakhine. Atualmente milhares de rohingya vivem como refugiados em países vizinhos como no Bangladesh, Índia, China e Tailândia.

Este problema foi abordado após a independência do país em fevereiro de 1947, quando o general Aung San, pai de Aung San Suu Kyi, se reuniu com os líderes nacionais e étnicos na Conferência de Panglong. Neste encontro foi afirmado o compromisso do seu governo em relação aos direitos das minorias. O acordo, assinado com representantes dos *Shan*, *Kachin* e *Chin*, afirmava que “os cidadãos das zonas fronteiriças iriam usufruir de direitos e privilégios considerados fundamentais para um país democrático”⁴¹⁴. Contudo, Aung San foi assassinado em julho de 1947, o que contribuiu para que o Acordo de Panglong nunca chegasse a ser honrado pelos subsequentes líderes militares e civis⁴¹⁵. Para vários líderes das nacionalidades étnicas minoritárias, a luta apenas terminará aquando da assinatura de um novo acordo⁴¹⁶. Para além disso, a Constituição de 2008 não oferece qualquer proteção às várias minorias étnicas, sendo que muitos consideram que esta pretende acabar com a diversidade cultural do povo de Myanmar. Esta crise das minorias étnicas é provavelmente, segundo David I. Steinberg, a “questão mais difícil e duradoura para qualquer administração birmanesa”⁴¹⁷.

Em suma, podemos afirmar que Myanmar enfrenta os três maiores desafios que influenciam a consolidação de um novo regime democrático. Para além disso, existe o risco de determinados grupos étnicos forçarem a adoção de reformas descentralizadoras ao procurarem controlar a riqueza natural de certas zonas do país. Como a maior parte das riquezas minerais se encontram localizadas nas zonas fronteiriças, esta situação, poderia conduzir a uma intervenção militar de modo a evitar ameaças à integridade territorial de Myanmar. O resultado deste conflito seria devastador, pois colocaria em causa o progresso político, económico e social levado a cabo pela NLD nos últimos anos. Segundo Nigel Davies, esta é uma «tempestade perfeita», que demonstra como os

⁴¹⁴ In, *Panglong Agreement*, 12 de fevereiro de 1947, in, https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/MM_470212_Panglong%20Agreement.pdf, consultado a 14 de julho de 2019;

⁴¹⁵ Cf, Oxford Burma Alliance, *Ethnic Nationalities of Burma*, in, <http://www.oxfordburmaalliance.org/ethnic-groups.html>, consultado a 14 de julho de 2019;

⁴¹⁶ Cf, Mizzima News, 1 de Junho de 2017, *Second Panglong conference sees significant breakthroughs*, in, <http://mizzima.com/news-opinion/second-panglong-conference-sees-significant-breakthroughs>, consultado a 14 de julho de 2019;

⁴¹⁷ In, STEINBERG, David I., *Burma/Myanmar: What Everyone Needs to Know*, Londres, Oxford University Press, 2010, p.12;

desafios referidos anteriormente devem ser considerados em conjunto e enfrentados ao mesmo tempo pela nova democracia⁴¹⁸.

Contudo, estes desafios e adversidades não significam que a democracia em Myanmar esteja condenada ao fracasso. Apesar do governo de Naypyidaw ter uma *difficult hand to play*, serão as suas opções políticas que irão determinar o sucesso ou o fracasso do novo regime democrático⁴¹⁹. É, por isso, fundamental que a sociedade internacional se mantenha focada na evolução política do país.

2. A Crise dos Rohingya: o «povo indesejado» de Myanmar

Os Rohingya são uma minoria étnica muçulmana que pratica uma variação do islamismo sunita. Atualmente, estima-se que existam cerca de 3,5 milhões de Rohingya dispersos pelo mundo⁴²⁰. Até agosto de 2017, a maior parte dos Rohingya habitava no Estado de Rakhine em Myanmar, o que representava quase um terço da população⁴²¹. Esta minoria étnica difere linguística e religiosamente dos grupos budistas dominantes em Myanmar.

As origens dos Rohingya nesta região remontam ao século XV, aquando da chegada de milhares de muçulmanos ao antigo reino de Arakan⁴²². Ao longo do século XIX e no início do século XX, foram chegando cada vez mais, sendo que este território era governado como parte da Índia britânica. Após a independência, ocorrida em 1948, sucessivos governos birmaneses, refutaram as históricas reivindicações dos Rohingya, e negaram o reconhecimento do grupo como um dos 135 grupos étnicos oficiais do país⁴²³. Os Rohingya são considerados imigrantes ilegais do Bangladesh, apesar de muitos residirem em Myanmar há vários séculos.

Nem o governo central, nem o grupo budista étnico dominante de Rakhine, que é designado pelo mesmo nome, reconhecem o termo de «Rohingya». Segundo os

⁴¹⁸ Cf, Open Democracy, 10 de abril de 2017, DAVIES, Nigel Gould-, *Myanmar's unique challenges*, in, <https://www.opendemocracy.net/en/myanmars-unique-challenges/>, consultado a 14 de julho de 2019;

⁴¹⁹ In, *Ibidem*, consultado a 14 de julho de 2019;

⁴²⁰ Cf, Council on Foreign Relations, 5 de dezembro de 2018, *The Rohingya Crisis*, in, <https://www.cfr.org/background/rohingya-crisis>, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴²¹ Cf, *Ibidem*, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴²² Cf, *Ibidem*, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴²³ Cf, *Ibidem*, consultado a 28 de agosto de 2019;

especialistas, este termo, surgido na década de 50, fornece ao grupo uma identidade política coletiva⁴²⁴. Embora a raiz etimológica da palavra seja fortemente contestada, a teoria mais aceite é que *Rohang* deriva de «Arakan» (no dialeto dos Rohingya), e que *ga* ou *gya* significa «de»⁴²⁵. Ao identificar-se como Rohingya, este grupo étnico muçulmano reafirma os seus laços com o território que esteve sob o controlo do antigo Reino de Arakan.

O governo recusa-se a conceder a cidadania aos Rohingya, o que levou a que a maioria dos membros do grupo não possuísse documentação legal, tornando-os efetivamente apátridas⁴²⁶. A lei de cidadania de 1948, que já excluía em parte este grupo étnico minoritário, foi agravada em 1962, quando a Junta Militar tomou o poder, retirando aos Rohingya o acesso à cidadania⁴²⁷. Até recentemente, os Rohingya podiam registar-se como residentes temporários através de cartões de identificação, conhecidos como «cartões brancos»⁴²⁸. Estes cartões eram emitidos pela Junta (durante a década de 90) para muitos muçulmanos desta minoria étnica, conferindo-lhes direitos limitados, uma vez que não eram reconhecidos como prova de cidadania⁴²⁹.

No ano de 2014, o governo realizou o primeiro censo nacional em trinta anos. Este censo contou com o apoio da ONU. Inicialmente, o grupo muçulmano minoritário foi autorizado a identificar-se como Rohingya, no entanto, após os nacionalistas budistas terem ameaçado boicotar o censo, o governo decidiu que os Rohingya só se poderiam registar se fossem identificados como bengali. Em 2015, voltou a repetir-se uma situação semelhante, quando os Rohingya, sob pressão de nacionalistas budistas, foram proibidos de votar no referendo constitucional. O presidente Thein Sein cancelou os cartões de identidade temporários, revogando o seu direito ao voto⁴³⁰. Nas eleições de 2015, que foram divulgadas internacionalmente como livres e justas, nenhum candidato parlamentar era da religião muçulmana. Segundo o International Crisis

⁴²⁴ Cf, Council on Foreign Relations, 5 de dezembro de 2018, *The Rohingya Crisis*, in, <https://www.cfr.org/background/rohingya-crisis>, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴²⁵ Cf, *Ibidem*, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴²⁶ In, Council on Foreign Relations, 2 de outubro de 2017, *How Myanmar's Military Wields Power From the Shadows*, in, <https://www.cfr.org/interview/how-myanmars-military-wields-power-shadows>, consultado a 17 de agosto de 2019;

⁴²⁷ Cf, Council on Foreign Relations, 5 de dezembro de 2018, *The Rohingya Crisis*, in, <https://www.cfr.org/background/rohingya-crisis>, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴²⁸ Cf, *Ibidem*, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴²⁹ Cf, *Ibidem*, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴³⁰ Os titulares de cartão branco foram autorizados a votar no referendo constitucional de Myanmar em 2008 e nas eleições gerais de 2010.

Group, “o sentimento anti-muçulmano em todo o país torna politicamente difícil tomar medidas que visem o apoio aos direitos dos muçulmanos”⁴³¹.

O governo de Myanmar institucionalizou efetivamente a discriminação contra o grupo étnico através de restrições ao casamento, emprego, educação, liberdade religiosa e até mesmo liberdade de movimento. A título de exemplo temos os casais Rohingya residentes nas cidades de Maungdaw e Buthidaung (localizadas no norte do país), que só podem ter no máximo dois filhos e que têm de pedir permissão para se casar⁴³². Do mesmo modo, para mudarem de casa ou para viajarem, os Rohingya precisam de obter aprovação do governo, algo que raramente lhes é dada para evitar migrações internas⁴³³.

Para além disso, o estado de Rakhine em Myanmar é o menos desenvolvido, com uma taxa de pobreza na ordem dos 78%, em comparação com a média nacional que é de 37.5%, de acordo com as estimativas do Banco Mundial⁴³⁴. A pobreza generalizada, as precárias infraestruturas, bem como a falta de oportunidades de emprego em Rakhine exacerbaram a divisão entre os budistas e os muçulmanos Rohingya⁴³⁵. Esta tensão é aprofundada pelas diferenças religiosas e gera conflitos por diversas vezes.

Os confrontos no estado de Rakhine iniciaram-se em agosto de 2017, após um grupo militante conhecido como Exército de Salvação Arakan Rohingya (ARSA) ter reivindicado a responsabilidade pelos ataques à polícia e aos postos do exército⁴³⁶. Por conseguinte, o governo declarou a ARSA como uma organização terrorista, levando a que os militares organizassem uma violenta campanha que destruiu centenas de aldeias

⁴³¹ In, The Guardian, 3 de novembro de 2015, *No vote, no candidates: Myanmar's Muslims barred from their own election*, in, <https://www.theguardian.com/world/2015/nov/03/no-vote-no-candidates-myanmar-muslims-barred-from-their-own-election>, consultado a 31 de agosto de 2019;

⁴³² Cf, Council on Foreign Relations, 5 de dezembro de 2018, *The Rohingya Crisis*, in, <https://www.cfr.org/backgrounder/rohingya-crisis>, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴³³ Cf, Fortify Rights, fevereiro de 2014, *Policies of Persecution – Ending Abusive State Policies Against Rohingya Muslims in Myanmar*, in, https://www.fortifyrights.org/downloads/Policies_of_Persecution_Feb_25_Fortify_Rights.pdf, p.24, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴³⁴ Cf, International Organization for Migration, abril de 2018, *IOM Appeal (Myanmar /Rakhine State) (April 2016 – April 2018)*, in, https://www.iom.int/sites/default/files/country_appeal/file/IOM-Myanmar-Appeal-April-2016-April-2018.pdf, consultado a 31 de agosto de 2019;

⁴³⁵ Cf, *Ibidem*, consultado a 31 de agosto de 2019;

⁴³⁶ Cf, The Irrawaddy, 28 de agosto de 2017, *Burma - Muslim Community Condemns Rakhine Violence*, in, <https://www.irrawaddy.com/news/burma/muslim-community-condemns-rakhine-violence.html>, consultado a 31 de agosto de 2019;

Rohingya, forçando quase setecentos mil Rohingya a abandonar Myanmar⁴³⁷. Segundo o relatório internacional dos Médicos Sem Fronteiras, foram mortos pelo menos 6 700 Rohingya no período compreendido entre 25 de agosto e 25 de setembro de 2017⁴³⁸. Para além disso, as forças militares de Myanmar abriram fogo contra os civis que tentavam escapar ao massacre e colocaram ainda minas terrestres perto da fronteira com o Bangladesh⁴³⁹.

Desde o início de 2018, que as autoridades de Myanmar têm vindo a desmantelar as aldeias abandonadas dos Rohingya e as suas terras agrícolas para construir novas casas, bases de segurança, entre outras infraestruturas⁴⁴⁰. Apesar do governo afirmar que estas ocorrências têm como objetivo a repatriação dos refugiados, muitos ativistas dos direitos humanos expressaram a sua preocupação, pois consideram que estas novas construções estão destinadas a outras populações do Estado de Rakhine. Para além disso, alguns especialistas levantaram dúvidas em relação à resposta do governo perante os ataques da ARSA, uma vez que os relatórios mostram que os militares começaram a implementar estas políticas no ano anterior ao ataque⁴⁴¹.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, descreveu a violência dos ataques como uma «limpeza étnica» e designou a situação humanitária como catastrófica⁴⁴². Numa reunião do Conselho de Segurança da ONU, a embaixadora americana, Nikki Haley, afirmou que as autoridades de Myanmar realizaram uma “campanha brutal para «limpar» o país de uma minoria étnica”⁴⁴³ pedindo aos seus membros que

⁴³⁷ Cf, The New York Times, 18 de setembro de 2017, *Satellite Images Show More Than 200 Rohingya Villages Burned in Myanmar*, in, <https://www.nytimes.com/interactive/2017/09/18/world/asia/rohingya-villages.html?mcubz=0>, consultado a 31 de agosto de 2019;

⁴³⁸ Cf, Medecins sans Frontieres, 22 de dezembro de 2017, *MSF surveys estimate that at least 6,700 Rohingya were killed during the attacks in Myanmar*, in, <https://www.msf.org/myanmarbangladesh-msf-surveys-estimate-least-6700-rohingya-were-killed-during-attacks-myanmar>, consultado a 31 de agosto de 2019;

⁴³⁹ Cf, Amnesty International, 10 de setembro de 2017, *Myanmar: New landmine blasts point to deliberate targeting of Rohingya*, in, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2017/09/myanmar-new-landmine-blasts-point-to-deliberate-targeting-of-rohingya/>, consultado a 31 de agosto de 2019;

⁴⁴⁰ Cf, Amnesty International, 2017, *Remaking Rakhine State*, in, <https://www.amnesty.org/download/Documents/ASA1680182018ENGLISH.PDF>, consultado a 31 de agosto de 2019;

⁴⁴¹ Cf, Council on Foreign Relations, 5 de dezembro de 2018, *The Rohingya Crisis*, in, <https://www.cfr.org/backgrounder/rohingya-crisis>, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴⁴² Cf, VOA News, 13 de setembro de 2017, *UN Chief Assails 'Ethnic Cleansing' of Myanmar's Rohingyas*, in, <https://www.voanews.com/east-asia-pacific/un-chief-assails-ethnic-cleansing-myanmars-rohingyas>, consultado a 31 de agosto de 2019;

⁴⁴³ In, The Wall Street Journal, 28 de setembro de 2017, *U.S. Says Myanmar's Rohingya Assault Appears to Be Ethnic Cleansing*, in, <https://www.wsj.com/articles/u-n-security-council-demands-myanmar-end-military-operation-against-rohingya-muslims-1506639224?mg=prod/accounts-wsj>, consultado a 31 de agosto de 2019;

suspendessem as armas para os militares. Contudo, a Rússia e a China resistiram à crescente pressão exercida ao governo de Myanmar, preferindo vetar as resoluções tomadas pelos outros membros do Conselho de Segurança⁴⁴⁴. A maior parte dos Rohingya tem procurado refúgio em países como o Bangladesh, a Malásia, a Tailândia e a Indonésia⁴⁴⁵.

Atualmente, existem no Bangladesh mais de 1,1 milhões de refugiados⁴⁴⁶. A Organização Mundial de Saúde afirma que tenham nascido mais de sessenta mil bebês nos sobrelotados campos de refugiados do Bangladesh em 2018⁴⁴⁷. Nestes campos, o risco de surto de doenças é bastante elevado, sendo que as organizações de saúde têm alertado para possíveis surtos de sarampo, tétano, difteria e síndrome de icterícia aguda⁴⁴⁸. Mais de 60% do abastecimento de água está contaminado, aumentando o risco de disseminação de doenças contagiosas e transmitidas pela água⁴⁴⁹. Para além disso, milhares de refugiados têm recorrido a contrabandistas de modo a escaparem das zonas de conflito, arriscando-se a uma exploração desumana, que inclui em muitos casos a escravidão sexual⁴⁵⁰. Em novembro de 2017, o Bangladesh e Myanmar assinaram um acordo para uma possível repatriação de centenas de milhares de refugiados. No entanto, os detalhes do processo permanecem vagos, tendo sido constantemente adiado ao longo de 2018⁴⁵¹.

Por outro lado, as Nações Unidas estimam que, em outubro de 2018, existissem na Malásia mais de oitenta mil Rohingya⁴⁵². Os que conseguem chegar ao país em

⁴⁴⁴ Cf, Council on Foreign Relations, 5 de dezembro de 2018, *The Rohingya Crisis*, in, <https://www.cfr.org/background/rohingya-crisis>, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴⁴⁵ Cf, *Ibidem*, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴⁴⁶ Cf, *Ibidem*, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴⁴⁷ Cf, World Health Organization, 20 de fevereiro de 2018, *Urgent need to scale up health services in Cox's Bazar: WHO*, in, <http://www.searo.who.int/mediacentre/releases/2018/1680/en/>, consultado a 31 de agosto de 2019;

⁴⁴⁸ Cf, Reuters, 4 de dezembro de 2017, *Risks grow for Rohingya in Bangladesh's teeming, squalid camps*, in, <https://www.reuters.com/article/us-myanmar-rohingya-camps/risks-grow-for-rohingya-in-bangladeshs-teeming-squalid-camps-idUSKBN1DY0P5>, consultado a 31 de agosto de 2019;

⁴⁴⁹ Cf, *Ibidem*, consultado a 31 de agosto de 2019;

⁴⁵⁰ Cf, Aljazeera, 3 de dezembro de 2017, *Rohingya women sold as sex slaves in Bangladesh*, in, <https://www.aljazeera.com/news/2017/12/rohingya-women-sold-sex-slaves-bangladesh-171203075517252.html>, consultado a 31 de agosto de 2019;

⁴⁵¹ Cf, Council on Foreign Relations, 5 de dezembro de 2018, *The Rohingya Crisis*, in, <https://www.cfr.org/background/rohingya-crisis>, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴⁵² Cf, The UN Refugee Agency, *Figures at a Glance in Malaysia*, in, <https://www.unhcr.org/figures-at-a-glance-in-malaysia.html>, consultado a 31 de agosto de 2019;

segurança não possuem qualquer documentação, permanecendo ilegais e incapazes de trabalhar para sustentarem as suas famílias que não têm acesso à educação e à saúde⁴⁵³.

Na Tailândia, o caso é mais grave, uma vez que o país se tem tornado um centro de contrabando humano regional, onde muitos Rohingya acabam por desaparecer quando chegam ao país por via marítima⁴⁵⁴. A maior parte deles segue posteriormente a pé para a Malásia ou apanha outros barcos em direção à Indonésia e ao seu estado vizinho. O governo tailandês tem procurado acabar com estas redes de contrabando, após a descoberta de valas comuns em supostos campos de refugiados, onde diversos gangues os mantinham como reféns⁴⁵⁵. Contudo, vários especialistas afirmam que, embora a punição dos traficantes interrompa as redes, isto não é o suficiente para as dismantelar.

Os Rohingya também têm procurado refúgio na Indonésia, embora o número de refugiados seja comparativamente menor em relação aos dos países supracitados⁴⁵⁶. O governo de Jacarta tem salvo dezenas de barcos de imigrantes e enviado ajuda humanitária para os campos de refugiados do Bangladesh⁴⁵⁷. Em janeiro de 2018, o presidente indonésio Joko Widodo, numa visita a um campo de refugiados, pediu à sociedade internacional uma maior ajuda e coordenação de esforços em Myanmar⁴⁵⁸.

Por conseguinte, vários manifestantes têm-se reunido em cidades do Paquistão, Bangladesh, Índia, Tailândia e Indonésia com o objetivo de condenar o assassinato e a perseguição dos Rohingya⁴⁵⁹. Em setembro de 2017, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Bangladesh condenou a violência existente no estado de Rakhine ao designá-la de «genocídio», recebendo o apoio da Indonésia e da Malásia que pediram às autoridades de Myanmar que suspendessem a campanha militar e pusessem termo à

⁴⁵³ Cf, Council on Foreign Relations, 5 de dezembro de 2018, *The Rohingya Crisis*, in, <https://www.cfr.org/background/rohingya-crisis>, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴⁵⁴ Cf, Council on Foreign Relations, 5 de dezembro de 2018, *The Rohingya Crisis*, in, <https://www.cfr.org/background/rohingya-crisis>, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴⁵⁵ Cf, *Ibidem*, consultado a 28 de agosto de 2019

⁴⁵⁶ Cf, *Ibidem*, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴⁵⁷ Cf, Aljazeera, 3 de outubro de 2017, *Rohingya refugees in Indonesia trapped in limbo*, in, <https://www.aljazeera.com/news/2017/10/rohingya-refugees-indonesia-trapped-limbo-171003075615933.html>, consultado a 31 de agosto de 2019;

⁴⁵⁸ Cf, Council on Foreign Relations, 5 de dezembro de 2018, *The Rohingya Crisis*, in, <https://www.cfr.org/background/rohingya-crisis>, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴⁵⁹ Cf, *Ibidem*, consultado a 31 de agosto de 2019;

violência⁴⁶⁰. Como referido anteriormente, em outubro de 2018, as autoridades do Bangladesh e de Myanmar concordaram em repatriar milhares de Rohingya⁴⁶¹. No entanto, ofereceram poucas informações específicas acerca da forma como os refugiados seriam selecionados. A Human Rights Watch afirmou que aqueles que foram designados para o repatriamento não se apresentaram como voluntários, mas foram escolhidos aleatoriamente pelas autoridades do Bangladesh⁴⁶². Além disso, as autoridades de Myanmar não especificaram se os refugiados iriam receber direitos plenos de cidadania, incluindo a liberdade de movimento⁴⁶³.

Devido a esta situação, as Nações Unidas pediram o cancelamento do acordo e advertiram que as condições em Myanmar ainda não eram seguras para acolher os Rohingya⁴⁶⁴. Os refugiados acabaram por recusar regressar ao país até que os seus direitos de cidadania fossem garantidos⁴⁶⁵. Vários especialistas afirmam que o governo de Bangladesh deve decidir se expulsa os refugiados ou lhes continua a fornecer abrigo, com a ajuda dos governos ocidentais e das organizações de ajuda humanitária.

Além disso, outros governos do Sudeste Asiático continuam sem possuir estruturas legais para proteger os direitos dos refugiados, sendo que os dez membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) também não conseguem responder à crise humanitária eminente⁴⁶⁶. A Indonésia, a Malásia, a Tailândia e Myanmar, bem como os restantes membros da ASEAN, ainda não ratificaram a convenção de refugiados da ONU ou o seu protocolo⁴⁶⁷. A própria ASEAN tem-se mantido em silêncio relativamente à situação dos Rohingya e acerca do crescente número de solicitantes de asilo nos países membros, que ocorre devido ao princípio de não-interferência nos assuntos internos de cada um deles⁴⁶⁸. Segundo Joshua

⁴⁶⁰ Cf, Aljazeera, 11 de setembro de 2017, *Bangladesh FM: Violence against Rohingya 'is genocide'*, in, <https://www.aljazeera.com/news/2017/09/bangladesh-fm-violence-rohingya-genocide-170911023429604.html>, consultado a 31 de agosto de 2019;

⁴⁶¹ Cf, The Wall Street Journal, 15 de novembro de 2018, *Rohingya, Expelled From Myanmar, Refuse Effort to Return Them*, in, <https://www.wsj.com/articles/rohingya-expelled-from-myanmar-refuse-effort-to-return-them-1542291558>, consultado a 31 de agosto de 2019;

⁴⁶² Cf, *Ibidem*, consultado a 31 de agosto de 2019;

⁴⁶³ Cf, *Ibidem*, consultado a 31 de agosto de 2019;

⁴⁶⁴ Cf, Council on Foreign Relations, 5 de dezembro de 2018, *The Rohingya Crisis*, in, <https://www.cfr.org/background/rohingya-crisis>, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴⁶⁵ Cf, *Ibidem*, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴⁶⁶ Cf, *Ibidem*, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴⁶⁷ Cf, *Ibidem*, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁴⁶⁸ Cf, *Ibidem*, consultado a 28 de agosto de 2019;

Kurlantzich do CFR, nenhum destes estados vai tomar uma ação coletiva em Myanmar, uma vez que este é um dos seus membros⁴⁶⁹.

Em dezembro de 2016, o presidente Barack Obama levantou as sanções contra Myanmar, afirmando que o país tinha feito progressos significativos no que diz respeito à melhoria dos direitos humanos⁴⁷⁰. Contudo, esta decisão foi tomada quando a repressão aos Rohingya voltou a intensificar-se, tendo sido alvo de duras críticas. Por conseguinte, um ano depois, durante a nova administração Trump, novas sanções foram impostas ao país, em especial contra um dos principais generais responsáveis pela perseguição e pelo massacre aos Rohingya⁴⁷¹. Em 2018, o governo dos EUA continuou a ampliar o seu regime de sanções contra os comandantes do exército de Myanmar, como evidência das atrocidades cometidas pelos soldados.

Perante este cenário de perseguição, países como o Canadá, a Noruega e a Coreia do Sul, juntaram-se aos Estados Unidos, com o objetivo de prestarem assistência humanitária e financeira ao Bangladesh, onde o número de refugiados não parava de aumentar⁴⁷². Uma equipa de médicos britânicos liderou, inclusive, uma missão de emergência no país com o objetivo de ajudar a conter a propagação de doenças nos campos⁴⁷³. Do mesmo modo, as Nações Unidas solicitaram 951 milhões de dólares para prestar ajuda humanitária⁴⁷⁴. Na cimeira da ASEAN realizada em novembro de 2018, o vice-presidente dos EUA, Mike Pence, pressionou Aung San Suu Kyi, afirmando que a “violência e perseguição de Myanmar contra os Rohingya era indesculpável”⁴⁷⁵.

Várias organizações não-governamentais, incluindo a *Human Rights Watch*, a *Amnistia Internacional*, o *Projeto Arakan* e o *Fortify Rights* continuam a apelar à pressão internacional sobre o governo de Myanmar⁴⁷⁶. Em novembro de 2018, a Amnistia Internacional retirou a Aung San Suu Kyi o prémio de Embaixador da

⁴⁶⁹ Cf, Forbes, 17 de dezembro de 2017, *ASEAN's Rohingya Response -- Barely A Peep Outside Of Malaysia*, in, <https://www.forbes.com/sites/anismuslimin/2017/12/17/aseans-rohingya-response-barely-a-peep-outside-of-malaysia/#5c7e1fd139de>, consultado a 31 de agosto de 2019;

⁴⁷⁰ Cf, Council on Foreign Relations, 5 de dezembro de 2018, *The Rohingya Crisis*, in, <https://www.cfr.org/backgrounder/rohingya-crisis>, consultado a 17 de agosto de 2019;

⁴⁷¹ Cf, *Ibidem*, consultado a 17 de agosto de 2019;

⁴⁷² Cf, *Ibidem*, consultado a 17 de agosto de 2019;

⁴⁷³ Cf, *Ibidem*, consultado a 17 de agosto de 2019;

⁴⁷⁴ Cf, *Ibidem*, consultado a 17 de agosto de 2019;

⁴⁷⁵ In, Aljazeera, 14 de novembro de 2018, *Mike Pence tells Aung San Suu Kyi Rohingya violence inexcusable*, in, <https://www.aljazeera.com/news/2018/11/mike-pence-tells-aung-san-suu-kyi-rohingya-violence-inexcusable-181114062944370.html>, consultado a 17 de agosto de 2019;

⁴⁷⁶ Cf, Council on Foreign Relations, 5 de dezembro de 2018, *The Rohingya Crisis*, in, <https://www.cfr.org/backgrounder/rohingya-crisis>, consultado a 17 de agosto de 2019;

Consciência, que lhe tinha sido atribuído durante o período de quinze anos em que esteve em prisão domiciliária⁴⁷⁷. No início de 2019, o promotor-chefe do Tribunal de Crime Internacional (ICC) iniciou uma investigação acerca dos supostos crimes de guerra cometidos contra os Rohingya⁴⁷⁸. No entanto, como afirmou o escritor Francis Wade, se não se reverter “uma cultura de preconceito generalizado e se garantir que os Rohingya são tratados como seres humanos, é improvável que melhore a situação de Rakhine”⁴⁷⁹.

Para além disso, a situação no Bangladesh é uma enorme fonte de preocupação para a Índia. Se a situação económico-social continuar a agravar no país vizinho devido à crise humanitária dos Rohingya, corre-se o risco de emergir uma ameaça à paz e à segurança da região. O governo de Nova Deli tem enfatizado constantemente “um regresso «seguro, rápido e sustentável» dos Rohingya a Mynamar, temendo que a crise se alastre para os seus estados orientais mais pobres”⁴⁸⁰. Numa conferência de imprensa acerca do «combate às ideologias insurgentes», o Alto-Comissário do Bangladesh na Índia, Syed Muazzem Ali, afirmou que esperava uma implementação eficaz e imediata do acordo assinado entre Myanmar e as Nações Unidas de modo a resolver a crise⁴⁸¹. Este considera que existe o sério risco de os Rohingya se tornarem um alvo fácil de radicalização, colocando em risco a estabilidade de toda a região⁴⁸². Do mesmo modo, a primeira-ministra bengali, Sheikh Hasina, reiterou a necessidade da sociedade internacional garantir a resolução da crise humanitária, uma vez que o Bangladesh continua a “carregar o fardo de uma crise causada pelas ações do estado de Myanmar”⁴⁸³. Ainda assim, para a primeira-ministra bengali “o multilateralismo continua a ser a «panaceia» mais eficaz para resolver os problemas globais e promover o desenvolvimento mundial”⁴⁸⁴.

⁴⁷⁷ Cf, Council on Foreign Relations, 5 de dezembro de 2018, *The Rohingya Crisis*, in, <https://www.cfr.org/backgrounder/rohingya-crisis>, consultado a 17 de agosto de 2019;

⁴⁷⁸ Cf, *Ibidem*, consultado a 17 de agosto de 2019;

⁴⁷⁹ In, Council on Foreign Relations, 2 de outubro de 2017, *How Myanmar's Military Wields Power From the Shadows*, in, <https://www.cfr.org/interview/how-myanmars-military-wields-power-shadows>, consultado a 17 de agosto de 2019;

⁴⁸⁰ In, India Today, 9 de Agosto de 2019, *Rohingya crisis could emerge as threat to regional security: Bangladesh envoy*, in, <https://www.indiatoday.in/india/story/rohingya-crisis-could-emerge-as-threat-to-regional-security-bangladesh-envoy-1578931-2019-08-09>, consultado a 28 de setembro de 2019;

⁴⁸¹ Cf, *Ibidem*, consultado a 28 de setembro de 2019;

⁴⁸² Cf, *Ibidem*, consultado a 28 de setembro de 2019;

⁴⁸³ In, UN News, 27 de setembro de 2019, *Despite grappling with Rohingya crisis, Bangladesh is 'development miracle'*, in, <https://news.un.org/en/story/2019/09/1048002>, consultado a 28 de setembro de 2019;

⁴⁸⁴ In, *Ibidem*, consultado a 28 de setembro de 2019;

Por outro lado, o governo de Pequim tem um especial interesse em «arrastar» a crise dos Rohingya. A China é um dos poucos países que apoia o governo de Myanmar, evitando consecutivamente a sua condenação no Conselho de Segurança da ONU. O motivo que explica tal comportamento é muito simples: a manutenção de influência no país. O estado chinês precisa de garantir a execução dos seus projetos económicos no Sudeste Asiático, do qual Myanmar faz parte. O acesso ao Oceano Índico é um «ponto-chave» para o sucesso da «One Belt and Road Policy». Ao garantir que o governo de Aung San Suu Kyi continua a depender da sua ajuda diplomática e económica, o presidente chinês Xi Jinping evita uma aproximação do mesmo aos estados ocidentais, e em especial à Índia.

3. Apoio regional à causa democrática em Myanmar

Como vimos anteriormente, Myanmar encontra-se numa fase de tentativa de transição política. Por sua vez, à medida que esta transição progride, três democracias regionais - a Indonésia, a Índia e o Japão – adotam, individualmente, abordagens positivas, embora cautelosas para apoiar esta mudança⁴⁸⁵. Contudo, existe uma oportunidade para se estabelecer um envolvimento mais profundo e coordenado entre estes três estados. Estas democracias asiáticas podem ajudar a reforçar a situação política de Myanmar e do seu novo governo, à medida que este enfrenta os desafios de uma democracia florescente.

No caso da Indonésia, este é um dos principais estados onde Myanmar deve extrair lições, uma vez que passou por uma transição democrática muito recentemente⁴⁸⁶. A Indonésia oferece ao seu vizinho birmanês um bom exemplo da forma como se deve administrar a diversidade e construir a paz, durante um período conturbado de mudanças democráticas no país. No entanto, relativamente ao apoio e ao fortalecimento da democracia em Myanmar, o governo de Jacarta tem preferido manter uma estratégia discreta e não intervencionista (apesar de ter tido uma forte influência na reaproximação diplomática dos EUA ao país em 2011)⁴⁸⁷. É evidente que as mudanças políticas em Myanmar, como a vitória da NLD, foram bem recebidas quer pelos círculos políticos, quer pela sociedade da Indonésia, no entanto, a cautela prevalece na política externa de Jacarta em relação às reformas democráticas no seu estado vizinho⁴⁸⁸.

O aumento do interesse da Indonésia na transição democrática em Myanmar iniciou-se no ano de 2007⁴⁸⁹. A «Revolução de Açafrão» ocorrida em agosto do mesmo ano, que envolveu uma série de protestos antigovernamentais por todo o país, devido à grave crise económica e social, foi violentamente reprimida pela polícia, provocando vários mortos, entre os quais monges budistas que se tinham juntado às manifestações

⁴⁸⁵ Cf, Carnegie, 19 de outubro de 2016, ICHIHARA, Maiko, SAHOO, Niranjana, *Asian Support for Democracy in Myanmar*, in, <https://carnegieendowment.org/2016/10/19/asian-support-for-democracy-in-myanmar-pub-64875>, consultado a 22 de julho de 2019;

⁴⁸⁶ Cf, *Ibidem*, consultado a 22 de julho de 2019;

⁴⁸⁷ Cf, *Ibidem*, consultado a 22 de julho de 2019;

⁴⁸⁸ Cf, *Ibidem*, consultado a 22 de julho de 2019;

⁴⁸⁹ Cf, *Ibidem*, consultado a 22 de julho de 2019;

pacíficas⁴⁹⁰. Devido a este cenário repressivo causado pelo governo de Myanmar (que fez manchete em vários jornais e televisões de todo o mundo), os EUA, a União Europeia e vários países da ASEAN apressaram-se a condenar as ações do governo militar e a aplicar novas sanções económicas ao país. Somente o veto da China impediu uma imediata condenação de Myanmar no Conselho de Segurança da ONU. Tendo em conta esta situação, o governo de Jacarta decidiu enviar o general aposentado Agus Widjojo à Junta Militar, de forma a convencê-los a abrir o país a possíveis reformas políticas e económicas⁴⁹¹. No entanto, a intervenção da Indonésia no processo democrático do país apenas se acentuou em 2011, quando o governo de Thei Sein anunciou a sua estratégia dos sete passos para as reformas democráticas no país. O governo indonésio forneceu amplo apoio político às reformas da Junta e apoiou, inclusive, a sua presidência da ASEAN em 2014.

O Instituto para a Paz e Democracia (IPD), uma ONG criada em 2008 pelo governo indonésio, foi encarregue de traçar um plano que permitisse a implementação de tarefas relacionadas com o processo de reforma de Myanmar⁴⁹². O IPD tem trabalhado em conjunto com várias organizações birmanesas, como o Centro de Paz de Myanmar e o Instituto de Recursos para o Desenvolvimento de Myanmar, com o objetivo de partilhar experiências do processo democrático da Indonésia com o governo birmanês⁴⁹³. Os resultados destas intervenções conjuntas são frequentemente discutidos com os atores estatais, em particular, com as embaixadas da Indonésia e de Myanmar e o Ministério dos Negócios Estrangeiros⁴⁹⁴. Deste modo, sendo o foco principal do governo de Jacarta partilhar a sua experiência e conhecimento com o governo de Naypyidaw, o seu método de apoio ao novo regime democrático é baseado no diálogo com atores civis e políticos. Em diversas ocasiões, as ONGs acima referidas têm convidado funcionários do governo, académicos e jornalistas, bem como outros membros da sociedade civil a participar nas suas reuniões, de forma a transmitirem o seu conhecimento ao maior número possível de pessoas que se encontram envolvidas no

⁴⁹⁰ Cf, Carnegie, 19 de outubro de 2016, ICHIHARA, Maiko, SAHOO, Niranjana, *Asian Support for Democracy in Myanmar*, in, <https://carnegieendowment.org/2016/10/19/asian-support-for-democracy-in-myanmar-pub-64875>, consultado a 22 de Julho de 2019;

⁴⁹¹ Cf, *Ibidem*, consultado a 22 de Julho de 2019;

⁴⁹² Cf, *Ibidem*, consultado a 22 de Julho de 2019;

⁴⁹³ Cf, *Ibidem*, consultado a 22 de Julho de 2019;

⁴⁹⁴ Cf, *Ibidem*, consultado a 22 de Julho de 2019;

processo de transição democrático⁴⁹⁵. Para além disso, uma vez que o Instituto para a Paz e Democracia (IPD) não pretende exportar o modelo indonésio para o país, este tem sido capaz de levar a cabo inúmeros diálogos relacionados com a reforma militar, que é atualmente um dos aspetos mais sensíveis na questão da democratização de Myanmar⁴⁹⁶.

Contudo, apesar do IPD ter vindo gradualmente a intensificar as suas atividades de modo a fortalecer as frágeis instituições de Myanmar, vários setores da política e sociedade birmanesas esperam mais da Indonésia. Muitos sentem que a atual administração, presidida por Joko Widodo, deve demonstrar uma maior preocupação relativamente à questão das reformas de Myanmar. Após as eleições legislativas de 2015, o governo indonésio despendeu praticamente duas semanas para prestar uma declaração oficial de congratulações em relação à vitória do partido de Aung San Suu Kyi. O Jakarta Post afirmou, inclusive, que “o silêncio da Indonésia demonstra que o país continua a preferir a antiga política de «jogo seguro» com o governo de Naypyidaw”.

Desta forma, enquanto outros países utilizam uma «diplomacia de megafone»⁴⁹⁷ (ou «diplomacia de tambor»), em relação a Myanmar, a Indonésia adotou uma «diplomacia de *sarong*»⁴⁹⁸. Esta designação foi concebida pelo antigo presidente da *Indonesian Red Cross* (PMI) e atual vice-presidente do país, Jusuf Kalla⁴⁹⁹. A «diplomacia de *sarong*» reflete uma abordagem cultural por parte da Indonésia em relação ao seu vizinho birmanês⁵⁰⁰. Este tipo de diplomacia é considerado parte integrante da «diplomacia suave», que se baseia no princípio do respeito mútuo, onde não existe intromissão nos assuntos internos de um estado⁵⁰¹. Para além disso, a «diplomacia de *sarong*» permite transmitir de forma eficaz as mensagens da Indonésia em relação aos problemas humanitários despoletados em Myanmar. Os resultados desta

⁴⁹⁵ Cf, Carnegie, 19 de outubro de 2016, ICHIHARA, Maiko, SAHOO, Niranjan, *Asian Support for Democracy in Myanmar*, in, <https://carnegieendowment.org/2016/10/19/asian-support-for-democracy-in-myanmar-pub-64875>, consultado a 22 de julho de 2019;

⁴⁹⁶ Cf, *Ibidem*, consultado a 22 de julho de 2019;

⁴⁹⁷ Se as negociações entre os países ou partidos são realizadas através de comunicados de imprensa e de anúncios, trata-se de uma ‘diplomacia megafone’. Esta tem como objetivo forçar a outra parte a adotar a posição desejada.

⁴⁹⁸ Cf, Global Indonesian Voices, 17 de setembro de 2017, ‘*Sarong Diplomacy*’ from *Indonesia to Rohingya in Myanmar*, in, <https://www.globalindonesianvoices.com/31146/sarong-diplomacy-from-indonesia-to-rohingya-in-myanmar/>, consultado a 23 de julho de 2019;

⁴⁹⁹ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de julho de 2019;

⁵⁰⁰ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de julho de 2019;

⁵⁰¹ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de julho de 2019;

diplomacia foram claros e concretos. Após a crise de 2012 ocorrida em Myanmar, a Indonésia foi durante algum tempo o único estado a ser considerado bem-vindo no país. Os governos de ambos os países trabalharam em conjunto de modo a tentar implementar programas humanitários no estado de Rakhine, com o objetivo de atenuar a iminente crise humanitária⁵⁰². A implementação destes programas deveu-se, sobretudo, à inteligente estratégia diplomática levada a cabo pela Indonésia através do Ministério dos Negócios Estrangeiros⁵⁰³.

No entanto, quando se acentuou a crise humanitária dos Rohingya, houve um retrocesso significativo em relação aos avanços diplomáticos conduzidos pela Indonésia nos anos anteriores. Esta situação deveu-se principalmente às ondas de «ódio» que surgiram por parte dos indonésios⁵⁰⁴. A atitude dos indonésios resultou do facto de alguns destes cidadãos não possuírem um conhecimento abrangente do que realmente estava a acontecer. Por outro lado, havia quem tentasse usar a crise humanitária dos Rohingya para obter ganhos políticos no país. Estes últimos, procuraram pressionar fortemente o presidente Widodo, alegando que este agia de forma muito lenta face à grave situação que se verificava no estado de Rakhine em Myanmar⁵⁰⁵. Alguns chegaram, inclusivamente, a exigir a expulsão do embaixador de Myanmar do país, o que poderia colocar em risco os laços diplomáticos entre os estados⁵⁰⁶.

Perante este perigoso cenário, o presidente Joko Widodo decidiu agir, emitindo uma declaração oficial para expressar o arrependimento do seu governo em relação à escalada de violência sentida em Rakhine. Para além de tentar convencer o governo de Myanmar a acabar com a violência levada a cabo contra os Rohingya, o presidente indonésio enviou o seu ministro de Relações Externas, Retno Marsudi, numa missão diplomática ao Myanmar e ao Bangladesh, de modo a auxiliar os governos destes países na crise dos Rohingya⁵⁰⁷. As missões diplomáticas do ministro Retno foram, inclusive, elogiadas internacionalmente. Desta forma, podemos afirmar que a Indonésia tem desempenhado um papel fulcral no âmbito da evolução política de Myanmar, mas que

⁵⁰² Cf, Global Indonesian Voices, 17 de setembro de 2017, '*Sarong Diplomacy*' from Indonesia to Rohingya in Myanmar, in, <https://www.globalindonesianvoices.com/31146/sarong-diplomacy-from-indonesia-to-rohingya-in-myanmar/>, consultado a 23 de julho de 2019;

⁵⁰³ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de julho de 2019;

⁵⁰⁴ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de julho de 2019;

⁵⁰⁵ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de julho de 2019;

⁵⁰⁶ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de julho de 2019;

⁵⁰⁷ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de julho de 2019;

por vezes tende a ser insuficiente ou lento na procura de soluções efetivas para o seu país vizinho.

Por outro lado, no caso da Índia, a vitória de Aung San Suu Kyi em 2015 foi muitíssimo bem recebida pelo governo de Nova Deli⁵⁰⁸. Vários meios de comunicação social indianos têm, inclusive, acompanhado os desenvolvimentos económicos e políticos de Myanmar. Para além da forte ligação de Aung San Suu Kyi com a Índia, devido ao facto de ter estudado na capital indiana (a sua mãe foi embaixadora no país), esta possui também bastantes contactos com a elite política e intelectual indiana⁵⁰⁹. Consequentemente, a ascensão da NLD ao poder aumentou o seu interesse na Índia.

Como observado anteriormente, a Índia tem vindo a intensificar a sua relação diplomática e económica com Myanmar, especialmente a partir do ano de 2006. As autoridades indianas encontram-se bastante otimistas em relação à transição democrática, e têm procurado apoiar as reformas políticas e administrativas no país. Por sua vez, a Índia tem estado particularmente envolvida na reforma da prestação de serviços em Myanmar, ajudando a modernizar as redes de transporte e de telecomunicação do país, e fornecendo assistência técnica e programas de ensino a profissionais de saúde⁵¹⁰. O estado indiano foi um dos poucos países até ao momento que contribuiu com mais de um bilião de dólares para fortalecer as instituições socioeconómicas de Myanmar⁵¹¹. No entanto, para vários membros da NLD, a Índia precisa de ser mais proativa no seu apoio à transição democrática. O fundador e editor-chefe do Mizzima Media Group⁵¹² em Yangon, Soe Myint, que esteve envolvido na revolta estudantil de 1988 contra a Junta Militar, tem vindo, inclusive, a pressionar a Índia no sentido de ter um papel mais dinâmico e ativo no país⁵¹³. O governo indiano tinha defendido os protestos pró-democracia do final da década de 80 em Myanmar,

⁵⁰⁸ Cf, Carnegie, 19 de outubro de 2016, ICHIHARA, Maiko, SAHOO, Niranjan, *Asian Support for Democracy in Myanmar*, in, <https://carnegieendowment.org/2016/10/19/asian-support-for-democracy-in-myanmar-pub-64875>, consultado a 23 de Julho de 2019;

⁵⁰⁹ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de julho de 2019;

⁵¹⁰ Cf, *Ibidem*, consultado a 22 de julho de 2019;

⁵¹¹ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de julho de 2019;

⁵¹² Fundada no ano de 1998 em Nova Deli por exilados políticos birmaneses. Em 2007, o International Press Institute atribuiu ao Mizzima News o prémio de Free Media Pioneer.

⁵¹³ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de julho de 2019;

abrigando milhares de ativistas democráticos birmaneses nos anos 90, e exigindo constantemente a libertação de Aung San Suu Kyi⁵¹⁴.

Com a líder birmanesa à frente dos assuntos de estado de Myanmar, a Índia pode facultar o apoio necessário para fortalecer o processo democrático, distanciando o país da influência chinesa. A ambiciosa política externa *Act East* da Índia, prevê grandes investimentos na construção de infraestruturas de comércio e de transporte, de modo a fomentar as relações económicas e diplomáticas entre os dois estados. Contudo, a Índia mostrava-se bastante cética relativamente à questão de se estabelecer uma maior colaboração e cooperação com outras potências asiáticas, particularmente com o Japão e membros da ASEAN⁵¹⁵. Apesar disso, no ano de 2016, vários embaixadores asiáticos discursaram acerca de reuniões informais conjuntas, de modo a ajudar o processo democrático em Myanmar⁵¹⁶. Consequentemente, a ativa cooperação entre a Índia e a ASEAN, desenvolvida com o objetivo de promover a democracia na região do Sudeste Asiático, tem levado as autoridades indianas a partilhar de um sentimento mútuo com outros países perante a criação de um eixo democrático na Ásia (compreendendo a Austrália, a Indonésia e o Japão)⁵¹⁷. Esta cooperação poderia conduzir, por sua vez, a uma intervenção diplomática conjunta em Myanmar.

No caso do Japão, este “adotou sempre uma abordagem muito específica em relação a Myanmar, seguindo o método *carrot and stick* ao longo da década de 90 e de 2000”⁵¹⁸. A «cenoura», neste caso, era a promessa de investimento público e privado japonês para encorajar a implementação de reformas políticas e económicas no país. Para o Japão, o apoio à ASEAN e a competição geoestratégica com a China, combinados com os seus próprios interesses económicos, constituem os principais fatores que motivam o seu envolvimento com o estado de Myanmar.

O Japão e Myanmar têm uma importante relação histórica que se iniciou com a 2ª Guerra Mundial, quando o «Império do Sol Nascente» ocupou a antiga colónia

⁵¹⁴ Cf, Carnegie, 19 de outubro de 2016, ICHIHARA, Maiko, SAHOO, Niranjan, *Asian Support for Democracy in Myanmar*, in, <https://carnegieendowment.org/2016/10/19/asian-support-for-democracy-in-myanmar-pub-64875>, consultado a 23 de julho de 2019;

⁵¹⁵ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de julho de 2019;

⁵¹⁶ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de julho de 2019;

⁵¹⁷ Cf, *Ibidem*, consultado a 23 de julho de 2019;

⁵¹⁸ Cf, Myanmar Times, 31 de agosto de 2016, *Japan set to reap returns on investment in Myanmar*, in, <https://www.mmmtimes.com/opinion/22240-japan-set-to-reap-returns-on-investment-in-myanmar.html>, consultado a 21 de julho de 2019;

britânica e estabeleceu um regime pró-japonês no país. Entre 1941 e 1945, assistiu-se a uma «militarização» da Birmânia, à medida que o país se foi transformando num campo de batalha devido ao conflito militar entre o exército japonês, as forças aliadas e os milhares de movimentos de guerrilha indígenas⁵¹⁹. No entanto, mesmo após a independência em 1948, o estado birmanês continuou a sofrer com insurgências um pouco por todo o país, sendo a região do nordeste, onde se encontra um maior número de minorias étnicas, a zona mais afetada. Perante este cenário de instabilidade política e social, ocorre, no ano de 1962, um *coup d'État*. Este acontecimento, levado a cabo pelo exército birmanês, conduz ao poder o General Ne Win, que iria governar o país até 1988 sob um regime socialista de política isolacionista.

No entanto, apesar do autoritarismo do regime de Ne Win e do SLORC/SPDC, o Japão desempenhou um papel importantíssimo no desenvolvimento económico da Birmânia, especialmente através do pagamento de reparações de guerra e do programa de assistência oficial ao desenvolvimento (ODA)⁵²⁰. A antiga Birmânia foi o primeiro estado asiático a receber indemnizações de guerra⁵²¹ por parte do governo de Tóquio⁵²². Para algumas empresas japonesas, as reparações de guerra efetuadas ao estado birmanês foram uma oportunidade única para aumentarem o seu capital, uma vez que o *boom* económico estimulado pela guerra da Coreia (1950-1953) tinha chegado ao fim⁵²³. Desta forma, o processo de reparações de guerra deu início ao primeiro capítulo da relação de ajuda entre o Japão e Myanmar. Um dos projectos de reparação japoneses de maior destaque no país foi a construção do Projecto Hidroelétrico de Baluchaung, no estado de Karenni (Kayah)⁵²⁴. Apesar da presença de movimentos de guerrilha nesta região remota, o projeto foi concluído com sucesso, fornecendo à antiga capital (Yangon) uma considerável fonte de energia elétrica⁵²⁵. Adicionalmente, foram criados

⁵¹⁹ Cf, Myanmar Times, 31 de agosto de 2016, *Japan set to reap returns on investment in Myanmar*, in, <https://www.mmtimes.com/opinion/22240-japan-set-to-reap-returns-on-investment-in-myanmar.html>, consultado a 21 de julho de 2019;

⁵²⁰ Cf, SEEKINS, Donald M., *Japan's Development Ambitions for Myanmar: The Problem of "Economics before Politics"*, in, *Journal of Current Southeast Asian Affairs*, 2015, Hamburgo, Hamburg University Press, p.113;

⁵²¹ As indemnizações de guerra ascenderam aos 250 milhões de dólares.

⁵²² Cf, *Ibidem*, p.122;

⁵²³ Cf, *Ibidem*, p.122;

⁵²⁴ Cf, *Ibidem*, p.122;

⁵²⁵ Contudo, a central elétrica foi-se deteriorando durante a era socialista, tendo ficado praticamente em ruínas, o que causou inúmeros apagões.

«quatro projetos industriais»⁵²⁶, de modo a estimular a industrialização de Myanmar, financiando fábricas de montagem automóvel, máquinas agrícolas e equipamentos elétricos⁵²⁷.

Desta forma, a ODA japonesa tem sido um dos elementos mais importantes da política externa de Tóquio no período pós-guerra a par da sua relação de segurança com os Estados Unidos. O governo de Tóquio atribuiu inúmeros empréstimos e doações a países do Leste e do Sudeste Asiático para além de Myanmar, tais como a Indonésia, as Filipinas, o Vietname, entre outros países⁵²⁸. Em 1989, o Japão foi reconhecido, “para grande orgulho dos seus cidadãos e líderes, como o doador mais generoso do mundo de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) para países mais pobres”⁵²⁹. O Japão foi um dos principais responsáveis pela rápida modernização e desenvolvimento de países como Singapura, Malásia e Tailândia⁵³⁰. Entre 1980 e 1988, a antiga Birmânia esteve sempre entre os dez principais países recetores da ODA por parte do Japão e, recebeu, em 1988, a maior quantia de dinheiro alguma vez registada (até 2012), no valor de 259,6 milhões de dólares⁵³¹.

Contudo, a tomada de poder por parte do Conselho de Estado para a Restauração da Lei e da Ordem (SLORC) ocorrida em setembro de 1988, deu início a um período de crise em Myanmar que prejudicou os assuntos internos e externos do país durante 23 anos (1988-2011)⁵³². Durante este período, o sistema estatal de modelo socialista foi desmantelado e a economia do país foi «aberta» aos investimentos dos países vizinhos, nomeadamente da República Popular da China, da Tailândia e de Singapura. Contudo, o investimento e a ajuda financeira japonesa diminuíram acentuadamente nesta fase. Houve vários fatores que conduziram ao declínio da presença económica japonesa em Myanmar durante o período da Junta Militar.

⁵²⁶ Cf. SEEKINS, Donald M., *Japan's Development Ambitions for Myanmar: The Problem of "Economics before Politics"*, in, Journal of Current Southeast Asian Affairs, 2015, Hamburgo, Hamburg University Press, p.113;

⁵²⁷ Muitas indústrias receberam peças de empresas japonesas: Mazda (veículos ligeiros), Hino (veículos pesados), Kubota (máquinas agrícolas) e Matsushita (componentes eléctricos).

⁵²⁸ Cf. *Ibidem*, p.123;

⁵²⁹ In, *Ibidem*, p.123;

⁵³⁰ Cf. *Ibidem*, p.123;

⁵³¹ Cf. SEEKINS, Donald M., *Burma and Japan since 1940: from 'Co-Prosperity' to 'Quiet Dialogue'*, Copenhaga, Nordic Institute of Asian Studies (NIAS), 2007, p.67;

⁵³² Cf. SEEKINS, Donald M., *Japan's Development Ambitions for Myanmar: The Problem of "Economics before Politics"*, in, Journal of Current Southeast Asian Affairs, 2015, Hamburgo, Hamburg University Press, p.125;

Em primeiro lugar, podemos destacar as constantes violações dos direitos humanos levadas a cabo pelo SLORC/SPDC, bem como o não reconhecimento dos resultados eleitorais de maio de 1990, que representaram uma esmagadora vitória do partido democrático (NLD)⁵³³. Esta situação levou a que diversos países ocidentais promulgassem sanções contra o regime militar em vigor. As sanções impostas pelos EUA foram as mais severas e, sendo este o principal aliado do Japão, o governo de Tóquio viu-se obrigado a afastar-se do governo de Myanmar.

Em segundo lugar, podemos identificar os graves problemas económicos vividos em Myanmar, que impediam o país de pagar as dívidas contraídas internacionalmente (a maioria delas com o Japão) e que inviabilizou o governo de Tóquio de continuar a conceder empréstimos em ienes⁵³⁴. Adicionalmente, a nova administração de Myanmar foi substituída por uma geração de militares, a qual não possuía qualquer tipo de ligação com os diplomatas e empresários japoneses, aproximando-se por sua vez dos países vizinhos, nomeadamente da China⁵³⁵.

Por último, após o fim da Guerra Fria, deu-se início a uma nova era em que vários países vizinhos de Myanmar, nomeadamente a Tailândia e outros estados membros da ASEAN, adotaram uma política de «transformar campos de batalha em mercados» (nas palavras do primeiro-ministro tailandês Chatchai Choonhave⁵³⁶), para promover a integração económica do Sudeste Asiático⁵³⁷. Com efeito, países como a Tailândia, Singapura e Malásia, fizeram grandes investimentos em Myanmar, fornecendo à Junta Militar alternativas credíveis devido à condenação ocidental em vigor. O estado de Myanmar foi, inclusive, convidado a tornar-se membro da ASEAN no ano de 1997. No entanto, foi o governo de Pequim que desempenhou o papel mais importante no que diz respeito à promoção e sobrevivência do regime pós-1988, tornando o país fortemente dependente da China.

Por sua vez, as relações diplomáticas entre Myanmar e o Japão atingiram o seu ponto mais crítico em setembro de 2007, durante a «Revolução de Açafrão» que ocorreu

⁵³³ Cf. SEEKINS, Donald M., *Japan's Development Ambitions for Myanmar: The Problem of "Economics before Politics"*, in, *Journal of Current Southeast Asian Affairs*, 2015, Hamburgo, Hamburg University Press, p.125;

⁵³⁴ Cf. *Ibidem*, p.126;

⁵³⁵ Cf. *Ibidem*, p.126;

⁵³⁶ Chatchai Choonhave foi um oficial diplomata e político tailandês. Foi o primeiro-ministro do país entre agosto de 1988 e fevereiro de 1991;

⁵³⁷ Cf. SOUTH, Ashley, *Mon Nationalism and Civil War in Burma: The Golden Sheldrake*, Nova Iorque, Routledge, 2003, p.16;

no país contra o SPDC⁵³⁸. No decorrer das manifestações, o famoso jornalista japonês Nagai Kenji foi atingido fatalmente enquanto fazia uma reportagem do conflito em Yangon⁵³⁹. Este momento foi, inclusivamente, gravado e transmitido em todo o mundo, causando uma grande onda de indignação na sociedade japonesa⁵⁴⁰. A melhoria da relação entre os dois estados parecia, assim, difícil de concretizar.

No entanto, apesar das adversidades, o Japão nunca impôs sanções ao país tal como os estados ocidentais e os EUA. O governo de Tóquio decidiu adotar o método do «*quiet dialogue*»⁵⁴¹ (em japonês: *shizuka na taiwa*), de modo a persuadir os generais de Myanmar a reformar política e economicamente o país⁵⁴². Preferiu, assim, o uso da diplomacia para resolver de forma pacífica os conflitos vigentes. Apesar de vários críticos terem alegado que esta abordagem foi insuficiente para suavizar o autoritarismo da Junta, o «*quiet dialogue*» revelou-se estrategicamente inteligente, tendo colocado o Japão numa posição favorável para se reaproximar do governo no período de abertura democrática pós-2011.

No ano de 2011, com a transição do governo militar para um governo constitucional, deu-se novamente um aumento da ODA japonesa, uma vez que o governo de Tóquio perdoou grande parte da dívida externa birmanesa⁵⁴³. Desta forma, Myanmar tornou-se, no ano seguinte, o principal recetor de ajuda financeira por parte do Japão, substituindo o lugar do Vietname, que se encontrava em primeiro lugar desde 2009⁵⁴⁴. Esta mudança deveu-se principalmente à nova liderança política japonesa, ao aprofundamento das relações diplomáticas entre o Japão e os EUA e à transição democrática ocorrida em Myanmar. A reaproximação diplomática do governo de Naypyidaw a Washington durante a administração Obama, que atenuou o «*Myanmar friction*», permitiu ao governo de Tóquio um envolvimento diplomático e económico

⁵³⁸ Cf, Reuters, 28 de setembro de 2007, *Japan seeks truth about photographer's death*, in, <https://www.reuters.com/article/us-myanmar-japan/japan-seeks-truth-about-photographers-death-idUST11008320070928>, consultado a 27 de julho de 2019;

⁵³⁹ Cf, *Ibidem*, consultado a 27 de julho de 2019;

⁵⁴⁰ Cf, *Ibidem*, consultado a 27 de julho de 2019;

⁵⁴¹ No ano de 2001, o ministro dos Negócios Estrangeiros japonês, caracterizou o «*quiet dialogue*», como uma posição que defende os direitos humanos e a democracia sem recorrer ao uso de sanções económicas.

⁵⁴² Cf, SEEKINS, Donald M., *Japan's Development Ambitions for Myanmar: The Problem of "Economics before Politics"*, in, *Journal of Current Southeast Asian Affairs*, 2015, Hamburgo, Hamburg University Press, p.128;

⁵⁴³ Cf, *Ibidem*, p.129;

⁵⁴⁴ Cf, *Ibidem*, p.129;

mais forte com o país⁵⁴⁵. Para além disso, em dezembro de 2012, deu-se a vitória do Partido Liberal Democrático do Japão, que conduziu o primeiro-ministro Shinzo Abe ao poder⁵⁴⁶. Este mostrava-se determinado a transformar o Japão numa potência regional importante, bem como a participar em missões militares conjuntas com países aliados (em especial os EUA)⁵⁴⁷.

Com efeito, pela primeira vez após um quarto de século, o Japão tem vindo a investir fortemente em Myanmar, tendo desenvolvido a Zona Económica Especial de Thilawa (SEZ), no Sudeste de Yangon, em cooperação com o governo do país⁵⁴⁸. Grandes empresas japonesas como a Nihon Koei, Marunishi, Itochu Corporation, Mitsubishi e a Sumitomo têm participado ativamente nos investimentos realizados pelo governo japonês no estado birmanês⁵⁴⁹. A Zona Económica Especial de Thilawa (SEZ) foi oferecida ao Japão, no ano de 2011, para ajudar a desenvolver economicamente o país⁵⁵⁰. Esta zona económica tem sido o principal destino do investimento público-privado nipónico. Para além disso, o Japão tem vindo a aprovar e a desenvolver outros projetos no país que chegam a atingir valores bastante avultados. A títulos de exemplo encontram-se: o «Projeto de Reabilitação e Melhoria do Abastecimento de Energia Elétrica», em Yangon; o «Projeto de Desenvolvimento Regional para a Redução da Pobreza» (construção de infraestruturas vitais para a economia); o «Projeto Ferroviário de Yangon-Mandalay» (melhoria do serviço ferroviário entre as duas principais cidades do país); o «Projeto de Irrigação na Região Ocidental de Bago» (melhoria da irrigação agrícola e controlo de cheias); o «Projeto de Melhoria de Abastecimento de Água de Yangon» (abastecimento de água e criação de um sistema de esgotos e saneamento); e o novo aeroporto internacional de Yangon, avaliado em 1,5 biliões de dólares, que é financiado em 49% pelos japoneses⁵⁵¹. Através destes investimentos, o Japão irá

⁵⁴⁵ Cf, SEEKINS, Donald M., *Japan's Development Ambitions for Myanmar: The Problem of "Economics before Politics"*, in, *Journal of Current Southeast Asian Affairs*, 2015, Hamburgo, Hamburg University Press, p.129;

⁵⁴⁶ Cf, Prime Minister of Japan and His Cabinet, 26 de dezembro de 2012, *Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe*, in, https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201212/26kaiken_e.html, consultado a 27 de julho de 2019;

⁵⁴⁷ Cf, Myanmar Times, 30 de agosto de 2017, *Why Myanmar is important to Japan*, in, <https://www.mmmtimes.com/news/why-myanmar-important-japan.html>, consultado a 28 de julho de 2019;

⁵⁴⁸ Cf, *Ibidem*, consultado a 28 de julho de 2019;

⁵⁴⁹ Cf, Myanmar Times, 31 de agosto de 2016, *Japan set to reap returns on investment in Myanmar*, in, <https://www.mmmtimes.com/opinion/22240-japan-set-to-reap-returns-on-investment-in-myanmar.html>, consultado a 28 de julho de 2019;

⁵⁵⁰ Cf, *Ibidem*, consultado a 28 de julho de 2019;

⁵⁵¹ Cf, *Ibidem*, consultado a 28 de julho de 2019;

finalmente ter algum retorno do esforço diplomático e económico, implementado durante várias décadas em Myanmar.

Em conclusão, apesar da Indonésia, da Índia e do Japão partilharem uma visão positiva no que diz respeito à transição democrática de Myanmar, todos estes países hesitam em promover proativamente a democracia no país. Esta situação deve-se, em grande parte, ao facto de continuarem a ser influenciados pelas normas tradicionais de soberania e de não intervenção, e por partilharem uma perceção asiática comum em que a democracia deve ser «feita em casa»⁵⁵².

Contudo, os três países têm preferência por regimes democráticos, uma vez que os regimes autoritários são mais imprevisíveis e instáveis, colocando em risco a estabilidade regional⁵⁵³. Por motivos de segurança, os governos de Nova Deli, Jacarta e Tóquio preferem mudanças graduais ao invés de mudanças rápidas e potencialmente desestabilizadoras. Desta forma, optam por fortalecer as instituições políticas e económicas, em vez de pressionarem diretamente uma transição mais rápida e abrangente em Myanmar.

No entanto, com o atual governo da NLD empenhado em receber um maior e mais tangível apoio dos seus vizinhos, chegou o momento dos países asiáticos abandonarem os seus receios e redobram os seus esforços para fortalecer as bases da democracia em Myanmar. Enquanto o Japão fornece um apoio significativo ao desenvolvimento económico, a Índia e a Indonésia podem partilhar as suas experiências democráticas e a sua expertise em federalismo, *power-sharing*, manutenção da paz e reconciliação étnica⁵⁵⁴. É absolutamente fundamental que os três governos avancem com projetos concretos de cooperação trilateral, ou corre-se o risco do atual contexto político em Myanmar se voltar a deteriorar e a China ser cada vez mais predominante.

⁵⁵² Cf, Carnegie, 19 de outubro de 2016, ICHIHARA, Maiko, SAHOO, Niranjana, *Asian Support for Democracy in Myanmar*, in, <https://carnegieendowment.org/2016/10/19/asian-support-for-democracy-in-myanmar-pub-64875>, consultado a 22 de julho de 2019;

⁵⁵³ Cf, *Ibidem*, consultado a 22 de julho de 2019;

⁵⁵⁴ Cf, *Ibidem*, consultado a 22 de julho de 2019;

4. A Assistência da ASEAN e da Austrália em Myanmar

A ASEAN e a Austrália têm vindo a demonstrar um crescente interesse em aprofundar e consolidar as reformas democráticas que se encontram em desenvolvimento em Myanmar. Segundo a sua linha de pensamento é absolutamente fundamental assegurar-se a reabilitação do país de modo a que esteja não apenas garantido o sucesso da Comunidade Política, Económica e de Segurança da ASEAN, como também o desenvolvimento político e económico do Sudeste Asiático.

Em 2015, os países do Sudeste Asiático estabeleceram uma comunidade formal, que teve como objetivo fortalecer a integração política e económica dos vários estados membros. Estes estados têm, no seu conjunto, uma população de 635 milhões de habitantes e uma produtividade de 2,6 triliões de dólares⁵⁵⁵. O acordo foi assinado a 22 de novembro de 2015, em Kuala Lumpur, pelos dez estados membros, sendo que a comunidade da ASEAN inclui uma dimensão política, de segurança e sociocultural⁵⁵⁶. Contudo, é a vertente económica que requer maior atenção, uma vez que o Produto Interno Bruto (PIB) desta região a pode tornar na 7ª maior economia do mundo⁵⁵⁷. A ASEAN já eliminou praticamente as barreiras tarifárias existentes entre os dez países, tendo vindo a assegurar a criação de um mercado único, pautado por uma maior liberdade de circulação de bens e de serviços⁵⁵⁸.

Ao contrário do Ocidente, a ASEAN tem procurado promover mudanças em Myanmar através da interação com o país, não adotando uma política de isolamento. Com o objetivo de levar a cabo esta interação têm sido utilizados alguns fóruns já existentes na associação que visam ajudar a fortalecer o processo de reforma. Um dos mecanismos institucionais mais importantes é a *Initiative for ASEAN Integration*, que desempenha um papel fulcral na promoção de uma maior capacidade institucional, em áreas como os recursos humanos, o setor dos transportes, energia, tecnologia e

⁵⁵⁵ Cf, ASEAN COMMUNITY 2018, outubro de 2018, Jacarta, in, <https://asean.org/storage/2019/01/17a.-October-2018-ASEAN-Community-2018-folded-brochure.pdf>, consultado a 30 de julho de 2019;

⁵⁵⁶ Cf, CHALK, Peter, *On the path of change Political, economic and social challenges for Myanmar*, Barton, Australian Strategic Policy Institute, 2013, p.12;

⁵⁵⁷ Cf, Portal da Liderança, 23 de novembro de 2015, *Nações do Sudeste Asiático avançam com bloco económico e de segurança*, in, <https://portaldalideranca.pt/noticias/4486-nacoes-do-sudeste-asiatico-avancam-com-bloco-economico-e-de-seguranca>, consultado a 30 de julho de 2019;

⁵⁵⁸ Cf, *Ibidem*, consultado a 30 de julho de 2019;

integração económica⁵⁵⁹. Este programa, que se encontra em vigor desde o ano 2000, tem como finalidade reduzir as disparidades entre as nações mais ricas da ASEAN e as mais frágeis economicamente, como o Camboja, o Laos, o Vietname e Myanmar. Desta forma, o principal objetivo é atrair um maior investimento estrangeiro para os países membros da ASEAN, promovendo uma competitividade comercial que fomente o crescimento económico.

Estes objetivos são, assim, uma parte integrante da consolidação da Comunidade Política, Económica e de Segurança da ASEAN. Consequentemente, a ASEAN tem vindo a transformar-se numa região pautada por uma crescente liberdade de circulação de bens, serviços, investimento, mão-de-obra qualificada e fluxo de capital. Este processo, que se encontra também presente no plano *Vision ASEAN 2020*, procura articular um grupo interestadual socialmente coeso e solidário, onde “todas as pessoas possam desfrutar de um acesso equitativo a oportunidades de desenvolvimento humano, independentemente do género, raça, religião, idioma ou cultura”⁵⁶⁰. No fundo, a ASEAN pretende concretizar o seu objetivo de 1997, estabelecido em Kuala Lumpur, de tornar “o Sudeste Asiático mais unido em termos de cooperação, comércio e amizade, onde as montanhas, rios e mares já não os dividam, mas que, por sua vez, permitam traçar novos caminhos rumo à prosperidade”⁵⁶¹. A sua visão é criar uma “ASEAN forte, capaz de manter a paz, a justiça e a moderação não só na região Ásia-Pacífico como no mundo”⁵⁶².

Segundo estes princípios, os estados membros da ASEAN devem basear-se não só em tornar a associação mais forte, como também em diminuir as disparidades económicas e sociais entre eles. Um dos países mais necessitados neste momento de investimento é Myanmar. Segundo dados de 2012, somente quatro países da ASEAN tinham alguma presença significativa no país (a Tailândia, a Malásia, a Indonésia e Singapura)⁵⁶³. O seu investimento direto conjunto em Myanmar era de apenas 12,8

⁵⁵⁹ Cf, CHALK, Peter, *On the path of change Political, economic and social challenges for Myanmar*, Barton, Australian Strategic Policy Institute, 2013, p.13;

⁵⁶⁰ In, *ASEAN Vision 2020*, 15 de dezembro de 1997, in, <https://www.aseanhrmech.org/downloads/Asean-Vision-2020.pdf>, consultado a 1 de agosto de 2019;

⁵⁶¹ In, *Ibidem*, consultado a 1 de agosto de 2019;

⁵⁶² In, *Ibidem*, consultado a 1 de agosto de 2019;

⁵⁶³ Cf, CHALK, Peter, *On the path of change Political, economic and social challenges for Myanmar*, Barton, Australian Strategic Policy Institute, 2013, p.13;

biliões de dólares, comparativamente com o da China que atingia os 14 biliões⁵⁶⁴. Devido a esta situação, a ASEAN procurou, nestes últimos anos, aumentar o seu investimento no país, especialmente nos setores do turismo, agricultura, pesca e pequena indústria. Para além disso, apesar de Myanmar ainda depender fortemente do comércio com a ASEAN, as trocas comerciais intra-regionais duplicaram de 1,1% em 2010 para 2,08% em 2015, bem como a sua participação nos fluxos de investimento regional⁵⁶⁵. Em 2017, o Banco Mundial classificava o estado birmanês como uma das economias mais promissoras da Ásia, apontando para um crescimento económico em média de 7% ao ano até 2020⁵⁶⁶. Contudo, o novo governo de Myanmar ainda tem que corrigir várias décadas de má administração política e económica, necessitando para isso do apoio da ASEAN.

Para vários especialistas internacionais é igualmente importante existir uma interação económica com os grupos étnicos do país. A promoção de uma estratégia de «paz através do comércio» contribuiria não apenas para a assinatura dos acordos de cessar-fogo existentes, como também para a exploração das riquezas naturais (madeiras nobres, petróleo, gás natural e pedras preciosas)⁵⁶⁷. Para além disso, diminuiria a dependência do país em relação à China e impulsionaria investimentos cruciais. Um desses investimentos é a Zona Económica Especial de Dawei (estabelecida entre o governo de Naypyidaw e de Bangkok) que, uma vez concluída, será composta por um parque industrial moderno, um porto de águas profundas, centrais elétricas (na divisão de Tenasserim no Sul de Myanmar), bem como ligações rodoviárias e ferroviárias que possibilitem o transbordo de mercadorias para a Tailândia e o Vietname⁵⁶⁸.

Outra forma da ASEAN contribuir para o processo de transição em Myanmar é através da assistência técnica às várias instituições do país. Diversos países membros possuem uma vasta experiência em áreas-chave que podem ser determinantes para a evolução do país. A títulos de exemplo temos a bem-sucedida transição democrática da

⁵⁶⁴ Cf, CHALK, Peter, *On the path of change Political, economic and social challenges for Myanmar*, Barton, Australian Strategic Policy Institute, 2013, p.13;

⁵⁶⁵ Cf, Myanmar Times, 8 de agosto de 2017, *ASEAN and Myanmar – past, present and future*, in, https://www.files.ethz.ch/isn/175091/On%20the%20path%20of%20change_%20political,%20economic%20and%20social%20challenges%20for%20Myanmar.pdf, consultado a 3 de agosto de 2019;

⁵⁶⁶ Cf, *Ibidem*, consultado a 3 de agosto de 2019;

⁵⁶⁷ Cf, CHALK, Peter, *On the path of change Political, economic and social challenges for Myanmar*, Barton, Australian Strategic Policy Institute, 2013, p.13;

⁵⁶⁸ Cf, The Irrawaddy, 24 de setembro de 2013, *Burma, Thailand Agree to Speed up Dawei Project*, in, <https://www.irrawaddy.com/news/latest-news/burma-thailand-agree-speed-dawei-project.html>, consultado a 3 de agosto de 2019;

Indonésia, o processo de reconciliação nacional do Camboja (após o brutal governo dos Khmers Vermelhos), e a adoção de políticas anticorrupção de Singapura que se revelaram altamente eficazes⁵⁶⁹. Para além disso, a nível político, a ASEAN pode desempenhar um importante papel na questão da mediação entre Myanmar e as principais potências mundiais. Esta capacidade resulta da antiga e contínua postura da ASEAN face ao governo de Naypyidaw, bem como à sua boa reputação a nível internacional, que oferece aos reformistas uma «cobertura» essencial para reorientar a política interna e externa do país⁵⁷⁰. As negociações para pôr fim às sanções económicas existentes, instituídas sob o *National Emergencies Act*⁵⁷¹, são uma forma da ASEAN interceder pelo seu estado-membro. Por conseguinte, esta pode intervir politicamente, de forma neutral, em áreas de disputa entre Washington e Pequim, de modo a que ambos possam colaborar em situações de assistência humanitária e de desastres naturais ocorridos em Myanmar.

Por fim, embora a ASEAN possa moldar o futuro de Myanmar, a própria natureza da associação impõe limites à sua influência em relação ao governo de Naypyidaw. Isto deve-se ao facto, da ASEAN não ser uma aliança formal política ou militar, mas um conjunto de estados que defendem os princípios de unanimidade nas tomadas de decisão e a não-interferência nos assuntos internos de cada um⁵⁷². Esta base normativa, sobre a qual todas as ações da política externa são determinadas, torna praticamente impossível as tomadas de decisão em relação a outro estado membro, a não ser que estejam todos em concordância. Com efeito, a ASEAN promove a institucionalização de reformas no país através da conjugação de estratégias diplomáticas persuasivas.

Por outro lado, no caso da Austrália, o seu envolvimento com o governo de Naypyidaw acentuou-se a partir de 2011, quando o país iniciou o processo de reforma democrático. O governo de Canberra espera que Myanmar se transforme num país mais próspero e mais aberto nas próximas décadas. Em 2013, a Austrália era o segundo maior doador de ajuda bilateral ao país, com uma assistência avaliada em 47 milhões de

⁵⁶⁹ Cf, CHALK, Peter, *On the path of change Political, economic and social challenges for Myanmar*, Barton, Australian Strategic Policy Institute, 2013, p.13;

⁵⁷⁰ Cf, *Ibidem*, p.13-14;

⁵⁷¹ Autoriza a continuação dos embargos com base no fato da situação doméstica em Myanmar representar uma ‘ameaça incomum e extraordinária’ aos interesses de segurança e política externa dos EUA;

⁵⁷² Cf, *Ibidem*, p.13-14;

dólares⁵⁷³. Contudo, atualmente, devido à escalada de violência no estado de Rakhine por parte do governo birmanês, a ajuda bilateral ao país caiu para o quinto lugar, encontrando-se atrás do Japão, do Reino Unido, da União Europeia e dos Estados Unidos⁵⁷⁴.

Os seus programas de assistência têm-se focado, principalmente, nos setores da educação, saúde, desenvolvimento rural e construção civil. O governo australiano contribuiu financeiramente, juntamente com o Reino Unido, para a criação de um projeto no valor de 15 milhões de dólares, com o objetivo de formar 7.000 professores e educar 160.000 crianças ao longo de quatro anos⁵⁷⁵, de forma a diminuir a elevada taxa de analfabetismo existente no país. De acordo com dados oficiais de 2016, cinco em cada dez crianças birmanesas, com idades compreendidas entre os dez e os dezassete anos, não tinham oportunidade de ir à escola⁵⁷⁶. As zonas mais afetadas pela iliteracia são as rurais, especialmente as mais isoladas, onde existe maior prevalência de minorias étnicas⁵⁷⁷. Para além disso, a Austrália tem ainda prestado apoio técnico e burocrático ao novo governo da NLD, de forma a proporcionar ao país uma melhor gestão económica e democrática. Por sua vez, existem várias formas da Austrália contribuir para o desenvolvimento político, económico e social de Myanmar.

Em primeiro lugar, o governo australiano pode desempenhar um papel fundamental no fortalecimento da democratização do país, ajudando os seus partidos políticos a construir instituições transparentes e duradouras. A criação de grupos consultivos para os funcionários do novo governo civil pode ajudá-los, por sua vez, a compreender as linhas mestras de uma administração pública que responda aos anseios do povo⁵⁷⁸.

Em segundo lugar, as Forças de Defesa Australianas (ADF) devem promover uma modernização e profissionalização do exército birmanês, particularmente no que

⁵⁷³ Cf, CHALK, Peter, *On the path of change Political, economic and social challenges for Myanmar*, Barton, Australian Strategic Policy Institute, 2013, p.14;

⁵⁷⁴ Cf, Australian Government, Department of Foreign Affairs and Trade, *Aid Program Performance Report 2017-2018*, in, <https://dfat.gov.au/about-us/publications/Documents/myanmar-appr-2017-18.pdf>, p.4, consultado a 4 de agosto de 2019;

⁵⁷⁵ Cf, CHALK, Peter, *On the path of change Political, economic and social challenges for Myanmar*, Barton, Australian Strategic Policy Institute, 2013, p.14;

⁵⁷⁶ Cf, The Irrawaddy, 29 de março de 2016, *One in Five Burmese Children Go to Work Instead of School: Census*, in, <https://www.irrawaddy.com/news/one-in-five-burmese-children-go-to-work-instead-of-school-census.html>, consultado a 4 de agosto de 2019;

⁵⁷⁷ Cf, *Ibidem*, consultado a 4 de agosto de 2019;

⁵⁷⁸ Cf, CHALK, Peter, *On the path of change Political, economic and social challenges for Myanmar*, Barton, Australian Strategic Policy Institute, 2013, p.14;

diz respeito aos direitos humanos, à relação existente entre militares e civis, e às regras de guerra internacional⁵⁷⁹. Ademais, é igualmente importante que se difunda o ensino de inglês entre os soldados, através de intercâmbios e missões no exterior. Por outro lado, as Forças de Defesa Australianas (ADF) podem ainda ajudar a melhorar as capacidades do Tatmadaw no que diz respeito à sua capacidade de resposta face às inúmeras catástrofes naturais, que ocorrem em Myanmar⁵⁸⁰. A assistência humanitária tem o potencial de gerar uma maior confiança na população e permite, muitas vezes, colocar forças militares no terreno sem qualquer oposição. Estas forças que, frequentemente, são acompanhadas por uma vasta logística de combate (marítima, aérea e terrestre) podem passar para uma posição de ataque ou de defesa, caso surja essa necessidade⁵⁸¹. Por sua vez, os programas de assistência australianos poderiam facilmente articular-se com os esforços da ASEAN em promover a cooperação sino-americana no fornecimento de ajuda humanitária a Myanmar.

Em terceiro lugar, o governo de Camberra pode ajudar a impulsionar a economia de Myanmar, investindo parte do seu FDI (Investimento Direto Estrangeiro) no país. Por conseguinte, investimentos nos setores da agricultura, exploração de petróleo, minérios e gás e da construção seriam altamente benéficos e lucrativos para o desenvolvimento do estado birmanês⁵⁸². Este investimento também ajudaria a reduzir a dependência do governo de Naypyidaw em relação ao governo de Pequim (uma vez que este continua a ser o principal investidor do país), ao mesmo tempo que permitiria ao governo de Camberra acesso antecipado a um emergente mercado para escoar os seus produtos. A Austrália também tem auxiliado o novo governo civil birmanês na criação de um ambiente legislativo e político que incentive o investimento estrangeiro, o comércio e as reformas económicas⁵⁸³. Para além disso, o governo de Camberra tem vindo a promover a emancipação feminina no país, especialmente em zonas rurais, onde o acesso à educação é bastante reduzido. Atualmente, o maior investimento em Myanmar é o Programa de Investimento Climático e de Competitividade (ICCP) co-

⁵⁷⁹ Cf, CHALK, Peter, *On the path of change Political, economic and social challenges for Myanmar*, Barton, Australian Strategic Policy Institute, 2013, p.14;

⁵⁸⁰ Cf, *Ibidem*, p.14;

⁵⁸¹ Cf, *Ibidem*, p.14;

⁵⁸² Cf, *Ibidem*, p.15;

⁵⁸³ Cf, Australian Government - Department of Foreign Affairs and Trade, *Promoting inclusive economic growth and government management in Myanmar*, in, <https://dfat.gov.au/geo/myanmar/development-assistance/Pages/democratic-economic-governance-assistance-myanmar.aspx>, consultado a 7 de agosto de 2019;

financiado pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) e implementado pela International Finance Corporation (IFC)⁵⁸⁴. Este programa visa melhorar a competitividade do setor privado, aumentar o investimento e criar novos empregos até 2020⁵⁸⁵.

Em quarto lugar, a Austrália e Myanmar são afetados por vários problemas transnacionais semelhantes, como o tráfico de droga, o crime organizado associado, o tráfico humano, a emigração ilegal, a escravidão moderna e o «turismo sexual de crianças»⁵⁸⁶. A Polícia Federal Australiana (AFP) tem uma vasta experiência em lidar com este tipo de ameaças, devendo replicar os seus programas de assistência legal a outros estados do Sudeste Asiático, como as Filipinas, a Indonésia, a Tailândia, ou até mesmo com a ASEAN⁵⁸⁷.

Em quinto lugar, o *International Deployment Group* (IDG) da AFP pode facultar uma importante assistência na consolidação dos vários acordos de cessar-fogo, que o governo de Myanmar tem vindo a negociar com os grupos étnicos insurgentes⁵⁸⁸. O IDG é internacionalmente reconhecido no que diz respeito à desmobilização e reintegração de ex-combatentes, lidando muitas vezes com casos de violência contra mulheres e crianças, e casos relacionados com a transição de pós-conflitos⁵⁸⁹. Para além disso, esta unidade também inclui um Grupo de Operações Especiais para auxiliar na suspensão das hostilidades, intercetando e reprimindo beligerantes que se recusam a cumprir os termos dos acordos de cessar-fogo⁵⁹⁰. Com efeito, estas equipas poderiam ser usadas em Myanmar para ajudar no processo de construção da paz étnica.

Em sexto lugar, a Austrália pode estudar a possibilidade de estabelecer uma estrutura de apoio, juntamente com outras partes interessadas (como a ASEAN e a ONU), de modo a criar um mecanismo institucional que coordene a assistência

⁵⁸⁴ Cf, Australian Government - Department of Foreign Affairs and Trade, *Promoting inclusive economic growth and government management in Myanmar*, in, <https://dfat.gov.au/geo/myanmar/development-assistance/Pages/democratic-economic-governance-assistance-myanmar.aspx>, consultado a 7 de agosto de 2019;

⁵⁸⁵ Cf, *Ibidem*, consultado a 7 de agosto de 2019;

⁵⁸⁶ Cf, CHALK, Peter, *On the path of change Political, economic and social challenges for Myanmar*, Barton, Australian Strategic Policy Institute, 2013, p.15;

⁵⁸⁷ Cf, *Ibidem*, p.15;

⁵⁸⁸ Cf, *Ibidem*, p.15;

⁵⁸⁹ Cf, *Ibidem*, p.15;

⁵⁹⁰ Cf, *Ibidem*, p.16;

internacional a Myanmar⁵⁹¹. Este mecanismo poderia reunir diplomatas de Myanmar, representantes de estados membros da ONU e outros especialistas independentes para, em conjunto, discutirem formas de promover um entendimento mútuo mais próximo dos limites da diplomacia formal⁵⁹².

Em último lugar, o governo de Camberra pode tirar proveito da estreita relação diplomática que mantém com os EUA para trabalhar com a ASEAN, no sentido de atenuar as sanções comerciais e financeiras americanas contra Myanmar. Em Abril de 2013, a Austrália e a UE suspenderam as sanções económicas e comerciais contra o país, o que permitiu ao Ocidente um maior espaço de manobra para apoiar as reformas democráticas no país⁵⁹³. Eventualmente, os EUA seguiram o mesmo exemplo durante a administração Obama, no entanto, devido à crise dos Rohingya, as sanções acabaram por ser repostas pela nova administração Trump. Atualmente, a maior parte dos estados democráticos ocidentais apoia as sanções ao país.

Em suma, podemos afirmar que a ASEAN e a Austrália desempenham um papel fundamental relativamente à questão da promoção das reformas em Myanmar, e que prestam uma assistência fulcral na reabilitação regional do país. Para além de canalizarem investimento para a abertura económica do país, oferecem ainda um vasto conhecimento técnico e administrativo para a construção de instituições democráticas duradouras no país.

⁵⁹¹ Cf, CHALK, Peter, *On the path of change Political, economic and social challenges for Myanmar*, Barton, Australian Strategic Policy Institute, 2013, p.16;

⁵⁹² Cf, *Ibidem*, p.16;

⁵⁹³ Cf, *Ibidem*, p.16;

5. *Engagement da China e da Índia vs Constraint Policy dos EUA*

No início do verão de 2018, os governos de Washington e de Bruxelas decidiram rever as sanções económicas impostas a Myanmar, devido à crise humanitária dos Rohingya no país⁵⁹⁴. Como já foi descrito anteriormente nesta dissertação, milhares de pessoas de minorias étnicas muçulmanas foram mortas e outras centenas fugiram do estado de Raknine, no Noroeste de Myanmar, para a Índia, Bangladesh, Malásia, Indonésia e Tailândia. Esta situação levou, inclusive, o Alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad al-Hussein, a pedir que o estado birmanês fosse encaminhado para o Tribunal Penal Internacional (TPI), de forma a responder na justiça aos crimes cometidos⁵⁹⁵.

Apesar destes esforços parecerem indicar um consenso internacional sobre a necessidade de se confrontar o governo e as altas patentes militares, alguns países opõem-se à condenação do país e insistem em aproximar-se do governo de Naypyidaw. Tanto a China como a Índia, ambos vizinhos de Myanmar, pretendem desempenhar um papel importante na reconstrução e estabilidade política deste país, em vez de optar pelas sanções económicas e pelo isolamento internacional. O contraste destas políticas em comparação com as posturas mais rígidas de Washington e da UE destacam a possibilidade de se adotar uma estratégia diferente em relação ao país por parte dos estados ocidentais⁵⁹⁶. Até ao momento, as ações levadas a cabo para a defesa humanitária não conseguiram causar o impacto desejado no governo birmanês.

Os governos de Pequim e de Nova Deli, que vêm a manter uma relação próxima com o governo de Naypyidaw, priorizam o investimento e o *engagement* diplomático com Myanmar, como uma forma de se enfrentar a crise dos Rohingya e promover o desenvolvimento do país. Como vimos anteriormente, a China e Myanmar concluíram um acordo para se construir um corredor económico através do estado de Rakhine, enquanto a Índia tem avançado na construção da via Rodoviária Trilateral Índia-Myanmar-Tailândia. Para além disso, o Banco Mundial (BM) ofereceu 100 milhões de

⁵⁹⁴ Cf, The Diplomat, 9 de agosto de 2018, CHEN, Abigail, MARSTON, Hunter, *What the US Can Learn from China and India's Engagement With Myanmar*, in, <https://thediplomat.com/2018/08/what-the-us-can-learn-from-china-and-indias-engagement-with-myanmar/>, consultado a 18 de maio de 2019;

⁵⁹⁵ Cf, *Ibidem*, consultado a 18 de maio de 2019;

⁵⁹⁶ Cf, *Ibidem*, consultado a 18 de maio de 2019;

dólares ao governo birmanês para a criação de empregos e o estabelecimento de empresas⁵⁹⁷.

Por outro lado, o governo norte-americano, que se tinha vindo a aproximar diplomática e economicamente de Myanmar, começou a vacilar. A deterioração dos direitos humanos no país levou o Congresso a impor novas sanções e a afastar-se novamente do governo. Contudo, os EUA consideram que as suas táticas políticas foram incapazes de melhorar significativamente as condições dos Rohingya, e que vale a pena considerar medidas diplomáticas alternativas⁵⁹⁸. As abordagens da China e da Índia no país proporcionam exemplos de considerável sucesso que a administração Trump poderia adotar.

Não há dúvida que os governos de Pequim e de Nova Deli estão a lutar por uma maior influência em Myanmar. A Índia tem criticado a *Road and Belt Initiative* chinesa, devido às suas questionáveis práticas financeiras e pelo peso da dívida na economia birmanesa⁵⁹⁹. Além disso, opõe-se particularmente ao Corredor Económico China-Paquistão, que atravessa o estado de Caxemira (administrado pelo governo paquistanês), e que é um território que a Índia considera como seu⁶⁰⁰. Do mesmo modo, os dois portos de água profunda construídos em Myanmar, que são o porto de Kyaukphyu, proposto pela China, no oeste de Rakhine, e o porto de Sittwe, construído pela Índia, na capital de Rakhine, também já provocaram inquietação e uma crescente tensão nas relações entre os dois países⁶⁰¹.

Contudo, apesar destas disputas, os interesses económicos e de segurança em Myanmar levaram ambos os estados a seguir uma política externa similar no país vizinho, denominado de *engagement* pragmático⁶⁰². Localizado entre a China e a Índia, Myanmar é uma peça-chave para levar a cabo as ambiciosas iniciativas económicas dos dois países no Sudeste Asiático, como a *Belt and Road Initiative* do presidente chinês Xi Jinping e a *Look East Policy* do primeiro-ministro indiano Narendra Modi. Além dos claros interesses económicos, os dois países temem que o terrorismo local possa afetar os seus investimentos no estado de Rakhine ou até mesmo afetar os seus próprios

⁵⁹⁷ Cf, The Diplomat, 9 de agosto de 2018, CHEN, Abigail, MARSTON, Hunter, *What the US Can Learn from China and India's Engagement With Myanmar*, in, <https://thediplomat.com/2018/08/what-the-us-can-learn-from-china-and-indias-engagement-with-myanmar/>, consultado a 18 de maio de 2019;

⁵⁹⁸ Cf, *Ibidem*, consultado a 18 de maio de 2019;

⁵⁹⁹ Cf, *Ibidem*, consultado a 18 de maio de 2019;

⁶⁰⁰ Cf, *Ibidem*, consultado a 18 de maio de 2019;

⁶⁰¹ Cf, *Ibidem*, consultado a 18 de maio de 2019;

⁶⁰² Cf, *Ibidem*, consultado a 18 de maio de 2019;

territórios. É, por isso, importante que a China e a Índia liderem esforços para resolver a crise de Rohingya.

No caso dos Estados Unidos a sua política externa em relação a Myanmar “visou, desde 1988, promover os valores da democracia e dos direitos humanos, sendo guiada pela reprovação de um regime caracterizado pela sua brutalidade e autoritarismo”⁶⁰³. Os EUA condenaram com frequência as ações do regime birmanês, e chegaram a impor sanções económicas ao país, “opondo-se aos empréstimos das instituições financeiras internacionais a Myanmar”⁶⁰⁴. Contudo, as relações entre os dois estados têm vindo a apresentar algumas melhorias, após anos de distanciamento político e económico.

No final da Segunda Guerra Mundial, a importância de Myanmar para os EUA baseou-se principalmente na segurança, tendo em conta o avanço do comunismo na Ásia. Perante este cenário, o governo norte-americano decidiu lançar ao país um programa de ajuda financeira e humanitária, que inicialmente foi recusado em 1953⁶⁰⁵. Contudo, a ajuda foi restabelecida em 1956 e, tirando o interregno entre 1964 e 1978, por decisão da Junta Militar, esta iria durar até 1988⁶⁰⁶. Nesse ano, “em consequência do Golpe de Estado e da violência do regime contra os manifestantes democráticos, a missão permanente da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) foi desmantelada”⁶⁰⁷, e as relações entre os dois estados agravaram-se. A partir desse momento, a luta pelos direitos humanos e por um regime democrático passou a fazer parte da agenda política norte-americana.

Numa “primeira fase, o governo americano, após os incidentes de 1988, retirou o seu embaixador de Myanmar, mantendo apenas um encarregado dos assuntos consulares”⁶⁰⁸. Contudo, em 1997, em consequência da opinião pública internacional, foram implementadas algumas sanções pela Administração Clinton, que foram prosseguidas mais tarde pela Administração Bush⁶⁰⁹. As sanções aplicadas basearam-se na “proibição de quaisquer importações vindas de Myanmar, no congelamento de

⁶⁰³ In, GUERREIRO, Márcia Cordeiro, *A Birmânia e a Luta pela Democracia: 1988-2010 – Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012, p.55;

⁶⁰⁴ In, *Ibidem*, p.55;

⁶⁰⁵ In, *Ibidem*, p.55;

⁶⁰⁶ Cf, *Ibidem*, p.55;

⁶⁰⁷ Cf, *Ibidem*, p.56;

⁶⁰⁸ In, *Ibidem*, p.56;

⁶⁰⁹ Cf, *Ibidem*, p.56;

capitais dos membros do SPDC, e na oposição levada a cabo pelos EUA face a qualquer empréstimo ou assistência técnica prestada por organizações financeiras”⁶¹⁰.

Por sua vez, o levantamento das sanções ficou condicionado por um conjunto de critérios durante muito tempo. O SPDC deveria fazer progressos para acabar com as violações dos direitos humanos e implementar um governo democrático. Contudo, “entre 2007 e 2008, a Administração Bush reforçou e expandiu as restrições impostas à Junta Militar birmanesa”⁶¹¹, por não cumprimento dos critérios estabelecidos. Com efeito, implementou “mais restrições relativamente à concessão de vistos a altos oficiais birmaneses e às suas famílias (impedindo, assim, a sua entrada em território dos EUA), e foi dada a ordem de congelamento de todos os bens e capitais dos oficiais birmaneses, que estivessem implicados em situações de abuso dos direitos humanos”⁶¹². Estas “sanções vieram no seguimento da repressão de que foram vítimas os monges budistas durante as manifestações de agosto e setembro de 2007, as quais ficaram conhecidas como a «Revolução de Açafrão»”⁶¹³. Apenas o veto da China impediu uma imediata condenação de Myanmar no Conselho de Segurança da ONU⁶¹⁴.

A questão dos direitos humanos tem sido, assim, fulcral na política externa do governo de Washington em relação a Myanmar. O Departamento de Estado norte-americano tem acompanhado de perto a situação, produzindo relatórios anuais⁶¹⁵ que divulgam os abusos dos direitos humanos no país e monitorizam a evolução do regime nesta matéria⁶¹⁶. Nestes relatórios, é possível verificar a constante violação dos direitos políticos e civis dos cidadãos, o desrespeito pelas minorias étnicas (especialmente contra os Rohingya), a corrupção do regime, e a falta de transparência e entraves colocados às investigações, que acabam por contribuir para a degradação da situação dos direitos humanos em Myanmar. A transição para a democracia revelou-se assim difícil, ao mesmo tempo que a China se aproximou do país.

⁶¹⁰ Cf, GUERREIRO, Márcia Cordeiro, *A Birmânia e a Luta pela Democracia: 1988-2010 – Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, p.57;

⁶¹¹ In, *Ibidem*, p.58;

⁶¹² In, *Ibidem*, p.58;

⁶¹³ In, *Ibidem*, p.58;

⁶¹⁴ Cf, Diário de Notícias, 7 de outubro de 2007, *Mobilização mundial a favor da 'revolução açafrão' na Birmânia*, in, <https://www.dn.pt/arquivo/2007/interior/mobilizacao-mundial-a-favor-da-revolucao-acafrao-na-birmania-986387.html>, consultado a 1 de maio de 2019;

⁶¹⁵ As agências governamentais norte-americanas produzem relatórios anuais sobre a evolução política, económica e social de vários países do mundo.

⁶¹⁶ In, GUERREIRO, Márcia Cordeiro, *A Birmânia e a Luta pela Democracia: 1988-2010 – Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012, p.58;

Desta forma, a política externa dos EUA em relação a Myanmar precisou de ser alterada. As sanções e as condenações internacionais estavam a isolar o regime, sem alcançar os resultados esperados e a causar uma dependência cada vez maior do governo birmanês em relação à China. Era necessário colocar em prática uma política de envolvimento limitado, como uma alternativa ao isolamento internacional e às pesadas sanções implementadas⁶¹⁷. Este tipo de política não requereria uma neutralidade moral no que se refere à questão da democracia e dos direitos humanos, servindo assim os interesses estratégicos dos Estados Unidos. Se nada fosse feito, o país seria estrategicamente perdido para o antigo «Império do Meio», e “levaria a um afastamento político da ASEAN e à escalada dos problemas do tráfico de droga e dos refugiados”⁶¹⁸.

Com efeito, a Administração Obama, em 2009, dando início a uma nova política externa, decidiu adotar uma abordagem diferente, que ficou conhecida como *pragmatic engagement*⁶¹⁹. Este envolvimento implicou a manutenção das sanções, mas permitiu o estabelecimento de uma relação menos tensa com o regime no sentido de começar a descongelar as relações. O processo para melhorar as relações entre Myanmar e os Estados Unidos, que estavam «congeladas» há vinte anos evoluiu assim lentamente ao longo dos últimos dez anos.

Os dois países começaram a aproximar-se após a vitória de Barack Obama nas eleições presidenciais norte-americanas. O presidente de Myanmar, o General Than Shwe, aproveitou esta oportunidade para enviar uma mensagem a Obama, felicitando-o pela vitória a 8 de novembro de 2008⁶²⁰. No discurso presidencial inaugural, o novo presidente norte-americano afirmou que os EUA poderiam desenvolver relações com países não democráticos, se eles progredissem nesse sentido. A partir desse momento, Barack Obama começou a desenhar um processo de ajustamento na política externa com Myanmar, que vinha a atravessar uma fase complicada devido às sanções económicas impostas. A 18 de fevereiro de 2009, sob a mediação da Indonésia, a Secretária de Estado Hillary Clinton afirmou, em Jacarta, que as sanções económicas impostas pelos EUA e pelos outros governos ocidentais tinham falhado em pressionar o

⁶¹⁷ Cf, TAYLOR, Robert H., *The State in Myanmar*, Hurst Publishers, Londres, 2009 p.467;

⁶¹⁸ In, GUERREIRO, Márcia Cordeiro, *A Birmânia e a Luta pela Democracia:1988-2010 – Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012, p.61;

⁶¹⁹ Cf, *Ibidem*, p.61;

⁶²⁰ Cf, *Ibidem*, p.15;

governo de Myanmar, e que os EUA iriam iniciar uma revisão abrangente da sua política externa no país⁶²¹.

Contudo, a aproximação entre os dois estados revelou-se difícil, uma vez que Aung San Suu Kyi foi presa por violação dos termos da sua prisão domiciliária em maio de 2009. Depois de um julgamento de três meses, a líder birmanesa foi condenada a três anos de prisão, cuja sentença foi reduzida para um ano e meio de prisão domiciliária. A razão para esta redução foi atenuar as reações dos EUA. Porém, a condenação de Aung San Suu Kyi prejudicou o processo de melhoria das relações bilaterais. O presidente Obama renovou, por sua vez, as sanções contra Myanmar em maio, e considerou o julgamento como «injusto» e uma clara violação dos direitos humanos⁶²². Com efeito, perante este cenário, as relações entre os dois estados antagonizaram-se ainda mais, o que conduziu à suspensão das mesmas.

Após o rescaldo do julgamento da líder birmanesa, ambos os estados procuraram restabelecer os contactos diplomáticos, o que contribuiu para o aumento dos mesmos. Embora os Estados Unidos continuassem a criticar o governo de Myanmar e tenham mantido as sanções económicas, e o estado birmanês acusasse o governo de Washington de querer semear o ódio entre o povo, ambos os estados decidiram olhar para o futuro de modo a construírem uma relação melhor. De 14 a 16 de agosto, o senador Jim Webb (que atuou como presidente do Subcomité de Relações Externas do Senado sobre os Assuntos do Sudeste Asiático e do Pacífico) visitou Myanmar e reuniu-se com o presidente Than Shwe e Aung San Suu Kyi. Webb tornou-se o primeiro político norte-americano de alta hierarquia a visitar o país em mais de dez anos, o que foi um acontecimento sem precedentes na história de Myanmar.

Com efeito, as reuniões oficiais bilaterais de alto nível tornaram-se mais frequentes, o que levou os EUA a anunciar uma nova política em relação a Myanmar. O estado birmanês esforçou-se, inclusive, para melhorar as condições dos direitos humanos, promovendo o processo de reconciliação nacional. Perante as ações birmanesas, os EUA decidiram suspender a proibição de vistos para altos funcionários de Myanmar, e autorizaram a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros a

⁶²¹ Cf, GUERREIRO, Márcia Cordeiro, *A Birmânia e a Luta pela Democracia: 1988-2010 – Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012, p.15;

⁶²² Cf, *Ibidem*, p.17;

Washington pela primeira vez em nove anos⁶²³. A viagem pareceu fazer parte de uma nova política externa do governo de Barack Obama, e encorajou os oficiais norte-americanos a desenvolverem melhores relações diplomáticas com os altos funcionários de Myanmar. Dias depois, a 26 de setembro de 2009, foi permitido que o primeiro-ministro birmanês, Thein Sein, participasse na Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque⁶²⁴. Foi o mais importante funcionário de Myanmar a discursar na Assembleia Geral desde 1995⁶²⁵.

Consequentemente, a administração Obama procurou seguir uma política de aproximação ao estado birmanês e a promoção de uma mudança democrática no regime. Os objetivos estratégicos e os interesses americanos nesta abordagem seriam apoiar um Myanmar unificado, pacífico, próspero e democrático que respeitasse os direitos humanos dos seus cidadãos. Os EUA também pressionaram o estado birmanês a cumprir as suas obrigações internacionais, incluindo a não-proliferação de armas nucleares e o fim de qualquer cooperação militar com a Coreia do Norte⁶²⁶. A 29 de setembro de 2009, as autoridades dos dois países iniciaram o primeiro diálogo de nível executivo em mais de dez anos⁶²⁷. Campbell liderou uma delegação que se reuniu com o Ministro da Ciência e da Tecnologia de Myanmar, U Thaung, e com Than Swe, o representante permanente de Myanmar para as Nações Unidas, tendo discutido formas de melhorar as relações bilaterais. O governo respondeu afirmativamente ao ajuste da política norte-americana em relação ao país, facilitando a movimentação de Aung San Suu Kyi, pois sabia que essa correspondia à maior preocupação dos EUA. Posteriormente, a 15 de novembro, o presidente Barack Obama deu um aperto de mão ao presidente birmanês, na reunião com os dez líderes da ASEAN, tendo sido o primeiro encontro com um presidente dos EUA⁶²⁸.

Contudo, as relações bilaterais voltaram a atravessar um período difícil. Em janeiro de 2010, as leis eleitorais promulgadas pelo SPDC eliminaram completamente Aung San Suu Kyi da política de Myanmar, o que significou que o partido da líder

⁶²³ Cf, The Washington Post, 23 de setembro de 2009, *Visit by Burmese Official Hints at U.S. Policy Shift*, in, <https://saveburma.wordpress.com/2009/09/23/visit-by-burmese-official-hints-at-u-s-policy-shift/>, consultado a 27 de abril de 2019;

⁶²⁴ Cf, Reuters, 28 de setembro de 2009, *Myanmar PM meets U.S. senator, promises reforms*, in, <http://www.reuters.com/article/idUSTRE58R5FQ20090928>, consultado a 27 de abril de 2019;

⁶²⁵ Cf, *Ibidem*, consultado a 27 de abril de 2019;

⁶²⁶ Cf, QINGRUN, Song, *The Improvement of U.S.- Myanmar Relations: Processes, Reasons and Prospects*, Estocolmo, Institute for Security and Development Policy, 2010, p.20;

⁶²⁷ Cf, *Ibidem*, p.20;

⁶²⁸ Cf, *Ibidem*, p.22;

birmanesa, a NLD, rejeitasse as eleições gerais, e os Estados Unidos declarassem que o governo birmanês não tomou medidas para promover a reconciliação nacional. Contudo, esta repreensão não teve qualquer efeito e, a 8 de março de 2010, o SPDC publicou novas leis eleitorais que proibiam partidos com membros que se encontrassem detidos⁶²⁹. Deste modo, o maior partido da oposição, a NLD, para se registar teria que expulsar do partido Aung San Suu Kyi. Devido a esta situação, o partido democrático não se inscreveu nas eleições decidindo boicotar as mesmas, tornando-se uma entidade ilegal perante a lei eleitoral de 7 de maio⁶³⁰. Os Estados Unidos respeitaram a decisão da NLD e declararam que o governo de Myanmar não mostrou qualquer intenção em iniciar um diálogo sério com os partidos da oposição e com os diversos grupos étnicos. Por conseguinte, a 14 de maio, a Casa Branca decidiu prolongar por mais um ano as sanções impostas ao país, devido ao facto de considerar que as ações e as políticas do governo birmanês continuavam a representar uma ameaça à segurança nacional e à política externa norte-americana⁶³¹. Apenas um ano depois, em novembro de 2011, é que a situação foi normalizando, quando Aug San Suu Kyi anunciou que iria concorrer novamente às eleições gerais agendadas para 1 de abril de 2012. Os Estados Unidos decidiram então fazer uma visita oficial ao país dando início a uma nova etapa nas relações entre os dois estados.

Entre novembro de 2011 e o ano de 2016, observou-se uma maior aproximação entre os dois países à medida que o governo birmanês começou a conduzir uma série de políticas reformadoras. A Secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, visitou Myanmar em dezembro de 2011, após a sua visita a Seul, na Coreia do Sul⁶³². Esta visita foi anunciada um mês antes pelo presidente Barack Obama, quando o mesmo viajava pela Ásia. O objetivo da visita seria determinar qual era a intenção do governo birmanês em relação às reformas políticas e económicas, e se iriam continuar a ser prosseguidas⁶³³. Clinton reuniu-se com o presidente Thei Sein no primeiro dia da visita à capital do país, e um dia depois, a 2 de dezembro, partiu para a antiga capital de Rangoon, onde se reuniu com a líder democrata Aung San Suu Kyi. Antes desta visita

⁶²⁹ Cf, QINGRUN, Song, *The Improvement of U.S.- Myanmar Relations: Processes, Reasons and Prospects*, Estocolmo, Institute for Security and Development Policy, 2010, p.23;

⁶³⁰ Cf, *Ibidem*, p.23;

⁶³¹ Cf, *Ibidem*, p.24;

⁶³² Cf, The Telegraph, 30 de novembro de 2011, *Hillary Clinton in historic Myanmar visit*, in, <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/burmamyanmar/8925044/Hillary-Clinton-in-historic-Myanmar-visit.html>, consultado a 30 de abril de 2019;

⁶³³ Cf, *Ibidem*, consultado a 30 de abril de 2019;

oficial, o chefe militar de Myanmar visitou Pequim para reafirmar as relações entre os dois estados, e para não criar antagonismos com a recente aproximação aos Estados Unidos⁶³⁴. Segundo a China, não existe qualquer problema em Myanmar melhorar as relações com o Ocidente, desde que os seus interesses não sejam lesados⁶³⁵. Desta forma, a administração Obama reconheceu que este momento de mudança era uma oportunidade para os EUA ajudarem a afastar o governo birmanês da China, aproximando-o da sociedade internacional.

Em maio de 2012, os Estados Unidos começaram a suspender as sanções económicas a Myanmar, removendo as restrições a novos investimentos e à exportação de serviços financeiros para o país. Para além disso, em novembro do mesmo ano, o governo norte-americano facilitou a importação de produtos birmaneses para os EUA. Desta forma, as restrições às importações de produtos birmaneses foram removidas, assim como a proibição da atribuição de vistos aos funcionários do país. Todas estas medidas favoreceram a relação entre os dois estados, o que culminou com a visita de Aung San Suu Kyi à Casa Branca, e a visita histórica de Barack Obama a Myanmar⁶³⁶. Em setembro de 2012, a líder democrata birmanesa visitou pela primeira vez a Casa Branca. Este encontro histórico foi um marco indubitavelmente importante, tendo o presidente Barack Obama expressado admiração e reconhecimento pela coragem e determinação de Aung San Suu Kyi ao sacrificar a sua vida em prol do seu povo, lutando pela democracia⁶³⁷. O presidente norte-americano reafirmou, assim, o empenho dos Estados Unidos no apoio e na promoção das reformas políticas e económicas e na proteção integral dos direitos fundamentais do povo birmanês⁶³⁸.

Dois meses depois, em novembro de 2012, o 44º presidente dos EUA tornava-se também o primeiro da história norte-americana a visitar a nação birmanesa⁶³⁹. Durante a sua visita oficial a Rangoon, Barack Obama reuniu-se com o presidente birmanês, Thein

⁶³⁴ Cf, The Telegraph, 30 de novembro de 2011, *Hillary Clinton in historic Myanmar visit*, in, <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/burmamyanmar/8925044/Hillary-Clinton-in-historic-Myanmar-visit.html>, consultado a 30 de abril de 2019;

⁶³⁵ Cf, *Ibidem*, consultado a 30 de abril de 2019;

⁶³⁶ O 44º presidente foi o primeiro na História dos EUA a visitar o país.

⁶³⁷ Cf, White House, 19 de setembro de 2012, *Readout of the President's Meeting with Burmese Nobel Laureate Aung San Suu Kyi*, in, <https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2012/09/20/president-obama-meets-aung-san-suu-kyi>, consultado a 11 de maio de 2019;

⁶³⁸ Cf, *Ibidem*, consultado a 11 de maio de 2019;

⁶³⁹ Cf, Facts and Details, *Obama Visits Myanmar in November 2012*, in, http://factsanddetails.com/southeast-asia/Myanmar/sub5_5f/entry-3116.html, consultado a 12 de maio de 2019;

Sein e com Aung San Suu Kyi, tendo discursado na Universidade de Rangoon⁶⁴⁰. No discurso que proferiu, podemos encontrar as quatro áreas fundamentais da política externa do «*pivot* asiático»: Organizações Multilaterais, Economia/Comércio, Segurança e Democracia. O presidente norte-americano começou por afirmar a importância geoestratégica de Myanmar, uma vez que este se encontra localizado entre o Leste e o Sul da Ásia, possuindo uma fronteira com as duas nações mais populosas do mundo⁶⁴¹. Além disso, afirmou que o seu principal desejo para o futuro era que as leis fossem mais fortes do que qualquer líder. Segundo Barack Obama, é preciso “alcançar um futuro onde nenhuma criança seja obrigada a ser um soldado e em que nenhuma mulher seja explorada, onde as leis os protejam mesmo se estiverem vulneráveis, mesmo que sejam fracos; é preciso alcançar um futuro em que a segurança nacional é fortalecida por um exército que protege os civis, e uma Constituição que garanta que somente aqueles que são eleitos pelo povo possam governar”⁶⁴². Para Barack Obama, é possível tornar um estado autoritário num estado democrático, e tal como Aung San Suu Kyi escreveu: “o medo não é o estado natural de um homem civilizado”⁶⁴³, e é possível erradicá-lo de Myanmar. Por sua vez, é no Sudeste Asiático que se vê o potencial de integração entre nações e pessoas, e onde os EUA decidiram aliar-se à ASEAN⁶⁴⁴. Por último, finalizou o seu discurso mostrando satisfação com a ascensão pacífica da China, e o crescimento económico da Índia, e que os EUA trabalharão com qualquer nação que respeite os direitos dos seus cidadãos, bem como as responsabilidades do direito internacional⁶⁴⁵. Desta forma, o discurso revela a posição dos EUA não apenas em relação ao estado birmanês, como também na região em que este se encontra inserido.

No ano seguinte, em maio de 2013, as relações bilaterais entre os dois estados atingiram outro marco histórico. O presidente e ex-general de Myanmar, Thein Sein, torna-se o primeiro líder do país, em 47 anos⁶⁴⁶, a ser recebido na Casa Branca⁶⁴⁷. O

⁶⁴⁰ Cf, Facts and Details, *Obama Visits Myanmar in November 2012*, in, http://factsanddetails.com/southeast-asia/Myanmar/sub5_5f/entry-31116.html, consultado a 12 de maio de 2019;

⁶⁴¹ Cf, White House, 19 de novembro de 2012, *Remarks by President Obama at the University of Yangon*, in, <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2012/11/19/remarks-president-obama-university-yangon>, consultado a 12 de maio de 2019;

⁶⁴² In, *Ibidem*, consultado a 12 de maio de 2019;

⁶⁴³ In, *Ibidem*, consultado a 12 de maio de 2019;

⁶⁴⁴ In, *Ibidem*, consultado a 12 de maio de 2019;

⁶⁴⁵ In, *Ibidem*, consultado a 12 de maio de 2019;

⁶⁴⁶ O último líder birmanês a visitar a Casa Branca foi Ne Win, um herói da independência que se tornou um ditador, e que visitou Washington em setembro de 1966;

presidente birmanês chegou a Washington seis meses depois de Obama ter feito a sua viagem histórica a Myanmar. Esta visita esteve enquadrada na redução das duras sanções económicas impostas ao país, o que permitiu uma abertura do mercado birmanês (um dos mais inexplorados da Ásia) ao investimento estrangeiro. Os Estados Unidos aplicaram, assim, uma estratégia de *engagement* pragmático que reconheceu de forma positiva as reformas realizadas até aquele momento, incentivando Myanmar a prosseguir-las. Os princípios orientadores desta estratégia foram: apoiar as reformas políticas e económicas; promover a reconciliação nacional e uma ação internacional responsável; construir um governo com instituições transparentes; e fortalecer o respeito pela proteção dos direitos humanos e pela liberdade religiosa⁶⁴⁸.

Em novembro de 2015, a NLD (Liga Nacional para a Democracia), liderada por Aung San Suu Kyi, vence as eleições legislativas, dando início a uma nova era, após cinquenta anos de dominação militar. Htin Kyaw torna-se o novo presidente de Myanmar em março de 2016, e juntamente com Aung iniciam um conjunto de reformas democráticas. É nesta nova conjuntura que é lançado o Diálogo de Parceria EUA-Myanmar, que ampliou a comunicação bilateral e a cooperação nas esferas política e económica. Por conseguinte, a 14 de setembro de 2016, a conselheira de Estado Aung San Suu Kyi, foi recebida com a sua delegação na Casa Branca, o que representou um marco notável para o país. Tendo em conta os progressos verificados em Myanmar, o presidente norte-americano decidiu levantar as sanções que tinham sido impostas a Myanmar desde 1997, durante a presidência de Bill Clinton⁶⁴⁹. Contudo, a “decisão não foi isenta de polémicas e foi prontamente criticada por alguns representantes de associações de defesa dos direitos humanos, preocupados com o poder que os militares ainda detêm no parlamento birmanês e em alguns ministérios”⁶⁵⁰. Para além disso, foi anunciada a restauração do Sistema Generalizado de Preferências, criado em 1974, que oferece vantagens comerciais aos países mais pobres à medida que estes se integram na economia global⁶⁵¹.

⁶⁴⁷ Cf, Facts and Details, *Meetings Between Top Myanmar Officials and Obama Administration Reps*, in, http://factsanddetails.com/southeast-asia/Myanmar/sub5_5f/entry-3116.html, consultado a 12 de maio de 2019;

⁶⁴⁸ Cf, *Ibidem*, consultado a 12 de maio de 2019;

⁶⁴⁹ Cf, *Ibidem*, consultado a 30 de abril de 2019;

⁶⁵⁰ In, Público, 7 de outubro de 2016, *EUA levantam sanções económicas à Birmânia*, in, <https://www.publico.pt/2016/10/07/mundo/noticia/eua-levanta-sancoes-economicas-a-birmania-1746603>, consultado a 1 de maio de 2019;

⁶⁵¹ Cf, The White House, 14 de setembro de 2016, *Remarks by President Obama and State Counselor Aung San Suu Kyi of Burma*, in, <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press->

Contudo, nos dois últimos anos, observámos um novo afastamento dos EUA em relação a Myanmar no contexto da crise dos Rohingya, e das novas sanções económicas impostas ao país. A nova administração norte-americana, que assumiu funções no início de 2017, deparou-se com uma nova realidade, que acabaria por minar a relação entre os dois estados. Em março de 2017, as Nações Unidas decidiram organizar uma investigação sobre os supostos abusos dos direitos humanos por parte do exército birmanês contra a minoria muçulmana dos Rohingya⁶⁵². Nos meses que se seguiram foram comprovadas as suspeitas, ocorrendo uma crise humanitária com milhares de pessoas a fugir do estado de Rakhine em direção ao Bangladesh e à Índia. Com mais de 600 000 refugiados em situações desumanas, a administração Trump decidiu retirar a ajuda militar e de assistência ao país e reiterou o apoio ao processo de democratização de Myanmar, assim como o fim das perseguições aos Rohingya. Contudo, neste período, os EUA decidiram não voltar a impor sanções económicas a Myanmar. Na audiência do Congresso em outubro de 2017, o subsecretário adjunto de Estado para Assuntos do Leste Asiático e do Pacífico, Patrick Murphy, explicou que, para além de existir risco de ineficácia, a imposição de sanções poderia enfraquecer a influência dos Estados Unidos em Myanmar, reaproximando-o ainda mais da China⁶⁵³. Todavia, dois meses depois, em dezembro de 2017, o governo norte-americano decidiu colocar Maung Maung Soe, chefe do Comando Ocidental do Exército de Myanmar, na lista negra, por ser considerado o principal responsável pela violência contra os Rohingya⁶⁵⁴. Por ordem executiva do presidente Trump, o Departamento do Tesouro congelou os ativos de Soe nos Estados Unidos e impediu que os americanos realizem transações comerciais com o mesmo⁶⁵⁵.

Para além disso, em abril do ano seguinte, o Departamento de Estado decidiu apoiar a ajuda humanitária aos Rohingya, cujos gastos já atingiram aproximadamente

[office/2016/09/14/remarks-president-obama-and-state-counselor-aung-san-su-kyi-burma](https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2016/09/14/remarks-president-obama-and-state-counselor-aung-san-su-kyi-burma), consultado a 30 de abril de 2019;

⁶⁵¹ Cf, *Ibidem*, consultado a 1 de maio de 2019;

⁶⁵² Cf, Reuters, 23 de agosto de 2019, *Two years on, a look at the Rohingya crisis*, in, <https://www.reuters.com/article/us-myanmar-rohingya-timeline/two-years-on-a-look-at-the-rohingya-crisis-idUSKCN1VD044>, consultado a 28 de agosto de 2019;

⁶⁵³ Cf, *The Rohingya Crisis: U.S. Response to the tragedy in Burma*, Committee on Foreign Affairs – House of Representatives – One Hundred Fifteenth Congress – First Session, 5 de outubro de 2017, serial no. 115-99, Washington, U.S. Government Publishing Office, 2018, p.2;

⁶⁵⁴ Cf, U.S. Department Of The Treasury, 21 de dezembro de 2017, *United States Sanctions Human Rights Abusers and Corrupt Actors Across the Globe*, in, <https://home.treasury.gov/news/press-releases/sm0243>, consultado a 19 de maio de 2019;

⁶⁵⁵ Cf, *Ibidem*, consultado a 19 de maio de 2019;

300 milhões de dólares⁶⁵⁶. Em agosto de 2018, são lançadas novas sanções económicas a Myanmar, atingindo principalmente altas patentes militares birmanesas⁶⁵⁷. Esta decisão dos EUA em impor sanções a altos representantes do governo de Myanmar conduziu a uma reaproximação do país à China.

Em suma, como podemos verificar, nestes últimos dez anos, as relações bilaterais entre os dois estados atravessaram períodos distintos. Primeiramente, podemos salientar a tentativa de reaproximação ao estado birmanês levada a cabo pela administração Obama, que apesar de ter tido alguns reveses, apresentou resultados bastante positivos, culminando com a vitória do partido democrático de Aung San Suu Kyi em 2015. Contudo, a partir de 2017, devido à crise dos Rohingya a relação entre os dois estados voltou a agravar-se, e novas sanções económicas foram impostas a Myanmar. Por ventura, esta situação voltou a beneficiar a China, que conseguiu reaproximar-se do país, colocando em prática o seu plano económico para a região. Desta forma, os EUA deparam-se com bastantes desafios. É necessário reduzir o papel das forças armadas na política birmanesa, extinguir os conflitos armados no Estado de Rakhine e melhorar o estado de direito e de responsabilidade do governo. Deste modo, os Estados Unidos continuam a insistir junto do Governo de Myanmar acerca da importância de promover a tolerância, a diversidade e a coexistência pacífica no país.

Ainda assim, o governo norte-americano deve abandonar as suas exigentes expectativas em relação à liderança de Aung San Suu Kyi, e focar-se em adotar uma política externa mais flexível. Apesar de ser necessário manter algumas sanções económicas e denunciar as violações dos direitos humanos, o governo de Donald Trump deve procurar, ao mesmo tempo, investir no desenvolvimento do país e encontrar uma solução para a crise dos Rohingya, trabalhando em conjunto com a China e a Índia. Matt Pottinger, alto funcionário da Casa Branca, encorajou recentemente o investimento americano em Myanmar, que parece estar alinhado com a abordagem de «desenvolvimento em primeiro lugar» da China e da Índia⁶⁵⁸.

⁶⁵⁶ Cf, U.S Department of State, 17 de julho de 2018, *U.S. Relations With Burma*, in, <https://www.state.gov/u-s-relations-with-burma/>, consultado a 19 de maio de 2019;

⁶⁵⁷ Cf, Business Day, 17 de agosto de 2018, *Trump administration sanctions Myanmar military over treatment of Rohingya Muslims*, in, <https://www.businesslive.co.za/bd/world/americas/2018-08-17-trump-administration-sanctions-myanmar-military-over-treatment-of-rohingya-muslims/>, consultado a 19 de maio de 2019;

⁶⁵⁸ Cf, The Diplomat, 9 de agosto de 2018, CHEN, Abigail, MARSTON, Hunter, *What the US Can Learn from China and India's Engagement With Myanmar*, in, <https://thediplomat.com/2018/08/what-the-us-can-learn-from-china-and-indias-engagement-with-myanmar/>, consultado a 18 de maio de 2019;

O governo dos Estados Unidos deve, assim, separar a sua política de longo prazo em promover os valores liberais, da política a curto prazo sobre as necessidades humanitárias. Deve-se salvaguardar, contudo, que o governo de Washington não deve abandonar as suas preocupações com os direitos humanos, mas considerar trabalhar numa abordagem mais pragmática e eficaz com o governo de Myanmar, em vez de aliená-lo. Desta forma, a competição pela influência em Myanmar encontra-se, indubitavelmente, relacionada com interesses económicos. Contudo, a longo prazo, apoiar a paz e o desenvolvimento são estratégias mais inteligentes para ganhar e manter a influência.

CONCLUSÃO

Esta dissertação de mestrado assumiu como principal objetivo compreender de que forma a evolução política em Myanmar tem vindo a redefinir o mapa geoestratégico asiático. Desta forma, foi importante explicar as especificidades da Ásia, de modo a entender como a sua história e geografia influenciaram as decisões dos líderes ao longo dos séculos. Para além disso, os estados asiáticos revelaram-se uns dos herdeiros mais significativos do sistema vestefaliano, uma vez que continuaram a defender a soberania, a igualdade jurídica entre os estados, a territorialidade e a não intervenção.

A China e a Índia continuam a ser os dois estados de maior expressão regional e, consequentemente, duas potências com aspiração global. Com efeito, a política externa de ambos os países revela áreas de interesse mútuo, o que pode conduzir a duas possibilidades: cooperação ou competição. A última hipótese é a mais plausível, tendo em conta a competição entre os dois estados na Ásia Central, do Sul, Sudeste e Nordeste e, inclusive, em África e na América do Sul. Esta competição pode, eventualmente, conduzir a confrontos militares, especialmente no Oceano Índico, onde as tensões se têm vindo a agudizar. Desde o início do século XXI, que os governos de Nova Deli e de Pequim seguiram uma política de aperfeiçoamento naval e militar, com o objetivo de defender as suas zonas terrestres e marítimas. Contudo, a China apresenta-se em vantagem em relação à Índia, devido ao facto de ter procurado investir em portos de águas profundas nos estados vizinhos, com vista a rivalizar com o poder naval indiano (e não só) no Oceano Índico.

O aumento do orçamento militar chinês, bem como as suas ações nos mares circundantes, levou vários estados do Sudeste Asiático a criar e a reafirmar alianças de carácter defensivo, inclusivamente, com os EUA. O governo de Washington adotou, a partir de 2009, uma estratégia de contenção da China na região da Ásia-Pacífico, que ficou conhecida como o «*Pivot Asiático*». Esta política externa pensada pela administração Obama permitiu aos EUA reafirmar a sua presença na região, e criar novos laços económicos e diplomáticos com os países do Sudeste Asiático. Por conseguinte, ocorreu ainda uma reaproximação a um dos estados mais isolados do mundo, a República de Myanmar. Este estado, que se encontra localizado entre a Índia e a China, ou seja, na «*encruzilhada*» entre o Sul e o Sudeste Asiático, tem vindo a tornar-

se num dos territórios mais importantes da geopolítica asiática. O seu acesso à Baía de Bengala constitui um fator estratégico para vários estados, nomeadamente, a China, a Índia e os EUA. Myanmar encontra-se, assim, localizado entre as duas regiões de maior importância do século XXI - a região Ásia-Pacífico e a região Indo-Pacífico⁶⁵⁹.

A República de Myanmar, que emergiu recentemente de meio século de isolamento económico e político, é atualmente um dos estados com maior potencial de crescimento do Sudeste Asiático. As principais vantagens de Myanmar residem em diversos fatores. Em primeiro lugar, o território birmanês é bastante rico em recursos naturais, nomeadamente hídricos e agrícolas, minérios, madeiras, gás e petróleo. Esta riqueza em matérias-primas torna o país extremamente cobiçado por estrangeiros, em particular de países como a China, a Índia, o Japão e os EUA. Adicionalmente, existem várias oportunidades de investimento em setores como o turismo, as telecomunicações e o comércio. Em segundo lugar, o país dispõe de uma população maioritariamente jovem, que proporciona uma mão-de-obra capaz de responder às necessidades de uma economia em crescimento. Por último, Myanmar apresenta um grande potencial no que diz respeito à produção de energias renováveis, nomeadamente de energia hidroelétrica, a qual é essencial para as províncias mais pobres e remotas da China. Por conseguinte, como foi analisado ao longo da presente dissertação, o estado birmanês partilha, juntamente com a China e a Índia e os EUA, uma relação bastante delicada, tendo beneficiado desta posição ao longo de várias décadas.

As relações entre Myanmar e a China têm-se baseado, sobretudo, em equações assimétricas de poder, que provaram ser vantajosas para o estado birmanês a curto prazo. O antigo «Império do Meio» tirou proveito do isolamento político de Myanmar, bem como das sanções económicas impostas por outros países após a revolta democrática de 8 de agosto de 1988. O governo de Pequim garantiu o seu apoio aos governantes birmaneses, de modo a diminuir as tensões étnicas na fronteira sino-birmanesa e manter a paz e a estabilidade interna do país. No entanto, a China manteve ao mesmo tempo ligações com alguns grupos étnicos rebeldes, incluindo os insurgentes Wa, Kachin e Kokang⁶⁶⁰. Esta situação começou a alarmar os governantes birmaneses, sendo que uma facção do exército (Tatmadaw) começou a explorar alternativas para lidar

⁶⁵⁹ Cf, The Diplomat, 8 de dezembro de 2018, KUNDU Sampa, *How Myanmar Benefits from the US-China Competition in the Indo-Pacific*, in, <https://thediplomat.com/2018/12/how-myanmar-benefits-from-the-us-china-competition-in-the-indo-pacific/>, consultado a 22 de maio de 2019;

⁶⁶⁰ Cf, *Ibidem*, consultado a 22 de maio de 2019;

com a China, tendo em vista os interesses nacionais de Myanmar. Porém, o país tem vindo a ser alvo de forte investimento chinês, fazendo parte da «One Belt and Road Initiative». O isolamento internacional de Myanmar, derivado da crise dos Rohingya, voltou a aproximar os dois países e, consequentemente, agravou a sua dependência em relação à China. Recentemente, o estado birmanês aprovou uma série de investimentos chineses no país, que levaram, indubitavelmente, ao aumento da dívida externa. Esta situação coloca em risco a soberania do país.

Por outro lado, as relações entre os EUA e Myanmar moveram-se numa trajetória diferente. As melhorias nas relações diplomáticas entre Washington e Naypyidaw, desde 2010, foram o resultado da mudança ocorrida na região Ásia-Pacífico, que possibilitou ao governo birmanês optar por um reajustamento ao nível das suas relações externas⁶⁶¹. No ano de 2009, a administração Obama decidiu rever a política dos EUA em relação a Myanmar. Esta mudança demonstrou que Washington estava disposto a reconsiderar a importância geostratégica de Myanmar no contexto da região Ásia-Pacífico. Deste modo, deixou de se concentrar exclusivamente na política interna do país. Durante este período, ocorreram entre os dois estados várias visitas e reuniões de alto nível, apesar de inicialmente Myanmar estar apreensivo. Porém, o governo birmanês mostrou satisfação em relação às ideias desenvolvidas pelos representantes dos EUA⁶⁶². Desta forma, procedeu-se ao levantamento das sanções contra Myanmar e ao restabelecimento das relações diplomáticas. Contudo, a crise dos Rohingya e a eleição de Donald Trump em 2017 contribuíram, novamente, para o afastamento diplomático entre os dois estados e para a imposição de novas sanções económicas ao país.

De modo a compreender-se o impacto da competição sino-americana na região, devem ser recordados alguns fatores cruciais acerca de Myanmar. Em primeiro lugar, o estado birmanês não apresenta disputas territoriais com a China⁶⁶³. Em segundo lugar, o país pretende tirar partido dos projetos de infraestruturas e de energia chineses que incluem: a Zona Económica Exclusiva de Kyaukpyu; os oleodutos e gasodutos; e, mais recentemente, o discutido Corredor Económico China-Myanmar. Esta situação deve-se,

⁶⁶¹ Cf, The Diplomat, 8 de dezembro de 2018, KUNDU Sampa, *How Myanmar Benefits from the US-China Competition in the Indo-Pacific*, in, <https://thediplomat.com/2018/12/how-myanmar-benefits-from-the-us-china-competition-in-the-indo-pacific/>, consultado a 22 de maio de 2019;

⁶⁶² Nomeadamente, o senador Jim Webb e o Secretário-Assistente de Estado dos Assuntos do Leste Asiático e do Pacífico, Kurt M. Campbell.

⁶⁶³ Cf, *Ibidem*, consultado a 22 de maio de 2019;

principalmente, ao facto dos investimentos chineses não possuírem condições prévias, em oposição aos investimentos americanos, que exigem o respeito pelos direitos humanos e pelos princípios democráticos. Esta ausência de condições prévias por parte da China acaba por ser importante para Myanmar, uma vez que o governo de Pequim não contesta a ação do governo de Naypyidaw relativamente à situação de segurança no estado de Rakhine e à crise dos refugiados Rohingya. Em diversas ocasiões, a China impediu que as Nações Unidas aprovassem qualquer tipo de resolução contra Myanmar acerca da violação dos direitos humanos. O antigo «Império do Meio» sempre afirmou que a sociedade internacional deveria evitar intrometer-se nos assuntos internos do país. A política de não-interferência nos assuntos internos dos outros países tem constituído um fator essencial na relação entre a China e Myanmar.

Deste modo, Myanmar continuará a manter o *Pauk Phaw* (relacionamento fraterno) com a China, mesmo quando a competição entre este país e os EUA se for intensificando. Esta situação é de facto vantajosa para a política externa de Myanmar, que exige um equilíbrio entre os fatores internos e a gestão independente das relações externas. O território birmanês continuará, assim, a ser um *hotspot* para a competição entre a China e os Estados Unidos e, com base no passado recente, beneficiará da manutenção de um delicado equilíbrio nas suas relações externas.

No caso da Índia, Myanmar é igualmente um estado de extrema importância para a sua segurança e crescimento económico. O governo de Nova Deli tem procurado, com base na sua política externa de «Look East Policy», melhorar a sua relação com o estado birmanês. A relação diplomática entre os dois países revelou-se difícil durante vários anos, especialmente após a revolta popular de 1988, em Yangon. O estado indiano condenou a repressão violenta da Junta Militar, e autorizou o asilo de muitos intelectuais e políticos birmaneses. Esta situação causou um afastamento entre ambos os países, que se agravou com a prisão domiciliária de Aung San Suu Kyi e, mais tarde, com a «Revolução de Açafrão» em 2007. Apenas a partir do ano de 2011, os dois governos voltaram a aproximar-se. Por conseguinte, a vitória do partido da NLD, em 2015, deu início a uma nova era nas relações diplomáticas entre ambos os estados. Com efeito, Myanmar constitui o elo de ligação entre a Índia e o Sudeste Asiático. Perante a forte influência chinesa na região, o governo indiano decidiu apostar, juntamente com a ASEAN e o Japão, numa série de investimentos que visam melhorar as redes de comunicação (rodoviárias e ferroviárias) entre os países do Sudeste Asiático. A Índia

procura, deste modo, incrementar o desenvolvimento económico, apresentando-se como uma alternativa ao investimento chinês na região. Para além disso, tem apoiado a causa democrática em Myanmar, a qual tem tido várias dificuldades em consolidar-se. A crise dos Rohingya é, atualmente, um dos pontos mais sensíveis do novo governo civil, cuja atitude tem sido alvo de fortes contestações por parte da sociedade internacional.

Dado o contexto de assimetria de poder entre os três estados – China, Índia e EUA –, é possível argumentar que a abordagem de Myanmar pode ser entendida segundo um prisma de «equilíbrio de relações» que visa o «autocontrolo»⁶⁶⁴. Desta forma, o estado birmanês procurou gerir a sua insegurança através de uma certa ambiguidade, mantendo boas relações com as grandes potências para equilibrar as várias «influências externas».

Por último, apesar do início da transição democrática em Myanmar ter constituído um passo de extrema importância, não apenas para o país, como também para a sociedade internacional, existem ainda vários desafios que o novo governo deve superar. Em primeiro lugar, apesar da maioria da população ser budista, acredita-se que existam no país mais de 100 comunidades étnicas, sendo que dezassete delas possuem o seu próprio exército. As populações dos estados de Kachin e Shan, que vivem ao longo da fronteira com o estado chinês de Yunnan, encontram-se num estado de guerra civil com o exército de 400.000 soldados do país, designado *Tatmadaw*. Esta situação teve início aquando da tomada de poder dos militares, no golpe de estado de 1962. Em segundo lugar, existe o desafio de Myanmar reemergir de cinco décadas de regime militar. A sua longevidade conduziu a um controlo excessivo e profundo da economia, sociedade, cultura e vida religiosa do país. Desta forma, permanece uma fraqueza crónica das forças democráticas, que foram sistematicamente traumatizadas pelo rígido controlo militar.

Devido às dificuldades de consolidação democrática, é absolutamente essencial que as democracias asiáticas e do Pacífico apoiem Myanmar. Por conseguinte, os estados indiano, indonésio, japonês e australiano devem prestar um apoio eficaz ao novo governo civil. Cada um destes estados pode proporcionar instrumentos essenciais para o desenvolvimento económico e político do país. A Indonésia tem disponibilizado

⁶⁶⁴ Cf, The Diplomat, 8 de dezembro de 2018, KUNDU Sampa, *How Myanmar Benefits from the US-China Competition in the Indo-Pacific*, in, <https://thediplomat.com/2018/12/how-myanmar-benefits-from-the-us-china-competition-in-the-indo-pacific/>, consultado a 22 de maio de 2019;

programas de assistência logística e técnica que visam ensinar os novos membros do governo a gerir de forma responsável as instituições sociais e políticas. O Japão e a Índia têm oferecido uma vasta rede de investimentos e ajuda económica a Myanmar, que tem criado novas oportunidades de trabalho para a sociedade birmanesa. E a Austrália e a ASEAN têm trabalhado em conjunto para diminuir o tráfico de droga e humano que assola vários países do Sudeste Asiático, em especial Myanmar. Adicionalmente, têm proporcionado programas de ajuda económica e de ensino à população birmanesa, que é na sua grande maioria analfabeta.

A crise dos Rohingya é, igualmente, um dos pontos mais sensíveis para o novo governo civil de Myanmar. A perseguição a esta minoria étnica muçulmana, que atingiu proporções de «limpeza étnica» nos últimos dois anos, agravou novamente a posição do país na sociedade internacional, e conduziu à imposição de novas sanções económicas. Além disso, Aung San Suu Kyi, que trouxe uma promessa de mudanças políticas e sociais nos seus discursos eleitorais, ficou muito aquém das expectativas para muitos birmaneses e observadores internacionais. O seu governo nega, consecutivamente, a perseguição e tortura dos Rohingya. Contudo, é inegável a violação dos direitos humanos em todo o país. A situação de guerra civil nos estados de Kachin e Shan piorou, apesar de Aung San Suu Kyi afirmar que o processo de paz é a sua principal prioridade. A líder birmanesa permanece em silêncio perante os constantes ataques dos militares e não concede entrevistas a jornalistas nacionais desde que assumiu o poder. Nas poucas entrevistas que concedeu a jornalistas estrangeiros, ficou claro que o seu poder é bastante limitado, e que existe um fator de «medo» nas suas palavras e decisões. Enquanto os militares mantiverem o controlo de 25% dos assentos parlamentares e de três ministérios, a democracia em Myanmar não irá vingar. A «dama de ferro»⁶⁶⁵ permanece, assim, impotente perante o contínuo poder militar na vida política, social e económica de Myanmar.

Em suma, se Myanmar conseguir terminar com os conflitos armados e finalizar a transição para um regime democrático, poderá indubitavelmente trazer mudanças para a sua região. A ligação do interior da China com os portos de Myanmar impulsionará o desenvolvimento das suas províncias mais pobres, abrindo uma passagem para o Oceano Índico. Por outro lado, o nordeste da Índia passará de um «beco sem saída» para

⁶⁶⁵ In, Jakarta Post, 12 de abril de 2016, *Our moral responsibility to pressure the Iron Lady*, in, <https://www.thejakartapost.com/academia/2016/04/12/our-moral-responsibility-to-pressure-the-iron-lady.html>, consultado a 3 de setembro de 2019;

se transformar numa ponte com o Sudeste Asiático, rivalizando assim com a China na região. E, por último, uma nova e jovem democracia na região poderá fornecer aos EUA um potencial aliado vital para impedir a concretização das ambições do antigo «Império do Meio» no Sudeste Asiático. A evolução política em Myanmar irá determinar, sem dúvida, o rumo da Ásia-Pacífico no século XXI.

BIBLIOGRAFIA

RELATÓRIOS:

Amnesty International, *Myanmar: New landmine blasts point to deliberate targeting of Rohingya*, 10 de setembro de 2017, disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2017/09/myanmar-new-landmine-blasts-point-to-deliberate-targeting-of-rohingya/>, consultado a 31 de agosto de 2019;

Amnesty International, *Remaking Rakhine State*, 2017, disponível em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/ASA1680182018ENGLISH.PDF>, consultado a 31 de agosto de 2019;

ASEAN, *ASEAN COMMUNITY 2018*, outubro de 2018, disponível em: <https://asean.org/storage/2019/01/17a.-October-2018-ASEAN-Community-2018-folded-brochure.pdf>, consultado a 30 de julho de 2019;

ASEAN, *ASEAN Vision 2020*, 15 de dezembro de 1997, disponível em: <https://www.aseanhrmech.org/downloads/Asean-Vision-2020.pdf>, consultado a 1 de agosto de 2019;

ASEAN, *The Seventh AEM-India Consultations*, 13 de agosto de 2009, disponível em: <https://www.asean.org/wp-content/uploads/images/2012/Economic/AEM/document/JMS-7th-ASEAN-India-Consultations.pdf>, consultado a 23 de abril de 2019;

Asian Development Bank, *Asia Infrastructure Needs Exceed \$1.7 Trillion Per Year, Double Previous Estimates*, 28 de fevereiro de 2017, disponível em: <https://www.adb.org/news/asia-infrastructure-needs-exceed-17-trillion-year-double-previous-estimates>, consultado a 8 de abril de 2019;

Australian Government - Department of Foreign Affairs and Trade, *Aid Program Performance Report 2017-2018*, s/d, disponível em: <https://dfat.gov.au/about-us/publications/Documents/myanmar-appr-2017-18.pdf>, consultado a 4 de agosto de 2019;

Australian Government - Department of Foreign Affairs and Trade, *Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership (CPTPP)*, s/d, disponível em: <http://dfat.gov.au/trade/agreements/tpp/pages/trans-pacific-partnership-agreement-tpp.aspx>, consultado 15 de setembro de 2019;

Australian Government - Department of Foreign Affairs and Trade, *Promoting inclusive economic growth and government management in Myanmar*, s/d, disponível em: <https://dfat.gov.au/geo/myanmar/development-assistance/Pages/democratic-economic-governance-assistance-myanmar.aspx>, consultado a 7 de agosto de 2019;

Burma Library, *Constitution of the Republic of the Union of Myanmar*, disponível em: http://www.burmalibrary.org/docs5/Myanmar_Constitution-2008-en.pdf, consultado a 24 de outubro de 2016;

CBTO - Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty Organization, *Myanmar ratifies the Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty*, 22 de setembro de 2016, disponível em: <https://www.ctbto.org/press-centre/press-releases/2016/press-release-myanmar-ratifies-the-comprehensive-nuclear-test-ban-treaty/>, consultado a 24 de Outubro de 2016;

Central Intelligence Agency (CIA), *South Asia: India*, 23 de setembro de 2019, disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/in.html>, consultado a 25 de agosto de 2019;

Council on Foreign Relations, *China's Maritime Disputes*, s/d, disponível em: https://www.cfr.org/interactives/chinas-maritime-disputes?cid=otr-marketing_use-china_sea_InfoGuide#!/chinas-maritime-disputes?cid=otr-marketing_use-china_sea_InfoGuide, consultado a 10 de abril de 2019;

Council on Foreign Relations, *How Myanmar's Military Wields Power From the Shadows*, 2 de outubro de 2017, disponível em: <https://www.cfr.org/interview/how-myanmars-military-wields-power-shadows>, consultado a 17 de agosto de 2019;

Council on Foreign Relations, *The Rohingya Crisis*, 5 de dezembro de 2018, disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/rohingya-crisis>, consultado a 28 de agosto de 2019;

Facts and Details, *Meetings Between Top Myanmar Officials and Obama Administration Reps*, s/d, disponível em: http://factsanddetails.com/southeast-asia/Myanmar/sub5_5f/entry-3116.html, consultado a 12 de maio de 2019;

Facts and Details, *Obama Visits Myanmar in November 2012*, 2014, disponível em: http://factsanddetails.com/southeast-asia/Myanmar/sub5_5f/entry-3116.html, consultado a 12 de maio de 2019;

FLEURANT, Aude, **WEZEMAN**, Pieter D., **WEZEMAN**, SIEMON T., **TIAN**, Nan, **KUIMOVA**, Alexandra, *Trends in World Military Expenditure 2018*, Estocolmo, SIPRI, abril de 2019, disponível em: <https://www.sipri.org/publications/2019/sipri-fact-sheets/trends-world-military-expenditure-2018>, consultado a 30 de agosto de 2019;

Fortify Rights, *Policies of Persecution – Ending Abusive State Policies Against Rohingya Muslims in Myanmar*, fevereiro de 2014, disponível em: https://www.fortifyrights.org/downloads/Policies_of_Persecution_Feb_25_Fortify_Rights.pdf, consultado a 28 de agosto de 2019;

Human Rights Watch, *Burma Elections 2015*, disponível em: <https://www.hrw.org/blog-feed/burma-elections-2015>, 16 de novembro de 2015, consultado a 12 de maio de 2019;

International Monetary Fund, *IMF Staff Completes 2018 Article IV Mission to China*, 29 de maio de 2018, Press release 18/200, disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2018/05/29/pr18200-imf-staff-completes-2018-article-iv-mission-to-china>, consultado a 8 de abril de 2019;

International Organization for Migration, *IOM Appeal (Myanmar /Rakhine State) (April 2016 – April 2018)*, abril de 2018, disponível em: https://www.iom.int/sites/default/files/country_appeal/file/IOM-Myanmar-Appeal-April-2016-April-2018.pdf, consultado a 31 de agosto de 2019;

Medecins sans Frontieres, *MSF surveys estimate that at least 6,700 Rohingya were killed during the attacks in Myanmar*, 22 de dezembro de 2017, disponível em: <https://www.msf.org/myanmarbangladesh-msf-surveys-estimate-least-6700-rohingya-were-killed-during-attacks-myanmar>, consultado a 31 de agosto de 2019;

Ministry of Foreign Affairs of the Republic of the Union of Myanmar, *President and wife to visit Vietnam in the near future*, 22 de outubro de 2016, disponível em: <http://www.mofa.gov.mm/?p=7800>, consultado a 24 de outubro de 2016;

NIDS, *East Asian Strategic Review 2009 - The National Institute for Defense Studies Japan*, Tóquio, Japan Times, 2009;

NIDS, *East Asian Strategic Review 2010 - The National Institute for Defense Studies Japan*, Tóquio, Japan Times, 2010;

NIDS, *East Asian Strategic Review 2011 - The National Institute for Defense Studies Japan*, Tóquio, Japan Times, 2011;

NIDS, *East Asian Strategic Review 2012- The National Institute for Defense Studies Japan*, Tóquio, Japan Times, 2012;

NIDS, *East Asian Strategic Review 2013 - The National Institute for Defense Studies Japan*, Tóquio, Japan Times, 2013;

NIDS, *East Asian Strategic Review 2014 - The National Institute for Defense Studies Japan*, Tóquio, Japan Times, 2014;

NIDS, *East Asian Strategic Review 2015 - The National Institute for Defense Studies Japan*, Tóquio, Japan Times, 2015;

NIDS, *East Asian Strategic Review 2016 - The National Institute for Defense Studies Japan*, Tóquio, Japan Times, 2016;

Nikkei Asian Review, *China and Japan set to reshape shipping in Myanmar*, 9 de novembro de 2018, in, <https://asia.nikkei.com/Business/Business-deals/China-and-Japan-set-to-reshape-shipping-in-Myanmar>, consultado a 20 de abril de 2019;

Nikkei Asian Review, *State-owned Thai oil company unit to invest more in Myanmar*, 24 de julho de 2018, in, <https://asia.nikkei.com/Business/Companies/State-owned-Thai-oil-company-unit-to-invest-more-in-Myanmar>, consultado a 17 de abril de 2019;

Oxford Burma Alliance, *Ethnic Nationalities of Burma*, s/d, disponível em: <http://www.oxfordburmaalliance.org/ethnic-groups.html>, consultado a 14 de julho de 2019;

Peacemaker, *Panglong Agreement*, 12 de fevereiro de 1947, disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/MM_470212_Panglong%20Agreement.pdf, consultado a 14 de julho de 2019;

Prime Minister of Japan and His Cabinet, *Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe*, 26 de dezembro de 2012, disponível em: https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201212/26kaiken_e.html, consultado a 27 de julho de 2019;

REF WORLD, *Refugee Review Tribunal Australia: Myanmar*, 19 de maio de 2009, disponível em: <https://www.refworld.org/docid/4b6fe2a1d.html>, consultado a 14 de julho de 2019;

SILVER, Laura, *How people in Asia-Pacific view China*, Washington D.C., Pew Research Center, 16 de outubro de 2017, disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2017/10/16/how-people-in-asia-pacific-view-china/>, consultado a 25 de agosto de 2019;

The UN Refugee Agency, *Figures at a Glance in Malaysia*, disponível em: <https://www.unhcr.org/figures-at-a-glance-in-malaysia.html>, s/d, consultado a 31 de agosto de 2019;

The White House, *Executive Order -- Blocking Property of Persons Threatening the Peace, Security, or Stability of Burma*, 11 de julho de 2012, disponível em: <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2012/07/11/executive-order-blocking-property-persons-threatening-peace-security-or->, consultado a 17 de outubro de 2016;

The White House, *FACT SHEET: U.S.-ASEAN Connect*, 8 de setembro de 2016, in, <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2016/09/08/fact-sheet-us-asean-connect>, consultado a 17 de outubro de 2016;

The White House, *FACT SHEET: U.S. Assistance to Burma*, 13 de novembro de 2014, in, <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/11/13/fact-sheet-us-assistance-burma>, consultado a 17 de outubro de 2016;

The White House, *Joint Statement*, 13 de novembro de 2014, disponível em: <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/11/13/joint-statement>, consultado a 17 de outubro de 2016;

The White House, *On Board With President Obama - Rangoon, Burma*, 19 de novembro de 2012, disponível em: <https://www.whitehouse.gov/photos-and-video/video/2012/11/19/rhodes-rangoon-burma>, consultado a 17 de outubro de 2016;

The White House, *President Obama Meets with President Thein Sein of Myanmar*, 20 de maio de 2013, disponível em: <https://www.whitehouse.gov/blog/2013/05/20/president-obama-meets-president-thein-sein-myanmar>, consultado a 17 de outubro de 2016;

The White House, *Readout of the President's Meeting with Burmese Nobel Laureate Aung San Suu Kyi*, 19 de setembro de 2012, disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2012/09/20/president-obama-meets-aung-san-suu-kyi>, consultado a 11 de maio de 2019;

The White House, *Remarks by President Obama and Daw Aung San Suu Kyi of Burma in Joint Press Conference | November 14, 2014*, 14 de novembro de 2014, disponível em: <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/11/14/remarks-president-obama-and-daw-aung-san-suu-kyi-burma-joint-press-confe>, consultado a 17 de Outubro de 2016;

The White House, *Remarks by President Obama and President Thein Sein of Burma After Bilateral Meeting*, 19 de novembro de 2012, disponível em: <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2012/11/19/remarks-president-obama-and-president-thein-sein-burma-after-bilateral-m>, consultado a 17 de Outubro de 2016;

The White House, *Remarks by President Obama and State Counselor Aung San Suu Kyi of Burma*, 14 de setembro de 2016, disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/09/14/remarks-president-obama-and-state-counselor-aung-san-suu-kyi-burma>, consultado a 30 de abril de 2019;

The White House, *Remarks by President Obama at the University of Yangon*, 19 de novembro de 2012, disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2012/11/19/remarks-president-obama-university-yangon>, consultado a 12 de maio de 2019;

The White House, *Remarks by President Obama at Young Southeast Asian Leaders Initiative Town Hall, 11/14/14*, 14 de novembro de 2014, disponível em: <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/11/14/remarks-president-obama-young-southeast-asian-leaders-initiative-town-ha>, consultado a 17 de outubro de 2016;

The White House, *Remarks by President Obama Before U.S.-ASEAN Summit Meeting*, 13 de novembro de 2014, disponível em: <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/11/13/remarks-president-obama-us-asean-summit-meeting>, consultado a 17 de outubro de 2016;

The White House, *Remarks by President Obama to the Australian Parliament*, 17 de novembro de 2011, disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press->

[office/2011/11/17/remarks-president-obama-australian-parliament](https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/11/17/remarks-president-obama-australian-parliament), consultado a 25 agosto de 2019;

The White House, *Remarks By President Obama to the Australian Parliament*, 17 de novembro de 2017, disponível em: <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/11/17/remarks-president-obama-australian-parliament>, consultado a 16 de junho de 2019;

The White House, *Remarks By President Obama to the Australian Parliament*, 17 de novembro de 2018, disponível em: <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/11/17/remarks-president-obama-australian-parliament>, consultado no dia 26 de agosto de 2019;

The White House, *Remarks by President Trump and Prime Minister Modi of India in Joint Press Statement*, 26 de junho de 2017, in, <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-prime-minister-modi-india-joint-press-statement/>, consultado a 25 de agosto de 2019;

The White House, *Statement by the President on Burma*, 17 de maio de 2012, disponível em: <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2012/05/17/statement-president-burma>, consultado a 17 de outubro de 2016;

The White House, *Statement by the President on Burma's Inauguration of President U Htin Kyaw*, 30 de março de 2016, disponível em: <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2016/03/30/statement-president-burmas-inauguration-president-u-htin-kyaw>, consultado a 17 de outubro de 2016;

The White House, *Statement by the President on the Easing of Sanctions on Burma*, 11 de julho de 2011, disponível em: <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2012/07/11/statement-president-easing-sanctions-burma>, consultado a 17 de outubro de 2016;

The White House, *The Highlights of President Obama's Visit to India*, 26 de janeiro de 2015, disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2015/01/26/highlights-president-obamas-visit-india>, consultado a 15 de abril de 2019;

The White House, *The President Wraps Up Trip in Burma, Heads to Australia*, 15 de novembro de 2014, disponível em:

<https://www.whitehouse.gov/blog/2014/11/15/president-wraps-trip-burma-heads-australia>, consultado a 17 de outubro de 2016;

United Nations University, *Dr. Thant Myint-U on Myanmar in an Age of Reform*, 8 de Outubro de 2014, disponível em: <http://unu.edu/news/news/dr-thant-myint-u-on-myanmar-in-an-age-of-reform.html>, consultado a 2 de fevereiro de 2017;

US Department of State, *Remarks on India and the United States: A Vision for the 21st Century*, 20 de julho de 2011, disponível em: <https://20092017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2011/07/168840.htm>, consultado a 6 de abril de 2019;

U.S Department of State, *U.S. Relations With Burma*, 17 de julho de 2018, disponível em: <https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/35910.htm>, consultado a 12 de maio de 2019;

U.S. Department of The Treasury, *United States Sanctions Human Rights Abusers and Corrupt Actors Across the Globe*, 21 de dezembro de 2017, disponível em: <https://home.treasury.gov/news/press-releases/sm0243>, consultado a 19 de maio de 2019;

U.S. Government Publishing Office, *The Rohingya Crisis: U.S. Response to the tragedy in Burma, Committee on Foreign Affairs – House of Representatives – One Hundred Fifteenth Congress – First Session*, Washington, 2018, disponível em: <https://docs.house.gov/meetings/FA/FA00/20171005/106471/HHRG-115-FA00-Transcript-20171005.pdf>, consultado a 23 de agosto de 2019;

WIKE, Richard, **STOKES**, Bruce, **POUSHTER**, Jacob, **SILVER**, Laura, **FETTEROLF**, Jannel, **DEVLIN**, Kat, *Trump's International Ratings Remain Low, Especially Among Key Allies*, Washington, Pew Research Center, 1 de outubro de 2018, disponível em: <https://www.pewresearch.org/global/2018/10/01/trumps-international-ratings-remain-low-especially-among-key-allies/>, consultado a 26 de agosto de 2019;

World Bank, *The World Bank In Myanmar*, 8 de abril de 2019, disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/myanmar/overview>, consultado a 13 de julho de 2019;

World Health Organization, *Urgent need to scale up health services in Cox's Bazar: WHO*, 20 de fevereiro de 2018, disponível em:

<http://www.searo.who.int/mediacentre/releases/2018/1680/en/>, consultado a 31 de agosto de 2019;

ESTUDOS:

ARIS, Michael (ed.), *Freedom From Fear and Other Writings*, Londres, Penguin Books, 1995;

BRANDÃO, Laurinda, **RAMOS**, Paulo (ed.), *História Ilustrada do Mundo: Descobertas e Crise Religiosa*, Selecções Digest, 2007;

COHEN, Stephen P., *India: Emerging Power*, Washington D.C., Brookings Institution Press, 2001;

COX, Michael, **STOKES**, Doug, *US Foreign Policy*, Oxford, Oxford University Press, 2012;

DANA, Leo Paul, *When economies change paths – Models of transition in China, the Central Asia Republics, Myanmar & the nations of former Indochine Française*, Londres, World Scientific, 2002;

FRANKOPAN, Peter, *The New Silk Roads – A New History of The World*, Londres, Bloomsbury Publishing, 2015;

FRANKOPAN, Peter, *The New Silk Roads – The Present and Future of the World*, Londres, Bloomsbury Publishing, 2018;

GARVER, John W., *Protracted Contest: Sino-Indian Rivalry in the Twentieth Century*, Seattle, University of Washington Press, 2001;

GUERREIRO, Márcia Cordeiro, *A Birmânia e a Luta pela Democracia: 1988-2010 – Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012;

GUHA, Ramashandra, *India After Gandhi: The History of the World's Largest Democracy*, Nova Iorque, Harper Collins Publisher, 2008;

HOUTMAN, Gustaaf, *Mental Culture in Burmese Crisis Politics: Aung San Suu Kyi and the National League for Democracy*, Tóquio, Institute for the Study of Languages and Cultures of Asia and Africa Tokyo University of Foreign Studies, 1999;

JORNADA, Helena Lobato Da, *China e Índia no século XXI: Cooperação, Competição e Distribuição de Poder no Sistema Internacional*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008;

KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial*, Lisboa, Editora Dom Quixote, 2014;

KURLANTZICK, Joshua, *The Charm Offensive - How China's Soft Power Is Transforming the World*, New Haven, Yale University Press, 2008;

KYI, Aung San Suu, *Cartas da Birmânia*, Porto, Campo das Letras, 1998;

LALL, Marie, *India-Myanmar Relations – Geopolitics and Energy in Light of the New Balance of Power in Asia*, Londres, Universidade de Londres, 2008;

MARSHALL, Tim, *Prisoners of Geography*, Londres, Elliot&Thompson, 2016;

MAURÍCIO, Tiago, *O processo de transição democrática na Birmânia*, Lisboa, Janus, 2013;

MYINT-U, Thant, *Myanmar in an Age of Reform*, Tóquio, United Nations University, 2014;

MYINT-U, Thant, *Where China Meets India: Burma and the New Crossroads of Asia*, Nova Iorque, Farrar, Straus and Giroux, 2011;

RIBEIRO, Erik Herejek, *A Perspectiva Estratégica da Índia para o Século XXI*, Belo Horizonte, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015;

ROBERTS, J.A.G. Roberts, *A História da China*, Lisboa, Edições Texto&Grafia, 2006;

ROPP, Paul S., *China in World History*, Oxford, Oxford University Press, 2010;

SOUTH, Ashley, *Mon Nationalism and Civil War in Burma: The Golden Sheldrake*, Nova Iorque, Routledge, 2003;

STEIN, Burton, *A History of India*, Nova Deli, Oxford University Pres, 2004;

STEINBERG, David I., *Burma/Myanmar – What everyone needs to know*, Oxford, Oxford University Press, 2010;

TAYLOR, Robert H., *The State in Myanmar*, Hurst Publishers, Londres, 2009;

WEATHERBEE, Donald, *International Relations in Southeast Asia- The Struggle for autonomy*, Oxford, Rowman&Littlefield Publishers, 2005;

ZAKARIA, Fareed, *The Post-American World and the Rise of the Rest*, Londres, Penguin Uk, 2009;

ARTIGOS:

ADY, Peter, *Economic Bases of Unrest in Burma*, Tampa, Council on Foreign Relations, 1 de abril de 1951, disponível em: https://www.foreignaffairs.com/articles/burma-myanmar/1951-04-01/economic-bases-unrest-burma?cid=rss-foreignaffjobs-economic_bases_of_unrest_in_bu-000000, consultado a 4 de outubro de 2019;

ANGUELOV, Nicolay, *Development Before Democracy: Why ASEAN Isn't Pressuring Myanmar to Reform*, Tampa, Council on Foreign Relations, 18 de março de 2015, disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/southeast-asia/2015-03-18/development-democracy>, consultado a 4 de outubro de 2019;

BARANY, Zoltan, *Myanmar's Divided Opposition and How It Will Affect the Elections*, Tampa, Council on Foreign Relations, 1 de outubro de 2015, disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/burma-myanmar/2015-10-01/myanmars-divided-opposition>, consultado a 4 de outubro de 2019;

BARANY, Zoltan, *Myanmar's Shaky Transition - A Treacherous Path to Democracy*, Tampa, Council on Foreign Relations, 30 de março de 2016, disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/burma-myanmar/2016-03-30/myanmars-shaky-transition>, consultado a 4 de outubro de 2019;

CHALK, Peter, *On the path of change political, economic and social challenges for Myanmar*, Barton, Australian Strategic Policy Institute, 2013;

CHANDRAN, Nyshka, *Southeast Asia is increasingly turning to India instead of the US or China*, New Jersey, CNBC, 15 de março de 2018, disponível em: <https://www.cnbc.com/2018/03/15/southeast-asia-increasingly-turns-to-india-instead-of-the-us-or-china.html>, conusultado a 26 de agosto de 2019;

CHEN, Abigail, **MARSTON**, Hunter, *What the US Can Learn from China and India's Engagement With Myanmar*, Tóquio, The Diplomat, 9 de agosto 2018, disponível em:

<https://thediplomat.com/2018/08/what-the-us-can-learn-from-china-and-indias-engagement-with-myanmar/>, consultado a 26 agosto de 2019;

CLINTON, Hillary, *America's Pacific Century*, Washington, Foreign Policy, 11 de outubro de 2011, disponível em: <http://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/>, consultado a 3 de novembro de 2016;

CONNELLY, Aaron L., *Who Will Rule Myanmar? - The Elections are Over, But the Battle Has Just Begun*, Tampa, Council on Foreign Relations, 11 de outubro de 2015, disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/burma-myanmar/2015-11-10/who-will-rule-myanmar>, consultado a 4 de outubro de 2019;

DAVIES, Nigel Gould-, *Myanmar's unique challenges*, Londres, Open Democracy, 10 de abril de 2017, disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/myanmars-unique-challenges/>, consultado a 14 de julho de 2019;

DEAN, Howard, *Burmese Daze*, Tampa, Council on Foreign Relations, 1 de julho de 2000, disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2000-07-01/burmese-daze>, consultado a 4 de outubro de 2019;

DENNING, Brannon P., **MCCALL**, Jack H., *States' Rights and Foreign Policy: Some Things Should Be Left to Washington*, Tampa, Council on Foreign Relations, Janeiro/Fevereiro de 2000, disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2000-01-01/states-rights-and-foreign-policy-some-things-should-be-left>, consultado a 4 de outubro de 2019;

DINGLI, Shen, **MORI**, Satoru, **KIM**, Jaechun, **JAISHANKAR**, Dhruva, **PARAMESWARAN**, Prashanth, **GRAHAM**, Euan, **INGLE**, Patrick, *US Election 2016: The View from Asia*, Tóquio, The Diplomat, 30 de setembro de 2016, disponível em: <https://thediplomat.com/2016/09/us-election-2016-the-view-from-asia/>, consultado a 4 de outubro de 2019;

GHOSH, Amitav, *The coming climate Crisis*, Washington, Foreign Policy, 2019, disponível em: <https://foreignpolicy.com/gt-essay/the-coming-climate-crisis/>, consultado a 27 de janeiro de 2019;

GHOSHAL, Baladas, *Some New Thoughts on India's Look East Policy*, Nova Deli, Institute of Peace and Conflict Studies, 2007;

GREEN, Michael, *Asia's Forgotten Crisis: A New Approach to Burma*, Tampa, Council on Foreign Relations, 1 de novembro de 2007, disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2007-11-01/asias-forgotten-crisis>, consultado a 4 de outubro de 2019;

GREEN, Michael, *Burma's Stubborn State: How to Curtail The Military Junta*, Tampa, Council on Foreign Relations, 23 de novembro de 2010, disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/southeast-asia/2010-11-23/burmas-stubborn-state>, consultado a 4 de outubro de 2019;

HAROLD, Scott W, *Is the Pivot Doomed? The Resilience of America's Strategic 'Rebalance'*, in, *The Washington Quarterly*, Washington, The Elliott School of International Affairs, 2015;

HUNTINGTON, Samuel P., *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*, London, The Belknap Press of Harvard University Press, 1957;

ICHIHARA, Maiko, **SAHOO**, Niranjan, *Asian Support for Democracy in Myanmar*, Washington, Carnegie, 19 de outubro de 2016, disponível em: <https://carnegieendowment.org/2016/10/19/asian-support-for-democracy-in-myanmar-pub-64875>, consultado a 22 de Julho de 2019;

JAISHANKAR, Dhruva, *Myanmar Is Pivoting Away from China*, Tampa, Council on Foreign Relations, 15 de junho de 2015, disponível em: <https://carnegieendowment.org/2016/10/19/asian-support-for-democracy-in-myanmar-pub-64875>, consultado a 4 de outubro de 2019;

JOSHI, Shashank, *India Flexes Its Muscle – Behind New Delhi's Assertive Foreign Policy*, Tampa, Council on Foreign Relations, 23 de junho de 2015; <https://www.foreignaffairs.com/articles/india/2015-06-23/india-flexes-its-muscle>, consultado a 4 de outubro de 2019;

KATTELUS, Mirja, **RAHAMAN**, Muhammad, **OLLI**, Varis, *Hydropower development in Myanmar and its implications on regional energy cooperation*, Geneva, Inderscience Enterprises Ltd, 2015;

KUDO, Toshihiro, *The Impact of U.S. Sanctions on the Myanmar Garment Industry in Asian Survey*, vol. 48, nº6, novembro/dezembro de 2008, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1525/as.2008.48.6.997>, consultado a 1 de maio de 2019;

KUNDU, Sampa, *How Myanmar Benefits from the US-China Competition in the Indo-Pacific*, Tóquio, The Diplomat, 8 de dezembro de 2018, disponível em: <https://thediplomat.com/2018/12/how-myanmar-benefits-from-the-us-china-competition-in-the-indo-pacific/>, consultado a 22 de maio de 2019;

KURLANTZICK, Joshua, *Can Burma Reform?*, Tampa, Council on Foreign Relations, 1 de novembro de 2002, disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2002-11-01/can-burma-reform>, consultado a 4 de outubro de 2019;

KYI, Aung San Suu, *The Voice of Hope*, Nova Iorque, Seven Stories Press, 2003;

LEWIS, Simon, *5 Challenges Facing Burma's New Civilian Government*, Nova Iorque, TIME, 31 de março de 2016, disponível em: <https://time.com/4275928/burma-myanmar-civilian-government-challenges/>, consultado a 13 de julho de 2019;

LIEBERTHAL, Kenneth, *The American Pivot to Asia*, Washington, Foreign Policy, 21 de dezembro de 2011, disponível em: <https://foreignpolicy.com/2011/12/21/the-american-pivot-to-asia/>, consultado a 4 de outubro de 2019;

MADDEN, Christina, **RABIN**, Keith, *Out of Darkness - Myanmar's Quest to (Em)Power its Citizens*, Tampa, Council on Foreign Relations, 1 de outubro de 2015, <https://www.foreignaffairs.com/articles/burma-myanmar/2015-10-01/out-darkness>, consultado a 4 de outubro de 2019;

MADRIGALI, Mariana, *Mar do Sul da China: disputas políticas e a instalação de mísseis*, Itajai, ChinaLink, 22 de maio de 2018, disponível em: <http://www.chinalinktrading.com/blog/mar-sul-da-china/>, consultado a 13 de abril de 2019;

MYINT-U, Thant, *Asia's New Great Game*, Washington, Foreign Policy, 12 de setembro de 2011, disponível em: <http://foreignpolicy.com/2011/09/12/asias-new-great-game/>, consultado a 20 de novembro de 2018;

MYINT-U, Thant, *Why Burma Must Reset Its Relationship with China*, Tampa, Council on Foreign Relations, 1 de dezembro de 2016, disponível em: <https://foreignpolicy.com/2016/01/12/why-burma-must-reset-its-relationship-with-china/>, consultado a 4 de outubro de 2019;

PANT, Harsh V., *The Future of India's Ties With ASEAN*, Tóquio, The Diplomat, 26 de janeiro de 2018, disponível em: <https://thediplomat.com/2018/01/the-future-of-indias-ties-with-asean/>, consultado a 16 de abril de 2019;

PATROCÍNIO, Bárbara, *O Colar de Pérolas como uma estratégia geopolítica*, Belo Horizonte, PUC Minas, 12 de setembro de 2018, disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2018/09/12/o-colar-de-perolas-como-uma-estrategia-geopolitica/>, consultado a 17 de abril de 2019;

PYE, Lucian W., *China: Erratic State Frustrated Society*, Lisboa, Foreign Affairs, 1990, disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/1990-09-01/china-erratic-state-frustrated-society>, consultado a 23 de setembro de 2019;

QINGRUN, Song, *The Improvement of U.S. – Myanmar Relations: Processes, Reasons and Prospects*, Estocolmo, Institute for Security and Development Policy, 2010;

RAMACHANDRAN, Sudha, *The Trouble With India's Projects in Myanmar*, Tóquio, The Diplomat, 21 de setembro de 2016, disponível em: <https://thediplomat.com/2016/09/the-trouble-with-indias-projects-in-myanmar/>, consultado a 23 de abril de 2019;

RAMESH, Jairam, *Northeast India in a new Asia*, s/l, Indian Seminar, Junho de 2005, disponível em: <http://www.india-seminar.com/2005/550.htm>, consultado a 23 de abril de 2019;

RIBEIRO, Erik Herejk, *A Perspetiva Estratégica da Índia para o Século XXI*, Belo Horizonte, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p.10;

SAHNI, Varun, *A Índia Emergente – Rejeitar a Região, alcançar o mundo?*, in, *Índia: Novos Horizontes*, Lisboa, Relações Internacionais, ed: 15 de Setembro de 2007;

SALAK, Kira, *Myanmar's River of Spirits*, Washington D.C., National Geographic, maio de 2016, disponível em: <https://www.nationalgeographic.com/magazine/2006/05/irrawaddy-river-myanmar-burmese-lifeline/>, consultado a 22 de setembro de 2019;

SEEKINS, Donald M., *Burma and Japan since 1940: from 'Co-Prosperity' to 'Quiet Dialogue'*, Copenhaga, Nordic Institute of Asian Studies (NIAS), 2007;

SEEKINS, Donald M., *Japan's Development Ambitions for Myanmar: The Problem of "Economics before Politics"*, in, *Journal of Current Southeast Asian Affairs*, 2015, Hamburgo, Hamburg University Press;

SEEKINS, Donald M., *Myanmar in 2009: A New Political Era?*, in, *Asian Survey*, Vol.50, N.1, Berkeley, University of California Press, 2009;

SEEKINS, Donald M., *The State and the City: 1988 and the transformation of Rangoon*, in, Pacific Affairs, vol.78, nº2, Vancouver, University of British Columbia, 2005;

SHAPARD, Wade, *China's Jewel in the Heart of the Indian Ocean*, Tóquio, The Diplomat, 9 de maio de 2016, disponível em: <https://thediplomat.com/2016/05/chinas-jewel-in-the-heart-of-the-indian-ocean/>, consultado a 4 de outubro de 2019;

SHIBAO, Xuexi, «*An unprecedented great changing situation: understanding and thoughts on the global strategic situation and our country's national security Environment*», trad. James A. Bellacqua e Daniel M. Hartnett, Washington, CAN: Study Times, 2013;

SMITH, Martin, *Ethnic Groups in Burma: Development, Democracy and Human Rights*, in, nº8, ASI's Human Rights Series, Londres, Anti-Slavery International - The Stableyard, Broomgrove Road, 1994;

SOLANKI, Viraj, *India boosts relations with Myanmar, where Chinese influence is growing*, Londres, IISS, 1 de junho de 2018, disponível em: <https://www.iiss.org/blogs/analysis/2018/05/india-myanmar-china-relations>, consultado a 23 de abril de 2019;

STOREY, Ian, *China's "Malacca Dilemma"*, China Brief Volume: 6 Issue: 8, 12 de abril de 2006, disponível em: <https://jamestown.org/program/chinas-malacca-dilemma/>, consultado a 13 de abril de 2019;

STRANGIO, Sebastian, *What Obama Wants From Myanmar: Geopolitics Trumps Democratic Reforms*, Tampa, Council on Foreign Relations, 19 de novembro de 2012, disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/burma-myanmar/2012-11-19/what-obama-wants-myanmar>, consultado a 4 de outubro de 2019;

THAWNGHMUNG, Ardeth Maung, *Preconditions and Prospects for Democratic Transition in Burma/Myanmar*, in, Asian Survey, Vol. 43, N. 3, Berkeley, University of California Press, 2003;

THIHA, Amara, *Myanmar Speeds up Progress on China's Belt and Road*, Tóquio, The Diplomat, 8 de dezembro de 2018, disponível em: <https://thediplomat.com/2018/12/myanmar-speeds-up-progress-on-chinas-belt-and-road/>, consultado em 7 de Abril de 2019;

THWIN, Maureen Aung-, *Burmese Days*, Tampa, Council on Foreign Relations, 1 de março de 1989, disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/1989-03-01/burmese-days>, consultado a 4 de outubro de 2019;

TRAGER, Frank N., *Political Divorce in Burma*, Tampa, Council on Foreign Relations, 1 de janeiro de 1959, disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/burma-myanmar/1959-01-01/political-divorce-burma>, consultado a 4 de outubro de 2019;

VAZ-PINTO, Raquel, *A Grande Guerra e a Ascensão da Ásia – a China e o Japão*, Lisboa, Relações Internacionais, Junho, 2014;

WADE, Francis, *The Lady's Challengers - How the Election Will Affect Democracy in Myanmar*, Tampa, Council on Foreign Relations, 6 de novembro de 2015, disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/burma-myanmar/2015-11-06/ladys-challengers>, consultado a 4 de outubro de 2019;

WEISS, Stanley A., **HEINWMANN**, Tim, *How to Invest in Myanmar - Doing Well by Doing Right*, Tampa, Council on Foreign Relations, 17 de janeiro de 2014, disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/burma-myanmar/2014-01-17/how-invest-myanmar>, consultado a 4 de outubro de 2019;

WU, Shang-su, *Myanmar: A New Pattern of China-Japan Interactions?*, Tóquio, The Diplomat, 13 de fevereiro de 2019, disponível em: <https://thediplomat.com/2019/02/myanmar-a-new-pattern-of-china-japan-interactions/>, consultado a 20 de abril de 2019;

NOTÍCIAS:

Aljazeera, *Bangladesh FM: Violence against Rohingya 'is genocide'*, 11 de setembro de 2017, disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2017/09/bangladesh-fm-violence-rohingya-genocide-170911023429604.html>, consultado a 31 de agosto de 2019;

Aljazeera, *Mike Pence tells Aung San Suu Kyi Rohingya violence inexcusable*, 14 de novembro de 2018, disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2018/11/mike-pence->

[tells-aung-san-su-kyi-rohingya-violence-inexcusable-181114062944370.html](https://www.aljazeera.com/news/2017/10/rohingya-refugees-indonesia-trapped-limbo-171003075615933.html), consultado a 17 de agosto de 2019;

Aljazeera, *Rohingya refugees in Indonesia trapped in limbo*, 3 de outubro de 2017, disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2017/10/rohingya-refugees-indonesia-trapped-limbo-171003075615933.html>, consultado a 31 de agosto de 2019;

Aljazeera, *Rohingya women sold as sex slaves in Bangladesh*, 3 de dezembro de 2017, disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2017/12/rohingya-women-sold-sex-slaves-bangladesh-171203075517252.html>, consultado a 31 de agosto de 2019;

American Indian Foundation, *India Grows at Night*, 28 de outubro de 2013, disponível em: https://aif.org/fl_events/gurcharan-das-india-grows-at-night-while-the-government-sleeps/, consultado a 19 de Agosto de 2019;

BBC News, *India loses place as world's fastest-growing economy*, 31 de maio de 2019, disponível em: <https://www.bbc.com/news/business-48478028>, consultado a 18 de agosto de 2019;

BBC News, *Tajikistan cedes land to China*, 13 de janeiro de 2011, disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-12180567>, consultado a 13 de abril de 2019;

BBC News, *Myanmar Rohingya: What you need to know about the crisis*, 24 de abril de 2018, disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-41566561>, consultado a 23 de abril de 2019;

Business Day, *Trump administration sanctions Myanmar military over treatment of Rohingya Muslims*, 17 de agosto de 2018, disponível em: <https://www.businesslive.co.za/bd/world/americas/2018-08-17-trump-administration-sanctions-myanmar-military-over-treatment-of-rohingya-muslims/>, consultado a 19 de maio de 2019;

BusinessLine, *India signs 11 agreements with Myanmar*, 6 de setembro de 2017, disponível em: <https://www.thehindubusinessline.com/news/india-signs-11-agreements-with-myanmar/article9847207.ece>, consultado a 23 de abril de 2019;

ChinaDaily, *Transcript of Vice Foreign Minister Le Yucheng's exclusive interview with the Financial Times*, 26 de setembro de 2018, disponível em:

<http://www.chinadaily.com.cn/a/201809/26/WS5bab2f67a310c4cc775e8304.html>,

consultado a 7 de abril de 2019;

China.org.cn, *Third Plenary Session of the 18th Central Committee of the Communist Party of China*, 16 de janeiro de 2014, disponível em:

[http://www.china.org.cn/china/third_plenary_session/2014-](http://www.china.org.cn/china/third_plenary_session/2014-01/16/content_31212602.htm)

[01/16/content_31212602.htm](http://www.china.org.cn/china/third_plenary_session/2014-01/16/content_31212602.htm), consultado a 6 de abril de 2019;

ClearIAS, *Asia-Africa Growth Corridor (AAGC) – A Game Changer?*, s/d, disponível

em: <https://www.clearias.com/asia-africa-growth-corridor/>, consultado a 25 de abril de

2019;

Diário de Notícias, *Mobilização mundial a favor da 'revolução açafrao' na Birmânia*, 7

de outubro de 2007, disponível em:

[https://www.dn.pt/arquivo/2007/interior/mobilizacao-mundial-a-favor-da-revolucao-](https://www.dn.pt/arquivo/2007/interior/mobilizacao-mundial-a-favor-da-revolucao-acafrao-na-birmania-986387.html)

[acafrao-na-birmania-986387.html](https://www.dn.pt/arquivo/2007/interior/mobilizacao-mundial-a-favor-da-revolucao-acafrao-na-birmania-986387.html), consultado a 1 de maio de 2019;

DW.COM, *Investimento chinês no Quênia reativa Rota da Seda*, 22 de março de 2018,

disponível:

<https://www.dw.com/pt-002/investimento-chin%C3%AAs-no-qu%C3%A9nia-reativa-rota-da-seda/a-43078601>, consultado a 25 de agosto de 2019;

Exame, *EUA investirão US\$ 113 milhões na Ásia para resistir à influência da China*,

30 de julho de 2018, disponível em: [https://exame.abril.com.br/economia/receosos-de-](https://exame.abril.com.br/economia/receosos-de-ascensao-da-china-eua-anunciam-iniciativas-na-asia-emergente/)

[ascensao-da-china-eua-anunciam-iniciativas-na-asia-emergente/](https://exame.abril.com.br/economia/receosos-de-ascensao-da-china-eua-anunciam-iniciativas-na-asia-emergente/), consultado a 26 de

agosto de 2019;

Expresso, *Amnistia Internacional retira prémio a Aung San Suu Kyi*, 12 de novembro

de 2018, disponível em: [https://expresso.pt/internacional/2018-11-12-Amnistia-](https://expresso.pt/internacional/2018-11-12-Amnistia-Internacional-retira-premio-a-Aung-San-Suu-Kyi#gs.bi6mfo)

[Internacional-retira-premio-a-Aung-San-Suu-Kyi#gs.bi6mfo](https://expresso.pt/internacional/2018-11-12-Amnistia-Internacional-retira-premio-a-Aung-San-Suu-Kyi#gs.bi6mfo), consultado a 12 de maio

de 2019;

Expresso, *TPP - O acordo entre 12 países que vai mudar as regras globais*, 6 de

outubro de 2015, disponível em: [https://expresso.pt/internacional/2015-10-06-TPP-o-](https://expresso.pt/internacional/2015-10-06-TPP-o-acordo-entre-12-paises-que-vai-mudar-as-regras-globais)

[acordo-entre-12-paises-que-vai-mudar-as-regras-globais](https://expresso.pt/internacional/2015-10-06-TPP-o-acordo-entre-12-paises-que-vai-mudar-as-regras-globais), consultado a 26 de agosto de

2019;

Financial Times, *Crackdown in Xinjiang: Where have all the people gone?*, 5 de

agosto de 2018, disponível em: [https://www.ft.com/content/ac0ffb2e-8b36-11e8-b18d-](https://www.ft.com/content/ac0ffb2e-8b36-11e8-b18d-0181731a0340)

[0181731a0340](https://www.ft.com/content/ac0ffb2e-8b36-11e8-b18d-0181731a0340), consultado a 10 de abril de 2019;

Financial Times, *IMF's Lagarde warns over debt on China's Belt and Road*, 12 de abril de 2018, disponível em: <https://www.ft.com/content/7b7f9db2-3dec-11e8-b7e0-52972418fec4>, consultado a 13 de abril de 2019;

Financial Times, *Myanmar puts Beijing-backed hydropower dam into limbo*, 29 de janeiro de 2019, disponível em: <https://www.ft.com/content/4a898614-2392-11e9-8ce6-5db4543da632>, consultado a 20 de abril de 2019;

Firstpost, *Slow progress mars Mizoram-Myanmar Kaladan project as India misses deadline for road third time in a row*, 31 de dezembro de 2018, disponível em: <https://www.firstpost.com/india/slow-progress-mars-mizoram-myanmar-kaladan-project-as-india-misses-deadline-for-road-third-time-in-a-row-5817371.html>, consultado a 23 de abril de 2019;

Firstpost, *Thailand's move on Kra Canal alarms New Delhi as route will boost Chinese naval power in Indian Ocean*, 5 de Novembro de 2018, disponível em: <https://www.firstpost.com/world/thailands-move-on-kra-canal-alarms-new-delhi-as-route-will-boost-chinese-naval-power-in-indian-ocean-5507121.html>, consultado a 26 de agosto de 2019;

Forbes, *ASEAN's Rohingya Response -- Barely A Peep Outside Of Malaysia*, 17 de dezembro de 2017, disponível em: <https://www.forbes.com/sites/anismuslimin/2017/12/17/aseans-rohingya-response-barely-a-peep-outside-of-malaysia/#5c7e1fd139de>, consultado a 31 de agosto de 2019;

India Today, *Rohingya crisis could emerge as threat to regional security: Bangladesh envoy*, 9 de Agosto de 2019, disponível em: <https://www.indiatoday.in/india/story/rohingya-crisis-could-emerge-as-threat-to-regional-security-bangladesh-envoy-1578931-2019-08-09>, consultado a 28 de setembro de 2019;

Insightsias, *INDIA – MYANMAR – THAILAND TRILATERAL HIGHWAY*, 4 de janeiro de 2019, disponível em: <https://www.insightsonindia.com/2019/01/04/india-myanmar-thailand-trilateral-highway/>, consultado a 17 de abril de 2019;

International the News, *Peshawar-Karachi high-speed train inaugurated*, 23 de dezembro de 2018, disponível em: <https://www.thenews.com.pk/latest/409882-peshawar-karachi-high-speed-train-inaugurated>, consultado a 7 de abril de 2019;

Global Indonesian Voices, *'Sarong Diplomacy' from Indonesia to Rohingya in Myanmar*, 17 de setembro de 2017, disponível em: <https://www.globalindonesianvoices.com/31146/sarong-diplomacy-from-indonesia-to-rohingya-in-myanmar/>, consultado a 23 de julho de 2019;

Global Risk Insights, *Myanmar is set to embrace Xi's Belt and Road Initiative*, 4 de janeiro de 2019, disponível em: <https://globalriskinsights.com/2019/01/myanmar-set-embrace-xis-belt-road-initiative/>, consultado a 18 de abril de 2019;

Jakarta Post, *Our moral responsibility to pressure the Iron Lady*, 12 de abril de 2016, disponível em: <https://www.thejakartapost.com/academia/2016/04/12/our-moral-responsibility-to-pressure-the-iron-lady.html>, consultado a 3 de setembro de 2019;

Livemint, *India wants to be one of the world's biggest arms exporters*, 28 de janeiro de 2016, disponível em: <https://www.livemint.com/Politics/uymwd8zmTQZORzBRdErzpl/Indias-3-billion-armsexport-goal-puts-China-in-Narendra-M.html>, consultado a 24 de agosto de 2019;

Mizzima News from Myanmar, *Second Panglong conference sees significant breakthroughs*, 1 de junho de 2017, disponível em: <http://mizzima.com/news-opinion/second-panglong-conference-sees-significant-breakthroughs>, consultado a 14 de julho de 2019;

Myanmar Times, *Agriculture sector hoping new economic policy will strengthen entire value chain*, 19 de outubro de 2016, disponível em: <http://www.mmtimes.com/index.php/business/23179-agriculture-sector-hoping-new-economic-policy-will-strengthen-entire-value-chain.html>, consultado a 24 de outubro de 2016;

Myanmar Times, *ASEAN and Myanmar – past, present and future*, 8 de agosto de 2017, disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/175091/On%20the%20path%20of%20change%20political,%20economic%20and%20social%20challenges%20for%20Myanmar.pdf>, consultado a 3 de agosto de 2019;

Myanmar Times, *Businesses urge government to ensure careful crafting of new investment rules*, 14 de outubro de 2016, disponível em: <http://www.mmtimes.com/index.php/business/23095-businesses-urge-government-to>

[ensure-careful-crafting-of-new-investment-rules.html](#), consultado a 24 de Outubro de 2016;

Myanmar Times, *Chinese life in Myanmar today*, 31 de agosto de 2015, disponível em: <https://www.mmtimes.com/opinion/16214-chinese-life-in-myanmar-today.html>, consultado a 26 de agosto de 2019;

Myanmar Times, *Expanding trade with India*, 27 de setembro de 2017, disponível em: <https://www.mmtimes.com/news/expanding-trade-india.html>, consultado a 23 de abril de 2019;

Myanmar Times, *Japan and India propose Asia-Africa Growth Corridor*, 1 de junho de 2017, disponível em: <https://www.mmtimes.com/asean-focus/26223-japan-and-india-propose-asia-africa-growth-corridor.html>, consultado a 25 de abril de 2019;

Myanmar Times, *Japan set to reap returns on investment in Myanmar*, 31 de agosto de 2016, disponível em: <https://www.mmtimes.com/opinion/22240-japan-set-to-reap-returns-on-investment-in-myanmar.html>, consultado a 21 de julho de 2019;

Myanmar Times, *Lower house passes Myanmar's long-awaited Investment Law*, 29 de setembro de 2016, disponível em: <http://www.mmtimes.com/index.php/business/22798-lower-house-passes-myanmar-s-long-awaited-investment-law.html>, consultado a 24 de Outubro de 2016;

Myanmar Times, *Myanmar's economy sluggish during first 6 months of new government*, 24 de outubro de 2016, disponível em: <http://www.mmtimes.com/index.php/business/23259-myanmar-s-economy-sluggish-during-first-6-months-of-new-government.html>, consultado a 24 de outubro de 2016;

Myanmar Times, *Myanmar weighs merits of India bean agreement*, 21 de outubro de 2016, disponível em: <http://www.mmtimes.com/index.php/business/23243-myanmar-weighs-merits-of-india-bean-agreement.html>, consultado no dia 23 de outubro de 2016;

Myanmar Times, *New investment law will make it easier to do business in Myanmar: MIC*, 14 de outubro de 2016, disponível em: <http://www.mmtimes.com/index.php/business/23104-new-investment-law-will-make-it-easier-to-do-business-in-myanmar-mic.html>, consultado a 24 de outubro de 2016;

Myanmar Times, *US gems association eyes trade ties as sanctions end*, de 6 outubro de 2016, disponível em: <http://www.mmmtimes.com/index.php/business/22930-us-gems-association-eyes-trade-ties-as-sanctions-end.html>, consultado a 24 de Outubro de 2016;

Myanmar Times, *US-Myanmar consortium wins 300-megawatt power plant bid*, 14 de outubro de 2016, disponível em: <http://www.mmmtimes.com/index.php/business/23094-us-myanmar-consortium-wins-300-megawatt-power-plant-bid.html>, consultado a 24 de Outubro de 2016;

Myanmar Times, *Why Myanmar is important to Japan*, 30 de agosto de 2017, disponível em: <https://www.mmmtimes.com/news/why-myanmar-important-japan.html>, consultado a 28 de julho de 2019;

Observador, *EUA anunciam investimento de 259 milhões de euros para cooperação e segurança na Ásia-Pacífico*, 4 de agosto de 2018, disponível em: <https://observador.pt/2018/08/04/eua-anunciam-investimento-de-259-milhoes-de-euros-para-cooperacao-e-seguranca-na-asia-pacifico/>, consultado a 26 de agosto de 2019;

Portal da Liderança, *Nações do Sudeste Asiático avançam com bloco económico e de segurança*, 23 de novembro de 2015, disponível em: <https://portaldalideranca.pt/noticias/4486-nacoes-do-sudeste-asiatico-avancam-com-bloco-economico-e-de-seguranca>, consultado a 30 de julho de 2019;

Público, *Contestação popular salvou o rio Irrawaddy na Birmânia*, 1 de outubro de 2011, disponível em: <https://www.publico.pt/2011/10/01/jornal/contestacao-popular-salvou-o-rio-irrawaddy-na-birmania-23103650>, consultado a 19 de abril de 2019;

Público, *EUA levantam sanções económicas à Birmânia*, 7 de outubro de 2016, disponível em: <https://www.publico.pt/2016/10/07/mundo/noticia/eua-levanta-sancoes-economicas-a-birmania-1746603>, consultado a 1 de maio de 2019;

Público, *Já estamos num mundo mais chinês*, 5 de maio de 2018, disponível em: <https://www.publico.pt/2018/12/05/mundo/noticia/entrevista-china-gaspar-1853351>, consultado a 20 de abril de 2019;

Radio Free Asia, *China's Xi Jinping Pledges Support for Myanmar's Peace Process*, 19 de agosto de 2016, disponível em: <http://www.rfa.org/english/news/myanmar/chinas-xi-jinping-pledges-support-for-myanmars-peace-process-08192016155956.html>, consultado a 24 de outubro de 2016;

Reuters, *India hopes to start full operations soon at Iran's Chabahar port: minister*, 8 de janeiro de 2019, disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-india-iran-port/india-hopes-to-start-full-operations-soon-at-irans-chabahar-port-minister-idUSKCN1P2121>, consultado a 17 de abril de 2019;

Reuters, *Japan seeks truth about photographer's death*, 28 de setembro de 2007, disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-myanmar-japan/japan-seeks-truth-about-photographers-death-idUST11008320070928>, consultado a 27 de julho de 2019;

Reuters, *Myanmar PM meets U.S. senator, promises reforms*, 28 de setembro de 2009, disponível em: <http://www.reuters.com/article/idUSTRE58R5FQ20090928>, consultado a 27 de abril de 2019;

Reuters, *Ruma, Risks grow for Rohingya in Bangladesh's teeming, squalid camps*, 4 de dezembro de 2017, disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-myanmar-rohingya-camps/risks-grow-for-rohingya-in-bangladeshs-teeming-squalid-camps-idUSKBN1DY0P5>, consultado a 31 de agosto de 2019;

Reuters, *Saving a river: Pollution in India's holy Ganges makes it toxic*, 18 de janeiro de 2019, disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-india-ganges/saving-a-river-pollution-in-indias-holy-ganges-makes-it-toxic-idUSKCN1PC0CT>, consultado a 14 de abril de 2019;

Reuters, *Two years on, a look at the Rohingya crisis*, 23 de agosto de 2019, disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-myanmar-rohingya-timeline/two-years-on-a-look-at-the-rohingya-crisis-idUSKCN1VD044>, consultado a 28 de agosto de 2019;

The Guardian, *No vote, no candidates: Myanmar's Muslims barred from their own election*, 3 de novembro de 2015, disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/nov/03/no-vote-no-candidates-myanmars-muslims-barred-from-their-own-election>, consultado a 31 de agosto de 2019;

The Guardian, *Pope Francis fails to mention Rohingya in Myanmar speech*, 28 de novembro de 2017, disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/nov/28/pope-francis-to-meet-aung-san-suu-kyi-on-first-full-day-in-myanmar>, consultado a 28 de agosto de 2019;

The Guardian, *Trump says he would rejoin TPP if offered better terms than Obama*, 13 de abril de 2018, disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2018/apr/13/trump-says-he-would-rejoin-tpp-if-offered-better-terms-than-obama>, consultado a 26 de agosto de 2019;

The Irrawaddy, *Burma - Muslim Community Condemns Rakhine Violence*, 28 de agosto de 2017, disponível em: <https://www.irrawaddy.com/news/burma/muslim-community-condemns-rakhine-violence.html>, consultado a 31 de agosto de 2019;

The Irrawaddy, *Burma, Thailand Agree to Speed up Dawei Project*, 24 de setembro de 2013, disponível em: <https://www.irrawaddy.com/news/latest-news/burma-thailand-agree-speed-dawei-project.html>, consultado a 3 de agosto de 2019;

The Irrawaddy, *One in Five Burmese Children Go to Work Instead of School: Census*, 29 de março de 2016, disponível em: <https://www.irrawaddy.com/news/one-in-five-burmese-children-go-to-work-instead-of-school-census.html>, consultado a 4 de agosto de 2019;

The New York Times, *Satellite Images Show More Than 200 Rohingya Villages Burned in Myanmar*, 18 de setembro de 2017, disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2017/09/18/world/asia/rohingya-villages.html?mcubz=0>, consultado a 31 de agosto de 2019;

The Parliament Magazine, *EU-India: Seizing India's maritime security moment*, 15 de junho de 2018, disponível em: <https://www.theparliamentmagazine.eu/blog/eu-india-seizing-india%E2%80%99s-maritime-security-moment>, consultado a 17 de abril de 2019;

The Telegraph, *Hillary Clinton in historic Myanmar visit*, 30 de novembro de 2011, disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/burmamyanmar/8925044/Hillary-Clinton-in-historic-Myanmar-visit.html>, consultado a 30 de abril de 2019;

The Telegraph, *The world's longest and weirdest borders – and the quickest way to visit every country in the EU*, 4 de agosto de 2018, disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/travel/lists/the-countries-with-the-most-borders/>, consultado a 25 de agosto de 2019;

The Wall Street Journal, *Rohingya, Expelled From Myanmar, Refuse Effort to Return Them*, 15 de novembro de 2018, disponível em: <https://www.wsj.com/articles/rohingya->

[expelled-from-myanmar-refuse-effort-to-return-them-1542291558](#), consultado a 31 de agosto de 2019;

The Wall Street Journal, *U.S. Says Myanmar's Rohingya Assault Appears to Be Ethnic Cleansing*, 28 de setembro de 2017, disponível em: <https://www.wsj.com/articles/u-n-security-council-demands-myanmar-end-military-operation-against-rohingya-muslims-1506639224?mg=prod/accounts-wsj>, consultado a 31 de agosto de 2019;

The Washington Post, *Visit by Burmese Official Hints at U.S. Policy Shift*, 23 de setembro de 2009, disponível em: <https://saveburma.wordpress.com/2009/09/23/visit-by-burmese-official-hints-at-u-s-policy-shift/>, consultado a 27 de abril de 2019;

TSF Rádio Notícias, *Nobel da paz perde prêmio de Edimburgo por não condenar violência em Myanmar*, 22 de agosto de 2018, disponível em: <https://www.tsf.pt/internacional/interior/nobel-da-paz-perde-premio-de-edimburgo-por-nao-condenar-violencia-em-myanmar-9748287.html>, consultado a 12 de maio de 2019;

UN News, *Despite grappling with Rohingya crisis, Bangladesh is 'development miracle'*, 27 de setembro de 2019, disponível em: <https://news.un.org/en/story/2019/09/1048002>, consultado a 28 de setembro de 2019;

VOA News, *UN Chief Assails 'Ethnic Cleansing' of Myanmar's Rohingyas*, 13 de setembro de 2017, disponível em: <https://www.voanews.com/east-asia-pacific/un-chief-assails-ethnic-cleansing-myanmars-rohingyas>, consultado a 31 de agosto de 2019;

Web In Travel, *Myanmar - a sleeping beauty being woken up by technology and tourism*, 21 de dezembro de 2016, disponível em: <https://www.webintravel.com/myanmar-sleeping-beauty-woken-technology-tourism/>, consultado a 23 de janeiro de 2019;

Xinhuanet, *Work Together to Build the Silk Road Economic Belt and the 21st Century Maritime Silk Road, Opening Ceremony of The Belt and Road Forum for International Cooperation*, 14 de maio de 2017, disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2017-05/14/c_136282982.htm, consultado a 7 de abril de 2019.